



**Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – IFCH**

BETINA STEFANELLO LIMA

**POLÍTICAS DE EQUIDADE EM GÊNERO E CIÊNCIAS NO BRASIL:
AVANÇOS E DESAFIOS**

CAMPINAS

2017

BETINA STEFANELLO LIMA

**POLÍTICAS DE EQUIDADE EM GÊNERO E CIÊNCIAS NO BRASIL: AVANÇOS E
DESAFIOS**

Tese apresentada ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas como parte dos requisitos exigidos para a obtenção do título de Doutora em Ciências Sociais.

Supervisor/Orientador: Profa. Dra. Maria Conceição da Costa

Co-Supervisor/Co-orientador: Profa. Dra. Maria Margaret Lopes

ESTE EXEMPLAR CORRESPONDE À VERSÃO FINAL
DA TESE DEFENDIDA PELA ALUNA BETINA
STEFANELLO LIMA, E ORIENTADA PELA PROFA.
DRA. MARIA CONCEIÇÃO DA COSTA

M. C. Costa

CAMPINAS

2017

Agência(s) de fomento e nº(s) de processo(s): Não se aplica.

Ficha catalográfica
Universidade Estadual de Campinas
Biblioteca do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Cecília Maria Jorge Nicolau - CRB 8/3387

L628p Lima, Betina Stefanello, 1976-
Políticas de equidade de gênero e ciências no Brasil : avanços e desafios /
Betina Stefanello Lima. – Campinas, SP : [s.n.], 2017.

Orientador: Maria Conceição da Costa.
Coorientador: Maria Margaret Lopes.
Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de
Filosofia e Ciências Humanas.

1. Programa Mulher e Ciência. 2. Gênero. 3. Ciência e tecnologia. 4.
Política científica - Brasil. I. Costa, Maria Conceição da, 1956-. II. Lopes, Maria
Margaret, 1954-. III. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e
Ciências Humanas. IV. Título.

Informações para Biblioteca Digital

Título em outro idioma: Gender equity policies in science and technology : advances and challenges

Palavras-chave em inglês:

Women and Science Program

Gender

Science and technology

Scientific policy - Brazil

Área de concentração: Ciências Sociais

Titulação: Doutora em Ciências Sociais

Banca examinadora:

Maria Conceição da Costa [Orientador]

Leda Maria Caira Gitahy

Angela Maria Carneiro Araujo

Nanci Stancki da Luz

Nara Margareth Silva Azevedo

Data de defesa: 27-03-2017

Programa de Pós-Graduação: Ciências Sociais



Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – IFCH

A Comissão Julgadora dos trabalhos de Defesa da Tese de Doutorado, composta pelas professoras doutoras a seguir descritas, em sessão pública realizada em 27 de março de 2017, considerou a candidata Betina Stefanello Lima aprovada.

Profª Drª Maria Conceição da Costa

Profª Drª Leda Maria Caira Gitahy

Profª Drª Angela Maria Carneiro Araújo

Profª Drª Nanci Stancki da Luz

Profª Drª Nara Margareth Silva Azevedo

A Ata de Defesa, assinada pelos membros da Comissão Examinadora, consta do processo de vida acadêmica da aluna.

Dedico esta tese às mulheres que tornaram as questões de gênero, ciências e tecnologias uma história.

AGRADECIMENTOS

Quando planejei fazer o doutorado e a pesquisa que propus, imaginei condições ideais de realização, obviamente a realidade excedeu em muito o que havia sonhado inicialmente. Durante o doutorado, os principais marcos de uma vida ocorreram – doença, morte, nascimento e separação. Assim, esta tese é resultado de um esforço árduo e também do apoio de muitas pessoas maravilhosas que participaram da minha trajetória.

Agradeço às minhas orientadoras, Maria da Conceição da Costa e Maria Margaret Lopes, pela paciência, compreensão e confiança. A Margaret ainda agradeço a presença constante, o desejo incontentável pelo conhecimento e todas as vezes que me recebeu em sua casa.

Esta pesquisa não teria sido a mesma sem o apoio e a troca intensa com as minhas companheiras no Programa Mulher e Ciência do CNPq, Isabel Tavares e Maria Lúcia de Santana Braga. Agradeço cada diálogo sobre a pesquisa e cada leitura que fizeram do meu texto.

A Sonia Malheiros Miguel, agradeço por ter sido minha principal interlocutora da SPM e por ter sido uma inspiração na luta pela equidade de gênero na C&T.

Também sou infinitamente grata a Maria Teresa Citeli e Iara Beleli por terem me acolhido em suas casas de forma tão hospitaleira, onde pude expandir meus gostos culinários.

Agradeço à equipe da Coordenação de Programas Acadêmicos (COPAD) e da Coordenação Geral de Cooperação Nacional (CGNAC) do CNPq pelo apoio recebido durante o doutorado, em especial o auxílio “tecnológico” de Bruna Sirtori.

A troca com os colegas Victor Kanashiro, Flávio Rodrigo Ferreira, Bruna e Maíra Kubik Mano trouxe alegria e inquietação em terras acadêmicas. O tempo de convivência com vocês foi menor do que eu gostaria.

Agradeço aos funcionários/as da secretaria do IFCH, Rita Gandara, Reginaldo Alves e Beatriz Tiemi Suyama pelo sempre rápido, gentil e eficaz atendimento.

Finalmente, agradeço à minha mãe, Nair Stefanello Lima, que sempre me deu o suporte necessário para que eu pudesse finalizar este trabalho; e ao Bento por ser uma motivação a mais para a pesquisa sobre equidade de gênero.

RESUMO

Nas últimas duas décadas, houve um crescimento global do número de mulheres nas ciências e tecnologias, no entanto, ao desagregar os dados, observamos a sub-representação das mulheres em determinadas áreas do conhecimento científico e tecnológico (Exatas, Engenharias e Computação) e em postos de prestígio (bolsas de Produtividade em Pesquisa, por exemplo). Esta tese analisa as políticas implementadas para equidade de gênero no sistema de ciência e tecnologia brasileiro por meio das ações realizadas no Programa Mulher e Ciência, iniciado em 2005. O programa tem por objetivos o incentivo da produção científica e a reflexão sobre as relações de gênero, mulheres e feminismos no país e a promoção da participação das mulheres no campo das ciências e carreiras acadêmicas. A metodologia utilizada é a análise de documentos e dados sobre as ações do programa no período de 2005-2016, bem como a experiência enquanto parte da equipe dessa iniciativa pelo CNPq. Trata-se de uma iniciativa pioneira, que se tornou um marco nas ações de equidade de gênero nas ciências e tecnologias no país.

Palavras-chave: Programa Mulher e Ciência. Gênero. Ciência e tecnologia. Políticas de Equidade de Gênero na C&T.

ABSTRACT

In the last two decades, there has been a global increase in the number of women in science and technology, however, in disaggregating data, we see the underrepresentation of women in certain areas of scientific and technological knowledge (STEM's areas) and in top positions (grants, for example). This thesis analyzes the policies implemented for gender equity in the Brazilian science and technology system through the actions carried out in the Women and Science Program, which began in 2005. The objectives of the Program are to encourage scientific production and reflection on gender relations, Women and feminisms in the country and the promotion of women's participation in the field of sciences and academic careers. The methodology used is the analysis of documents and data on the actions of the Program in the period 2005 - 2016 as well as the experience as part of the team of this initiative by CNPq. It is a pioneering initiative that has become a milestone in the actions of gender equity in science and technology in the country.

Key words: Women and Science Program. Gender. Science and technology. Scientific policy – Brazil.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Imagem divulgada no ENCTI 2016-2019.....	57
Figura 2 – Material de divulgação do 2º Encontro Pensando Gênero e Ciências	99
Figura 3 – Material de divulgação do 8º Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero	103
Figura 4 – Materiais de divulgação do Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero.....	111
Figura 5 – Banner de divulgação da Chamada nº 18/2013.....	112
Figura 6 – Banner de divulgação do Prêmio Jovem Cientista – 2013.....	112
Figura 7 – Banner de divulgação da prorrogação da bolsa PQ	129
Figura 8 – Banner de divulgação da Chamada nº 18/2013.....	129
Figura 9 – Banner de divulgação da 1ª edição do Pioneiras da Ciência.....	131
Figura 10 – Banner de divulgação do Jovens Pesquisadoras	131
Figura 11 – Material de divulgação do Encontro Brasil-Reino Unido sobre Mulheres e Ciências	132

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Distribuição percentual de bolsas-ano para o sexo feminino (2007 e 2014).....	32
Gráfico 2 – Distribuição percentual de bolsas-ano no país para o sexo feminino (2001-2014)	33
Gráfico 3 – Distribuição percentual de bolsas-ano PQ por sexo (2001-2014).....	35
Gráfico 4 – Distribuição percentual de bolsas-ano de PQ para o sexo feminino (2001, 2007 e 2014).....	35
Gráfico 5 – Distribuição de bolsas-ano PQ-Sr por sexo (2011-2015).....	37
Gráfico 6 – Número de bolsas-ano de IC em Física por sexo (2005-2014)	38
Gráfico 7 – Número de bolsas-ano de mestrado por sexo em Física (2005-2014)	39
Gráfico 8 – Número de bolsas-ano de doutorado por sexo em Física (2005-2014).....	39
Gráfico 9 – Número de bolsas-ano PQ por nível para o sexo feminino em Física (2005-2014)	40
Gráfico 10 – Número de bolsas-ano na iniciação científica por sexo e raça/cor (2015).....	45
Gráfico 11 – Número de bolsas-ano no mestrado por sexo e raça/cor (2015)	46
Gráfico 12 – Número de bolsas-ano no doutorado por sexo e raça/cor (2015).....	46
Gráfico 13 – Número de bolsas-ano em Produtividade em Pesquisa por sexo e raça/cor (2015)	47
Gráfico 14 – Percentual de premiadas/os por cor e raça da 1ª à 11ª edição	114
Gráfico 15 – Distribuição percentual de premiadas/os por região	119
Gráfico 16 – Percentual de proponentes por número de aprovações	147
Gráfico 17 – Percentual do número de pesquisadoras/es aprovadas/os em mais de uma Chamada do PMC e por número de aprovações	147
Gráfico 18 – Percentual por raça e cor das/os aprovadas/os nas Chamadas do PMC.....	149
Gráfico 19 – Percentual do total de propostas enviadas por região.....	154
Gráfico 20 – Percentual do total de propostas aprovadas nas Chamadas.....	155
Gráfico 21 – Número de propostas enviadas por Chamada e por região	156
Gráfico 22 – Número de propostas aprovadas por Chamada e por região	156
Gráfico 23 – Histórico da demanda por Chamada e por tema.....	182
Gráfico 24 – Percentual por raça/cor da composição dos Comitês de Julgamento das Chamadas	198
Gráfico 25 – Percentual por região da composição dos Comitês de Julgamento das Chamadas	198

Gráfico 26 – Percentual de propostas enviadas por grande área nos GCT nas quatro Chamadas do PMC.....	223
Gráfico 27 – Percentual de propostas aprovadas por grande área nos GCT nas quatro Chamadas do PMC.....	223
Gráfico 28 – Percentual de propostas enviadas por região no GCT nas quatro Chamadas do PMC	228
Gráfico 29 – Percentual de propostas aprovadas por região no GCT nas quatro Chamadas do PMC	229

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Número de bolsas-ano de Produtividade em Desenvolvimento Tecnológico e Extensão Inovadora – DT (2006-2015).....	36
Tabela 2 – Percentual de pesquisadores que entraram no sistema de bolsas de pesquisa como PQ 2, segundo sexo e faixa etária (2005-2013).....	37
Tabela 3 – Número de coordenadores do INCT por sexo e área de atuação.....	41
Tabela 4 – Composição dos Comitês Assessores do CNPq.....	42
Tabela 5 – Sistematização sobre a inserção da discussão sobre a participação das mulheres nas ciências por edição do Fórum Mundial de Ciência.....	64
Tabela 6 – Lista de categorias ao longo das edições do Prêmio.....	102
Tabela 7 – Número de inscrições por ano de lançamento do Prêmio e por categoria (1ª-10ª edição).....	104
Tabela 8 – Percentual de inscrições por sexo, por edição.....	107
Tabela 9 – Percentual de inscrições por raça/cor entre as/os estudantes do ensino médio (3ª-10ª edição).....	108
Tabela 10 – Percentual de inscrições por raça/cor entre as/os estudantes de graduação (5ª-10ª edição).....	109
Tabela 11 – Percentual de inscrições por raça/cor entre as/os graduadas/os, especialistas e estudantes de mestrado (5ª-10ª edição).....	110
Tabela 12 – Percentual de inscrições por raça/cor entre as/os mestres e estudantes de doutorado (2009-2014).....	110
Tabela 13 – Participação percentual de cada cor ou raça na população com dez anos de idade ou mais, por nível de instrução (2010).....	110
Tabela 14 – Distribuição por sexo das/os autoras/es premiadas/os nas categorias relativas ao ensino superior e pós-graduação, segundo a edição do Prêmio.....	113
Tabela 15 – Distribuição por área do conhecimento dos artigos premiados.....	115
Tabela 16 – Distribuição por tema dos artigos premiados.....	116
Tabela 17 – Interseccionalidade e artigos premiados.....	118
Tabela 18 – Distribuição das/os premiadas/os por estado.....	120
Tabela 19 – Distribuição das/os premiadas/os por instituição.....	121
Tabela 20 – Distribuição das/os premiadas/os por continuidade na formação e/ou carreira acadêmica.....	124
Tabela 21 – Resultados do Prêmio segundo formação e atuação acadêmica.....	125

Tabela 22 – Valores máximos e por categoria por Chamada Temática do PMC.....	140
Tabela 23 – Valores por Chamada do PMC e aporte de recursos por parceiro.....	141
Tabela 24 – Valores das Chamadas Temáticas do PMC e Humanas, Sociais e Sociais Aplicadas	142
Tabela 25 – Valores das Chamadas com as palavras “mulher”, “gênero” e “feminismo”	143
Tabela 26 – Número de propostas demandadas e aprovadas por Chamada e taxa de aprovação.....	146
Tabela 27 – Número de propostas aprovadas e taxa de aprovação por sexo.....	148
Tabela 28 – Número de propostas aprovadas por cor/raça.....	151
Tabela 29 – Número de aprovadas/os que eram bolsistas PQ no julgamento da Chamada nº 32/2012	153
Tabela 30 – Número de propostas enviadas, aprovadas e taxa de aprovação nas Chamadas por instituição	159
Tabela 31 – Número de propostas enviadas, aprovadas e taxa de aprovação nas Chamadas por área do conhecimento	163
Tabela 32 – Número de propostas enviadas de áreas não contempladas nas Chamadas	164
Tabela 33 – Esquema temático.....	180
Tabela 34 – Dados da demanda por tema.....	182
Tabela 35 – Dados sobre interseccionalidade.....	190
Tabela 36 – Número de propostas de reconsideração por parecer e por Chamada.....	195
Tabela 37 – Composição dos Comitês de Julgamento por Chamada.....	196
Tabela 38 – Composição dos Comitês de Julgamento por raça/cor, segundo dados do Lattes.....	197
Tabela 39 – Composição dos Comitês de Julgamento por área do conhecimento.....	199
Tabela 40 – Composição dos Comitês de Julgamento segundo bolsa PQ	200
Tabela 41 – Pesquisadoras/es que participaram dos Comitês dos Prêmios e das Chamadas	200
Tabela 42 – Número de projetos enviados e aprovados no subtema Gênero, Ciências e Tecnologias.....	212
Tabela 43 – Critérios de análise e julgamento divulgados na Chamada nº 32/2012.....	213
Tabela 44 – Comparação entre os temas prioritários e enquadramento temático propostos na tese	214
Tabela 45 – Enquadramento temático de propostas da Chamada nº 32/2012 segundo autoidentificação das/os proponentes	215
Tabela 46 – Dados das/os coordenadoras/es por sexo e parecer	219

Tabela 47 – Dados das/os proponentes por raça e cor segundo CV Lattes do campo Gênero, Ciências e Tecnologias	220
Tabela 48 – Linhas de pesquisa do currículo Lattes elencadas por proponentes	221
Tabela 49 – Linhas de pesquisa de EGCT listadas por proponentes por parecer.....	222
Tabela 50 – Áreas do conhecimento listadas por proponentes.....	226
Tabela 51 – Número de propostas enviadas (demanda) e aprovadas (FV) por região	229
Tabela 52 – Número de propostas por instituição da/o proponente e por parecer	230
Tabela 53 – Enquadramento das propostas segundo interseccionalidade	234
Tabela 54 – Classificação das propostas por subtemas	239
Tabela 55 – Número de projetos com interface com as tecnologias por linha de pesquisa nos EGCT e por parecer	241
Tabela 56 – Resultados da Produção e Formação de Recursos Humanos dos projetos aprovados nos EGCT nas Chamadas do PMC	243

LISTA DE SIGLAS

ABA – Associação Brasileira de Antropologia
ABPN – Associação Brasileira de Pesquisadores(as) Negros(as)
ANDIFES – Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais
ATP – Bolsa de Apoio Técnico em Extensão no País
CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CBPF – Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas
CEDAW – Convenção para a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra a Mulher
CETENE – Centro de Tecnologias Estratégicas do Nordeste
CIDA – Canadian International Development Agency
CNDM – Conselho Nacional dos Direitos da Mulher
CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CONICYT – Comisión Nacional de Investigación Científica y Tecnológica
CSIC – Consejo Superior de Investigaciones Científicas
CWS – Commission on the Status of Women
CYTED – Programa Iberoamericano de Ciencia y Tecnología para el Desarrollo
DT – Bolsa de Produtividade em Desenvolvimento Tecnológico e Extensão Inovadora
DTI – Bolsa de Desenvolvimento Tecnológico e Industrial
EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
ENCTI – Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação
ERA – European Research Area
ETAN – European Technology Assessment Network
EXP – Bolsa de Extensão no País
FACEPE – Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia de Pernambuco
FAPESP – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo
FCC – Fundação Carlos Chagas
FINEP – Financiadora de Estudos e Projetos
FNDCT – Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
GAB – Gender Advisory Board
IAC – InterAcademy Council
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBICT – Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia
ICSU – International Council for Science

IEX – Bolsa de Iniciação ao Extensionismo
IFPA – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
INCT – Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia
INSTRAW – International Research and Training Institute for the Advancement of Women
ITI – Bolsa de Inovação Tecnológica e Industrial
IUPAP – International Union of Pure and Applied Physics
MCTI – Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação
MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário
MEC – Ministério da Educação
MS – Ministério da Saúde
NSF – National Science Foundation
NTNU – Norwegian University of Science and Technology
OBMEP – Olimpíada Brasileira de Matemática das Escolas Públicas
ONU – Organização das Nações Unidas
OWSD – Organization for Women in Science for the Developing World
PACTI – Plano de Ação em Ciência, Tecnologia e Inovação
PIBIC – Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica
PIBITI – Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação
PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNAISM – Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher
PNPM – Plano Nacional de Políticas para as Mulheres
PQ – Bolsa de Produtividade em Pesquisa.
PUC – Pontifícia Universidade Católica
REDEFEM – Rede Brasileira de Estudos e Pesquisas Feministas
REDOR – Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos sobre a Mulher e Relações de Gênero
REF – Revista de Estudos Feministas
SBF – Sociedade Brasileira de Física
SEPPIR – Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial
SNJ – Secretaria Nacional da Juventude
SPM – Secretaria de Políticas para as Mulheres
STEM – Science, Technology, Engineering and Mathematics
TWAS – The World Academy of Sciences
TWOWS – Third World Organization for Women in Science
UCB – Universidade Católica de Brasília

UCSAL – Universidade Católica do Salvador
UDESC – Universidade do Estado de Santa Catarina
UECE – Universidade Estadual do Ceará
UEL – Universidade Estadual de Londrina
UEM – Universidade Estadual de Maringá
UEPB – Universidade Estadual da Paraíba
UERJ – Universidade do Estado do Rio de Janeiro
UFBA – Universidade Federal da Bahia
UFF – Universidade Federal Fluminense
UFG – Universidade Federal de Goiás
UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais
UFMS – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
UFPA – Universidade Federal do Pará
UFPE – Universidade Federal de Pernambuco
UFPEl – Universidade Federal de Pelotas
UFPI – Universidade Federal do Piauí
UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFRN – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
UFRPE – Universidade Federal Rural de Pernambuco
UFRRJ – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina
UFSJ – Universidade Federal de São João del-Rei
UFV – Universidade Federal de Viçosa
UnB – Universidade de Brasília
UNCSTD – United Nations Commission on Science and Technology for Development
UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNESP – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas
UNIFESP – Universidade Federal de São Paulo
UNISINOS – Universidade do Vale do Rio dos Sinos
UNIVAS – Universidade do Vale do Sapucaí
USP – Universidade de São Paulo
UTFPR – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	20
CAPÍTULO 1 – EQUIDADE DE GÊNERO NAS CIÊNCIAS E TECNOLOGIAS: UM CAMINHO NECESSÁRIO PARA A DEMOCRATIZAÇÃO	27
1.1 Participação das mulheres nas ciências e tecnologias no Brasil.....	31
1.2 A Física como exemplo de segregação horizontal.....	38
1.3 Participação das mulheres nos espaços de poder e decisão da ciência e tecnologia.....	40
1.4 As distintas participações femininas: uma abordagem étnico-racial	43
1.5 Entre tesouras, canos e labirintos: cenas de segregação das mulheres na C&T	49
1.6 Gênero, Ciências e Tecnologias – uma questão de agenda	51
1.7 Na esfera nacional.....	52
<i>1.7.1 Na política científica – Conferências Nacionais de Ciência e Tecnologia.....</i>	<i>52</i>
<i>1.7.2 Na política de gênero – Conferências Nacionais de Políticas para as Mulheres.....</i>	<i>57</i>
1.8 Na esfera internacional	60
<i>1.8.1 Política científica no mundo: Fóruns Mundiais de Ciência.....</i>	<i>60</i>
<i>1.8.2 Na política de gênero – Conferências Mundiais sobre as Mulheres</i>	<i>67</i>
1.9 Equidade de gênero nas C&T: um desafio sem fronteiras	71
<i>1.9.1 Sistema das Nações Unidas.....</i>	<i>71</i>
<i>1.9.2 Na União Europeia.....</i>	<i>77</i>
<i>1.9.3 Outras iniciativas</i>	<i>81</i>
1.10 As políticas para equidade de gênero nas ciências e tecnologias.....	82
1.11 Programas de promoção de equidade de gênero em agências de fomento no exterior	84
<i>1.11.1 Programa Advance da NSF (EUA)</i>	<i>84</i>
<i>1.11.2 Plano de Igualdade de Gênero para a Carreira Científica do CSIC (Espanha).....</i>	<i>86</i>
<i>1.11.3 Política de Equidade de Gênero da CONICYT (Chile).....</i>	<i>88</i>
1.12 Outras estratégias	89
1.13 Conclusões sobre o capítulo	91
CAPÍTULO 2 – PROGRAMA MULHER E CIÊNCIA: UMA ANÁLISE DOS ENCONTROS E DO PRÊMIO	92

2.1 Histórico do Programa Mulher e Ciência: entre cientistas, feministas e estudiosas do tema	92
2.1.1 <i>Criação do programa</i>	94
2.2 Pensando Gênero e Ciências em encontros	97
2.3 Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero: um instrumento de formação de recursos humanos e fortalecimento da pesquisa na área	101
2.3.1 <i>Categorias do ensino superior e pós-graduação – Um impulso para o campo e para a carreira</i>	105
2.4 Dados gerais – Um panorama sobre as edições	107
2.4.1 <i>Sobre participação por sexo</i>	107
2.4.2 <i>Um olhar étnico-racial sobre os dados</i>	108
2.5 Análise sobre o perfil das/os premiadas/os	113
2.5.1 <i>Premiação segundo os dados sobre sexo</i>	113
2.5.2 <i>Premiação segundo dados étnico-raciais</i>	114
2.5.3 <i>Sobre áreas do conhecimento das/os premiadas/os</i>	115
2.5.4 <i>Participação das/os premiadas/os por localidade</i>	119
2.5.5 <i>Sobre a trajetória das/os premiadas/os</i>	123
2.6 Conclusões sobre o prêmio	126
2.7 Programa Mulher e Ciência: o vetor de uma série de ações para equidade de gênero na C&T	127
2.7.1 <i>Medidas para a carreira</i>	128
2.7.2 <i>Medidas para a divulgação</i>	130
2.7.3 <i>Medidas da mobilização</i>	132
2.7.4 <i>Efeito multiplicador</i>	134
2.8 Considerações sobre o capítulo	136
CAPÍTULO 3 – O CAMPO DE GÊNERO E ESTUDOS FEMINISTAS A PARTIR DAS CHAMADAS DO PROGRAMA MULHER E CIÊNCIA	138
3.1 Contexto das Chamadas Temáticas do Programa Mulher e Ciência	138
3.2 Um panorama das Chamadas Temáticas do Programa Mulher e Ciência (PMC)	146
3.2.1 <i>Dados sobre o perfil das/os aprovadas/os nas Chamadas Temáticas do PMC</i>	148
3.2.2 <i>Chamadas: um impacto diferenciado nas trajetórias das/os aprovadas/os</i>	152
3.2.3 <i>Um olhar regional sobre as Chamadas</i>	154
3.2.4 <i>A participação das instituições nas Chamadas</i>	158
3.2.5 <i>Uma análise por área de conhecimento</i>	162

3.2.6 <i>Sobre temas e intersecções</i>	169
3.2.7 <i>Subtemas</i>	178
3.2.8 <i>Intersecções, cossustancialidades e categorias de articulação</i>	190
3.3 Uma análise sobre processos de avaliação	192
3.3.1 <i>Processos de avaliação</i>	192
3.3.2 <i>Sobre a reconsideração</i>	194
3.3.3 <i>Sobre o perfil dos Comitês</i>	195
3.4 Conclusões sobre o capítulo	202
CAPÍTULO 4 – ESTUDOS DE GÊNERO, CIÊNCIAS E TECNOLOGIAS A PARTIR	
DO PROGRAMA MULHER E CIÊNCIA	208
4.1 Uma breve história da área no país	209
4.2 Os Estudos de Gênero, Ciências e Tecnologias: uma análise a partir das Chamadas	
do Programa Mulher e Ciência	212
4.2.1 <i>A estratégia de indução temática na última Chamada, nº 32/2012</i>	213
4.3 Perfil das/os coordenadoras/es de projetos em Gênero, Ciências e Tecnologias	
nas Chamadas	218
4.3.1 <i>A participação por sexo das/os coordenadoras/es</i>	219
4.3.2 <i>A participação por raça/cor das/os proponentes</i>	220
4.3.3 <i>As linhas de pesquisa das/os coordenadoras/es segundo o currículo Lattes de projetos</i>	
<i>dos Estudos de Gênero, Ciências e Tecnologias</i>	221
4.3.4 <i>Sobre a participação por área do conhecimento das/os proponentes</i>	223
4.3.5 <i>A participação por área geográfica das/os proponentes</i>	228
4.4 Sobre os temas dos projetos submetidos	234
4.4.1 <i>Indícios de interseccionalidade</i>	234
4.4.2 <i>Sobre a amplitude das propostas</i>	236
4.4.3 <i>Sobre os subtemas dos projetos em Estudos de Gênero, Ciências e Tecnologias</i>	237
4.5 Análise dos resultados dos projetos aprovados nos ECGT	242
4.6 Programa Mulher e Ciência: outras inovações	245
4.6.1 <i>Seminário de avaliação da Chamada nº 32/2012</i>	245
4.7 Mais um avanço para a plena participação das mulheres na C&T	248
4.8 Considerações sobre o capítulo	251
CONCLUSÕES	253
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	261
ANEXOS	272

INTRODUÇÃO

Nas últimas duas décadas, houve um crescimento global do número de mulheres nas ciências e tecnologias, no entanto, ao desagregar os dados, observamos a sub-representação das mulheres em determinadas áreas do conhecimento científico e tecnológico (Exatas, Engenharias e Computação) e em postos de prestígio (bolsas de Produtividade em Pesquisa, por exemplo). Qual a importância da equidade de gênero nas ciências e tecnologias? Quais ações foram implementadas para o alcance da equidade de gênero na C&T no Brasil? Como outros países têm atuado para aumentar a participação das mulheres? Quais os principais resultados e os desafios da primeira iniciativa – Programa Mulher e Ciência – implementada no país com esses objetivos? Essas foram as questões que orientaram nossa pesquisa.

Esta tese soma-se às ações e discussões, em suas distintas e até conflitantes abordagens, que buscam discutir a plena participação das mulheres nas ciências e tecnologias. A participação das mulheres nessas esferas assume extrema relevância, dada a centralidade e importância que o conhecimento científico tem em nossa sociedade. Cabe lembrar que atualmente não é mais possível falar em mulher no singular, tampouco em feminismo como uma categoria única: são mulheres, são feminismos, em diversas vertentes, que compartilham a luta pela igualdade pelos direitos para as mulheres. Essa luta é marcada historicamente, localmente e tem, sem sombra de dúvidas, uma centena de frentes de batalha.

Com a preocupação de fortalecer o avanço das ciências e tecnologias, consideramos que a plena participação feminina é essencial, por ser parte do contingente de talentos que não deve ser desperdiçado e por contribuir com a diversidade na produção dos conhecimentos científicos.

Por ser uma iniciativa pioneira no país, no Governo Federal, analisaremos as principais contribuições do Programa Mulher e Ciência, criado em 2005, para o avanço de equidade de gênero na C&T e os principais desafios que ainda precisamos enfrentar. Com esse intuito, consolidamos e analisamos uma ampla gama de dados para que colaborem com a história dessa iniciativa e com futuros estudos sobre a temática. Assim, o principal objetivo desta tese é contribuir com a análise de políticas para equidade de gênero no sistema de ciência e tecnologia brasileiro por meio do estudo sobre as ações empreendidas no Programa Mulher e Ciência.

O Programa Mulher e Ciência (PMC) foi resultado de um grupo interministerial formado em 2004, que contava com a participação do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e da Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM), dentre outros. O PMC tem dois objetivos principais: 1) estimular a produção científica e a reflexão acerca das relações de gênero, mulheres e feminismos no país; 2) promover a participação das

mulheres no campo das ciências e carreiras acadêmicas. Com esses objetivos, foram implementadas três ações centrais: 1) Chamadas Públicas para a concessão de apoio à pesquisa científica (recursos financeiros e bolsas¹) na temática “mulheres, relações de gênero e feminismos”; 2) um prêmio anual denominado Construindo a Igualdade de Gênero, na mesma temática, para estudantes do ensino médio, ensino superior, pós-graduação e escolas do ensino médio; 3) um encontro trienal intitulado Gênero e Ciências, com núcleos de pesquisa sobre mulheres, relações de gênero e feminismos, para discutir tanto a produção na área quanto as relações de gênero no campo científico.

A pesquisa realizada insere-se no campo dos Estudos de Gênero, Ciências e Tecnologias (EGCT). Esse campo também recebe outras designações, tais como Estudos Feministas da Ciência e Tecnologia, Gênero e Ciências, dentre outros. É caracterizado por articular os temas de mulheres, gênero, ciências e tecnologias; e sua abordagem é interdisciplinar, tendo recebido principalmente contribuições da história e da filosofia das ciências, dos estudos sociais da ciência e tecnologia, da educação e do ensino de ciências. A literatura utilizada para refletir sobre as questões encontradas na pesquisa é centralmente relacionada aos Estudos de Gêneros, Ciências e Tecnologias, em especial os de carreiras e políticas científicas.

A sub-representação das mulheres nas carreiras científicas foi um dos problemas inaugurais desse campo. Essa questão permanece atual e viabilizou outras questões acerca da produção do conhecimento científico. Esses estudos foram “iniciados” em meados de 1960, principalmente nos Estados Unidos, a exemplo do artigo de Alice Rossi: *Women in science: Why so few?*, publicado em 1965, na *Science*. Tendo sido apropriados mais amplamente pelos países latino-americanos, mais especificamente nas décadas de 1980 e 1990, apesar da publicação de artigos pioneiros na área, tais como o de Carmem Barroso, em 1975.

Os Estudos de Gênero, Ciências e Tecnologias têm diferentes linhas de pesquisa: Trajetórias/História de Mulheres em Ciência e Tecnologia; Carreiras de Mulheres em C&T e Política Científica e Tecnológica; Epistemologia/Teorias de gênero e C&T; Construções Científicas/Tecnológicas de Gênero em Saúde, Medicina e Biotecnologia; Educação e GC&T; Divulgação Científica e Mídia: Imagens de Gênero e C&T; TICs e usos da C&T; e Recursos Naturais, Desenvolvimento e Saberes Populares (LOPES, Maria Margaret et al., 2014²). No âmbito dos estudos sobre carreiras e políticas científicas, nosso foco é a análise de iniciativas e

¹Na Chamada nº 32/2012 foram concedidas as seguintes modalidades: Iniciação Tecnológica e Industrial (ITI), Desenvolvimento Tecnológico e Industrial (DTI), Apoio Técnico em Extensão no País (ATP), Extensão no País (EXP) e Iniciação ao Extensionismo (IEX).

² Nesta tese, compartilhamos o posicionamento de autoras como Consuelo Miqueo et al. (2011), que argumentam a favor da visibilidade das autoras por meio da citação de nome e sobrenome.

medidas que contribuam para a maior participação das mulheres na produção de conhecimento científico e tecnológico.

A discussão sobre melhores condições e oportunidades para as mulheres cientistas tem mudado de foco de uma perspectiva liberal para uma mudança estrutural em que a própria ciência precisa ser transformada. Consideramos que a plena inclusão das mulheres em sua diversidade, em especial aquelas capazes de inserir a perspectiva de gênero e outros marcadores sociais na sua prática social – dentro e fora da pesquisa – transforma o ambiente e os resultados do conhecimento científico e tecnológico. A equidade de gênero nas ciências e tecnologias é parte essencial da democratização do conhecimento científico enquanto processo e produto.

A participação das mulheres no campo científico não é unicamente um problema nacional e tem sido caracterizada pela sub-representação das mulheres em algumas áreas do conhecimento, a exemplo das Exatas e Engenharias (exclusão horizontal) e nos postos mais prestigiosos da carreira (exclusão vertical). Esta tese analisa as políticas e ações realizadas pelo Governo Federal para inclusão e maior participação das mulheres nas ciências e tecnologias (C&T), entre 2005 e 2016, por meio do Programa Mulher e Ciência. Durante a pesquisa, foi realizada uma exaustiva busca e análise de dados, nem sempre de maneira fácil e rápida. Algumas informações, por exemplo, foram consultadas uma a uma no currículo Lattes, o que exigiu um tempo maior que o esperado.

Esta tese avança nos estudos de minha trajetória de pesquisa, iniciada na especialização, seguida no mestrado sobre as dificuldades das pesquisadoras de Física na atuação e ascensão na carreira (LIMA, Betina S., 2008). Após estudar esse tema e participar da criação e do acompanhamento do Programa Mulher e Ciência enquanto Analista em Ciência e Tecnologia do CNPq, senti necessidade de aprofundar a reflexão sobre as políticas de equidade na C&T, ou seja, o que é possível realizar ou o que já foi realizado para fomentar a plena participação das mulheres nas carreiras científicas e tecnológicas. Cabe afirmar que assumo o que Donna Haraway (1995) chamou de “objetividade corporificada do sujeito” – no caso, “da sujeita” –, posicionada/o, ou seja, é da posição que anunciei aqui que realizei esta pesquisa. Assim, a metodologia adotada inclui, além do levantamento e análise de documentos relacionados ao programa (atas de reunião, textos das Chamadas, documentos oficiais, dentre outros citados ao longo da tese) e dados (perfil da demanda e aprovação das chamadas do programa, perfil das/os premiadas/os, dentre outros), as observações e experiências derivadas da minha posição no campo de pesquisa enquanto parte da equipe do CNPq nesta iniciativa.

Cabe ressaltar que a análise documental e de informações objetivou compreender a formulação das ações, seu impacto para os objetivos do programa e para a equidade de gênero na

C&T no país. Assim, analisamos se os resultados alcançados do PMC estão de acordo com os fins planejados para cada ação (Prêmio, Chamadas e Encontro). Como esses resultados tiveram repercussão na busca pela equidade de gênero no país? Quais são nossos desafios a partir do programa?

Também destacamos que, ao longo da tese, há variadas formas de se referir aos marcadores sociais que definem hierarquicamente os seres humanos, segundo o que se construiu como diferença sexual. Por vezes utilizamos “sexo”, por vezes “gênero” e por vezes “sexo/gênero”, buscando respeitar o termo utilizado no documento citado. É importante lembrar que nosso objetivo não é reeditar a tão debatida dicotomia dos termos em que sexo está para natureza e gênero para a cultura. Sexo e gênero são termos imbricados e produzidos culturalmente, conforme propôs Thomas Laqueur (2001) historiograficamente:

Este livro, portanto, versa sobre a criação, não do gênero, mas do sexo. Eu não tenho interesse em negar a realidade do sexo ou do dimorfismo sexual como um processo evolucionar. Porém desejo mostrar, com base em evidência histórica, que quase tudo que se queira dizer sobre sexo – de qualquer forma que sexo seja compreendido – já contém em si uma reivindicação sobre gênero. O sexo, tanto no mundo do sexo único como no de dois sexos, é situacional: é explicável apenas dentro do contexto da luta sobre gênero e poder. (LAQUEUR, Thomas, 2001, p. 23).

O sistema de sexo/gênero, atribuído a Gayle Rubin (1993), foi significado como a construção de sentidos ao dimorfismo sexual. Essa concepção foi posteriormente criticada por não romper com os desígnios biológicos que permaneciam como base para a criação da diferença enquanto desigualdade (BUTLER, Judith, 2003). Assim, concluiu-se que gênero, a construção de sentidos, é que “cria” o sexo e não o contrário. O conceito de gênero que assumo é contextual, histórico e relacional (STRATHERN, Marilyn, 2006). Nesta tese, é um dos marcadores sociais centrais para a compreensão sobre as desigualdades em torno das produzidas diferenças sexuais. Ao refletir sobre inovações de gênero para a C&T, Londa Schiebinger utiliza o termo sexo/gênero:

“Sexo” é distinguido de “gênero” por propósitos analíticos. Como vimos até agora, “sexo” se refere a qualidades biológicas; e “gênero”, a processos socioculturais. Na realidade, sexo e gênero interagem (se conformando mutuamente) para formar corpos individuais, habilidades cognitivas e padrões de doenças, por exemplo. Sexo e gênero também interagem influenciando as formas como engenheiros/as desenham seus objetos, edifícios, cidades e infraestruturas. Sexo e gênero também se intersectam de forma relevante com uma variedade de outros fatores sociais, incluindo-se, aí, idade, grau de educação, status socioeconômico, etnicidade, situação geográfica, etc. (SCHIEBINGER, Londa, 2014, p. 96)

É importante lembrar, como abordaremos ao longo da tese, que a autora propõe a incorporação da perspectiva de sexo/gênero para todas as áreas do conhecimento em que essa

proposta seja possível (engenharias, biologia, medicina, etc.). Nesse sentido, a distinção feita pela autora, de forma não desacoplada, pode ser útil e justificada.

Além desta introdução e das conclusões, esta tese está dividida em quatro capítulos. No primeiro capítulo, intitulado “Equidade de gênero nas ciências e tecnologias: um caminho necessário para a democratização das ciências e tecnologias”, buscamos apresentar as principais questões para a participação das mulheres nas ciências e tecnologias, analisando alguns dados sobre o tema a partir de concessão de bolsas e premiações no CNPq. Nesse capítulo, situamos a discussão sobre o tema “gênero em ciências” em duas arenas correlacionadas: na política científica e na política para mulheres. Essa discussão está dividida em cenário internacional e cenário nacional. No cenário nacional, serão analisados os Planos Nacionais de Políticas para as Mulheres (PNPM), resultantes das Conferências Nacionais sobre Políticas para as Mulheres, organizadas pela Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM); e os documentos das Conferências Nacionais de Ciência e Tecnologia, promovidas pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI)³. No cenário internacional, serão analisados os documentos resultantes dos Fóruns Mundiais sobre Ciência. Também serão analisados os documentos produzidos nas Conferências Internacionais sobre as Mulheres, organizados pelo sistema das Nações Unidas, resultado da articulação do movimento de mulheres. Ainda no cenário internacional, serão analisados os principais relatórios elaborados por comissões e grupos de especialistas sobre a equidade de gênero. Também serão apresentados brevemente os programas e as medidas tomadas por três agências congêneres ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq): o programa Advance, da National Science Foundation (NSF), dos Estados Unidos; o Plano de Igualdade de Gênero na Carreira Científica, do Consejo Superior de Investigaciones Científicas (CSIC), da Espanha; e a Política de Equidade de Gênero, da Comisión Nacional de Investigación Científica e Tecnológica (CONICYT), do Chile.

No segundo capítulo, “Programa Mulher e Ciência: uma análise dos encontros e do prêmio”, apresentamos as principais características do Programa Mulher e Ciência, explicitando seu contexto de criação e suas principais agentes. Analisaremos duas das três ações do programa: o encontro “Gênero e Ciências” e o prêmio “Construindo a Igualdade de Gênero”, com o objetivo de compreender o impacto dessas ações para a equidade de gênero na C&T.

O encontro nacional de núcleos e grupos de pesquisa Gênero e Ciências foi idealizado para ser realizado a cada três anos. O encontro proporciona a discussão entre pesquisadoras dos

³ Em 2011, na gestão do ministro Aloizio Mercadante, o Ministério da Ciência e Tecnologia agrega a palavra “Inovação” ao seu nome, passando a ser chamado de Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI).

núcleos e grupos de pesquisa das áreas de gênero e feminista, representantes governamentais, participantes e convidadas sobre os objetivos do programa: fortalecer os estudos e pesquisas de gênero e fomentar a participação feminina nas ciências. A respeito do encontro, analisamos seu formato e suas principais recomendações. Também nos interessa refletir quais medidas na política científica foram influenciadas pelas recomendações dos encontros.

O prêmio Construindo a Igualdade de Gênero é uma premiação que busca selecionar os melhores trabalhos sobre o tema de relações de gênero, mulheres e feminismos. Dessa premiação participam estudantes do ensino médio, de graduação, graduados, estudantes de mestrado, estudantes de doutorado, mestres, especialistas e escolas. São enviados redações (pelas/os estudantes de ensino médio), artigos científicos (pelas/os estudantes de ensino superior e pós-graduação) e projetos pedagógicos (pelas escolas) voltados para a promoção da igualdade de gênero. A promoção do debate de gênero na educação, bem como o estímulo à pesquisa e à formação de recursos humanos na área, são os alvos dessa ação. Visto que um dos objetivos desta tese é analisar a contribuição das ações do Programa Mulher e Ciência para o fortalecimento do campo de gênero na pesquisa científica, centraremos nossa pesquisa sobre os resultados do prêmio dirigido às categorias associadas ao ensino superior e à pós-graduação. Essas categorias estão mais diretamente relacionadas ao impulso à formação de recursos humanos e ao apoio à pesquisa no campo de gênero. O recorte histórico escolhido para análise do prêmio é de 2005 até 2015. A análise é realizada por meio dos dados gerais dos participantes, detalhando dados das/os premiadas/os (sexo, raça/cor, área do conhecimento, região, instituição de origem e perfil das/os orientadoras/es), das comissões julgadoras e trajetória das/os premiadas/os.

No terceiro capítulo, “O campo de gênero e estudos feministas a partir das Chamadas do Programa Mulher e Ciência”, analisamos os impactos das quatro Chamadas de apoio à pesquisa na temática de relações de gênero, mulheres e feminismos na consolidação e ampliação do campo de Estudos de Gênero e Feministas. Analisamos os dados gerais das propostas enviadas (demanda) e aprovadas (aprovação) por localidade, por instituição, por área de conhecimento, por tema, subtema e intersecção, o perfil das/os proponentes e uma amostra de trajetórias de aprovadas/os. Também refletiremos sobre o processo de avaliação e o perfil dos Comitês de Julgamento. As características levantadas nas Chamadas também nos permitem visualizar um retrato do campo.

O quarto e último capítulo, “Estudos de gênero, ciências e tecnologias a partir do Programa Mulher e Ciência”, versa sobre a área de Estudos de Gênero, Ciências e Tecnologias a partir das propostas enviadas para as Chamadas. Consideramos que essa área de estudos é fundamental para o avanço das discussões e ações para a promoção da equidade de gênero nas ciências e tecnologias. Buscamos compreender como essa área está configurada e se esse campo foi ampliado e fomentado

por meio das Chamadas. Com esse fim, elaboramos o panorama das propostas recebidas e aprovadas (dados da demanda e aprovação ao longo das quatro Chamadas, perfil das/os proponentes, sexo e raça/cor, região, instituição, área do conhecimento) e analisamos aspectos da produção da área, segundo as características encontradas nos projetos (temas escolhidos e principais resultados). Nesse capítulo, também realizamos uma análise sobre a Chamada nº 18/2013 – “Meninas e jovens fazendo Ciências Exatas, Engenharias e Computação” –, outra ação do programa, implementada em 2013 como desdobramento das anteriores. Analisamos também o seminário de avaliação da quarta Chamada do programa, com vistas a observar as recomendações específicas sobre política científica para fomento à equidade de gênero. Por fim, destacamos outros avanços do programa para a promoção da área de gênero e das mulheres na C&T.

É importante ainda considerar que a produção do conhecimento de maneira mais democrática, ou seja, com a maior participação das mulheres e outros “agentes” (negras/os, indígenas, latino-americanas/os, etc.), deve ocorrer em conjunto com a própria democratização dos saberes: as ciências e as tecnologias devem incorporar as perspectivas e variáveis múltiplas como as dos marcadores sociais e intersecções, tais como sexo/gênero. Assim, pode-se pensar em três desafios para a democratização do conhecimento científico: 1) inclusão dos distintos grupos na produção do saber (nesta tese tratamos especificamente das mulheres em sua diversidade); 2) apropriação pelos distintos grupos dos saberes e tecnologias produzidos; e 3) produção de saberes não sexistas, não racistas, não etnocêntricos. Nossa análise das ações para equidade de gênero, centradas no Programa Mulher e Ciência, dialogam principalmente com o primeiro e o terceiro desafios. Esses desafios estão presentes nas questões e estudos realizados no campo de Gênero, Ciências e Tecnologias.

Ao concluir esta tese, consideramos que uma etapa de pesquisa foi finalizada, porém o objeto a ser pesquisado tende ao infinito; e, na verdade, dar um trabalho por encerrado, ainda que seja só uma parte, é um desafio para quem busca respostas. Nosso intuito é que as análises e informações deste trabalho, contingenciadas pelas suas condições de produção, contribuam tanto para o fortalecimento dos Estudos de Gênero, Ciências e Tecnologias quanto para as políticas de equidade de gênero na C&T.

CAPÍTULO 1 – EQUIDADE DE GÊNERO NAS CIÊNCIAS E TECNOLOGIAS: UM CAMINHO NECESSÁRIO PARA A DEMOCRATIZAÇÃO

Neste capítulo, apresentamos as contribuições dos Estudos de Gênero, Ciências e Tecnologias (EGCT) para a equidade de gênero. Também apresentamos um cenário com dados do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) sobre a participação das mulheres no sistema científico, a fim de pontuar as principais questões nacionais sobre o tema. Após mapear esse cenário, buscamos analisar de que modo este assunto se insere na agenda de política para as mulheres e na agenda de política científica no Brasil e no mundo, na perspectiva da democratização da produção científica e tecnológica. Por fim, consideramos algumas iniciativas, em âmbito internacional, analisando dados, recomendações e medidas implementadas em escala global, voltadas para a equidade de gênero.

Os estudos sobre gênero, ciência e tecnologia e as críticas feministas à C&T, ao buscar entender as sub-representações femininas das mulheres nas ciências, acabaram por tornar a própria produção da ciência um objeto de estudo, não apenas mostrando como o conhecimento produzido está imbuído de valores sexistas vigentes na sociedade, mas também afirmando que a própria institucionalização da ciência se fez pela exclusão das mulheres e do feminino. Assim, a concepção de ciência está pautada em valores masculinos, o que perpetua a exclusão das mulheres na produção científica (SCHIEBINGER, Londa, 2008).

A articulação entre os conceitos “mulheres”, “gênero”, “feminismos”, “ciências” e “tecnologias” nas pesquisas acadêmicas ocorreu em diferentes, múltiplas e nem sempre convergentes abordagens. Os estudos empreendidos neste campo de estudo buscam desde explicar a sub-representação das mulheres na ciência e tecnologia até analisar a forma e o conteúdo do conhecimento científico como androcêntrico (KELLER, Evelyn, 1985). As análises têm sido realizadas em diferentes campos disciplinares, tais como: História da Ciência, Sociologia, Antropologia e mesmo no âmbito das Ciências Exatas, Biológicas, da Saúde. As críticas feministas à ciência têm gerado contribuições epistemológicas, que aportaram novas questões e novas vertentes para a pesquisa (SCHIEBINGER, Londa, 2001), conforme aponta Maria Margaret Lopes a partir de considerações de Evelyn Fox Keller (1985):

A partir da década de 1980, os primeiros estudos sexuais, que depois se refeririam a gênero, rapidamente evoluíram, nos Estados Unidos, da procura e da constatação da ausência das mulheres nas ciências e da busca de suas causas, para as discussões das consequências científicas dessa sub-representação histórica, e indo além, para o questionamento da neutralidade de gênero dos próprios critérios que definem o que é científico. (LOPES, Maria Margaret, 1998, p. 349).

Especificamente no âmbito desta tese, centraremos na literatura sobre a sub-representação feminina na ciência e tecnologia e nas análises de programas e ações realizadas no Brasil para fomentar a participação feminina no campo científico. Margaret Rossiter (1982) pode ser considerada uma entre as pioneiras nesta temática por estudar as pesquisadoras em suas trajetórias e não mais como exceções à regra. A partir do estudo de um contingente expressivo de mulheres cientistas de diversas áreas do conhecimento em suas lutas e estratégias para incorporação no sistema de ciência e tecnologia estadunidense, a autora apontou para dois tipos de sub-representação feminina que continuam vigentes no sistema de C&T: a segregação ou exclusão hierárquica/vertical e a segregação ou exclusão espacial/horizontal. A exclusão vertical é caracterizada pela sub-representação das mulheres em posições de prestígio, e a exclusão horizontal refere-se à sub-representação das mulheres em determinadas áreas do conhecimento, tais como Exatas e Engenharias.

Os estudos sobre equidade de gênero nas ciências podem ser divididos em três níveis de análise: a participação das mulheres nas ciências, gênero na cultura das ciências e gênero nos resultados das ciências (SCHIEBINGER, Londa, 2008). É importante ressaltar que esses níveis estão intrinsecamente relacionados.

O primeiro nível – participação das mulheres nas ciências – está centrado em analisar questões históricas e sociológicas sobre a participação das mulheres no sistema científico. Este nível enfatiza questões fundamentais, tais como: Quais são os problemas que as mulheres enfrentam e/ou enfrentaram para a plena participação nas ciências e nas tecnologias? Quais foram as contribuições das mulheres para determinado campo científico? Quem são as mulheres cientistas de destaque de um campo ou uma época? Grosso modo, trata-se de mapear e analisar as ausências e presenças das mulheres no sistema científico e tecnológico. A maior parte dos estudos sobre Gênero, Ciências e Tecnologias produzidos no Brasil insere-se no primeiro nível de análise sugerido por Londa Schiebinger, que é a participação das mulheres nas ciências, onde o estudo sobre carreiras predomina sobre outras abordagens. (LOPES, Maria Margaret et al., 2014; MINELLA, Luzinete, 2013; CABRAL, Carla, 2015). Neste nível, identificamos, nesta tese, duas vertentes: 1) a vertente histórica, que busca divulgar e “reescrever” a história das mulheres

nas ciências; 2) a vertente sociológica, que mapeia e analisa em que posições as mulheres estão alocadas na carreira científica.

A principal contribuição histórica consiste em visibilizar a atuação das mulheres nas ciências, demonstrando que, em diversos períodos, elas contribuíram com a produção do conhecimento científico, seja de modo formal e reconhecido, seja de maneira invisibilizada.

A inscrição dessas mulheres na história, ademais de uma questão de justiça, tem um importante desdobramento simbólico, pois ressalta que a produção científica também é (e foi) uma realização das mulheres. A perspectiva aqui apresentada, o simbolismo de que a ciência pode ser democrática e inclusiva, para além de uma construção social, é que a ciência é uma produção coletiva entre homens e mulheres. A invisibilidade das mulheres tornou possível um “projeto” histórico de distinção biológica e social, e a ciência corroborou para esse projeto de exclusão.

A divulgação de histórias de vida que motivam é uma das estratégias frequentemente mencionadas na literatura e adotadas em programas internacionais para atrair meninas e jovens na carreira científica, em especial em áreas em que estão sub-representadas.

Nesta corrente histórica no Brasil, há estudos sobre pesquisadoras e cientistas de diversas disciplinas. Destacamos os estudos sobre a feminista e bióloga Bertha Lutz, desenvolvidos por Maria Margaret Lopes (2008), Lia Gomes e Mariana Sombrio (SOUSA, Lia et al., 2005); sobre as pesquisadoras Emilia Snethlage, Leolinda Daltro e Heloisa Alberto Torres, realizado por Marisa Correa (2003); e sobre a obstetra Madame Durocher (MOTT, Maria Lúcia, 1994). Também há estudos sobre a presença e a participação das mulheres em expedições científicas e museus (SOMBRIO, Mariana, 2016a, 2016b), dentre outros exemplos que poderíamos citar.

As vertentes sociológicas buscam compreender as possíveis causas da sub-representação das mulheres, mapear áreas e espaços onde estão sub-representadas e avaliar ações de fomento à participação feminina na C&T. Nesta vertente, há pesquisas sobre as desigualdades na carreira científica, tais como um dos trabalhos inaugurais no Brasil de Fanny Tabak (2002) sobre a posição das mulheres na C&T (LETA, Jaqueline, 2003; GUEDES, Moema et al., 2015), sobre as dificuldades e trajetória das engenheiras (LOMBARDI, Maria Rosa, 2006; CABRAL, Carla, 2006), sobre a carreira das físicas (LIMA, Betina, 2008) e sobre a atuação das mulheres na biologia (OSADA, Neide; COSTA, Maria Conceição, 2006). Também há estudos sobre a produção científica das mulheres e carreira científica (VELHO, Lea; LEON, Elena, 1998; MELO, Hildete; OLIVEIRA, André, 2006; RODRIGUES, Jeorgina; GUIMARÃES, Maria Cristina, 2016).

O segundo nível refere-se a gênero na cultura das ciências, ou seja, ao conjunto de práticas, comportamentos e normas que compõem a cultura científica e que não colaboram para a maior participação das mulheres no campo das ciências e tecnologias. Aqui se encontram em tela as práticas e códigos constituídos a partir do referencial masculino que excluem valores associados ao feminino e dificultam a atuação das mulheres na carreira científica.

Nesse segundo nível de análise, pode-se considerar que não se trata mais de analisar quais as dificuldades das mulheres na C&T, mas de buscar entender quais são os obstáculos que a cultura científica impõe às mulheres. Há uma sutil, porém estratégica, mudança de foco: os problemas deixam de pertencer ao universo “feminino” e passam a ser situados no campo científico.

A inserção da perspectiva de gênero na cultura das ciências versa sobre como a cultura da comunidade científica é estruturada por valores masculinos e de que forma esses códigos – explícitos ou não – são empecilhos para maior participação feminina, pois se trata de “suposições e valores não declarados de seus membros. A despeito dos clamores de objetividade e de valor neutralidade, as ciências encerram culturas identificáveis, cujos costumes e hábitos desenvolveram-se ao longo do tempo” (SCHIEBINGER, Londa, 2008, p. 273).

Obviamente não há uma divisão estanque entre o primeiro (a participação das mulheres nas ciências) e o segundo nível de análise (gênero na cultura das ciências). Há questões que se sobrepõem: a difícil conjugação entre a maternidade e a produção científica ou a oposição dos papéis sociais “mulher” e “cientista”. A autora pontua que os incentivos dados pela National Science Foundation (NSF), nos EUA, por meio do programa Advance, buscam transformar a cultura das organizações: “estes esforços variam desde a supressão dos sutis preconceitos de gênero das práticas de contratação, até a reestruturação do equilíbrio da vida e do trabalho acadêmicos mediante o oferecimento da licença-maternidade ou a não exigência do período probatório” (SCHIEBINGER, Londa, 2008, p. 273). Refletir sobre os obstáculos construídos pela cultura científica para a maior participação feminina é especialmente útil ao analisar as razões da sub-representação das mulheres nos espaços de poder e prestígio em todas as áreas do conhecimento. Consideramos que, em grande medida, as pesquisas sobre as políticas científicas para a promoção da equidade de gênero no seu sentido macro, a exemplo desta análise sobre o Programa Mulher e Ciência, se inserem neste nível. As pesquisas com este foco, no entanto, são em menor número no contexto nacional.

O terceiro nível de análise proposto por Londa Schiebinger (2008) refere-se ao gênero nos resultados das ciências, ou seja, quais as consequências dos preconceitos de gênero e/ou da

sub-representação das mulheres nos resultados científicos? A autora descreve os diversos avanços a partir do questionamento dos preconceitos de gênero na Primatologia, na Biomedicina, na Biologia, dentre outras (SCHIEBINGER, Londa, 2001, 2008, p. 276).

A incorporação da perspectiva de gênero gera inovações na ciência e tecnologia, na medida que suscita novas questões para o conhecimento. No entanto, para integrar a perspectiva de gênero na produção do conhecimento científico é necessária formação e treinamento, daí a importância da disciplina de gênero em todos os campos de conhecimento:

Alguns países europeus, como a Holanda e a Suécia, fizeram do aumento do número de mulheres, em conjunto com a integração da análise de gênero no planejamento da pesquisa, parte de suas políticas científicas nacionais. Contudo, mesmo onde isso é o caso, é necessário mais treinamento em como incorporar a análise de gênero à pesquisa científica. Numa recente visita à Suécia, verifiquei que, embora essas políticas estejam em execução, poucos pesquisadores sabem exatamente o que fazer. (SCHIEBINGER, Londa, 2008, p. 279).

A autora também ressalta que as áreas do conhecimento que mais incorporaram a análise de gênero são as que tiveram um número elevado de mulheres, a exemplo da Primatologia. Isso não significa dizer que as mulheres produzem ciência de um modo necessariamente diferente. Cabe lembrar que as características femininas, quando naturalizadas, foram utilizadas como justificativa para a exclusão da prática científica.

Tendo introduzido o panorama geral das principais questões sobre a equidade de gênero nas ciências e tecnologias onde esta pesquisa se insere, problematizaremos, na primeira parte deste capítulo, a participação das mulheres no Brasil.

1.1 Participação das mulheres nas ciências e tecnologias no Brasil

Na primeira parte deste capítulo, buscamos pontuar as principais questões sobre a participação das mulheres no sistema científico e tecnológico no Brasil por meio da análise de dados e informações do CNPq⁴. Nosso objetivo é explicitar, no primeiro nível de análise proposto por Londa Schiebinger (2008), os aspectos locais da exclusão horizontal e da exclusão vertical das mulheres nos sistemas de Ciência e Tecnologia (ROSSITER, Margaret, 1982).

Apesar de a participação feminina nas ciências ter aumentado de maneira global, a desagregação dos dados possibilita perceber a existência de duas formas de sub-representação das mulheres no sistema científico e tecnológico, muito utilizada na literatura da área: 1) exclusão horizontal, que indica o pequeno número de mulheres em determinadas áreas ou

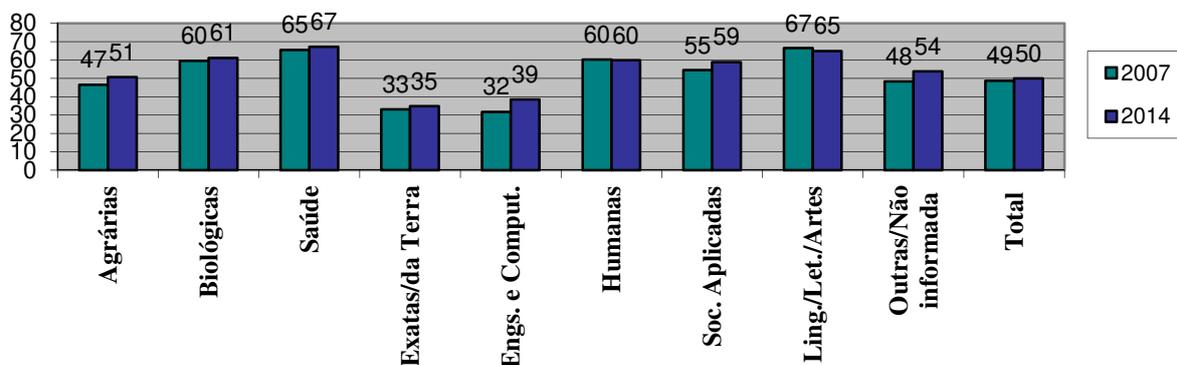
⁴ Em 2016, na revista *Gênero*, uma versão preliminar da participação das mulheres foi publicada no artigo “Participação das mulheres nas ciências e tecnologias: entre espaços ocupados e lacunas”, em coautoria com Maria Lúcia de Santana Braga e Maria Isabel Tavares – analistas do CNPq.

subáreas do conhecimento, geralmente associadas a características masculinas; e 2) a exclusão vertical, que aponta para uma minoria feminina em postos de decisão e prestígio em todas as áreas do conhecimento, mesmo nas carreiras consideradas femininas.

Inicialmente refletimos os aspectos gerais da participação das mulheres na C&T por meio da análise da concessão de bolsas-ano no país concedidas pelo CNPq, nas grandes áreas do conhecimento (exclusão horizontal) e nas principais modalidades de bolsas (exclusão vertical). Em seguida, detemo-nos nas características específicas sobre a participação das mulheres na Física, área historicamente masculina, como uma ilustração de exclusão horizontal. A fim de evidenciar a exclusão vertical, analisamos a sub-representação feminina em espaços de poder e prestígio (INCTs, premiações e comitês assessores). Por fim, também abordaremos a participação das mulheres por perfil étnico-racial no sistema científico, por meio de dados sobre as bolsas concedidas pelo CNPq, enfatizando a importância do olhar interseccional.

A seguir, apresentamos a distribuição percentual de bolsas-ano concedidas pelo CNPq para o sexo feminino, em 2007 e em 2014, de modalidades no país e no exterior, por grande área do conhecimento. O número de bolsas-ano representa a média aritmética do número de mensalidades pagas de janeiro a dezembro pelo CNPq (nº de mensalidades pagas no ano/12 meses = número de bolsas-ano), conforme o gráfico 1.

Gráfico 1 – Distribuição percentual de bolsas-ano para o sexo feminino (2007 e 2014)



Fonte: CNPq, elaboração própria.

Se considerarmos o total, temos em 2014 a concessão de metade das bolsas concedidas (50%) para as mulheres. No entanto, ao desagregar os dados por área de conhecimento e ano, concluímos que a sub-representação das mulheres ainda ocorre em algumas áreas, como é possível verificar nas Ciências Exatas e da Terra, nas Engenharias e na Computação.

As áreas nas quais os predicados historicamente construídos como femininos são necessários, tais como as habilidades do cuidado e da comunicação, são as que têm maior

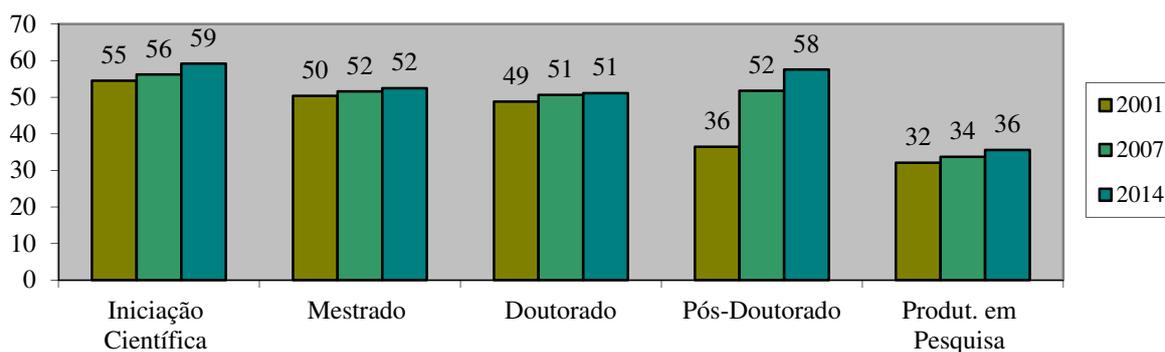
número de bolsas concedidas, como é notável nas áreas de Saúde, Linguística, Letras e Artes, com percentual acima de 65%.

Outro dado observável é que o quadro de segregação de áreas por sexo não teve mudanças significativas no período analisado, ou seja, nos últimos sete anos. Nas áreas em que as mulheres são minoria, o aumento percentual não atingiu 10% de crescimento.

A segregação por nichos de atuação também ocorre em áreas e subáreas do conhecimento; por exemplo, o percentual de bolsas-ano concedidas em 2014 para mulheres nas Ciências Exatas e da Terra é distinto, a depender da área do conhecimento: em Química, é de cerca de 53%; já em Física, é de 26%. Outro exemplo ocorre na área da Saúde. Em Medicina, em todas as modalidades, o percentual de bolsas-ano foi de 60%; já em Enfermagem, é de 89%. Ambas são áreas da saúde, onde há maior participação de mulheres, no entanto, ao desmembrar os dados por subárea, percebe-se que há desigual participação de homens e mulheres, segundo grau de prestígio social do campo do conhecimento. Dentro da Medicina, por exemplo, as mulheres são minoria nas áreas de cirurgia e radiologia (em torno de 39%).

A exclusão vertical ou hierárquica, como já afirmamos, é caracterizada pela sub-representação feminina em postos mais avançados da carreira e em posições de prestígio. As mulheres são maioria, nas principais modalidades de bolsa no país, com exceção da bolsa de Produtividade em Pesquisa (PQ), conforme mostra o gráfico 2.

Gráfico 2 – Distribuição percentual de bolsas-ano no país para o sexo feminino (2001-2014)



Fonte: CNPq, elaboração própria.

A partir dos dados do gráfico 2, também podemos depreender que houve um aumento da participação feminina em todas as modalidades de bolsa, em especial na modalidade de pós-doutorado. Por outro lado, é possível notar que a paridade alcançada na modalidade de doutorado, em aproximadamente 13 anos, não foi refletida na bolsa de Produtividade em Pesquisa.

A bolsa de Produtividade em Pesquisa (PQ) é dirigida a apoiar pesquisadoras/es de destacada produção e competência entre seus pares. A modalidade tem duas categorias: “a) Pesquisador 1: 8 (oito) anos, no mínimo, de doutorado por ocasião da implementação da bolsa; b) Pesquisador 2: 3 (três) anos, no mínimo, de doutorado por ocasião da implementação da bolsa⁵”. Além da divisão por categorias, há uma classificação por níveis na categoria 1: A, B, C e D, sendo o nível D o iniciante. As/os pesquisadoras/es enquadradas/os na categoria 1, além do recebimento da bolsa, também recebem um adicional de bancada a ser aplicado em gastos com a pesquisa. Os valores desse adicional são calculados segundo o nível da bolsa.

A bolsa PQ representa não somente um apoio material às/aos pesquisadoras/es e a sua pesquisa como também se configura como um importante indicador de prestígio na carreira científica, uma vez que ser bolsista PQ funciona como um “selo” de reconhecimento. Ter sido aprovada/o como bolsista PQ representa um capital científico, na acepção cunhada por Pierre Bourdieu (1983), pois, além de ganhar visibilidade e reconhecimento na comunidade científica, confere às pesquisadoras/es uma série de novos acúmulos, uma vez que ser bolsista PQ é a porta de entrada para outras oportunidades, por exemplo participar de comitês de assessoramento e julgamento⁶. Ser bolsista Produtividade também é requisito para submeter projetos em determinadas Chamadas de concessão com grande aporte de recursos à pesquisa (ex.: INCT⁷) e facilita o recebimento de determinadas bolsas, tais como as de iniciação científica e tecnológica dos Programas Institucionais de Iniciação Científica e Tecnológica⁸ (Pibic e Pibiti). Assim, a bolsa PQ é um importante vetor na carreira científica.

⁵ Trecho da norma da modalidade PQ RN nº 028/2015. Disponível em: <<http://tinyurl.com/j4edorz>>. Acesso em: 1º set. 2016.

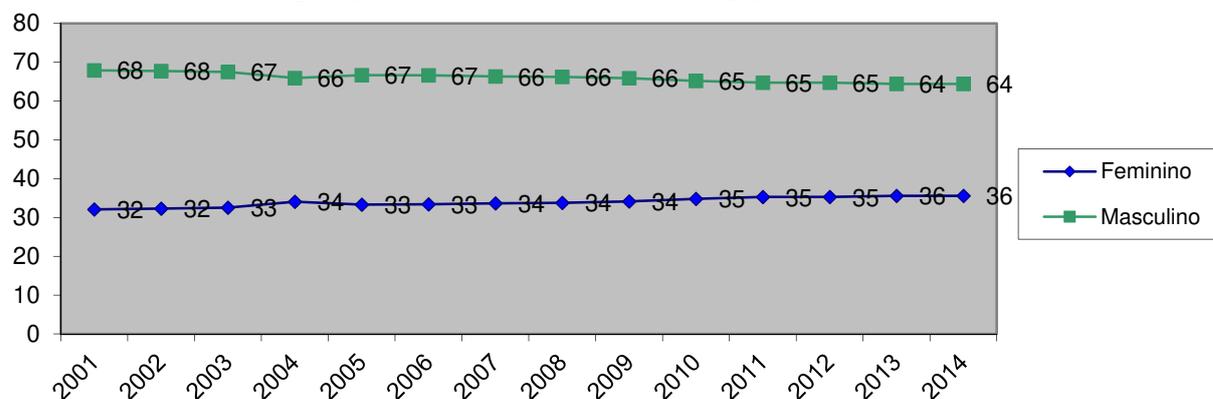
⁶ Segue o trecho da norma que determina o perfil dos membros dos Comitês. Não somente são escolhidos pesquisadores bolsistas PQ, mas também PQ nível 1, onde a participação feminina ainda é menor: “O CD escolherá os membros titulares e suplentes dos CA(s) entre os pesquisadores bolsistas de Produtividade em Pesquisa de nível 1 ou entre pesquisadores não bolsistas com o perfil de pesquisadores de nível 1” (RN nº 002/2015). A participação de pesquisadores não bolsistas é uma excepcionalidade. Disponível em: <<http://tinyurl.com/zjuwvvl>>. Acesso em: 1º set. 2016.

⁷ Sobre o que estabelece a última Chamada do INCT nº 16/2014 a respeito do perfil do proponente: “II.1.3.1. Poderão apresentar propostas os pesquisadores de reconhecida competência nacional e internacional na sua área de atuação, beneficiários de bolsa de Produtividade em Pesquisa (PQ) ou Produtividade em Desenvolvimento Tecnológico e Extensão Inovadora (DT) nível I do CNPq ou perfil equivalente, com capacidade para liderar projetos complexos e com vários participantes, e liderança demonstrada por publicações de impacto em revistas científicas, patentes nacionais ou internacionais, e expressivo resultado em orientação de dissertações ou teses e supervisão de pós-doutores, e que tenham vínculo empregatício/funcional com instituição pública ou privada, sem fins lucrativos, de ensino superior ou de pesquisa nacional.” Disponível em: <<http://tinyurl.com/hjrqlqf>>. Acesso em: 1º set. 2016.

⁸ Sobre a prioridade em receber bolsa de IC no Pibic por ser bolsista PQ: “3.6.4 – Os pesquisadores de reconhecida competência científica deverão ter precedência em relação aos demais, quanto ao recebimento de bolsas. Bolsistas de produtividade do CNPq, por definição, têm reconhecida competência científica.” Trecho da norma Pibic nº 017/2006. Disponível em: <<https://tinyurl.com/h4jsqst>>. Acesso em: 1º set. 2016.

Segundo os dados da bolsa de Produtividade (gráfico 3), as mulheres ainda são minoria, com percentuais que variam, ao longo do período estudado, de 32% (2001) a 36% (2014). Percebe-se que a participação desigual entre homens e mulheres permanece ao longo de mais de uma década.

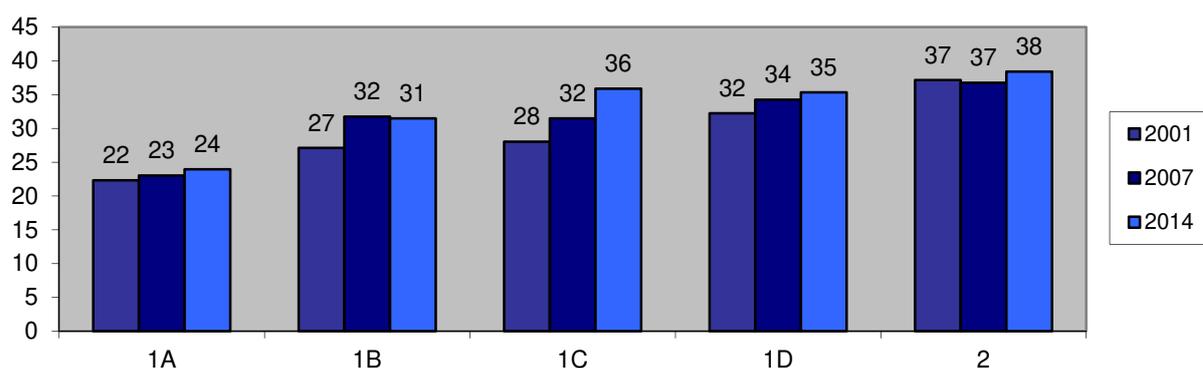
Gráfico 3 – Distribuição percentual de bolsas-ano PQ por sexo (2001-2014)



Fonte: CNPq, elaboração própria.

A participação feminina é menor à medida que se eleva a categoria e o nível da bolsa PQ, conforme é possível perceber no gráfico 4. Ao longo do período estudado, a bolsa PQ 1A passou de 22% (2001) para 24% (2014). Entre 2001 e 2014, a participação feminina na bolsa PQ 1A não ultrapassou 24% de bolsas-ano.

Gráfico 4 – Distribuição percentual de bolsas-ano de PQ para o sexo feminino (2001, 2007 e 2014)



Fonte: CNPq, elaboração própria.

Os dois extremos da modalidade PQ – as categorias 2 e 1A – são aqueles em que menos houve aumento da participação feminina. A categoria com maior incremento no número de mulheres como bolsistas PQ foi a 1C. Entre 2001 e 2014, houve um aumento de 8 pontos percentuais. Esses dados apontam para a maior dificuldade de ingresso na categoria PQ, que é uma etapa definidora na carreira, e para a ascensão ao maior nível de bolsa (1A).

De modo geral, percebe-se, conforme tratado em extensa literatura sobre o tema, que a participação feminina diminui à medida que o nível das bolsas aumenta. Assim, nos níveis 1A e 1B, que representam os níveis mais altos da modalidade, a desigualdade de gênero é maior.

É possível perceber que, ao longo de mais uma década (2001-2014), não houve crescimento significativo das mulheres nas bolsas Produtividade em Pesquisa (PQ). Esse é um dado relevante, já que a bolsa de Produtividade é revertida em acúmulo material e simbólico para a pesquisa. O fato de as mulheres serem minoria nessa modalidade diminui o ritmo de ascensão na carreira.

Em 2005, como um desdobramento da modalidade de Produtividade em Pesquisa, foram criadas duas outras “bolsas”: uma modalidade de apoio a pesquisadoras/es, dirigida para a área tecnológica e de inovação (Bolsa de Produtividade em Desenvolvimento Tecnológico e Extensão Inovadora – DT⁹) e uma categoria de bolsa PQ dirigida a pesquisadoras/es seniores (Pesquisador/a Sênior – PQ-Sr¹⁰). Na tabela 1, constata-se que na participação global, na modalidade Bolsa de Produtividade em Desenvolvimento Tecnológico e Extensão Inovadora (DT), o percentual de bolsas-ano concedido ao sexo feminino não atinge 30% em 2015.

Tabela 1 – Número de bolsas-ano de Produtividade em Desenvolvimento Tecnológico e Extensão Inovadora – DT (2006-2015)

Anos	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Total de bolsas-ano	106	213	201	186	354	535	706	730	740	745
Total de bolsas-ano para o sexo feminino	22	44	42	38	77	131	180	197	201	205
Porcentagem da participação feminina	20	21	21	20	22	24	26	27	27	28

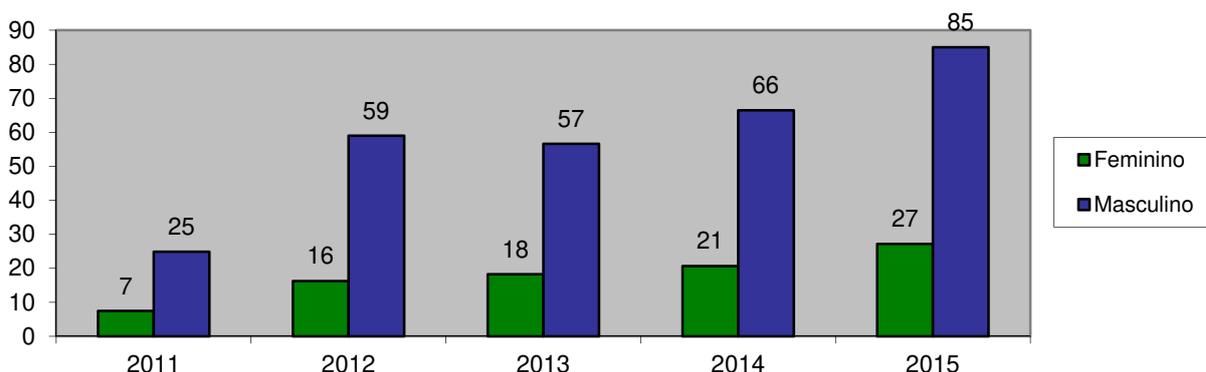
Fonte: CNPq, elaboração própria.

A categoria Sênior é certamente uma das que mais representam um acúmulo de “vantagens” no sistema científico, no sentido já mencionado, já que um dos requisitos para receber a bolsa PQ-Sr é “ter permanecido no sistema por pelo menos 15 anos na categoria 1, níveis A ou B, consecutivos ou não¹¹”. O gráfico 5 apresenta o número de bolsas-ano nessa modalidade por sexo, no período de 2011-2015:

⁹ Eis a finalidade da bolsa DT definida em norma: “Distinguir o pesquisador, valorizando sua produção em desenvolvimento tecnológico e inovação segundo critérios normativos, estabelecidos pelo CNPq, e especificamente pelo Comitê Avaliador.” Disponível em: <<https://tinyurl.com/hor7vdw>>. Acesso em: 2 set. 2016.

¹⁰ Eis a definição da modalidade: “Destinada ao pesquisador que se destaque entre seus pares como líder e paradigma na sua área de atuação, valorizando sua produção científica e/ou tecnológica, segundo requisitos e critérios normativos estabelecidos pelo CNPq e por sua assessoria técnico-científica”. Disponível em: <<https://tinyurl.com/hz727s8>>. Acesso em: 2 set. 2016.

¹¹ Trecho da norma vigente nº 028/2015. Disponível em: <<https://tinyurl.com/hz727s8>>. Acesso em: 2 set. 2016.

Gráfico 5 – Distribuição de bolsas-ano PQ-Sr por sexo (2011-2015)

Fonte: CNPq, elaboração própria

A participação feminina nesta modalidade gira entre 27% a 32%, um pouco menor que no total geral da bolsa de Produtividade em Pesquisa, em que o percentual feminino permanece entre 32% a 36%, conforme já demonstrado no gráfico 3.

Segundo a tabela 2, constata-se que as mulheres ingressam na carreira cerca de 5 anos mais tarde. O ingresso na carreira por meio do recebimento da bolsa PQ, em especial para os homens, tem ocorrido cada vez mais cedo. Em 2013, a maior parte dos homens ingressa na categoria inicial da bolsa PQ, nível 2, entre 45 e 49 anos.

Tabela 2 – Percentual de pesquisadores que entraram no sistema de bolsas de pesquisa como PQ 2, segundo sexo e faixa etária (2005-2013)

Faixa etária	2005		2009		2010		2013	
	F	M	F	M	F	M	F	M
[25,29]								0,05
[30,34]		0,03	0,1	0,2	0,1	0,3	1,2	3,5
[35,39]	0,3	0,5	2,1	5,0	3,5	7,4	7,0	13,0
[40,44]	4,1	8,1	9,7	14,9	11,2	16,8	13,2	18,2
[45,49]	13,6	22,3	17,1	21,7	18,4	22,3	19,4	21,0
[50,54]	25,0	27,1	23,3	22,4	22,7	20,6	22,0	17,9
[55,59]	25,8	19,9	22,2	16,5	20,8	15,4	18,8	13,0
[60,64]	18,2	14,0	15,0	11,4	13,6	10,3	11,0	8,5
[65,-]	13,1	8,1	10,7	7,9	9,7	7,0	7,4	4,8

Fonte: CNPq, elaboração própria.

A faixa etária de ingresso no sistema de bolsas de pesquisa (PQ) também varia conforme a área do conhecimento. Nas áreas em que há um predomínio masculino, tais como a Matemática, o ingresso ocorre na faixa dos 25 anos. Já as áreas de Humanas e Sociais, com um maior número de mulheres, o ingresso ocorre na faixa de 35-39 anos.

Conforme já abordado, o ingresso na bolsa de Produtividade em Pesquisa gera uma série de outras vantagens, que permitem aceleração na carreira. As questões sobre a participação feminina na ciência e tecnologia não se restringem somente à sua sub-representação em postos de prestígio (exclusão vertical) e em determinadas áreas (exclusão horizontal), mas também se refletem na lentidão de mudança desses cenários. O ingresso mais cedo na carreira gera uma ascensão mais rápida, assim os homens também atingem o topo da carreira (a bolsa PQ-1A) mais jovens. O rejuvenescimento de bolsistas em todas as grandes áreas de conhecimento é abordado em outros estudos (GUEDES, Moema et al., 2015).

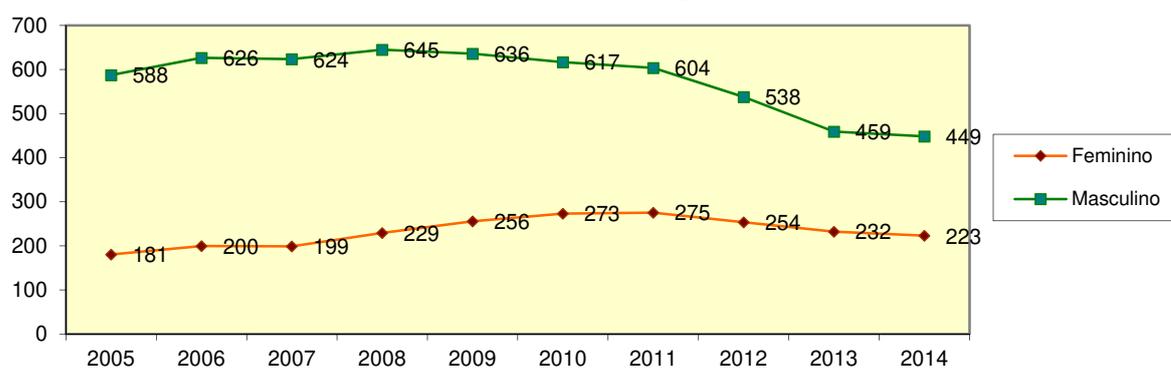
Outro dado apontado como fator de persistência para a predominância masculina nas bolsas PQ é a elevada quantidade de bolsas concedida para as áreas tradicionalmente masculinas: Ciências Exatas e da Terra e Engenharias (GUEDES, Moema et al., 2015).

Obviamente, o ato de a política institucional estabelecida dirigir mais recursos para as áreas mais masculinas é um importante fator explicativo para a predominância da participação masculina nessa modalidade, no entanto a literatura tem apontado que não é possível explicar a sub-representação feminina nas ciências e tecnologias, em que a concessão da bolsa PQ é um retrato, sem elencar uma gama complexa de fatores. Algumas dessas dificuldades são mais explícitas em áreas predominantemente masculinas – espaços de exclusão horizontal – tais como a Física.

1.2 A Física como exemplo de segregação horizontal

Nas áreas do conhecimento historicamente construídas como masculinas, as mulheres estão sub-representadas desde o início da carreira, a exemplo das bolsas de formação: na iniciação científica, mestrado e doutorado. A título de ilustração, apresentamos no gráfico 6 os dados de Física, entre os anos de 2005 e 2014, da modalidade de iniciação científica (IC):

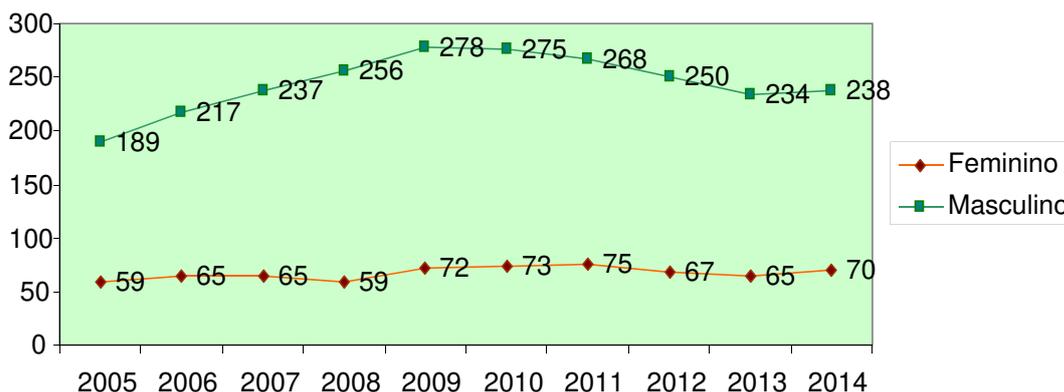
Gráfico 6 – Número de bolsas-ano de IC em Física por sexo (2005-2014)



Fonte: CNPq, elaboração própria, 2015.

No caso das bolsas de iniciação científica em Física, percebemos uma aproximação do número de bolsas-ano concedido por sexo. O percentual feminino passou de cerca de 24% para 33%. A distância entre a participação de homens e mulheres cresce no mestrado, onde o percentual feminino, em 2014, está em torno de 23%, conforme o gráfico 7.

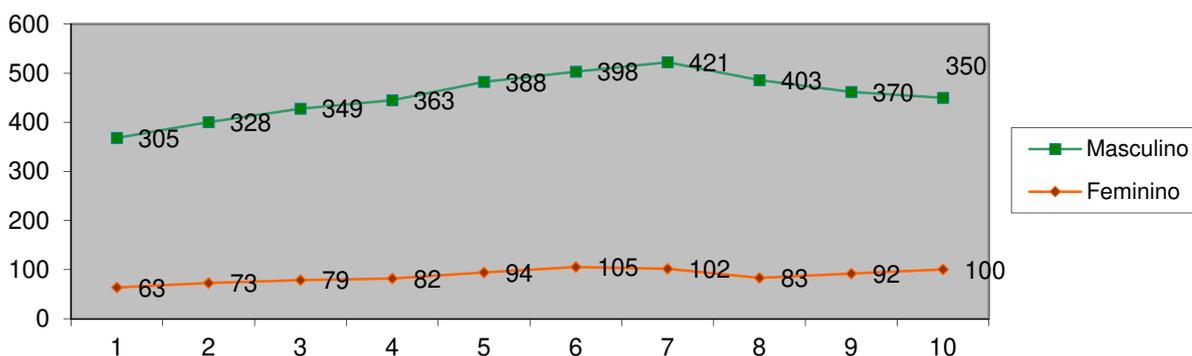
Gráfico 7 – Número de bolsas-ano de mestrado por sexo em Física (2005-2014)



Fonte: CNPq, elaboração própria, 2015.

No mestrado, não há um aumento da participação feminina em Física, ao longo do período estudado, como atesta o gráfico 8.

Gráfico 8 – Número de bolsas-ano de doutorado por sexo em Física (2005-2014)



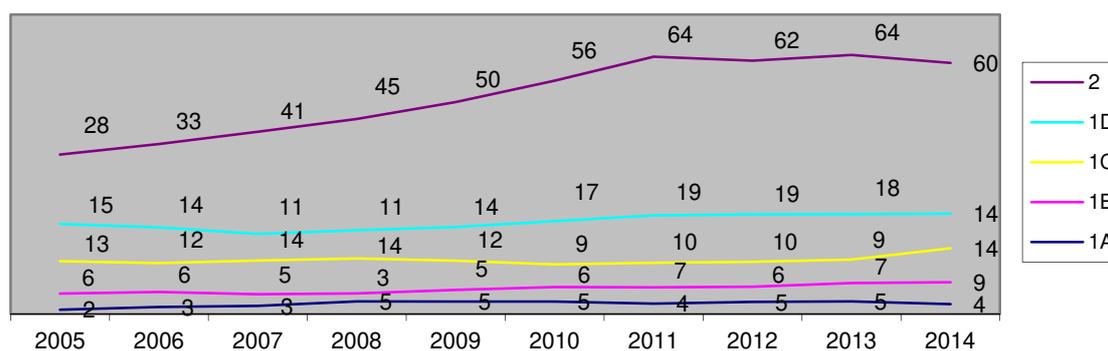
Fonte: CNPq, elaboração própria, 2015.

No doutorado, o percentual feminino também não teve um crescimento considerável. Em 2005, havia 17% de bolsas-ano concedidas a mulheres; e, em 2014, cerca de 22%. Assim, nas áreas em que as mulheres são minoria (Ciências Exatas e da Terra, Engenharias e Computação), desde o início da carreira científica, a exemplo da Física, pode-se considerar que,

sem políticas com o objetivo de aumentar a inserção e a permanência feminina, há uma tendência de não haver mudança nesse quadro.

A distribuição de bolsas de Produtividade em Pesquisa (PQ) por sexo na área de Física é significativamente mais desigual. Assim, pode-se afirmar que, associada à segregação vertical, conforme o gráfico 9, é mais proeminente em áreas marcadas pela segregação horizontal.

Gráfico 9 – Número de bolsas-ano PQ por nível para o sexo feminino em Física (2005-2014)



Fonte: CNPq, elaboração própria, 2015.

Nas bolsas 1A PQ de Física, foram concedidas somente 2 bolsas-ano (total: 64 bolsas) para mulheres em 2005; e, em 2014, 4 bolsas-ano (total: 101 bolsas). O maior aumento de bolsas concedidas para as mulheres foi na categoria Iniciante da modalidade, ou seja, na categoria 2: de 28 bolsas-ano em 2005 para 60 em 2014. O aumento de bolsas-ano concedidas ao sexo feminino também não é contínuo. Por exemplo, em 2005, a concessão era de 15 bolsas-ano; e, em 2014, de 14 bolsas-ano no nível 1D. No ano de 2014, o percentual do total de bolsas-ano concedidas ao sexo feminino é de aproximadamente 11% em todos os níveis (feminino: 101; masculino: 793). No nível 1A, nesta área, o percentual diminuiu para 5%.

1.3 Participação das mulheres nos espaços de poder e decisão da ciência e tecnologia

Outro indicador que pode ser apontado para a sub-representação de mulheres em posições de destaque na carreira científica é o número de mulheres coordenadoras dos projetos aprovados nas duas Chamadas do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia (INCT), em 2008 e 2010.

Os INCTs, segundo texto presente nas duas Chamadas, devem ter as seguintes características:

a) a mobilização e agregação dos melhores grupos de pesquisa, de forma articulada com atuação em redes; b) o desenvolvimento de programa de pesquisa científica e/ou tecnológica bem definido e estruturado que permita avanços científicos substanciais ou desenvolvimento tecnológico inovador; c) a atuação em áreas estratégicas ou em áreas da fronteira da ciência; d) forte interação com o sistema produtivo e com a sociedade; e) a promoção de pesquisa competitiva e relevante para o país; e f) a criação de ambiente atraente e estimulante para alunos talentosos de diversos níveis, do ensino médio à pós-graduação, responsabilizando-se pela formação de jovens pesquisadores (CNPq, Chamada 015/2008)¹².

Os recursos aportados na primeira Chamada (nº 015/2008) foram alocados em três faixas: R\$ 3, R\$ 6 e R\$ 9 milhões por projeto, totalizando R\$ 270 milhões. A segunda Chamada (nº 71/2010) aportou R\$ 30 milhões no total.

O volume de recursos e os requisitos exigidos nas Chamadas para coordenar um INCT são indicadores que apontam a importância deste capital científico. De 125 projetos aprovados, somente 18 são coordenados por mulheres, cerca de 14,4%, segundo mostra a tabela 3.

Tabela 3 – Número de coordenadores do INCT por sexo e área de atuação

Participação Feminina na Coordenação dos INCTs				
Temas	Sexo do Coordenador		Total	% Feminino
	Feminino	Masculino		
Ciências Agrárias e Agronegócio	2	10	12	16,67
Energia		10	10	0,00
Engenharia e Tecnologia da Informação	1	12	13	7,69
Exatas		11	11	0,00
Humanas e Sociais Aplicadas	4	7	11	36,36
Ecologia e Meio Ambiente	6	15	21	28,57
Nanotecnologia	1	9	10	10,00
Saúde	4	33	37	10,81
Total	18	107	125	14,40

Fonte: CNPq, elaboração própria.

O percentual de participação das mulheres enquanto coordenadoras dos INCTs teve um pequeno aumento nesta última Chamada (nº 16/2014¹³), cujos resultados foram divulgados em novembro de 2016¹⁴. Foram aprovados 101 INCTs, dos quais 18 são coordenados por mulheres, totalizando um percentual de aproximadamente 18%. O número de INCTs coordenados por mulheres não aumentou, porém o total de institutos aprovados diminuiu de 125 institutos, das primeiras Chamadas, para 101 na última Chamada. Nesta última Chamada, dos INCTs

¹² O conteúdo completo da Chamada nº 15/2008 está disponível em: <<http://tinyurl.com/jnr2hbk>>. Acesso em: 2 set. 2016.

¹³ Disponível em: <<http://tinyurl.com/jv7da7w>>. Acesso em: 2 dez. 2016.

¹⁴ Disponível em: <<http://tinyurl.com/jbm5hpk>>. Acesso em: 2 dez. 2016.

coordenados por mulheres, 13 são de Ciências da Vida, 4 de Ciências Humanas e Sociais e somente 1 de Exatas e Engenharias. Um dos INCTs aprovados é o “INCT de Hormônios e Saúde da Mulher”, coordenado por Poli Mara Spritzer.

Outro capital científico relevante é o número de mulheres destacadas em prêmios no sistema científico e tecnológico. O Prêmio Álvaro Alberto, do CNPq, foi criado em 1981 e tem por objetivo contemplar:

Pesquisador que tenha se destacado pela realização de obra científica ou tecnológica de reconhecido valor para o progresso da sua área. É concedido anualmente, em sistema de rodízio, a uma das três grandes áreas do conhecimento: a) Ciências Exatas, da Terra e Engenharias; b) Ciências Humanas e Sociais, Letras e Artes; e c) Ciências da Vida (CNPq – página do Prêmio).

Entre 1981 e 2016, tivemos somente 3 pesquisadoras homenageadas (do total de 46 premiados): Maria Isaura Pereira de Queiroz – Sociologia (1997); Maria da Conceição de Almeida Tavares – Economia (2011); e Magda Becker Soares – Educação (2015). Assim, a presença feminina nesse prêmio ao longo de mais de três décadas não atinge 7%. É importante ressaltar que, além da visibilidade e do prestígio que o prêmio confere, a premiação conta com a concessão de R\$ 200 mil reais pela Fundação Conrado Wessel, parceira do prêmio.

Da mesma forma, a composição dos Comitês Assessores do CNPq mostra que mulheres estão distantes de terem paridade de representação, alcançando 32,9% de representantes nos comitês de diferentes áreas do conhecimento¹⁵. Esse percentual diminui para 30,2%, se considerarmos somente os comitês assessores vinculados às áreas como Ciências Agrárias, Biológicas e da Saúde, vinculadas à Diretoria de Ciências Agrárias, Biológicas e da Saúde (DABS) do CNPq. Já nos comitês vinculados à Diretoria de Engenharias, Ciências Exatas, Ciências Humanas e Sociais (DEHS), as mulheres são 34,8%, a partir do impacto da maior presença feminina nas Ciências Humanas e Sociais Aplicadas¹⁶.

Tabela 4 – Composição dos Comitês Assessores do CNPq

Diretorias	Nº	Membros	H	M	%
DABS	24	139	97	42	30,2
DEHS	25	204	136	71	34,8
Total	49	343	233	113	32,9

Fonte: CNPq, elaboração própria, 2013.

¹⁵ A RN nº 002/2015, do CNPq, disciplina a finalidade, as atribuições e a composição dos comitês assessores do CNPq. Disponível em: <<http://tinyurl.com/j2us4kg>>. Acesso em: 2 dez. 2016.

¹⁶ Um dado relevante é a pequena presença de mulheres na gestão do CNPq e do Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI). Conforme levantamento feito por Vivian Albuquerque (2007), o CNPq, entre 1974 e 2004, passou de 6% de mulheres nas suas diretorias para 11%. Posteriormente, somente mais três mulheres ocuparam cargos de direção no órgão. No MCTI, somente homens ocuparam o cargo de ministro desde sua criação, em 1985.

1.4 As distintas participações femininas: uma abordagem étnico-racial

Cabe ressaltar que a sub-representação das mulheres nas ciências e tecnologias não é homogênea. Um importante marcador a ser considerado são as intersecções étnico-raciais. Os estudos feministas, como qualquer outra corrente teórica, estão em constante busca do aperfeiçoamento de suas ferramentas analíticas, a fim de melhor compreender a complexidade dos seus contextos de estudo. O conceito de gênero surge como ferramenta teórica mais adequada que a categoria mulher, uma vez que, como constructo cultural, permitiria melhor driblar as universalizações. As relações de gênero enquanto categoria de análise também substituíram em grande parte a utilização do conceito de patriarcado, questionado por sua tendência à universalização do sistema de opressão das mulheres. No entanto, no final da década de 1980, surgem os primeiros textos críticos do conceito de gênero, questionando a distinção sexo/gênero, tal qual natureza/cultura, onde o biológico está imutável e a-histórico (PISCITELLI, Adriana, 2008). As críticas também se voltam para a universalidade dessa associação. Maria Margaret Lopes (2006), por exemplo, enfatiza o caráter histórico do conceito de gênero, seu caráter relacional e multifacetado.

Por meio também das intensas reivindicações das feministas negras, dos países em desenvolvimento e lésbicas, o conceito de gênero como único marcador da diferença passa a ser revisto. No bojo desta discussão, considera-se Kimberlé Crenshaw (2002), jurista afro-americana, uma das primeiras a usar o termo “interseccionalidade” para versar sobre a interdependência do que chamou de “eixos de poder”: sexo, raça e gênero. A autora utiliza o termo “intersecção” por aludir à metáfora de avenidas que estruturam os terrenos sociais, econômicos e políticos.

A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento. Utilizando uma metáfora de intersecção, faremos inicialmente uma analogia em que os vários eixos de poder, isto é, raça, etnia, gênero e classe, constituem as avenidas que estruturam os terrenos sociais, econômicos e políticos. É através delas que as dinâmicas do desempoderamento se movem. Essas vias são por vezes definidas como eixos de poder distintos e mutuamente excludentes; o racismo, por exemplo, é distinto do patriarcalismo, que por sua vez é diferente da opressão de classe. Na verdade, tais sistemas, frequentemente, se sobrepõem e se cruzam, criando intersecções complexas nas quais dois, três ou quatro eixos se entrecruzam. (CRENSHAW, Kimberlé, 2002, p. 171).

A intersecção de gênero e classe já era uma articulação realizada pelas feministas socialistas, em que o patriarcado e o capitalismo eram sistemas associados. Helena Hirata

(2014), por exemplo, lembra que a ideia de “consustancialidade” foi desenvolvida por Danièle Kergoat no final dos anos 1970, como forma de articulação entre sexo e classe; e, posteriormente, de raça. Conforme explica a autora, o ponto de convergência entre Crenshaw e Kergoat é a não hierarquização das formas de opressão, e o principal ponto de divergência é a multiplicidade de pontos de entrada, o que poderia levar a uma fragmentação.

De uma maneira mais global, creio que a controvérsia central quanto às categorias de interseccionalidade e consustancialidade se refere ao que chamo “interseccionalidade de geometria variável”. Assim, se para Danièle Kergoat existem três relações sociais fundamentais que se imbricam, e são transversais, o gênero, a classe e a raça, para outros [...] a intersecção é de geometria variável, podendo incluir, além das relações sociais de gênero, de classe e de raça, outras relações sociais, como a de sexualidade, de idade, de religião, etc. (HIRATA, Helena, 2014, p. 66)

Podemos considerar que as principais contribuições advindas do conceito de interseccionalidade são a percepção de que gênero não é o único (e muitas vezes pode não ser o principal) marcador de opressão. As intersecções permitem analisar múltiplas e não hierarquizadas formas de violência.

Leslie McCall (2005) afirma que, apesar da emergência da interseccionalidade como paradigma, pouco se tem discutido sobre como realizar análises interseccionais. No entanto, a pergunta sobre quais intersecções são relevantes e como defini-las para determinado recorte social não nos parece completamente respondida.

Cabe ressaltar que, tal como o conceito de gênero, raça é um constructo social que opera nas relações de poder da sociedade, tal como define Munanga (2006).

Podemos observar que o conceito de raça, tal como empregamos hoje, nada tem de biológico. É um conceito carregado de ideologia, pois, como todas as ideologias, ele esconde uma coisa não proclamada: a relação de poder e de dominação. A raça, sempre apresentada como categoria biológica, isto é natural, é de fato uma categoria etnossemântica. De outro modo, o campo semântico do conceito de raça é determinado pela estrutura global da sociedade e pelas relações de poder que a governam (MUNANGA, Kabengele, 2006, p. 6).

A utilização da palavra “cor” juntamente com “raça” enfatiza que esse marcador se pauta em características fenotípicas dos indivíduos, em que a cor da pele exerce papel fundamental em um sistema hierárquico. Ainda é importante compreender a distinção entre o conceito de “raça” e o conceito de “etnia”.

O conteúdo da raça é morfológico, e o da etnia é sociocultural, histórico e psicológico. Um conjunto populacional dito raça “branca”, “negra” e “amarela” pode conter em seu seio diversas etnias. Uma etnia é um conjunto de indivíduos que, histórica ou mitologicamente, têm um ancestral comum; têm uma língua em comum, uma mesma religião ou cosmovisão; uma mesma cultura e moram geograficamente num mesmo território (MUNANGA, Kabengele, 2006, p. 12).

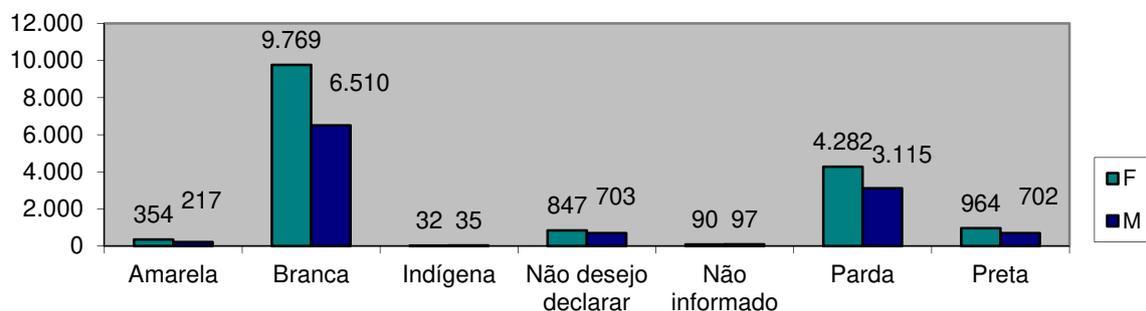
Diante do exposto, utilizamos a classificação adotada pelo CNPq, que segue o modelo já utilizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). As categorias são: branca, preta, parda, amarela e indígena. O conselho também disponibilizou a opção “não desejo declarar”. Cabe esclarecer que o enquadramento étnico-racial é realizado segundo autoidentificação.

As pesquisas sobre a participação da população negra no sistema científico e tecnológico são ainda incipientes (MINELLA, Luzinete, 2013). A possibilidade de análise de dados desagregados por raça e cor pela Plataforma Carlos Chagas – CNPq, a partir de 2013, foi uma medida pioneira no sistema científico, que permitirá aumentar os estudos e mapeamentos sobre a participação, segundo um olhar étnico-racial, na C&T.

A inserção da autoidentificação étnico-racial no currículo Lattes possibilitou o conhecimento de informações e dados sobre demanda e concessão de bolsas e auxílios demandados e aprovados para negras/os¹⁷ e indígenas. Sem esses dados por etnia e cor, é impossível avaliar a participação negra e indígena, bem como aprimorar programas existentes com esse recorte e/ou implementar novas iniciativas para a promoção étnico-racial na Ciência e Tecnologia. Esses dados também viabilizarão pesquisas com o enfoque racial e étnico na Ciência e Tecnologia, ou que contemplem essa intersecção.

A partir desse enquadramento, realizamos alguns levantamentos sobre a concessão de bolsa nas principais modalidades de bolsas-ano no país, no ano de 2015. Na iniciação científica, a população negra (as/os autodeclaradas/os pretas/os e pardas/os) atinge 33%. Segundo o gráfico 10, a participação da população branca gira em torno de 58%.

Gráfico 10 – Número de bolsas-ano na iniciação científica por sexo e raça/cor (2015)



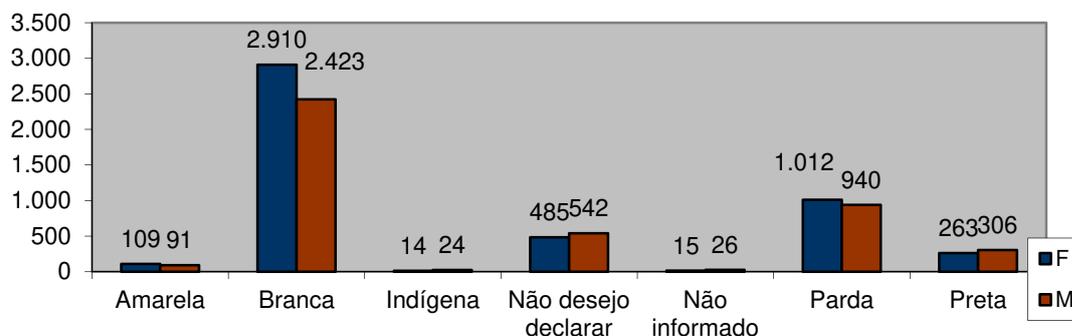
Fonte: CNPq, elaboração própria.

As mulheres pretas e pardas, nesta modalidade, têm maior participação que homens pardos e pretos e estão de acordo com o cenário global em que as mulheres são maioria neste

¹⁷ Nesta tese, a população negra refere-se à soma de autodeclaradas/os pretas/os e parda/os.

estágio inicial da carreira. Outro dado relevante é que as/os pardas/os têm participação significativamente (pelo menos 3 vezes) maior que as/os pretas/os. No mestrado, a participação negra decresce, conforme gráfico 11.

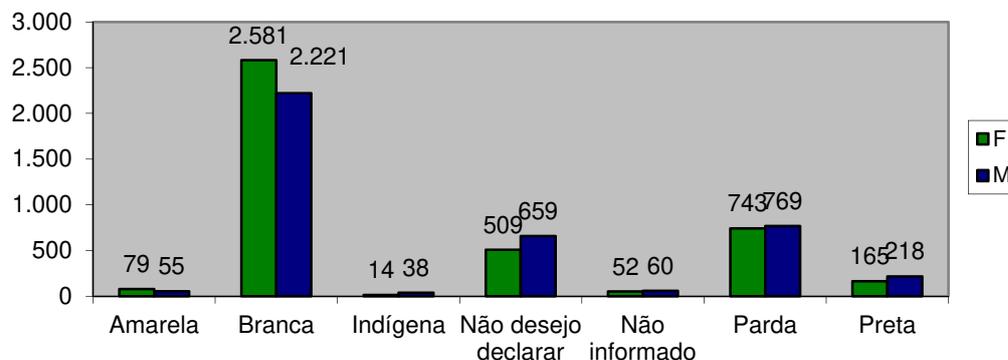
Gráfico 11 – Número de bolsas-ano no mestrado por sexo e raça/cor (2015)



Fonte: CNPq, elaboração própria.

O percentual da participação negra nas bolsas de mestrado decresce para 28%. A população branca continua sendo a maior beneficiária nesta modalidade, com 59%. Mulheres pretas receberam menos bolsas de mestrado que homens pretos, ao contrário da categoria de pardas/os. Nas bolsas destinadas às estudantes negras, somente 21% foram para autodeclaradas pretas (gráfico 12).

Gráfico 12 – Número de bolsas-ano no doutorado por sexo e raça/cor (2015)

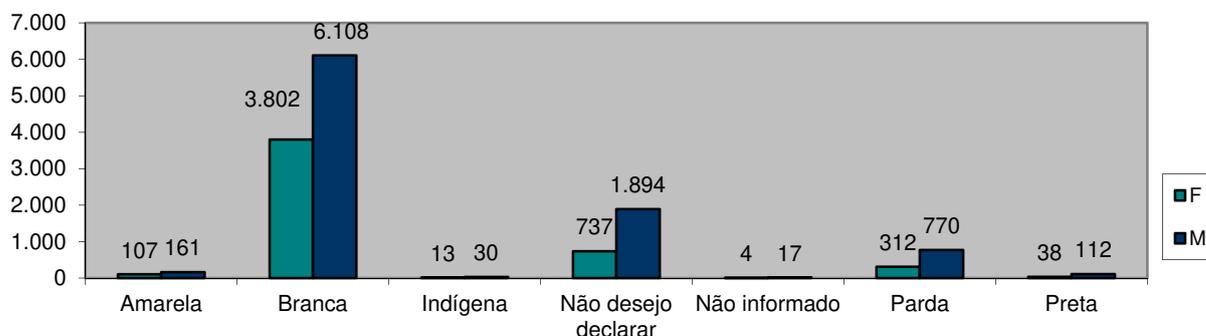


Fonte: CNPq, elaboração própria.

No doutorado, a participação da população negra como beneficiária de bolsas-ano de doutorado decresce para 23%. O número de mulheres negras – tanto pardas como pretas – torna-se menor que o de homens já em um estágio considerado de formação na carreira científica. Similarmente aos dados já apresentados, o grupo autodeclarado de cor/raça preta tem uma participação significativamente menor ao grupo autodeclarado de cor/raça parda: o número de autodeclarados/as pretas/os representa 20% do número de bolsas-ano de doutorado concedido à população negra.

A modalidade de Produtividade em Pesquisa, assim como nos dados gerais por sexo, é a que mais apresenta desigualdades em termos de sexo e cor/raça, segundo o gráfico 13.

Gráfico 13 – Número de bolsas-ano em Produtividade em Pesquisa por sexo e raça/cor (2015)



Fonte: CNPq, elaboração própria.

Nesta modalidade, o predomínio da população branca como beneficiária é de aproximadamente 71%. As/os negras/os representam cerca de 9%. As mulheres autodeclaradas pretas e pardas têm uma participação consideravelmente menor que homens pretos e pardos. No ano de 2015, houve somente 38 bolsas-ano destinadas a pesquisadoras autodeclaradas pretas. Neste ano, foram concedidas 12 bolsas-ano para pesquisadoras/es autodeclaradas/os pretas/os nos níveis 1A e 1B. No entanto, a maioria beneficiária deste total de 12 bolsas foi de homens. Não houve nenhuma pesquisadora preta no nível 1A, e somente uma bolsista autodeclarada preta no nível 1B.

A maior disparidade, em termos étnico-raciais, é justamente do grupo de negros em relação ao grupo de brancos. Cabe ressaltar que as/os pardas/os e pretas/os totalizavam mais de 45% da população ainda em 1999, segundo levantamento do IBGE¹⁸, com variações, por exemplo, regionais. Os brancos, em média cerca de 54% da população no país, alcançam o percentual de 70% nas bolsas de Produtividade em Pesquisa e cerca de 58% nas modalidades de bolsas no país em 2015 (IC, mestrado, doutorado e produtividade em pesquisa).

Consideramos que a exclusão da população negra das ciências e tecnologias é similar à de gênero. Há uma exclusão vertical em relação ao pertencimento racial, ou seja, quanto mais se avança na carreira científica, menor o número de negras/os. Assim, nas bolsas de iniciação científica (IC), há uma participação de cerca de 30% de negras/os; já nas bolsas de Produtividade em Pesquisa (PQ), esse percentual não atinge 10%.

Do percentual de bolsistas PQ, desagregando-se a categoria negra entre pardas/os e pretas/os, somente cerca de 1% é de pretas/os. Assim, a participação de pretas/os é muito

¹⁸ Disponível em: <<http://tinyurl.com/zcxpxp7>>. Acesso em: 9 set. 2016.

menor que a de pardas/os em todos os níveis de bolsa. A diferença na participação de pretas/os e pardas/os persiste nas distintas modalidades; por exemplo, nas bolsas de Produtividade em Pesquisa (PQ), os pardos e as pardas representam cerca de 8% e 6% respectivamente, enquanto os pretos e as pretas somam aproximadamente 1,2% e 0,8% (TAVARES, Isabel et al., 2015). Também percebemos nesse quadro a diferença de gênero. Assim, a participação de mulheres pretas (aqui há intersecção de raça e gênero) é pouco menor que a de homens pretos.

Mais uma vez é importante destacar que a participação feminina não é a mesma, segundo raça e cor, sendo que a participação de mulheres brancas (59%) é muito maior que a de mulheres negras (26,8%) no total de bolsas no país, no ano de 2015 (Tavares, Isabel et al., 2015). Assim, quando se trata de inclusão feminina na C&T, deve-se entender que há problemas comuns às mulheres (exemplo: imagem do cientista enquanto homem), mas obstáculos específicos às mulheres negras (imagem do cientista enquanto homem e branco). Sobre a não homogeneidade das mulheres, cabe retomar as considerações de Evelyn Fox Kellen, com as quais concordamos:

Já se foram os dias em que se poderia esperar que as necessidades e objetivos das mulheres e das feministas se combinassem naturalmente, por assim dizer, ou mesmo em que se poderia falar das necessidades e objetivos tanto das “mulheres” quanto das “feministas” numa mesma frase. A grande força da pesquisa feminista durante a última década foi o aprofundamento de sua compreensão do que posso chamar de “situacionalidade” do gênero. Tornamo-nos cautelosas com frases que começam com “as mulheres são...”, percebendo que a única maneira de completar tal frase é dizer que as mulheres são pessoas, definidas por muitas variáveis sociais e que se adaptam às pressões e oportunidades que encontram, e têm recursos para isso. (KELLER, Evelyn, 2006, p. 31).

Em relação aos autotclassificados pertencentes à categoria amarela, não há um decréscimo no número de bolsas concedidas a esse grupo à medida que há um avanço na carreira científica. Em todas as modalidades, o percentual de bolsas-ano para esse grupo gira em torno de 2%, ou seja, significativamente maior do que o percentual desse grupo na população (0,5%).

Na categoria indígena, a menor representação nas bolsas-ano em 2015 ocorre na iniciação científica, com 0,2% do total de bolsas; e a maior, no doutorado, com 0,6%, considerando que a porcentagem desse grupo na população geral é 0,2%. Pode-se considerar que, tomando-se apenas esses referenciais, o grupo indígena estaria proporcionalmente inserido na produção do conhecimento. Isso não significa afirmar que essa categoria está efetivamente inserida nem representada, em distintas posições e áreas, nas carreiras científicas. Cabe aqui ampliar os estudos sobre a participação indígena, em suas distintas etnias, na produção do conhecimento científico. Especialmente neste tópico, é importante investigar a amplitude e formas de diálogo entre comunidades de origem e comunidade científica, entre saberes tradicionais e científicos.

1.5 Entre tesouras, canos e labirintos: cenas de segregação das mulheres na C&T

Tendo apresentado alguns dados, visando mapear as questões nacionais sobre a participação das mulheres nas ciências e tecnologias, apresentamos brevemente algumas das razões discutidas na literatura da área para a sub-representação das mulheres na C&T, a fim de subsidiar a compreensão das ações e medidas para o fomento da equidade de gênero propostas em âmbito internacional e as implementadas no Programa Mulher e Ciência.

Para ilustrar a gradual diminuição de mulheres ao longo da carreira científica, muitas metáforas foram concebidas, tais como a de um cano vazante (*leaky pipeline*), em que o número de mulheres diminui ao longo do trajeto, como em um cano com vazamento, havendo um desperdício do potencial feminino para as ciências e tecnologias. Também é citado o efeito tesoura (*scissors diagram*), que ilustra em gráfico (no formato de tesoura), com o número de mulheres decrescente em uma ponta; e, na outra, o número de homens aumentando, ao longo da carreira. É utilizada ainda a metáfora do teto de vidro (*glass ceiling*), para ilustrar obstáculos específicos para a ascensão na carreira científica (ETAN Repport, 2000, p. 26). Pode-se considerar que essas metáforas estão mais associadas à segregação vertical na C&T.

No mestrado, propus a representação de um “Labirinto de Cristal”¹⁹ para ilustrar as dificuldades enfrentadas pelas mulheres não só para alcançar o topo da carreira, mas dispostas ao longo do trajeto, ou seja, desde o início. A imagem do labirinto marca a diversidade e múltiplas barreiras ao longo da trajetória feminina. Os obstáculos do labirinto são transparentes – tais como um cristal –, porque não são formais. Não há impedimento legal para maior participação feminina no sistema científico. O labirinto representa a dificuldade na ascensão na profissão, um ritmo mais lento de progressão na carreira, a desistência ao longo da trajetória, conforme dados já apresentados (LIMA, Betina, 2008).

Grande parte dos obstáculos que localizei no labirinto está estruturada em uma lógica cultural sexista, que define posições e papéis segundo o sexo. Utilizei a categoria de sexismo automático (SEGATO, Rita, 2003) para o conjunto de violências difusas e legitimadas pelas tradições que são reproduzidas de maneira automática, mesmo pelas mulheres, e propus

¹⁹ A primeira vez que propus o conceito “Labirinto de Cristal” foi no trabalho final da especialização em 2005. Em 2008, defendi o mestrado com esse conceito aplicado à minha análise sobre a trajetória das físicas. Simultaneamente, em 2007, é publicado nos Estados Unidos *Through the Labyrinth: The Truth About How Women Become Leaders*, das autoras Alice Eagly and Linda Carli, que também propõem o conceito de labirinto de cristal, porém para o mundo do trabalho como um todo.

sexismo instrumental para atitudes que utilizam do código sexista legitimado para assegurar a hierarquia de gênero (LIMA, Betina, 2008; 2013).

Outra esfera de obstáculos que analisei foi o conflito de valores entre o “ser cientista” e o “ser mulher”. Aqui foi relatada a maior parte das dificuldades encontradas na literatura sobre a conciliação da maternidade e do casamento²⁰ com a vida profissional, as formas de agir masculinas esperadas no meio acadêmico, a dificuldade de fazer alianças e de ter visibilidade, dentre outras.

É importante perceber que as causas da segregação das mulheres no campo científico e tecnológico são de ordem multifatorial. Pode-se pensar em três estágios de participação das mulheres na carreira científica: o ingresso, a permanência e a ascensão na carreira.

Sobre o ingresso das mulheres em carreiras consideradas masculinas, é questionado por que as mulheres não são atraídas para determinadas áreas, tais como a Matemática, ou seja, são focadas as razões para a segregação horizontal. Aqui se concentram os estudos sobre a educação científica diferenciada, por exemplo, em aulas de Matemática (CASAGRANDE, Lindamir; CARVALHO, Marília Gomes, 2012); sobre o sexismo nos materiais didáticos (ROSA, Katemari; SILVA, Maria Ruthe, 2015); sobre processos de socialização científica que apontam espaços marcados para o masculino.

A respeito da permanência e ascensão, cada vez mais é discutido como as práticas institucionais da ciência são responsáveis por excluir ou segregar as jovens e mulheres nas ciências (segregação vertical). Um recente relatório da União Europeia (ERA, 2012) cita, por exemplo, a divulgação de processos de decisão transparentes (aqui se incluem medidas como a constituição de comitê com representatividade de gênero), a implementação de medidas para permanência na carreira (licença parental) e a integração de perspectiva de gênero na pesquisa (fomento aos estudos de gênero).

Apesar de a equidade de gênero em C&T ser caracterizada como um tema de preocupação crescente (ETAN, 2000), um dos obstáculos para que esta questão se torne prioridade nas políticas de C&T está na não aceitação, por parte das/os pesquisadoras/os²¹, de que a questão de gênero configura o sistema científico e não somente a excelência científica.

²⁰ A união familiar também foi relatada, na maioria dos casos, como um sobrepeso para a carreira das mulheres, em especial na Física, em que há muitos casamentos entre colegas (LIMA, Betina, 2008; 2013a; 2013b).

²¹ No caso das pesquisadoras, denominei esse movimento de negação da questão de gênero nas ciências de “drible da dor”, onde elas se afastam da posição de mulheres pela representação de supermulheres, em que são exceções à regra; ou de inteligências descorporificadas, pelo discurso mertoniano da neutralidade (LIMA, Betina: 2008).

Sem a adesão, principalmente das pesquisadoras, a questão de gênero tende a ser tratada de modo pontual. Nesse sentido, são extremamente importantes iniciativas como a formação de um grupo de trabalho sobre mulheres em Física, desde o congresso da organização International Union of Pure Applied Physics (IUPAP), em 1999.

Outra ação nesse sentido que merece destaque foi a criação da Third World Organization for Women in Science (TWOWS), resultado da Conference on the Role of Women in the Development of Science and Technology in the Third World, realizada em 1988 pela The World Academy of Sciences (TWAS) e pela Canadian International Development Agency (CIDA). A TWOWS é sediada pela TWAS e é uma organização independente, não lucrativa e não governamental.²² Ela foi oficialmente criada em 1993, na conferência internacional Women's Vision of Science and Technology for Development, ocorrida no Egito²³. Atualmente a organização é denominada Organization for Women in Science for the Developing World (OWSD). Seus objetivos estão relacionados ao fomento da participação das mulheres nas ciências²⁴. Essas iniciativas são extremamente importantes, por mobilizar as pesquisadoras em torno da equidade de gênero.

1.6 Gênero, ciências e tecnologias – uma questão de agenda

Apesar de todo um conjunto de iniciativas internacionais, as quais abordaremos a seguir, somente na última década foi possível inserir no contexto da política científica e tecnológica nacional as questões de gênero. O Programa Mulher e Ciência, implementado em 2005, é um marco por inserir as questões de gênero no âmbito da política nacional.

Para traçar o contexto que possibilitou a emergência do Programa Mulher e Ciência, é necessário observar as circunstâncias que influenciaram sua implantação, tanto no âmbito nacional quanto internacional. Também é importante perceber como esse tema foi inserido na política científica e como foi construído na agenda de políticas para as mulheres e de gênero, uma vez que esse programa constitui tanto uma política para as mulheres quanto uma política científica²⁵.

²² Disponível em: <<http://owsdw.ictp.it/about-owsd/about-us>>. Acesso em: 2 dez. 2016.

²³ A OWSD organizou diversas conferências sobre o tema.

²⁴ Os objetivos estão detalhados no anexo D.

²⁵ Uma versão preliminar deste artigo foi apresentada no XI Congresso Iberoamericano Ciencia, Tecnología y Género, em 2016, com o título “Programa Mulher e Ciência: breve análise da política de equidade de gênero nas ciências, no Brasil”, em coautoria com Maria Margaret Lopes e Maria da Conceição da Costa.

1.7 Na esfera nacional

1.7.1 Na política científica – Conferências Nacionais de Ciência e Tecnologia

No cenário nacional, a questão sobre a maior inserção e participação das mulheres na ciência e tecnologia não é apresentada nos principais documentos produzidos pelo Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) como uma meta. Assim, ainda que o tema já tenha sido abordado em alguns fóruns no exterior, esta abordagem ainda não tem influenciado de forma significativa as discussões empreendidas no Brasil, de acordo com a ausência do tópico nos documentos resultantes das conferências nacionais. Somente recentemente, em 2016, houve uma inserção do tema de modo pontual nos documentos nacionais que orientam a política científica (ENCTI, 2016-2019), ao abordar tendências mundiais.

A Primeira Conferência Nacional de Ciência e Tecnologia foi realizada em 1985, pelo Ministério de Ciência e Tecnologia, em seu primeiro ano de funcionamento, na gestão do ministro Renato Archer, em conjunto com as principais associações e órgãos científicos brasileiros. Essa foi uma importante iniciativa, que fomentou, no período de democratização do país, a promoção do debate nacional em ciência e tecnologia, envolvendo diversos segmentos da sociedade. Nos temas, os assuntos tratados ora são reflexos diretos do período histórico em que o debate foi realizado, ora permanecem extremamente atuais. São questões abordadas: o fortalecimento da política científica²⁶, a maior participação de outros setores da sociedade, melhoria das condições das universidades e centros de pesquisa, maior transparência nos processos de avaliação de projetos, a descentralização regional da produção científica, a melhoria da divulgação científica, a vinculação da ciência e tecnologia aos interesses nacionais sem reduzir seu fomento a uma ótica puramente utilitarista, dentre outros. Apesar de abordar expressamente a importância dos recursos humanos para a ciência, citando a formação do cientista (necessidade, por exemplo, do aumento da oferta e do valor das bolsas) e a carreira científica (por exemplo: infraestrutura das universidades, adicional na remuneração para o desempenho científico), não há qualquer proposta ou problematização sobre a questão das mulheres no campo científico e tecnológico.²⁷

²⁶ Conforme citação do Relatório Síntese do Debate Nacional (1986, p. 363): “é essencial que a nova Constituição assegure o apoio à C&T e ao seu uso em favor do desenvolvimento econômico e social do país”.

²⁷ Na comissão organizadora, dos dez integrantes, incluso os suplentes, a única pesquisadora a participar foi a Prof^a Carolina M. Bori, como representante da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC).

Após a I Conferência Nacional, ocorreu a II Conferência Nacional sobre Ciência, Tecnologia e Inovação²⁸, em 2001. Essa conferência contou com um instrumento preparatório – Livro Verde –, que foi idealizado para ser utilizado como referência nas discussões da II Conferência. O Livro Verde não aborda a questão da participação das mulheres nas ciências e tecnologias. Essa tendência será reproduzida no Livro Branco, que é o documento resultante dessa conferência.

A Política Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação sintetizada no Livro Branco é formada de objetivos e estratégias²⁹ a serem perseguidos até 2012. No Livro Branco, não há menção alguma à necessidade de fomentar a maior participação das mulheres na CT&I, apesar do objetivo geral de aumentar os recursos humanos para esses campos. A única “desigualdade” na composição do campo científico e tecnológico incluída na Política Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação para uma década é a disparidade regional da produção de CT&I, conforme previsto no quarto objetivo.

A III Conferência de Ciência, Tecnologia e Inovação³⁰ foi realizada em 2005 e teve como enfoque o maior envolvimento da sociedade em CT&I por meio da percepção de que essas áreas são estratégicas para o desenvolvimento nacional.³¹ A III Conferência não contou com a consolidação de suas propostas e recomendações em um documento final. Nos Anais das Conferências Regionais, as questões de gênero e ciência não foram abordadas. No tema Inclusão Social³², não se questionou a inclusão de grupos excluídos do fazer científico, tais como mulheres, negros e indígenas.

Em 2007, foi lançado pelo Ministério de Ciência e Tecnologia o Plano de Ação³³ em Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Nacional, no período de 2007-2010 (PACTI, 2007-2010), também conhecido como PAC³⁴ da Ciência. São objetivos do PACTI (2007-2010):

²⁸ Durante a gestão do ministro da Ciência e Tecnologia Ronaldo Sardenberg.

²⁹ Transcritos no anexo I.

³⁰ O subtítulo dos Anais era “Você se envolve, o Brasil se desenvolve” (Anais da Terceira Conferência), e o slogan da Conferência era “Desenvolvendo ideias para desenvolver o Brasil”. Disponível em: <<http://cncti3.cgee.org.br>>. Acesso em: 18 ago. 2013.

³¹ Eis o primeiro parágrafo do texto de apresentação dos Anais (2005): “O objetivo principal da 3ª Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (3ª CNCTI) é aprofundar, junto às comunidades científica e acadêmica em particular e junto à sociedade brasileira como um todo a consciência sobre a importância da ciência, da tecnologia e da inovação que aqui se produz como pilares de uma estratégia de promoção do desenvolvimento econômico e social do país”.

³² Esta é a definição de Inclusão Social pela conferência do Centro-Oeste encontrada: “Assumir a Inclusão Social como referência da CT&I exige um novo conceito de ciência regulada e orientada para o bem-estar social, que inclui o saber popular como parte da Ciência e Tecnologia na solução de problemas enfrentados pelas comunidades” (Anais, 2005, p. 156).

³³ No subtítulo, o slogan é: Investir e Inovar para Crescer (PACTI, 2007).

³⁴ Em referência ao Plano de Aceleração do Crescimento, lançado pelo Governo Federal, também introduzido em 2007.

1) expandir, integrar, modernizar e consolidar o Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (SNCTI), atuando em articulação com os governos estaduais para ampliar a base científica e tecnológica nacional; 2) atuar de maneira decisiva para acelerar o desenvolvimento de um ambiente favorável à inovação nas empresas, fortalecendo a Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE); 3) fortalecer as atividades de pesquisa e inovação em áreas estratégicas para a soberania do país, em especial energia, aeroespacial, segurança pública, defesa nacional e Amazônia; e 4) promover a popularização e o ensino de ciências, a universalização do acesso aos bens gerados pela ciência e a difusão de tecnologias para a melhoria das condições de vida da população.³⁵

A questão de inclusão de grupos sub-representados na C&T também não foi inserida no documento. Não há qualquer referência às questões de inclusão na linha de ação do primeiro objetivo, “formação de recursos humanos”; nem no quarto objetivo, sobre popularização da ciência, onde também está previsto o estímulo à iniciação científica³⁶, para citar alguns tópicos possíveis, onde a democratização do acesso à produção científica poderia ter sido inserida.

A IV Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação ocorreu em 2010 e incorporou a temática sobre o Desenvolvimento Sustentável. A conferência foi organizada segundo as prioridades do Plano de Ação em Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Nacional, no período de 2007-2010 (PACTI, 2007-2010): 1) sistema nacional de ciência, tecnologia e inovação; 2) inovação na sociedade e nas empresas; 3) pesquisa, desenvolvimento e inovação em áreas estratégicas; e 4) ciência, tecnologia e inovação para o desenvolvimento sustentável. Foram produzidos dois documentos: o Livro Azul, que é resultado das discussões da Conferência Nacional; e a Consolidação das Recomendações da IV Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Sustentável.³⁷ Novamente não há qualquer referência à inclusão de quaisquer grupos sub-representados na produção em C&T. Assim como nos outros documentos resultantes das conferências nacionais, não há qualquer discussão sobre gênero e ciência, mesmo na abordagem de temas em que esse tópico poderia ser facilmente inserido, tais como educação para a ciência ou formação de recursos humanos de qualidade para a pesquisa.

³⁵ São objetivos destacados na apresentação do Plano (2007), assinada pelo ministro Sergio Rezende.

³⁶ As linhas de ação do PAC estão detalhadas no anexo J.

³⁷ O documento sintetiza as recomendações das conferências nacional, regionais e estaduais e Fórum Municipal de CT&I.

O documento Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (ENCTI, 2012-2015)³⁸ é uma continuidade e uma consolidação do PACTI 2007-2010. Seu conteúdo é resultado do acúmulo de discussões³⁹ nas últimas décadas, tais como o plano, as conferências sobre política nacional de C,T&I. A ENCTI também está integrada às diretrizes do Plano Brasil Maior⁴⁰, do Governo Federal, lançado em 2011. O documento reafirma a CT&I como estratégica para o crescimento econômico sustentável e também para a construção de uma sociedade equitativa. Novamente a inclusão social abordada refere-se ao usufruto, por parte das populações mais vulneráveis, dos avanços científicos, a exemplo da inclusão digital ou da criação de tecnologias específicas para inclusão, tais como a promoção de tecnologias assistivas. Também, ainda que afirme a necessidade de aumentar, por exemplo, o número de engenheiros, não vislumbra a possibilidade de fomentar grupos historicamente excluídos, tais como as mulheres. Definitivamente a democratização do saber científico por meio da inclusão de grupos sub-representados não se fez presente nas discussões institucionais, em âmbito nacional, sobre CT&I.

Em 2016, é lançada a Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação 2016-2019 (ENCTI, 2016-2019). Esse instrumento é apresentado como um “documento de orientação estratégica de médio prazo para a implementação de políticas públicas na área de CT&I” (ENCTI, 2016:13). Ele está estruturado em duas partes: os primeiros capítulos dirigidos a uma reflexão sobre o contexto da política de CT&I no Brasil, seguidos de capítulos voltados para as proposições estratégicas que orientarão essa política nesse próximo período. A ENCTI relaciona os documentos mais recentes produzidos como marcos da política científica, porém não menciona os instrumentos resultantes das conferências anteriores (Livro Branco e Livro Azul). Muitos assuntos tratados na I Conferência Nacional de Ciência e Tecnologia, há três décadas, permanecem presentes, por exemplo a questão da descentralização regional na produção científica. Pode-se afirmar que ainda é uma lacuna, no documento, uma visão histórica e crítica de longo prazo, apesar da

³⁸ Disponível em: <www.mct.gov.br/upd_blob/0218/218981.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2015.

³⁹ Segundo descrito na apresentação da ENCTI.

⁴⁰ O Plano Brasil Maior é uma política dirigida ao comércio exterior, ao desenvolvimento tecnológico e ao crescimento industrial. São seus principais objetivos: “1) sustentar o crescimento econômico inclusivo num contexto econômico adverso; 2) sair da crise internacional em melhor posição do que entrou, o que resultaria numa mudança estrutural da inserção do país na economia mundial. Para tanto, o plano tem como foco a inovação e o adensamento produtivo do parque industrial brasileiro, objetivando ganhos sustentados da produtividade do trabalho.” Disponível em: <www.brasilmaior.mdic.gov.br/conteudo/128>. Acesso em: 20 ago. 2015.

importante contextualização realizada nos primeiros capítulos, que indicam alguns avanços realizados no último governo.

Pela primeira vez, a questão de gênero é introduzida no instrumento de planejamento estratégico da política científica, tecnológica e de inovação, no capítulo “Principais Tendências das Políticas de CT&I do ENCTI 2016-2019”, onde é mencionado que as políticas de combate às desigualdades de gênero na CT&I têm sido adotadas por outros países:

As políticas de formação da força de trabalho para o setor de CT&I têm sido marcadas por medidas para melhorar a carreira de pesquisadores (especialmente iniciantes e mulheres) e para atrair novos talentos do exterior. Diversos países adotaram mecanismos para impulsionar a implantação de uma política de gênero nas instituições científicas, estimulando a criação de estruturas formais de efetivação dos direitos das mulheres no âmbito de seus sistemas de CT&I. A promoção da paridade tem sido fomentada a fim de reduzir as desigualdades e combater a discriminação. (ENCTI, 2016-2019, p. 55).

Nesse capítulo, o combate às desigualdades de gênero aparece como uma tendência em destaque:

Garantir e incentivar a participação plena e efetiva das mulheres nas ciências e assegurar a igualdade de oportunidades na área de CT&I apresentam-se como uma forte tendência mundial com benefícios diretos para a sociedade como um todo. França, Inglaterra e Estados Unidos estão entre os países que implantaram programas de combate à desigualdade de gênero com foco na redução das disparidades no desenvolvimento da carreira de CT&I e no fomento de pesquisas que incluam a transversalidade da abordagem de gênero. Pesquisas sobre relações de gênero, divisão sexual do trabalho e relações de poder têm sido incentivadas. Um dos resultados históricos dessa transversalidade se reflete na inclusão das mulheres nos testes dos medicamentos em fase de pesquisa. (ENCTI, 2016-2019, p. 58).

O texto faz referência às principais dimensões da discussão de gênero e ciências, ou seja, o fomento à maior participação das mulheres nas ciências por meio da adoção de medidas e programas na CT&I, a importância da transversalidade de gênero na pesquisa, o apoio a pesquisas na área de gênero e o impactante resultado da transversalidade de gênero nos resultados da pesquisa⁴¹. O documento também traz uma imagem significativa da participação das mulheres, onde elas aparecem à frente, realizando um experimento.

⁴¹ A inclusão das mulheres na fase de teste de medicamentos é uma das discussões feitas por Londa Schiebinger (2001).

Figura 1 – Imagem divulgada no ENCTI 2016-2019



Fonte: ENCTI, 2016-2019, p. 61.

Essa imagem contrasta com outras duas em que o cientista ainda é representado no singular (trabalhando sozinho) e masculino. Apesar dos avanços apontados, a discussão de gênero e ciência foi inserida somente como uma tendência prioritária da política de CT&I em outros países. Essa discussão não foi enumerada dentre os desafios nacionais para CT&I (capítulo 5), também não foi elencada como parte do eixo estruturante ou dos pilares fundamentais (capítulo 6), nem como um dos temas estratégicos (capítulo 7). Um dos pilares fundamentais é justamente a “formação, atração e fixação de recursos humanos”, onde o fomento à maior participação feminina poderia ter sido abordado. Assim, apesar de o debate de gênero e ciências ter sido reconhecido como uma tendência mundial, ele não foi efetivamente incorporado no plano estratégico. Também se destaca que, na parte da contextualização da política científica nacional, não foi feita menção ao Programa Mulher e Ciência, do qual o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação é participante.

1.7.2 Na política de gênero – Conferências Nacionais de Políticas para as Mulheres

Em 2003, a Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM)⁴² foi criada, e o Conselho Nacional de Direitos da Mulher (CNDM) é incorporado à secretaria. Seu *status* igualitário com outros ministérios do Governo Federal foi estratégico, uma vez que os movimentos feministas e de mulheres tinham pelo menos parte de seus interesses representados no seio

⁴² Em 2003, também são instituídas a Secretaria de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) e a Secretaria de Direitos Humanos (SDH), órgãos criados a partir de uma concepção de gestão transversal de políticas públicas (REINACH, Sofia, 2013).

do Estado⁴³. Apesar de um orçamento menor,⁴⁴ se comparado com outros ministérios, a SPM recebeu a tarefa de atuar como articuladora das políticas para as mulheres e de gênero nos outros ministérios. Assim, a secretaria tinha por finalidades propor parcerias, impulsionar ações e iniciativas, segundo a própria concepção dos estudos de gênero, de forma transversal⁴⁵.

O I Plano de Políticas para as Mulheres é resultado da I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres,⁴⁶ organizada pela SPM e pelo CNDM em 2004. O plano foi estruturado em torno de quatro áreas estratégicas de atuação: 1) autonomia, igualdade no mundo do trabalho e cidadania; 2) educação inclusiva e não sexista; 3) saúde das mulheres, direitos sexuais e direitos reprodutivos; e 4) enfrentamento à violência contra as mulheres.⁴⁷ No I Plano, o tema de ciência e tecnologia não é mencionado diretamente. Na área “educação inclusiva e não sexista”, há ações que podem indiretamente contribuir para a maior participação feminina nas ciências, mas não há menção direta ao tema da ciência e tecnologia.⁴⁸

Já no II Plano de Políticas para as Mulheres, em 2008, o tema da ciência e tecnologia é abordado diretamente, conforme VI objetivo do eixo Educação Inclusiva, Não Sexista, Não Racista, Não Homofóbica e Não Lesbofóbica: “VI. Estimular a participação das mulheres nas áreas científicas e tecnológicas e a produção de conhecimento na área de gênero, identidade de gênero e orientação sexual, levando em consideração os aspectos étnico-raciais, geracional, das pessoas com deficiência, entre outros (PNPM, 2008).” Nas prioridades e ações estabelecidas: “2.3. Promover a formação das mulheres jovens e adultas para o trabalho, inclusive nas áreas científicas e tecnológicas, visando reduzir a desigualdade de gênero nas carreiras e profissões.” E na ação: “2.3.1. Estimular a maior

⁴³ Em 1985, o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM) é criado e conquista um espaço institucional no âmbito do Governo Federal para tratar as questões trazidas pelos movimentos feministas. O CNDM é precedido, no âmbito estadual, pela criação do Conselho Estadual da Condição Feminina em 1983. Para mais detalhes sobre o histórico da criação do CNDM e da SPM, ver Sofia Reinach (2013).

⁴⁴ Para a comparação entre os orçamentos, ver Sofia Reinach (2013, p. 77).

⁴⁵ Conforme o entendimento desde Pequim, para discussão sobre o conceito de transversalidade e sua aplicação, ver Sofia Reinach (2013, p. 77). Para a discussão sobre transversalidade e as políticas públicas para as mulheres, ver também Fernanda Papa (2012).

⁴⁶ Cerca de 120 mil mulheres em conferências regionais também participaram da formulação das diretrizes do PNPM.

⁴⁷ Na apresentação feita pela ministra Nilcea Freire, aborda o desafio da transversalidade do gênero na gestão e no monitoramento das políticas acordadas no plano.

⁴⁸ A exemplo do objetivo II da área de Educação Inclusiva e Não Sexista: “II. Garantir um sistema educacional não discriminatório, que não reproduza estereótipos de gênero, raça e etnia.”

participação feminina em áreas de formação profissional e tecnológica tradicionalmente não ocupadas por mulheres.”

No Plano Nacional de Políticas para as Mulheres 2013-2015, resultado da III Conferência, o tema da ciência e tecnologia⁴⁹ continua a ser mencionado:

Objetivos gerais

III. Promover políticas para a ampliação do acesso e permanência das mulheres no ensino profissional, tecnológico e no ensino superior, com destaque para as áreas científicas e tecnológicas, com igualdade de gênero, raça, etnia, considerando as mulheres em sua diversidade.

Educação para a igualdade e cidadania

2.3. Promoção de políticas educacionais que enfatizem a educação das mulheres jovens e adultas nas áreas científicas e tecnológicas, nos meios urbano e rural, com vistas a reduzir a desigualdade de gênero nas carreiras e profissões.

Linha de ação

2.3. Promoção de políticas educacionais que enfatizem a educação das mulheres jovens e adultas nas áreas científicas e tecnológicas, nos meios urbano e rural, com vistas a reduzir a desigualdade de gênero nas carreiras e profissões.

2.3.1. Promover o acesso e a permanência das mulheres em áreas de formação profissional e tecnológica tradicionalmente não ocupadas por elas, por meio de políticas de ação afirmativa e de assistência estudantil.

2.3.2. Realizar campanhas para ampliar o número de mulheres nos cursos, tradicionalmente não ocupados por mulheres, do ensino tecnológico e profissional.

Também está entre os objetivos deste plano o fomento à produção acadêmica de estudos sobre as relações de gênero, que também é um dos eixos de ação do Programa Mulher e Ciência: “IV. Estimular a produção de conhecimento sobre relações sociais de gênero, identidade de gênero e orientação sexual, levando em consideração os aspectos étnicos, raciais, geracionais e das pessoas com deficiência”.

Este objetivo está situado no capítulo Educação para Igualdade e Cidadania, e algumas das ações descritas são as três principais ações do Programa Mulher e Ciência:

Linha de ação

2.4 Produção e difusão de conhecimentos sobre relações de gênero, identidade de gênero, orientação sexual, raça e etnia, em todos os níveis e modalidades de ensino:

2.4.2 Realizar quatro edições do Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero.

2.4.3 Lançar dois Editais de Fomento à Pesquisa no Campo dos Estudos de Gênero, Mulheres e Feminismo.

2.4.4 Realizar Encontro de Núcleos e Grupos de Pesquisa – Pensando Gênero e Ciência.

⁴⁹ Também há objetivos relacionados com o uso da ciência e tecnologia pelas mulheres, tais como nas ações: “8.4.3. Promover a capacitação para inclusão digital das mulheres, ampliação ao acesso às TICs, considerando as dimensões étnicas, raciais, de orientação sexual, de identidade de gênero, geracionais e das mulheres com deficiência.

É importante perceber que, enquanto a questão de gênero não foi efetivamente inserida nos documentos oficiais do MCTI, o tema da ciência e tecnologia é inserido nas políticas para as mulheres a partir do II Plano de Políticas para as Mulheres (II PNPM), após a criação do Programa Mulher e Ciência. Pode-se afirmar que, a partir dos documentos oficiais consultados, o tema estava alocado na política para mulheres dirigida pela SPM.

Em 2015, foi criado o Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial, da Juventude e dos Direitos Humanos, por meio da Medida Provisória nº 696, ao longo da reforma ministerial promovida pelo segundo governo da Presidenta Dilma Rousseff. Em maio de 2016, durante o governo interino de Michel Temer, esse ministério foi extinto por meio da Medida Provisória nº 726. A pasta de políticas para as mulheres foi transformada em uma secretaria no âmbito do Ministério da Justiça e Cidadania. Não cabe aqui alongar a discussão sobre essas transformações na política para as mulheres, no entanto, é oportuno destacar que a extinção do ministério, bem como outras medidas, tem apontado para um retrocesso na política dirigida para a equidade de gênero.

Nessa mesma medida provisória⁵⁰, o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação foi fundido com o Ministério das Comunicações, tornando-se Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, o que representa um recuo na política científica e tecnológica. Com o encolhimento da SPM e do MCTI, constata-se que o Programa Mulher e Ciência também pode perder espaço político.

Consideramos que iniciativas na esfera internacional também tiveram influência na inserção e formatação da pauta de gênero nas ciências e tecnologias, como veremos a seguir.

1.8 Na esfera internacional

1.8.1 Política científica no mundo: Fóruns Mundiais de Ciência

Apresentamos um breve histórico da inserção da pauta de gênero em ciências a partir da análise dos documentos resultantes das principais conferências internacionais na área de política científica (Fóruns Mundiais de Ciência) e na área de gênero (Conferências Internacionais das Mulheres).

⁵⁰ Atualmente convertida na Lei nº 13.341. Disponível em: <<http://tinyurl.com/h7tv5n7>>. Acesso em: 3 out. 2016.

No caso da política científica, os fatores internacionais ganham destaque, uma vez que há linhas que defendem que há um processo de internacionalização da política científica, tecnológica e de inovação (PCTI), ou seja, que diferentes países adotam o mesmo modelo de produção na ciência, tecnologia e inovação (Lea Velho, 2011). Essa internacionalização é pautada pela concepção dominante de ciência que definiria as visões, os instrumentos e consequentemente modelos similares para a política em ciência, tecnologia e inovação. A concepção dominante de ciência – bem como seu modo de produção –, também chamada no texto dessa autora de paradigmas de política científica e tecnológica, é difundida por meio da rede internacional de atores, formada por organismos multilaterais e bilaterais e por pesquisadores.

São elencados dois principais fatores para a internacionalização da PCTI: a mudança de opinião pública sobre a ciência, ocorrida após a Segunda Guerra Mundial, em que a ciência passa a ser vista enquanto alavanca para o progresso. Com essa mudança na imagem da ciência, ela começa a ocupar um lugar estratégico para o desenvolvimento econômico e social das nações. Essa nova posição da ciência impulsiona a formulação de políticas nacionais para a ciência e tecnologia. Paulatinamente a maioria dos países industrializados e os “em desenvolvimento” adotaram os modelos normativo-institucionais dos países “vitoriosos” na Segunda Guerra, em especial Estados Unidos e Reino Unido. Lea Velho (2011) defende que “a evolução histórica da política de CT&I está fortemente correlacionada com a evolução do conceito dominante de ciência”. Ela identifica quatro paradigmas da política de CT&I: 1) ciência como motor do progresso; 2) ciência como solução e causa de problemas; 3) ciência como fonte de oportunidade estratégica; 4) ciência para o bem da sociedade⁵¹. Para cada um desses paradigmas, estão relacionados à visão predominante de ciência, que define quem são as/os atrizes/atores e como devem atuar na comunidade científica. Segundo cada paradigma, também são definidas as estratégias e instrumentos da política científica e tecnológica.

Ao longo da descrição dos paradigmas, nota-se maior percepção da ciência e tecnologia como produtos sociais e um entrelaçamento com a história dos Estudos Sociais em Ciência e Tecnologia. Assim, também há um entendimento de que o fazer científico não é limitado exclusivamente aos cientistas: tanto a sociedade quanto o governo exercem maior influência nos rumos da C&T. No entanto, conforme a autora aponta, a apresentação da evolução dos paradigmas é um exercício analítico que passa por uma simplificação da realidade. Ela cita, por exemplo, que os instrumentos de avaliação utilizados ainda hoje pelas agências financiadoras

⁵¹ Para o estudo de cada paradigma em detalhe, ver Lea Velho (2011).

são oriundos de paradigmas anteriores e que é difícil afirmar se isso se deve à desatualização dos instrumentos à nova visão de ciência, ou se não existe uma visão dominante de ciência na sociedade. É claro que este é um resumo linear sobre a evolução dos paradigmas. Cada um deles e sua correlação são muito mais complexos do que o aqui descrito brevemente.

O primeiro paradigma descrito pela autora está situado entre o período pós-guerra e antes dos anos 1960. Esse paradigma é marcado pela valorização da autonomia da ciência. É desse período a divulgação das normas mertonianas da ciência: universalismo, comunismo, desinteresse e ceticismo organizado (MERTON, Robert, 1979). A visão dominante aqui é a que mais se aproxima da ciência positivista em que a produção científica é considerada objetiva e neutra. Os atores legítimos e quase exclusivos são as/os próprias/os cientistas. A revisão de pares era considerada instrumento eficaz para a garantia da excelência e da imparcialidade do sistema.

A divulgação dos resultados dos Estudos Sociais da Ciência e da Tecnologia tem, de certa forma, contribuído para as mudanças na concepção de ciência, sua gestão e a formulação de seus instrumentos. No entanto, como um processo não linear, muitas das políticas de ciência e tecnologia ainda são feitas segundo uma racionalidade unicamente meritocrática, baseada principalmente no desempenho individual do/a pesquisador/a, medido pelo número de publicações em veículos legitimados pela comunidade de origem.

Consideramos que os argumentos utilizados para não realizar a discussão sobre as questões de gênero, raça/etnia e classe social no sistema científico e tecnológico ainda se referem ao primeiro paradigma descrito por Lea Velho (2011), em que a meritocracia ainda é um discurso hegemônico, associada aos ideais de ciência enquanto objetiva e neutra. Quando o mérito é considerado o único alocador de posições entre as/os cientistas no campo científico, não há espaço para discutir os marcadores sociais. Quando o que importa é o talento conjugado a esforço⁵², em uma interpretação individual e liberal do sucesso, não há como inserir os argumentos históricos, sociais e culturais.

Dada a resistência da própria lógica da ciência em inserir os marcadores sociais, tais como raça e gênero, é extremamente importante analisar como foi possível criar e implementar o Programa Mulher e Ciência. O objetivo do programa de aumentar a participação feminina na C&T é contrário ao argumento puramente meritocrático. Segundo uma lógica puramente

⁵² Discuti a negação das dificuldades enfrentadas pelas cientistas em função de seu gênero dissertação de mestrado (LIMA, Betina, 2008).

meritocrática, uma vez que as posições são determinadas segundo “merecimento”, não caberia ação do Estado ou externa à comunidade científica.

A pesquisa em gênero, ciências e tecnologias tem um potencial questionador da lógica meritocrática. A fim de determinar como ela tem sido abordada no exterior, escolhemos analisar os resultados dos Fóruns Mundiais de Ciência, por seu caráter internacional e institucional.

A Conferência Mundial sobre a Ciência é realizada pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e pelo Conselho Internacional para a Ciência (ICSU), em Budapeste (Hungria), em 1999. Esta será a primeira conferência em caráter global para tratar do tema da ciência e tecnologia. No documento *A ciência para o século XXI: Uma nova visão e uma nova base de ação, Budapeste e Santo Domingo*, que reúne o relatório de Budapeste⁵³ e o relatório de Santo Domingo⁵⁴, há trechos dirigidos especificamente à participação das meninas e mulheres nas ciências, a exemplo do item 42⁵⁵:

42. Igualdade de acesso à ciência não é apenas um requisito social e ético para o desenvolvimento humano, como também uma necessidade para **descobrir-se todo o potencial das comunidades científicas** em todo o mundo e para orientar-se o progresso científico em direção à satisfação das necessidades da humanidade. **As dificuldades encontradas pelas mulheres, que constituem mais da metade da população mundial, ao tentarem entrar, seguir e avançar na carreira científica, e participar das tomadas de decisão no que diz respeito à ciência e à tecnologia, devem ser tratadas com urgência.** Há uma necessidade igualmente urgente de tratar-se as dificuldades enfrentadas pelos grupos em desvantagem, que previnem a sua participação plena e efetiva. (Grifo nosso)

Conforme é possível constatar no trecho citado, nos debates da política científica na questão de gênero e ciências, frequentemente tem sido utilizado o argumento de que os obstáculos culturais e históricos para a maior participação feminina nas ciências e tecnologias têm desperdiçado talentos e representam um subaproveitamento dos recursos humanos para o campo científico e tecnológico.

A Conferência Mundial da Ciência foi o início para a realização de uma série de fóruns para a discussão da ciência e tecnologia em âmbito global. Até 2016, foram realizados sete encontros do Fórum Mundial de Ciência. Na tabela 5 encontra-se a lista de edições do Fórum Mundial de Ciência por ano e por inserção da discussão de gênero.

⁵³ Esse relatório também é chamado *Declaração sobre a Ciência e o Uso do Conhecimento*.

⁵⁴ Esse relatório é resultado da reunião preparatória da América Latina e do Caribe para a Conferência de Budapeste.

⁵⁵ Outros trechos podem ser lidos no anexo A.

Tabela 5 – Sistematização sobre a inserção da discussão sobre a participação das mulheres nas ciências por edição do Fórum Mundial de Ciência

Ano	Edição do Fórum	A discussão sobre a participação das mulheres nas ciências foi inserida no documento final:
2003	I World Science Forum: Knowledge and Society	Não.
2005	II World Science Forum on “Knowledge, Ethics and Responsibility”	Não.
2007	III World Science Forum “Investing in Knowledge: Investing in the Future”	Não.
2009	IV World Science Forum “Knowledge and Future”	Sim, em tópico destacado – Women in Science – nas Recomendações no documento final.
2011	V World Science Forum “The Changing Landscape of Science”	Sim, uma menção dentro de um tópico nas Recomendações no documento final.
2013	VI World Science Forum “Science for Global Sustainable Development”	Sim, uma menção dentro de um tópico nas Recomendações no documento final.
2015	VII World Science Forum “The Enabling Power of Science”	Sim, uma menção dentro de um tópico nas Recomendações no documento final.

Fonte: Elaboração própria.

Após a realização da Conferência Mundial sobre a Ciência em 1999, o tema Mulheres na Ciência será retomado somente em 2009, cerca de dez anos depois, no IV Fórum Mundial de Ciência, denominado Knowledge and Future, onde há um eixo dedicado ao tema das mulheres nas ciências (Women in Science).

A reconhecida astrônoma Beatriz Barbuy participou dessa discussão, representando o Brasil. Do documento resumido⁵⁶ desse grupo temático consta a afirmação de que o tema das mulheres nas ciências não deve ser visto como simples questão de gênero, muito menos de minoria⁵⁷. Não fica muito claro no texto o que essa afirmativa significa. Talvez seja uma tentativa de compreender as consequências da menor participação feminina como um prejuízo para o desenvolvimento científico e tecnológico, não apenas como um problema de injustiça “social”.

Foram conclusões do grupo a necessidade de maior mobilização em torno do tema Mulher e Ciência, bem como a elaboração e a divulgação de relatórios com dados e indicadores. As recomendações abordaram possíveis eixos de atuação para o impulso das carreiras femininas: o “mentoring” (mentoria), a educação científica, a construção da confiança e o estímulo para que mulheres sejam convidadas e aceitem posições na carreira,

⁵⁶ O documento do grupo consta do anexo B.

⁵⁷ Segundo a afirmação: “The role of women in science is not a simple gender issue, and especially not a minority question”.

estímulo ao reconhecimento e à visibilidade das cientistas por meio, por exemplo, de premiações.

O grupo utilizou o relatório *Women and Science – Statistics and Indicators – She Figures 2006*, da Comunidade Europeia, para falar do “leaky pipe”, que seria traduzido como “encanamento com vazamento”, para ilustrar a desistência das mulheres ao longo da carreira científica, já que em muitos países foi possível atrair um contingente maior de mulheres, mas esse mesmo número não permaneceu até os postos “avançados” na carreira.

Em 2011, no V Fórum, há uma menção sobre a participação das mulheres nas ciências no item 5⁵⁸ do documento final, denominado⁵⁹ “capacitação para a ciência precisa ser fortalecida”.⁶⁰ Uma linha é dedicada a recomendar “ações que fortaleçam o papel das mulheres na ciência e na inovação e fomentem sua participação na ciência e na política científica⁶¹”. Essa curta recomendação traz dois elementos novos: a referência à inovação como área de atuação das mulheres e em voga na política científica nacional; e a menção sobre a necessidade de fortalecer a participação feminina na política científica. Essas recomendações estão contidas no item que enfatiza a CT&I como base para o desenvolvimento social e econômico, além da necessidade de fortalecê-la.

Em 2013, o VI Fórum Mundial de Ciência foi realizado no Rio de Janeiro. Antes de sediar esse Fórum, o Brasil realizou sete encontros preparatórios ao longo do ano anterior: em São Paulo, Belo Horizonte, Manaus, Salvador, Recife, Porto Alegre e Brasília. A consolidação dos resultados das discussões realizadas nos encontros foi disponibilizada no livro *Ciência para o Desenvolvimento Sustentável Global – contribuição do Brasil*⁶². O livro é uma miscelânea de opiniões das/os participantes (pesquisadoras/es, especialistas, atrizes/atores da política científica) em diversas áreas. Destacam-se alguns dos temas abordados: sustentabilidade, sistema educacional e ensino de ciências, a relação ciência-tecnologia-inovação, a ética na C&T e o avanço do conhecimento científico para o desenvolvimento nacional. Nessa síntese preparatória, não houve menção à sub-representação feminina nas ciências e tecnologias, porém esse documento inova ao abordar por duas vezes a necessidade de considerar e dialogar com os saberes tradicionais e indígenas, a exemplo de Ana Carla Bruno, do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA), que argumentou:

⁵⁸ Para ler o trecho completo do item 5, ver anexo C.

⁵⁹ O documento completo está disponível em: < <http://tinyurl.com/hg8vx96>>. Acesso em: 23 ago. 2013.

⁶⁰ Tradução livre: “Capacity building for science needs to be strengthened”.

⁶¹ Tradução livre: “Comprehensive actions should be taken to strengthen the role of women in science and innovation and to expand the participation of women in science and science policy making”.

⁶² O livro pode ser acessado no site “Ciência para o Desenvolvimento Sustentável Global”.

“Como o povo tucano classifica os peixes? O INPA faz a mesma classificação?”, indagou a pesquisadora. “Ou seja, os indígenas querem entender os métodos científicos, querem ser médicos, advogados, biólogos. A pergunta é: “Estamos preparados para receber essa demanda e esses interesses?” Ainda: “O nosso sistema científico está incluído nos contextos culturais, sociais, regionais e locais?” (CGEE, 2013, p. 30).

Na Declaração da América Latina e Caribe para o VI Fórum Mundial de Ciência, que apresenta um entendimento regional sobre os rumos da ciência e tecnologia, há uma referência à questão de gênero no tópico Educação e Cultura para a Ciência e Tecnologia: “Promover a igualdade de gênero em ciência e tecnologia, por meio de políticas explícitas e atividades e estudos regionais, como os desenvolvidos pela Cátedra Regional UNESCO Mulheres, Ciência e Tecnologia na América Latina⁶³.” (Declaração, 2013, p. 7).

Na Declaração Final do VI Fórum Mundial, nas Recomendações do tópico sobre Educação para Reduzir Iniquidades e para Promover Ciência e Tecnologia Global e Sustentável⁶⁴, há menção sobre o fomento da participação feminina: “A sustentabilidade global requer o envolvimento de todos os membros da sociedade, em especial a inclusão de mais mulheres na ciência⁶⁵”.

Na Declaração Final do VII Fórum Mundial de Ciência, o tópico Investimento Balanceado na Ciência⁶⁶ aborda a participação equitativa nas ciências:

Fazemos um apelo para uma participação equilibrada de mulheres, jovens cientistas e grupos minoritários na prática e aplicação da ciência, também por meio de programas de capacitação dirigida a jovens cientistas. O Relatório UNESCO sobre Ciência 2015⁶⁷ fornece informações atualizadas sobre a participação das mulheres na ciência⁶⁸.

O tema sobre a equidade de gênero nas ciências e tecnologias não foi abordado nas primeiras edições do Fórum Mundial de Ciência. Essa questão teve maior destaque no IV

⁶³ Disponível em: <www.catunescomujer.org/catunesco_mujer>. Acesso em: 3 out. 2016.

⁶⁴ Tradução livre do texto: “Education to reduce inequalities and promote global and sustainable science and innovation”. Disponível em: <<http://tinyurl.com/j2do6nw>>. Acesso em: 8 jun. 2016.

⁶⁵ Tradução livre do texto: “Global Sustainability requires the involvement of all members of society particularly, the inclusion of more women in science”. Disponível em: <<http://tinyurl.com/j2do6nw>>. Acesso em: 8 jun. 2016.

⁶⁶ Tradução livre do texto: “Balanced investment in science”. Disponível em: <<http://tinyurl.com/jpj3o7m>>. Acesso em: 8 jun. 2016.

⁶⁷ Esse relatório tem um capítulo dedicado à temática de gênero, ciências e tecnologias. A autoria é de Sophia Huyer, diretora de uma organização não governamental de equidade de gênero na C&T, chamada Women in Global Science and Technology (WISAT). O relatório está disponível em: <<http://tinyurl.com/o83tdko>>. Acesso em: 3 out. 2016.

⁶⁸ Tradução livre do texto: “We call for an equitable participation of women, young scientists, and minority groups in the practice and application of science, also through capacity-building programmes addressed to young scientists. The 2015 UNESCO Science Report provides updated information on the participation of women in science. Disponível em: <<http://tinyurl.com/jpj3o7m>>. Acesso em: 8 jun. 2016.

Fórum Mundial de Ciência, em 2009, quando foi discutida em tópico específico. Nas edições subsequentes do Fórum, o tema não teve a mesma importância, porém não deixou de ser abordado, ainda que de maneira pontual. Destaca-se que somente no último Fórum houve referência a outros “grupos minoritários” nas iniquidades da participação científica.

Após esse breve histórico da inserção do tema Gênero e Ciências na agenda da política científica, é possível considerar que a abordagem da questão não é nova. Os documentos reconhecem a existência de dificuldades específicas das mulheres e sua consequente sub-representação nas ciências. Entretanto, percebe-se que este assunto, a partir de 2009, tem sido tratado de maneira contínua, porém ainda não adquiriu um espaço central nas discussões realizadas pelos Fóruns. Esta discussão também não está abordada em sua complexidade, com a intersecção com outros marcadores sociais.

É importante perceber que, mesmo a temática de gênero, ciências e tecnologias tendo certa inserção nessa esfera de discussão sobre a política científica internacional, desde 2009, a agenda política científica nacional foi retardatária, somente abordando de forma marginal essas questões, 7 anos depois.

1.8.2 Na política de gênero – Conferências Mundiais sobre as Mulheres

Os movimentos de mulheres em diferentes países, apesar de características nacionais, logo criaram uma rede internacional de atuação; e a sua consolidação impulsionou a criação de órgãos específicos, tanto em alguns países quanto no sistema internacional. A Comissão sobre o Status da Mulher (CWS) foi o primeiro órgão dirigido às questões de gênero criado no sistema das Nações Unidas (ONU)⁶⁹, em seu primeiro ano de funcionamento, em 1946.

O fortalecimento do movimento de mulheres também impulsionou a realização de Conferências Mundiais específicas sobre as condições femininas no mundo. Foram quatro Conferências; e, ao longo desse período, há uma mudança no entendimento das questões sobre as desigualdades entre homens e mulheres e as estratégias para combatê-las. A primeira Conferência Mundial sobre as Mulheres ocorreu em 1975⁷⁰, no México; a segunda, realizada

⁶⁹ Sobre a participação do movimento de mulheres na ONU, cabe ressaltar que Bertha Lutz foi uma das responsáveis pela alteração do nome “Declaração de Direitos do Homem” para “Declaração de Direitos Humanos” em 1948, lutando para que as mulheres fossem contempladas não somente na Carta como também fossem incluídas em cargos das Nações Unidas (LOPES, Maria Margaret 2008).

⁷⁰ Declarado pela ONU como Ano Internacional das Mulheres e também Década das Mulheres, de 1976-1985. A criação do Instituto Internacional de Pesquisa e Formação para o Progresso das

em Copenhague (Dinamarca), em 1980⁷¹; a terceira foi realizada em Nairobi (Quênia), em 1985; a quarta ocorreu em Pequim (China), em 1995. Essas Conferências, conforme já enfatizado, foram escolhidas por seu caráter oficial, entretanto é importante destacar que outros encontros também foram centrais para a articulação dos movimentos de mulheres e feministas, por exemplo os Encontros Latino-Americanos e do Caribe (Sonia Alvarez et al., 2003).

A quarta Conferência é conhecida por não tratar mais especificamente das questões das mulheres, mas de gênero, onde os homens também estavam mais propriamente incluídos no debate. A igualdade de gênero foi incluída na pauta de Direitos Humanos⁷² e não era vista como um problema apenas das mulheres, mas de toda a sociedade.

Também é difundida uma nova forma de conceber as políticas para as questões de gênero. É o que ficou conhecido como *gender mainstream*, que congrega muitos dos aspectos que permanecem atuais, tais como a transversalidade e a interseccionalidade. Há o entendimento, ainda inicial, de que a perspectiva de gênero não se deve manter isolada, mas deve ser integrada em todas as ações. A mudança desejada é estrutural e não mais pontual. A proposta é que a perspectiva de gênero seja integrada em outras dimensões geradoras de desigualdades, tais como raça/cor, classe, etnia, recorte geracional, deficiência física.

Esse percurso de concepções também pode ser pensado enquanto intrinsecamente relacionado ao histórico dos estudos sobre as mulheres, de gênero e feministas ou vice-versa. Apesar da coexistência dessas vertentes de estudo, pode-se afirmar que houve uma transição entre os estudos focados em mulheres e no patriarcado – enquanto uma estrutura determinista de subordinação feminina – para a concepção de gênero como relacional e onde é possível vislumbrar outras posições que não somente a dicotomia vítima/opressor. A potência, resistência, agência também passam a se configurar como possibilidades femininas e novas abordagens para os estudos na área. A perspectiva de gênero foi enriquecida pela análise de outros marcadores, tais como raça/cor⁷³, etnia, classe e geração, em uma perspectiva interseccional (Crenshaw, Kimberlé, 2002).

Mulheres (INSTRAW) e do Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher (UNIFEM) também são resultados da I Conferência.

⁷¹ Um dos avanços foi a adoção da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres (CEDAW), em 1979. Em seus 30 artigos, os temas da ciência e tecnologia não são especificamente citados. O art. 10 versa sobre os direitos e garantias sobre a educação sem mencionar essas áreas.

⁷² Essa avaliação sobre o percurso de abordagens ao longo das Conferências pode ser acessada na página da ONU Mulheres. Disponível em: <<http://tinyurl.com/h74xzva>>. Acesso em: 11 ago. 2013.

⁷³ A inserção desses marcadores é resultado principalmente da luta de mulheres negras.

Desde o relatório da I Conferência Mundial sobre as Mulheres, no tópico “Educação e Capacitação”, há uma menção sobre a garantia de acesso das mulheres à ciência e tecnologia⁷⁴. No relatório da II Conferência, esses temas são mencionados da mesma maneira, incluindo-se também a educação não sexista⁷⁵. Também há referência à importância de as mulheres usufruírem os produtos da ciência e tecnologia. No relatório da III Conferência, dos parágrafos dedicados aos direitos à educação⁷⁶, também constam as recomendações para uma educação não sexista e a necessidade de despertar e garantir o ingresso das mulheres a áreas onde elas tradicionalmente não estão. Nesse relatório, o tema “Ciência e Tecnologia” é apresentado como uma área de ação específica, e os §§ 200 a 205 são diretamente relacionados às mulheres e à ciência e tecnologia⁷⁷. São medidas e ações recomendadas: assegurar a representatividade das mulheres no planejamento e na implementação da C&T; aumentar o incentivo das mulheres e meninas para o estudo de Matemática, Ciências e Engenharias; criar ambientes propícios para a atuação das mulheres no campo científico; garantir o acesso aos benefícios do progresso científico e tecnológico; criar tecnologias apropriadas para as mulheres.

No relatório de Pequim⁷⁸, IV Conferência, os arts. 35, 75 e 76 do relatório reafirmam a necessidade de garantir que as mulheres tanto sejam beneficiárias do uso da C&T quanto participem efetivamente de sua produção⁷⁹. No relatório, há doze objetivos estratégicos⁸⁰. Quatro têm ações e propostas correlatas ao tema. Esses objetivos e ações versam principalmente sobre a implementação da educação não sexista; a promoção de capacitação e estímulo para o ingresso em áreas de atuação onde elas estão sub-representadas, citando especificamente as áreas de ciência e tecnologia; e a ampliação do acesso das mulheres aos frutos da ciência e tecnologia.

⁷⁴ O relatório completo da I Conferência está disponível em: <<http://tinyurl.com/zc5pss3>>. Acesso em: 10 ago. 2013).

⁷⁵ Os parágrafos sobre educação e capacitação são 165-194. O § 172 versa: “Aumentar as oportunidades e facilidades a fim de promover a participação das mulheres na ciência e tecnologia por meio da educação e capacitação nestes campos”. Ver relatório da II Conferência, disponível em: <<http://tinyurl.com/j6wo9hc>>. Acesso em: 9 ago. 2013).

⁷⁶ O § 167 recomenda que as instituições educacionais incluam as contribuições dos estudos sobre mulheres (*women's studies*).

⁷⁷ O relatório completo está disponível em: <<http://tinyurl.com/goyx8gm>>. Acesso em: 21 ago. 2013.

⁷⁸ Também chamada Plataforma de Ação de Pequim.

⁷⁹ Ver no anexo E os trechos citados.

⁸⁰ São eles: Women and poverty; Education and training of women; Women and health; Violence against women; Women and armed conflict; Women and the economy; Women in power and decision-making; Institutional mechanisms for the advancement of women; Human rights of women; Women and the media; Women and the environment; The girl child.

Ao longo das Conferências, a temática de gênero, ciências e tecnologias, ainda que não tenha se tornado um tema central, foi ganhando um pouco mais de espaço e clareza. A inserção de gênero na pauta da política científica e de ciência na política para mulheres por meio dos documentos centrais e oficiais aponta para a dificuldade da correlação do tema, tanto no Brasil quanto no mundo.

No caso da política para as mulheres, em especial no Brasil, o tema da violência tem um lastro histórico no movimento feminista e tem sido um dos temas prioritários tratados pela SPM. Trata-se, no âmbito da política para as mulheres, da definição de temas emergenciais, ou seja, inicialmente as políticas devem evitar a mortalidade e a vulnerabilidade das mulheres em função da violência contra elas. A criação do Programa Mulher e Ciência inaugura e consolida um espaço para a pauta de gênero, ciências e tecnologias na política para as mulheres.

Apesar da inserção da temática de gênero, ainda que de modo pontual, na agenda política internacional de C&T, apresentada por meio da análise dos documentos dos Fóruns Mundiais de Ciência, essas questões efetivamente não foram pauta das discussões nacionais e institucionais sobre o desenvolvimento científico e tecnológico do país por meio dos documentos analisados. Somente recentemente, em 2016, houve articulação do tema elencado como tendência mundial no ENCTI 2016-2019.

Na política científica, a discussão de gênero é mais refratária e tem sua justificativa principal no *ethos mertoniano*, em que o mérito científico é o único alocador no sistema de ciência e tecnologia. Assim, diferentemente do que ocorreu na política para as mulheres no país, a inserção do tema de “gênero, ciência e tecnologia” nos documentos consultados na política científica só ocorreu **onze anos** após a criação do programa, conforme destacamos, com inserção desse assunto de maneira pontual na Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (ENCTI 2016-2019). Esse atraso na inserção da pauta de gênero na política científica também ocorreu em relação à pauta científica internacional, que iniciou marginalmente essa discussão em 2009, conforme apresentado sobre os documentos resultantes dos Fóruns Mundiais de Ciência.

A discussão sobre a equidade de gênero nas ciências e tecnologias tem evoluído muito internacionalmente, com a atuação de comissões especializadas e grupos interessados no tema em diversas esferas. Destacamos a seguir alguns marcos dessa discussão.

1.9 Equidade de gênero nas C&T: um desafio sem fronteiras

1.9.1 Sistema das Nações Unidas

Conforme já afirmamos, a equidade de gênero nas ciências e tecnologias não é um problema unicamente brasileiro, mas um desafio que excede as fronteiras nacionais. Logicamente, as desigualdades de gênero nas carreiras científicas têm algumas especificidades locais condicionadas ao seu contexto histórico-cultural. No entanto, as exclusões tratadas aqui – vertical e horizontal – estão presentes em todos os sistemas científicos. No caso da exclusão horizontal, as áreas de Exatas, Engenharias e Computação continuam a ser onde as mulheres estão sub-representadas. No entanto, há variações: por exemplo, a Irlanda foi o único país europeu onde há maior equilíbrio de gênero na pós-graduação em Computação (She Figures, 2015, p. 20).

Esta temática tampouco pode ser considerada nova. Já contamos com pelo menos duas décadas de produção de conhecimento sobre o tema. Um dos marcos da discussão sobre as questões de gênero e ciência dirigida à formulação e à implementação de políticas públicas é o documento *Missing Links: Gender Equity in Science and Technology for Development*. Essa publicação foi divulgada em 1995, resultado do trabalho de dois anos do Grupo de Trabalho de Gênero criado pela Comissão das Nações Unidas em Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento (UNCSTD).

Um dos critérios para a escolha dos tópicos para a Comissão para o biênio 1993-1995 foi a abordagem de ciência e tecnologia relacionada com as duas Conferências – Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Social e IV Conferência Mundial sobre as Mulheres, em Pequim –, que ocorreriam no ano de apresentação do trabalho do grupo. Assim, “gênero, ciência, tecnologia e desenvolvimento” foi um dos três temas escolhidos:

O objetivo principal da conferência em Pequim, em 1995, é mapear estratégias pelas quais as mulheres possam ser empoderadas. Uma das mais efetivas ferramentas de empoderamento é o conhecimento. Assim, o Grupo de Trabalho de Gênero buscou identificar meios específicos em que as mulheres pudessem ser empoderadas pelo ganho de acesso ao conhecimento científico e tecnológico⁸¹.

⁸¹ Tradução livre: “A major objective of the 1995 Beijing Conference is to identify ways in which women can be empowered. One of the most effective tools for empowerment is knowledge. As such, the Gender Working Group has tried to identify specific ways in which women can be empowered by gaining access to scientific and technological knowledge” (Missing Links, 1995, p. xiii).

Na apresentação da publicação, Geoffrey Oldham (coordenador do Grupo de Trabalho de Gênero) explica que foi necessário “cooptar” oito especialistas, dentre elas Sandra Harding, para trabalharem com o grupo, uma vez que todos os delegados indicados para participarem do grupo eram homens.

Entendemos que o nome do relatório – *Missing Links* – utiliza a metáfora de elos faltantes de uma corrente. A produção do conhecimento científico e tecnológico é pensada como uma corrente que vai desde o acesso diferenciado ao produto da C&T até a tomada de decisão no setor. Há elos que faltam; e, quanto antes a corrente estiver completa, melhor funcionará para toda a sociedade. Esses elos faltantes referem-se tanto à maior participação das mulheres na produção do conhecimento científico, em especial em posições de decisão, quanto ao acesso igualitário ao usufruto da ciência e tecnologia.

Nessa publicação é apresentado um conjunto de ações transformadoras para orientar os países no fomento à equidade de gênero na C&T. Essas recomendações foram reunidas em 7 tópicos no documento:

- 1) Equidade de gênero na educação científica e tecnológica (equidade no acesso à educação formal, igualdade de oportunidades nas escolas, oportunidade de educação à distância e “reingresso” nas escolas);
- 2) Remoção de obstáculos para a carreira científica e tecnológica de mulheres (medidas específicas para todos os empregadores, políticas para governantes, iniciativas na academia e no sistema escolar);
- 3) Aproximar a ciência das necessidades da sociedade;
- 4) Tornar os processos de tomada de decisão em C&T mais conscientes às questões de gênero;
- 5) Relacionar a C&T aos sistemas de conhecimento locais;
- 6) Aproximar-se das questões éticas na ciência e tecnologia;
- 7) Melhorar a produção de dados desagregados por sexo. (*Missing Links*, 1995, p. 11-17, tradução livre).

As ações e iniciativas recomendadas podem ser consideradas atuais. Destacamos algumas recomendações mais discutidas na literatura sobre o tema e em programas de fomento à equidade de gênero.

No tópico “Equidade de gênero na educação científica e tecnológica”, destaca-se a importância de garantir a utilização de materiais de educação científica e tecnológica sensíveis às questões de gênero. Também afirma que, se possível, deve-se garantir a associação entre a matéria estudada e o cotidiano, tanto de meninas quanto de meninos. Uma análise recente realizada no material didático para o ensino de Física no Brasil mostra que as imagens apresentadas reforçam os estereótipos de gênero, associando as mulheres ao ambiente doméstico e os homens como protagonistas da produção científica. Também há um predomínio de imagens masculinas, em especial na categoria de História da Ciência, onde a representação

masculina atinge 94,5% (ROSA, Katemari; SILVA, Maria Ruthe, 2015). O sexismo presente nos livros didáticos e nas divulgações científicas perpetua a segregação de nichos sociais de atuação por gênero em que a profissão científica é associada ao masculino, colaborando com a exclusão de meninas e mulheres nessas carreiras, principalmente em Exatas e Engenharias.

Sobre a remoção de obstáculos para a carreira científica e tecnológica de mulheres, tópico mais diretamente associado a este trabalho de pesquisa, são elencadas medidas que facilitem a equidade de gênero na carreira. São medidas mais dirigidas ao equilíbrio da vida pessoal e privada, tais como: flexibilidade de carga horária; elaboração de políticas específicas para licenças parentais, de emprego e de promoção, de forma que as tarefas no âmbito familiar como o exercício da maternidade não prejudiquem a progressão na carreira; comprometimento com o emprego e promoção de mulheres nas ciências e tecnologias sem prejuízo do mérito; e políticas contra a discriminação e o assédio no ambiente de trabalho. No âmbito governamental, recomenda-se, por exemplo, a aplicação de legislação de pagamento igual para homens e mulheres e o aumento do número de mulheres em posições de decisão. Para a academia e o ambiente escolar, são enumeradas medidas como o estabelecimento de redes de mulheres pesquisadoras, *mentoring* e outros programas de aconselhamento e apoio na carreira. A Universidade de Brasília, por exemplo, reduziu de 40 horas para 30 a carga horária de professoras e servidoras mães com filhas/os até 24 meses⁸². Obviamente medidas que apoiem o cuidado das/os filhas/os devem ser ampliadas para os pais, a fim de que também assumam o ônus desse papel.

Sobre os processos de tomada de decisão, algumas ações interessantes são enumeradas, tais como estabelecer uma base de dados com a lista de mulheres qualificadas para ocuparem cargos. Também se discute aumentar a compreensão dos tomadores de decisão sobre as implicações de gênero e implementar a análise de gênero no desenho, monitoramento e avaliação de programas em C&T. Também estão destacados nos demais tópicos o diálogo entre saberes locais e a desagregação dos dados por gênero e sua ampla divulgação (Missing Links, 1995).

Sobre a divulgação de dados e o processo de conscientização da pouca participação das mulheres em algumas esferas, um grupo de neurocientistas americanas, por iniciativa de Yael Niv, da Princeton University, criou uma página BiasWatchNeuro⁸³ “para monitorar a diferença

⁸² Essa medida foi recentemente suspensa, pois se questionou a autonomia da universidade para realizar alterações de carga horária.

⁸³ Disponível em: <<https://biaswatchneuro.com>>.

de gênero em conferências das mais diversas áreas da neurociência, comparando os números com a proporção de mulheres na área específica”. Segundo a entrevista⁸⁴ divulgada, a pesquisadora afirma que não se trata somente de uma questão de representatividade, mas de um acúmulo de desvantagens: “Se você não é conhecido na ciência, você pode estar fadado ao fracasso, pois há menos chances de seus artigos serem aceitos e suas empreitadas científicas, financiadas”. A escolha de palestrantes pode ser um enviesamento implícito, conforme citado por ela, ou uma forma de sexismo automático (Segato, Rita, 2003). Essa iniciativa, segundo reportagem da revista FAPESP⁸⁵, já vem produzindo resultados: “Num encontro anual de sistemas computacionais e neurociência, o Cosyne, a proporção de mulheres entre palestrantes chegou perto de 40% em 2016 – em 2004, nenhuma mulher fora convidada. Um editorial da revista *Nature* exortou outras áreas do conhecimento a seguirem esse exemplo: “As mulheres cientistas não têm nada a perder, além de sua invisibilidade”.

Uma das conclusões do *Missing Links* (1995) é a percepção de que a temática Gênero, Ciência e Tecnologia era marginal para a maioria das agências do sistema das Nações Unidas. A conscientização sobre a relação desses termos, incluindo exemplos sobre o viés de gênero em programas vigentes, mostra como uma “análise de gênero” na política científica e tecnológica poderia colaborar para a superação da desigualdade de gênero na carreira. Há uma série de recomendações nessa temática para as agências do sistema das Nações Unidas, tais como a criação de um conselho (*advisory board*). O Gender Advisory Board (GAB) foi criado em 1995 para monitorar e colaborar com a implementação das recomendações, quando solicitado. Também tem a missão de aconselhar a Comissão sobre o impacto de gênero em seus novos programas. A prof^a Alice Abreu, socióloga, é uma das participantes do Gender Advisory Board. Ela também foi vice-presidente do CNPq no período de 1999-2002 e foi uma das pioneiras em promover a discussão sobre mulheres nas C&T no CNPq.

Por fim, é disponibilizada no *Missing Links* uma carta de intenções sobre gênero, ciência e tecnologia para o desenvolvimento humano sustentável, com objetivos estratégicos para o alcance da equidade de gênero nos países. São metas gerais para que cada país estabeleça seu modo de implementação.

⁸⁴ Mais informações sobre a entrevista estão disponíveis em: <<http://tinyurl.com/zq6kqp8>>. Acesso em: 13 set. 2016.

⁸⁵ Disponível em: <<http://tinyurl.com/gq7a8g4>>. Acesso em: 23 nov. 2016.

Também se destaca a realização da reunião da Commission on the Status of Women (CWS)⁸⁶, na ONU Mulheres, em 1997, em que o tema Mulher e Ciência esteve presente nas recomendações inseridas no eixo Educação e Capacitação das Mulheres⁸⁷. As recomendações refletem a preocupação de aumentar o leque de escolhas profissionais das mulheres como tentativa de acabar com a segregação horizontal por áreas, citando a área científica e tecnológica. Também consta a recomendação de facilitar as carreiras femininas e aumentar sua empregabilidade no mercado formal, em especial em áreas em que estão sub-representadas, por meio da promoção de políticas de educação. Sugere-se que o ensino em Matemática, Ciência e Tecnologia para meninas e mulheres seja repensado, para que elas participem ativamente do campo científico e tecnológico e desenvolvam, apliquem e avaliem novas tecnologias.⁸⁸

A questão de gênero em ciência somente volta a ser abordada no âmbito da CWS/ONU Mulheres⁸⁹ em 2011, na sessão 55. O tema foi “Acesso e participação das mulheres e meninas na educação, capacitação e na ciência e tecnologia, incluindo a promoção igualitária do acesso das mulheres ao pleno emprego e ao trabalho decente”⁹⁰. As questões da ciência e tecnologia novamente são apresentadas relacionadas aos temas da educação e do trabalho. São tópicos principais do documento: a desigualdade de oportunidades na educação, a segregação ocupacional, a divisão sexual do trabalho e a feminização da pobreza. Também são ações recomendadas: a incorporação da perspectiva de gênero nas políticas implementadas, o fortalecimento de ações que garantam a participação das mulheres na C&T⁹¹, a garantia do usufruto dos resultados científicos e tecnológicos para a melhoria das condições femininas⁹² e o desenvolvimento de análises com dados desagregados. No entanto, há também recomendações mais específicas na temática de gênero em ciências, tais como: o fomento de pesquisas acadêmicas sobre gênero que subsidiem as políticas de educação, em especial na

⁸⁶ A Commission on the Status of Women é uma das comissões especializadas nas questões de gênero do United Nations Economic and Social Council.

⁸⁷ Tradução livre: Education and training of women.

⁸⁸ Os trechos destacados sobre o tema Mulheres na Ciência e Tecnologia, das sessões do CSW, estão no anexo F.

⁸⁹ Em 2010, a ONU Mulheres foi criada a partir da fusão de órgãos que já existiam no sistema ONU: o Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher (UNIFEM), a Divisão para o Avanço das Mulheres (DAW), o Escritório de Assessoria Especial em Questões de Gênero (OSAGI) e o Instituto Internacional de Treinamento e Pesquisa para a Promoção da Mulher (INSTRAW).

⁹⁰ Tradução livre: “55th session (22 February-4 March and 14 March 2011) Agreed conclusions: Access and participation of women and girls in education, training and science and technology, including for the promotion of women’s equal access to full employment and decent work”.

⁹¹ Aqui não somente é utilizado o argumento sobre o risco da perda de talentos, mas também se utiliza o argumento sobre o risco da perda da diversidade de perspectivas.

⁹² No texto, há uma aproximação da concepção de ciência e tecnologia para o progresso da sociedade.

ciência e tecnologia; a adoção de medidas para atrair meninas para a ciência e tecnologia; a melhoria do ambiente institucional para a permanência das mulheres; a criação de programas que fortaleçam as mulheres cientistas, tais como redes, mentorias, associações; a garantia da representatividade feminina nas posições de decisão⁹³; a inserção da perspectiva de gênero nas pesquisas; e a preservação dos saberes tradicionais femininos.

Na reunião da sessão 55 da CWS, uma comissão formada por pesquisadoras brasileiras indicadas pelos institutos do MCTI, por uma representante da SPM e uma do CNPq⁹⁴ participou da reunião. A comissão também participou do Programa de Cooperação Brasil-EUA em Mulheres e Ciências (International Visitor Leadership Program United States Department of State: Women in Science and Technology – A Project for Brazil), nas cidades de Washington (DC) e Boston⁹⁵. Esse programa de cooperação é resultado de um memorando de entendimento entre Brasil e Estados Unidos, em que um dos temas elencados para cooperação é o empoderamento das mulheres, e uma das linhas de ação é promover a igualdade no ambiente de trabalho nas oportunidades econômicas. Esse memorando viabilizou a ida da comissão brasileira aos Estados Unidos e posteriormente a visita de cientistas americanas ao Brasil. Também possibilitou a ida de duas medalhistas a um “science camp”.

No encontro da CWS, sessão 58, realizado em 2014, o tema prioritário foi “Desafios e conquistas da implementação dos Objetivos do Milênio⁹⁶ para mulheres e meninas”. Entretanto, o tema da sessão 55 sobre “mulheres, meninas, educação e C&T” foi elencado como “tema a ser revisto⁹⁷”. No documento final⁹⁸, no tópico sobre o pleno gozo de todos os direitos humanos por mulheres e meninas, há referência à igualdade de direitos na educação em todos os níveis, bem como à inserção da perspectiva de gênero na ciência e tecnologia.

⁹³ Nessa recomendação, o discurso central da ciência fala sobre o mérito, ou seja, garantir a representatividade feminina, assegurando os critérios meritocráticos. Ver anexo F, item “mm”.

⁹⁴ Os nomes que compõem a delegação estão no anexo G.

⁹⁵ Em consulta ao relatório da comissão brasileira, as recomendações foram reproduzidas na íntegra no anexo H.

⁹⁶ Em 2000, a ONU estabeleceu oito objetivos para melhorar o mundo, que devem ser atingidos até 2015, conforme firmado por 191 nações. Os objetivos são: erradicar a pobreza extrema e a fome; atingir a educação básica universal; alcançar a igualdade entre sexos e a autonomia das mulheres; reduzir a mortalidade na infância; melhorar a saúde materna; combater o HIV/AIDS, a malária e outras doenças; garantir a sustentabilidade ambiental; e estabelecer uma parceria mundial para o desenvolvimento. Disponível em: <<http://tinyurl.com/cho4p4>>. Acesso em: 14 ago. 2013).

⁹⁷ Em geral, as sessões têm, além do tema prioritário, um tema a ser revisto (*review theme*).

⁹⁸ Esse documento é intitulado “Challenges and achievements in the implementation of the millennium development goals for women and girls”. Disponível em: <<http://tinyurl.com/h2t8c8b>>. Acesso em 9 jun. 2016.

1.9.2 Na União Europeia

O Helsinki Group on Gender in Research and Innovation⁹⁹ foi criado em 1999 com o objetivo de promover a equidade de gênero na pesquisa e inovação junto aos estados-membros e países associados da União Europeia por meio do incentivo à implementação de políticas de gênero e apoio à formulação e divulgação de dados e indicadores de gênero na C&T, sendo responsável pela publicação de um relatório a cada 3 anos, denominado *She Figures*. Atualmente monitora, junto ao European Research Area¹⁰⁰, a implementação das políticas de gênero. Em 2002, o Helsinki Group produziu um relatório com informações sobre a participação das mulheres em 30 países no âmbito da UE.

O *She Figures* é publicado desde 2003. O prefácio da edição de 2015 afirma que “cada vez mais as mulheres estão no Ensino Superior, mas ainda representam somente um terço de pesquisadores e um quinto de pesquisadores no topo da carreira¹⁰¹” (She Figures, 2015, p. 3). Conforme explicita o documento, apesar dos progressos, o recente relatório revela que uma série de desigualdades de gênero persiste na pesquisa científica e na inovação.

A publicação investiga o grau de progresso em direção à equidade de gênero na pesquisa e na inovação na Europa. Além dos dados sobre participação por sexo em diferentes níveis na carreira e por áreas do conhecimento, o relatório apresenta, pela primeira vez, os dados desagregados por sexo em publicações científicas e patentes, bem como a inclusão da dimensão de gênero nos artigos científicos.

Segundo essa publicação, a taxa percentual de mulheres doutoras na Europa gira em torno de 40% a 60%. No entanto, esse dado varia, conforme a área do conhecimento. As Engenharias¹⁰² tendem a ter duas vezes menos mulheres que homens. A taxa de doutoras nessa área na União Europeia é aproximadamente 28%. Esse dado ainda pode ser menor. A depender do país, a taxa de doutoras mulheres em Engenharias na Alemanha, em 2012, foi cerca de 18%.

O relatório *She Figures* (2015) também menciona as noções consolidadas na literatura na área de segregação horizontal e vertical. Sobre a segregação vertical, as pesquisadoras mulheres representam cerca de 33% na União Europeia. No entanto, no nível mais elevado, classificado como A, esse percentual diminui. Esse dado é variável, conforme a área do

⁹⁹ Disponível em: <<https://era.gv.at/directory/85>>. Acesso em 16 set. 2016.

¹⁰⁰ Mais informações sobre a ERA estão disponíveis em: <<http://tinyurl.com/h6bex34>>.

¹⁰¹ Tradução livre do trecho: “More and more, European women are excelling in higher education, and yet, women represent only a third of researchers and around a fifth of grade A, top-level academics”.

¹⁰² O termo utilizado na publicação referente a essas taxas é “engineering, manufacturing and construction”. Preferimos utilizar um termo mais geral.

conhecimento – segregação horizontal: elas são cerca de 30% nas Humanidades, 23,5% nas Ciências Sociais e 9,8% nas Engenharias e Tecnologias.

O documento também afirma que 31% das publicações são de autoras mulheres, mas que o impacto é similar entre os sexos. Ambos publicam, com certa paridade, em publicações de qualidade e prestígio. Sobre a participação das mulheres na tecnologia, somente 8,9% das aplicações de patentes, no período de 2010-2013, foram registradas por mulheres inventoras.

A novidade da edição do *She Figures* (2015) é justamente fornecer um indicador que apresente quanto a dimensão de gênero está incorporada na pesquisa. Essa ação mostra-nos que uma mudança estrutural está sendo pensada, ou seja, não é só necessário fomentar a plena participação das mulheres nas ciências, mas também produzir conhecimento científico e tecnologia que tenha as análises de sexo/gênero incorporadas sempre que possível. Assim, houve uma busca nas publicações, por país e área, de palavras-chave associadas a sexo/gênero.

O percentual de pesquisas que integram sexo/gênero nas análises é próximo de zero em todas as áreas, à exceção das ciências sociais, com 6,2%. Há uma variação desse dado, conforme a localidade: os países nórdicos tendem a ter um percentual um pouco mais elevado sobre essa incorporação de gênero na produção científica. Conforme discutiremos melhor no capítulo 3, a discussão de gênero tem-se restringido também no Brasil, nas áreas de Humanas e Sociais.

O relatório também conclui que são poucos, cerca de 36%, e recentes os Planos de Equidade implementados nas organizações europeias. A maioria das medidas está concentrada no eixo Equilíbrio Profissional e Pessoal, tais como licenças parentais e arranjos de trabalho flexíveis. Menos de um quarto dos países representados na pesquisa (6 de 37 países) adotou mais de quatro medidas das seis elencadas pelo European Research Área (ERA), que entende a adoção de múltiplas medidas como a estratégia mais consistente de fomentar a equidade de gênero. Os seis eixos de medidas são:

1. Flexibilização da trajetória da carreira (medidas para carreiras duplas, para reingresso na carreira).
2. Medidas de recrutamento e promoção.
3. Apoio ao desenvolvimento de liderança (rede para as mulheres, *mentoring*).
4. Garantir a paridade de gênero nos comitês de recrutamento.
5. Equilíbrio profissional-pessoal (licença parental, regimes de trabalho flexíveis).
6. Outras medidas.

A European Research Area (ERA), criada em 2000, pode ser considerada o órgão de fomento à pesquisa científica da União Europeia. A ERA tem uma atuação dirigida à equidade

de Gênero na C&T, tendo como desafios aumentar o número de pesquisadoras e integrar a dimensão de gênero nas pesquisas para aumentar a qualidade e a relevância da pesquisa.

A atuação para a promoção da equidade de gênero também é reforçada no Horizonte 2020¹⁰³, um dos maiores programas de pesquisa e inovação da União Europeia, com cerca de 80 bilhões para o período de 2014-2020. O fomento à equidade de gênero na pesquisa e inovação¹⁰⁴ é parte de uma das sessões, chamada Ciência com e para a Sociedade¹⁰⁵. São destacados três objetivos: incentivar o equilíbrio de gênero entre as equipes de pesquisa, contribuir para a paridade de gênero nos comitês e inserir a perspectiva de gênero na pesquisa científica propriamente dita. Nesta linha de financiamento, há projetos para atração de meninas e jovens para as áreas denominadas Science, Technology, Engineering and Mathematics¹⁰⁶ STEM, para promoção de estratégias para a participação plena das mulheres na C&T¹⁰⁷.

As instituições são incentivadas e financiadas a elaborar planos de equidade de gênero. O compartilhamento de informações, experiências e estudos é valorizado na página da ERA. É possível acessar o Genport¹⁰⁸, um portal para a troca de conhecimento na área de gênero e ciência; e o Gendernet¹⁰⁹, um projeto com foco na promoção da equidade de gênero nas instituições de pesquisa e na incorporação da perspectiva de gênero na pesquisa.

Essas ações ampliam o conceito de equidade de gênero, com a percepção de que não somente é necessária a maior inclusão feminina, mas também uma mudança estrutural, que é pensada em dois eixos principais: 1) pela implementação de planos de equidade para adequação das instituições; 2) pela transformação da própria ciência por meio da incorporação da perspectiva de gênero.

Em 2012, a European Research Era, por meio de um grupo de especialistas¹¹⁰, publicou *Structural change in research institutions: enhancing excellence, gender equality and efficiency in research and innovation*. Esse documento explicita que as iniciativas unicamente desenvolvidas para auxiliar as mulheres nas carreiras científicas não foram suficientes para aumentar a participação feminina, em especial em postos de responsabilidade, sendo, portanto, necessária uma mudança estrutural nas instituições:

¹⁰³ Disponível em: <<http://tinyurl.com/hsy9ryq>>. Acesso em: 22 set. 2016.

¹⁰⁴ Disponível em: <<http://tinyurl.com/jl7jkql>>. Acesso em: 22 set. 2016.

¹⁰⁵ Disponível em: <<http://tinyurl.com/j3rjssr>>. Acesso em: 22 set. 2016.

¹⁰⁶ Tradução livre: ciências, tecnologia, engenharias e matemática.

¹⁰⁷ Os resumos dos projetos estão disponíveis em: <<http://tinyurl.com/jo7ffat>>. Acesso em: 23 set. 2016.

¹⁰⁸ O portal está disponível em: <www.genderportal.eu>. Acesso em: 23 set. 2016.

¹⁰⁹ Disponível em: <www.gender-net.eu/?lang=en>. Acesso em: 23 set. 2016.

¹¹⁰ A prof^a Teresa Rees mais uma vez consta do quadro de especialistas.

Iniciativas para promover a igualdade de gênero na investigação têm sido desenvolvidas na Europa e nos EUA ao longo de vários anos. O foco foram inicialmente programas específicos para ajudar as mulheres a prosseguir nas carreiras científicas. No entanto, esses programas têm sido insuficientes para aumentar o número de mulheres na ciência, particularmente em cargos de responsabilidade, e não ajudaram a enfrentar as barreiras estruturais que contribuem para o fenômeno conhecido por “cano vazante”. Isso levou a uma mudança de enfoque para abordar a transformação estrutural das instituições, usando uma abordagem sistêmica, abrangente e sustentável¹¹¹ (ERA, 2012), a exemplo, segundo o documento, de programas como o Advance (que será detalhado mais à frente), nos Estados Unidos e outras iniciativas na Europa (ERA, 2012, p. 8).

É importante destacar ainda que a prof^a Teresa Rees é uma das especialistas que participaram da elaboração dessa publicação. Ela é uma cientista social britânica, cuja principal linha de atuação é a incorporação da perspectiva de gênero de forma transversal nas políticas de educação e de C&T¹¹². Ela já participou de inúmeros grupos de especialistas na União Europeia. Dada a sua atuação, ela foi convidada a colaborar no Programa Mulher e Ciência, tendo participado do Encontro Brasil-Reino Unido sobre Mulheres e Ciências, em Brasília, no âmbito do Programa Mulher e Ciência, em 2010.

Para essa mudança estrutural à qual a publicação se refere (ERA, 2012), são considerados necessários três requisitos: o conhecimento institucional (dados e indicadores), o comprometimento de pessoas no comando da instituição e a tomada de práticas eficazes para garantir a perspectiva de gênero.

O entendimento sobre a necessidade de uma mudança estrutural – a partir das instituições e da própria ciência – pode ser considerado um avanço para o alcance da equidade de gênero. No entanto, mudanças estruturais não são fáceis de ser implementadas. Conforme análise de Martha Zapata Galindo (2016) sobre as políticas de equidade de gênero na Alemanha, apesar de todas as ações realizadas, não houve um impacto significativo no combate às

¹¹¹ Tradução livre do trecho citado: Initiatives to promote gender equality in research have been developed in Europe and the US over a number of years. E focus was initially on specific programmes to help women pursue scientific careers. However, those programmes have proved to be insufficient to increase the number of women in science, particularly in positions of responsibility, and have not helped to address the structural barriers contributing to the well known leaky pipeline phenomenon. This has led to a shift in focus towards addressing the structural transformation of institutions, using a systemic, comprehensive and sustainable approach.

¹¹² Mais sobre sua trajetória acadêmica está disponível em: <<http://tinyurl.com/zu86mr8>>. Acesso em: 6 dez. 2016.

segregações horizontal e vertical na C&T. Em parte, segundo a autora, porque não houve um aumento considerável de mulheres em postos de decisão e poder:

Mientras no se logre democratizar con perspectiva de género el acceso a las posiciones desde las cuales se toman decisiones en materia de políticas educativas y científicas será muy difícil reconfigurar el campo académico y científico para que se implemente la igualdad. Democratizar significa reglamentar el acceso de los diferentes sexos a los puestos de decisión, aun cuando el aumento de la participación de las mujeres en éstos no siempre garantice que las mujeres van a impulsar la igualdad de género.

En el campo científico donde se lleva a cabo la investigación y se orientan los fondos hacia la excelencia sigue habiendo una dominación masculina y las mujeres están poco representadas en las comisiones que cumplen con la función de “Gate-Keepers” (Husu, 2004:69-76) al definir la agenda científica, decidir sobre las políticas científicas, sobre la creación y los perfiles de los nuevos puestos académicos, sobre los fondos para la investigación, sobre el uso de los recursos disponibles, sobre el otorgamiento de premios y reconocimientos, sobre la evaluación de las políticas de publicaciones y del rendimiento dentro del campo científico. (GALINDO, Martha, 2016).

A autora também destaca a necessidade de transformação da própria ciência, tanto nos critérios em que é avaliada e produzida quanto sobre os resultados da ciência:

Finalmente cabe destacar que existen otros obstáculos que impiden el acceso de las mujeres al terreno científico. En primer lugar tenemos a los saberes de género hegemónicos que han sido internalizados no sólo por los hombres, sino también por las mujeres y que contribuyen a invisibilizar los mecanismos de exclusión que imperan dentro de la ciencia. Por otra parte, la definición de los criterios de calidad, de evaluación y de excelencia, así como de lo que es científico, tanto en la teoría como en la producción de nuevos conocimientos y en el desarrollo de metodologías sigue estando dominada por criterios androcéntricos que se articulan como universales y neutrales frente al género. De esta manera los hombres se invisibilizan como género dentro de los procesos de producción y reproducción que imperan dentro del campo científico. (GALINDO, Martha, 2016).

1.9.3 Outras iniciativas

Em 2006, o Interacademy Council¹¹³ – organização internacional de academias de ciência – publicou o relatório *Women for Science – an advisory report*, que discute a participação feminina na C&T por meio da literatura internacional e de dados. O relatório também cita iniciativas implementadas ao redor do mundo que buscam a equidade de gênero na C&T, tais como o Athena Project, desenvolvido das universidades do Reino Unido. O projeto conta com um guia de “boas práticas” para tornar o ambiente mais propício à carreira feminina, por exemplo o desenvolvimento de redes e *mentoring* (IAC, 2006, p. 28).

¹¹³ Disponível em: <www.interacademycouncil.net>. Acesso em: 23 set. 2016.

No relatório *Women for Science – an advisory report*, são apresentadas recomendações para que as academias de ciências atuem no fomento à equidade de gênero em diversos níveis: no âmbito das próprias academias, enquanto sociedades honoríficas (inserir gênero na agenda; aumentar o número de mulheres membros; aumentar a visibilidade de mulheres cientistas e engenheiras; oferecer prêmios, bolsas e auxílios específicos para mulheres); na ampliação da comunidade científica (exemplo: incentivo a redes e *mentoring*); como empregadores (aplicação de boas práticas, a exemplo de medidas para a promoção de mulheres); como financiadores da ciência (inserção da perspectiva sexo/gênero na ciência e na avaliação de instituições); na promoção da educação, ciência e engenharia (exemplo: na produção de materiais didáticos e na adoção de medidas como horário flexível).

O relatório do IAC (2006) cita o *Science Policies in the Europe Union: promoting excellence through mainstreaming gender equality*, pelo European Technology Assessment Network (ETAN), da União Europeia, publicado em 2000, que já relatava a busca pela equidade de gênero por meio de uma política de longo prazo, em que a perspectiva de gênero seja transversal e integrada nos vários níveis: programas, instituições, políticas e ações. A relatora desse grupo (ETAN, 2000) era a já mencionada prof^a Teresa Rees.

1.10 As políticas para equidade de gênero nas ciências e tecnologias

Pode-se considerar que esses documentos apontam para a necessidade de uma mudança de foco. Em vez de se entender necessária a adequação das mulheres às ciências, percebe-se a compreensão de que são o sistema científico e a própria ciência que devem ser transformados, a fim de pluralizar a participação das mulheres.

As medidas e ações tomadas em diferentes países – uma vez que a sub-representação feminina na C&T não é uma questão somente brasileira – tem girado em torno de três eixos: 1) ampliar as possibilidades de participação feminina com medidas adaptativas para que elas sejam melhor incluídas em um sistema já estruturado; 2) contribuir para a construção de uma cultura científica e organizacional em que as mulheres sejam mais atraídas e transitem melhor pela comunidade científica; 3) incentivar que as pesquisas científicas incorporem o conceito de sexo/gênero (SCHIEBINGER, Londa; SCHRAUDNER, Martina, 2011).

Esses três eixos de ação dialogam com os três níveis de análises propostos por Londa Schiebinger e explicitados no início do capítulo: participação das mulheres nas ciências, gênero na cultura das ciências e gênero nos resultados das ciências. Nem os eixos de ação, como assim os chamamos nesta tese, nem os níveis de análise são estanques os estão interligados.

O eixo de ação que busca maior participação das mulheres por meio da inclusão, parte do que poderíamos chamar de uma perspectiva do feminismo liberal, em que o objetivo primordial é estender as oportunidades usufruídas pelos homens às mulheres. Essa abordagem pressupõe a ideia de inclusão em que as mulheres devem ser “inseridas” no sistema, já estruturado, das ciências e tecnologias. Essa perspectiva, embora não deixe de ser importante, tende a enfatizar a uniformidade entre homens e mulheres.

O segundo eixo de ação busca uma mudança estrutural por meio da análise e adaptação da cultura institucional. Pode-se considerar essa perspectiva mais associada ao feminismo da diferença, porém com ressalvas. O feminismo da diferença ressalta atributos culturais de homens e mulheres, valorizando as qualidades femininas, frequentemente desvalorizadas no campo científico e tecnológico. A principal contribuição dessa vertente para este debate foi “refutar a afirmação de que ciência é de gênero neutro, revelando que valores geralmente atribuídos às mulheres foram excluídos da ciência e que desigualdades de gênero foram construídas na produção e estrutura do conhecimento” (SCHIEBINGER, Londa, 2001, p. 26). O feminismo da diferença, ao afirmar que as mulheres teriam um modo próprio de produzir conhecimento, questiona a neutralidade da ciência, no entanto frequentemente produz argumentos essencialistas sobre as supostas “qualidades específicas” das mulheres, naturalizando o feminino e colaborando com argumentos sobre a divisão de papéis, em que as mulheres, por exemplo, não estariam aptas para a Matemática.

O terceiro nível de ação investe no potencial do conceito de sexo/gênero para inovação do conhecimento e do próprio campo científico. Essa abordagem refuta que as mulheres necessariamente produziram uma ciência feminista, porém considera que a incorporação da perspectiva de sexo/gênero aporta novas questões e metodologias para a pesquisa científica. Há uma correlação, inicialmente explorada, sobre a incorporação da perspectiva de sexo/gênero e o aumento no número de mulheres cientistas em determinada área.

Ao apresentar os três níveis de análise, percebemos que as estratégias para o fomento à equidade de gênero na C&T se complexificaram: da abordagem individual (como um problema das mulheres) para um problema para o próprio conhecimento. Também se constata, a partir da leitura desses documentos internacionais, que o fomento à equidade de gênero na C&T é concebido a partir de uma perspectiva integrada de médio e longo prazo.

A seguir apresentamos algumas iniciativas internacionais implementadas para a equidade de gênero na C&T.

1.11 Programas de promoção de equidade de gênero em agências de fomento no exterior

Com o objetivo de refletir sobre algumas dessas iniciativas implementadas em agências similares ao CNPq no exterior, foram escolhidos os programas e ações das agências National Science Foundation (NSF), nos Estados Unidos; Consejo Superior de Investigaciones Científicas (CSIC), na Espanha; e Comisión Nacional de Investigación Científica y Tecnológica (CONICYT), no Chile. Essas agências foram escolhidas em função de sua representatividade regional e por já terem realizado uma interação prévia com o Brasil e direta no Programa Mulher e Ciência, uma vez que representantes de cada uma dessas agências participaram, apresentando palestra no II Encontro Pensando Gênero e Ciências.

1.11.1 Programa Advance da NSF (EUA)

A National Science Foundation (NSF), fundada em 1950, é a agência americana de fomento à ciência e à tecnologia¹¹⁴. O Advance, criado em 2001 pela agência, tem por objetivos aumentar a representação e promover a ascensão de mulheres nas carreiras científicas e de engenharias. O programa Advance é parte da estratégia multifacetada da NSF, tanto para aumentar os recursos humanos para áreas de ciência, tecnologia, engenharia e matemática (STEM) quanto para apoiar a maior representação feminina nessas áreas¹¹⁵.

O programa tem três ações: 1) transformação institucional (TI); 2) transformação institucional catalisadora (TIC); e 3) parcerias para adaptação, implementação e disseminação de boas práticas institucionais (PAID). As duas primeiras ações são semelhantes e dirigidas às instituições comprometidas em transformar sua política interna, a fim de incrementar a participação das mulheres na STEM. A segunda ação – transformação institucional catalisadora – diferencia-se da primeira por ser direcionada a instituições com menor financiamento, e o principal objetivo é torná-las aptas a implementar um projeto maior de transformação institucional¹¹⁶. Esta linha apoia propostas de avaliação institucional no que tange à equidade de gênero por meio da coleta e análise de dados e revisão de políticas com vistas a identificar problemas no recrutamento, permanência e promoção de mulheres na STEM. No caso da primeira ação – transformação

¹¹⁴ Disponível em: <www.nsf.gov/about/glance.jsp>. Acesso em: 29 set. 2013 e 3 nov. 2016.

¹¹⁵ Disponível em: <www.nsf.gov/crssprgm/advance>.

¹¹⁶ Informações retiradas da palestra de Kelly Mack (2012, p. 16).

institucional –, o projeto financiado é mais amplo e deve ser fundamentado em um relevante estudo na literatura. A terceira ação fomenta a realização de parcerias para o compartilhamento das boas práticas implementadas nos projetos de transformação institucional.

Na divulgação dessas ações, é encorajada a inscrição de instituições dirigidas a grupos sub-representados na ciência e tecnologia:

For all proposals, ADVANCE is interested in supporting a range of non-profit academic institution types including: community colleges, primarily undergraduate institutions, minority-serving institutions (e.g. Tribal Colleges and Universities, Historically Black Colleges and Universities, Hispanic-Serving Institutions, Native Hawaiian Serving Institutions, Alaska Native Institutions, Predominantly Black Institutions and Non-tribal, Native American Serving Institutions), women’s colleges, institutions primarily serving persons with disabilities, and master’s and doctoral level institutions¹¹⁷ (Disponível em: <<http://tinyurl.com/3pvlq7>>. Acesso em: 6 dez. 2016)

As três ações são centradas na estratégia de mudança institucional. A abordagem organizacional foi identificada¹¹⁸ como uma importante estratégia pela NSF, porque, de acordo com os resultados de pesquisas, a sub-representação feminina nessas áreas é frequentemente uma consequência sistêmica da cultura acadêmica e da estrutura organizacional das instituições de ensino superior. Também é importante ressaltar o caráter interseccional da iniciativa ao encorajar a participação de instituições voltadas a grupos sub-representados (negros, indígenas, pessoas com deficiência).

O programa Advance é o que tem sido citado, na literatura, como exemplo de iniciativa que visa a transformar a cultura institucional. Podemos considerar que esse programa está situado no segundo eixo proposto por Londa Schiebinger e Martina Schraudner (2011), que busca a transformação da cultura do sistema científico.

¹¹⁷ Tradução livre: “Para todas as propostas, a ADVANCE está interessada em apoiar uma variedade de instituições sem fins lucrativos, incluindo: *colleges* comunitários, principalmente instituições de graduação, instituições que servem as minorias (por exemplo, Faculdades e Universidades Tribais, Faculdades e Universidades Historicamente Negras, Instituições Havaianas de Serviço, Instituições Nativas do Alasca, Instituições Predominantemente Negras e Instituições Não-Tribais, Nativas Americanas), *colleges* de mulheres, instituições que atendem principalmente pessoas com deficiência e instituições de mestrado”.

¹¹⁸ Segundo acessado em: “Advance – Increasing the participation and advancement of women in academic science and engineering careers” Disponível em: <<http://tinyurl.com/jj5lwpu>>. Acesso em: 16 set. 2013.

1.11.2 Plano de Igualdade de Gênero para a Carreira Científica do CSIC (Espanha)

O Consejo Superior de Investigaciones Científicas (CSIC) é uma das principais agências públicas de fomento à pesquisa científica da Espanha. Além de investir na pesquisa, o CSIC também tem um quadro de pesquisadores que atuam no interior da agência. São cerca de 3 mil pesquisadores em sua estrutura¹¹⁹.

As ações sobre gênero e ciência realizadas pelo Consejo Superior de Investigaciones Científicas (CSIC) estão contextualizadas no art. 9.2 da Constituição espanhola, que trata da obrigação dos poderes públicos de promover a igualdade de gênero. O conteúdo desse artigo foi atualizado pela Lei Orgânica nº 3/2007, aprovada pelo Parlamento espanhol, sobre a promoção da igualdade efetiva entre homens e mulheres (CSIC, maio 2001). Carme Alemany (2009) também pontuou algumas outras medidas do governo em favor da igualdade de gênero: em 2004, foi criada uma Secretaria Geral para a Igualdade, e também foi promulgada a primeira lei contra a violência de gênero; em 2005, 54 medidas foram lançadas em favor da igualdade, algumas dirigidas especificamente para o campo científico e universitário; em 2006, foi lançada a Lei Orgânica de Educação, que também inclui medidas sobre a igualdade; em 2008, foi criado o Ministério da Igualdade. Também é importante mencionar a atuação da União Europeia sobre o tópico, a partir de 1999, com a criação da Unidade Mulheres e Ciência, em 2000. Assim, pode-se afirmar que as medidas para igualdade de gênero nas ciências estão mergulhadas em um contexto mais amplo e histórico de políticas para a promoção da igualdade, promovidas pelo Governo Espanhol e pela União Europeia.

Desde 2002, o CSIC formou a comissão Mulheres e Ciência, que organizou estudos sobre a situação das pesquisadoras, bem como análises sobre a existência de barreiras, tanto de acesso à carreira quanto à promoção. Como resultado, em 2005, foi implementada a primeira Ação Horizontal de Igualdade de Gênero; e, em 2007, o primeiro Plano de Igualdade de Gênero para a Carreira Científica do CSIC.

O plano é dirigido primeiramente às/aos pesquisadoras/es do CSIC e está focado na promoção profissional e no desenvolvimento da atividade científica:

El Plan de Igualdad apoya la implementación sistemática de políticas científicas de equilibrio y está comprometido con los mejores intereses de la investigación científica. En este sentido, persigue el apoyo a la mejor investigación posible, a la eliminación de estereotipos y barreras que impliquen la pervivencia de cualquier tipo de desigualdad, con el fin de ofrecer condiciones de igualdad real entre mujeres y hombres en el acceso al Organismo y en el desarrollo de la carrera profesional de ambos. (CSIC, Plano 2007-2009¹²⁰).

¹¹⁹ Disponível em: <www.csic.es/presentacion>. Acesso em: 6 dez. 2016.

¹²⁰ Disponível em: <www.csic.es/mujeres-y-ciencia/normativa>.

Os objetivos do plano podem ser agrupados nos seguintes itens: 1) apoiar a escolha da carreira científica por mulheres; 2) promover a igualdade de oportunidades no acesso e ascensão profissional; 3) distribuição igualitária de estímulos e recursos nos centros; 4) facilitar a conciliação entre vida profissional e pessoal; 5) garantir a participação paritária¹²¹ em órgãos de gestão e comitês. Foram indicadas medidas para alcançar cada um desses objetivos, tais como: visibilizar as pesquisadoras e seus trabalhos para a comunidade científica e para a sociedade em geral; promover a indicação de mulheres a prêmios e eleições de membros das academias; velar pela composição paritária dos membros titulares e suplentes em comitês e bancas de acesso e promoção na carreira; cada centro e instituto deverá publicar dados (em sua página e no seu relatório anual) do seu quadro pessoal desagregados por sexo e nível e deverá divulgar também as medidas adotadas por cada centro e seu progresso de acordo com esse plano de igualdade; estimular os pesquisadores homens a usufruir a licença-paternidade; garantir a extensão de contrato, bolsa e projeto de pesquisa com fundos do CSIC igual ao período da licença; financiar encontros, conferências e seminários que tenham pelo menos 25% de palestrantes mulheres, exceto quando seja justificado o descumprimento desse percentual; dentre outras medidas.

O plano foi inicialmente implementado de 2007 a 2009 e é dirigido a todas as atividades do CSIC, segundo o princípio da transversalidade (Plano, 2007). Para garantir a aplicabilidade do plano e o seu monitoramento, foi formada a Comissão de Mulheres e Ciência. Essa comissão também é responsável pela elaboração e coordenação de projetos e medidas relacionados à igualdade no CSIC. O nível de implementação do Plano de Igualdade é utilizado como indicador, que será aplicado na avaliação e conseqüente financiamento dos centros. Em 2015, é lançado um novo Plano de Igualdade entre homens e mulheres no CSIC, também com vistas a implementar uma política organizacional que impulse a igualdade de oportunidades para homens e mulheres (II Plano, 2015, p. 6).

No caso da Espanha, além do foco na mudança institucional, a transversalidade é outro fator importante para que as ações tenham amplitude e sejam incorporadas como mudanças estruturais na política científica. Também se destaca que o grau de aplicabilidade das medidas de equidade pode ser um bônus ou um ônus para as instituições do CSIC. Como ocorre no Advance, os planos implementados para o CSIC também estão orientados para a transformação organizacional contemplada no segundo nível proposto por Londa Schiebinger e Martina Schraudner (2011).

¹²¹ A representação paritária significa que o percentual de um mesmo sexo em um comitê não deve superar 60%, nem deve ser menor que 40%. (CSIC, 2007, p. 10).

1.11.3 Política de Equidade de Gênero da CONICYT (Chile)

A Comisión Nacional de Investigación Científica y Tecnológica (CONICYT) é uma agência similar ao CNPq no Chile, tendo por objetivos tanto fomentar recursos humanos para a C&T quanto apoiar o desenvolvimento científico e tecnológico.

Em 2009, Consuelo Pacheco, no II Encontro Pensando Gênero e Ciências, apresentou algumas medidas implantadas pelo conselho para promover a igualdade de gênero, tais como incorporação de uma linguagem inclusiva, pagamento de subsídio pré e pós-natal, divulgação das pesquisas realizadas por mulheres e suas biografias, capacitação sobre gênero, fomento a estudos sobre gênero e ciências, discriminação positiva (em caso de empate em termos técnicos, deve ser escolhida a proponente do sexo feminino).

Em 2013, resultado das ações anteriormente implementadas, o CONICYT aprova a Política de Equidade de Gênero em conformidade com o Plano de Igualdade de Oportunidade 2011-2020 entre mulheres e homens, lançado pelo Servicio Nacional de la Mujer¹²². Os objetivos da Política de Gênero no CONICYT são: “alcançar uma maior equidade de gênero na ciência e tecnologia por meio da promoção de ações que garantam um acesso igualitário de homens e mulheres, em todos os programas da instituição, tendo como foco a população usuária do Conselho, inclusive seus funcionários e funcionárias¹²³” (Plano, 2013, p. 5).

O plano tem quatro eixos estratégicos: 1) visibilização das contribuições femininas para a ciência e tecnologia do país; 2) promover a implementação de benefícios e boas práticas relacionadas com a conciliação da vida familiar e profissional; 3) capacitação dos técnicos do CONICYT sobre gênero e políticas públicas; e 4) propiciar práticas com enfoque de gênero na política de recursos humanos no interior de CONICYT (favorecer a conciliação da vida pessoal e profissional).

As medidas implementadas em diversos programas da comissão podem ser divididas em duas categorias: 1) medidas para melhorar o acesso de mulheres a instrumentos da CONICYT na fase de avaliação e recebimento de propostas, dirigidas a corrigir os efeitos na produtividade devido à maternidade e responsabilidade com menores; e 2) medidas para melhorar a permanência de mulheres e homens na fase de avaliação de projetos relacionados às possíveis dificuldades com as responsabilidades no cuidado de menores. Na primeira categoria, há duas ações principais: a) medição equitativa de produtividade científica (consideração do período maternal na avaliação científica das pesquisadoras); e b) flexibilização dos critérios de elegibilidade (ampliação do prazo máximo contado

¹²² Disponível em: <<http://portal.sernam.cl>>.

¹²³ Tradução livre da autora.

desde a obtenção do título); na segunda, estão as seguintes ações: a) possibilidade de prorrogação de projeto e continuação do financiamento no período pré e pós-natal das/os pesquisadoras/es; b) prorrogação do projeto de pesquisadoras/es em virtude de doença grave de filha/o menor de um ano; c) concessão de recursos para gastos com manutenção, saúde e passagens aéreas para filhas/os menores de 18 anos e cônjuges (Plano CONICYT, 2013). Foi constituído um comitê responsável por implementar o plano e garantir que as propostas se concretizem. No caso da CONICYT, a segunda categoria de medidas inclui os pesquisadores do sexo masculino. Consideramos que essas ações visam a incentivar e reconhecer a corresponsabilidade no cuidado aos filhos.

As experiências das agências de fomento a C&T no exterior têm priorizado o caráter transversal de gênero aplicado nas ações empreendidas pelo CSIC e pelo CONICYT¹²⁴. No entanto, a NSF tem claramente uma abordagem interseccional ao encorajar que instituições voltadas para os grupos sub-representados na C&T (população negra, pessoas com deficiência, etc.) se inscrevam no programa Advance. Nos planos do CSIC e da CONICYT, as medidas implementadas referem-se unicamente à igualdade de gênero, entretanto, essas duas agências incluíram como público-alvo também o pessoal interno das organizações. Essas são iniciativas que devem ser acompanhadas para traçar quadros históricos, que permitam acompanhar as mudanças a longo prazo. É inegável o espaço que a política para a equidade de gênero tem conquistado ao longo destes anos.

Ao comparar as iniciativas mencionadas da NSF, CSIC e CONICYT com o Programa Mulher e Ciência, percebemos que ainda é um desafio do programa atuar para uma transformação das instituições, seja das próprias organizações parceiras CNPq e MCTI, seja fomentando um plano de equidade de gênero nas instituições de ensino e pesquisa.

1.12 Outras estratégias

Há muitas estratégias em discussão sobre as possíveis medidas que poderiam resultar na maior participação das mulheres, seja para o aumento do seu número em áreas consideradas masculinas, seja para garantir sua representatividade em posições de prestígio.

Sobre a maior inclusão feminina em áreas em que elas são sub-representadas, por exemplo nas Exatas e Engenharias, tem sido debatido como a imagem engendrada, no caso masculinizada, de algumas atividades pode afastar as jovens dessas carreiras (Wendy Faulkner, 2007).

Vivian Lagesen (2007) analisa quatro estratégias utilizadas para recrutar mulheres para Ciência da Computação: o argumento da massa crítica; a reforma educacional e melhoria do

¹²⁴ No caso da NSF, será necessário investigar melhor como a transversalidade de gênero é aplicada na agência.

ambiente de aprendizagem; a redefinição da imagem da área; e a mudança no conteúdo da disciplina. Essas estratégias são analisadas por meio da avaliação de um programa chamado Women and Computing Initiative, implementado na Norwegian University of Science and Technology (NTNU), na Noruega, naquele período. A porcentagem de mulheres no primeiro ano de implementação do programa aumentou de 5,7% para 37,7% somente no primeiro ano do programa (Lagesen, Vivian, 2007, p. 74). Para recrutar mais mulheres, foram utilizadas uma campanha publicitária, um dia de informação para candidatas e a criação de cotas para mulheres. Para promover a permanência das mulheres na Computação, diversas estratégias foram utilizadas: criação de um laboratório exclusivo para as mulheres, emprego de professoras assistentes, inserção de uma matéria introdutória no currículo sobre como a Ciência da Computação foi desenvolvida.

A avaliação do programa foi realizada por meio de 49 entrevistas com diversos atores: estudantes que participaram do programa, professores de Ciência da Computação, estudantes homens da Computação, estudantes de outras áreas de ambos os sexos, entusiastas da área. O material das campanhas também foi analisado e foi objeto das entrevistas. O material da campanha foi formatado para atrair as mulheres por meio da divulgação de mensagens estereotipadas de gênero, por exemplo a habilidade de comunicação como necessária na Computação e como essencialmente feminina. A autora conclui que a campanha teve efeito não pelo seu conteúdo, mas pela mensagem de que o departamento estava realizando ações específicas para as mulheres. A campanha surtiu efeito dentre aquelas que tinham aptidão em Matemática, já desejavam ingressar em uma carreira tecnológica e viram no programa uma oportunidade para a carreira. As mudanças no conteúdo, que não foram significativas, não foram um motivo de frustração das que ingressaram no programa, porque elas não se identificaram com as promessas da propaganda de uma Computação mais “feminina”. De todas as estratégias, aquelas associadas ao aumento do número de mulheres (campanha e cota) foram avaliadas como as mais efetivas, segundo a autora, pois à medida que se aumenta a representatividade feminina, diminui-se a associação da área ao masculino. No entanto, diferentemente da teoria da massa crítica, em que bastaria um aumento do grupo sub-representado para que linearmente um ambiente se transformasse, percebeu-se na iniciativa da NTNU que as ações para atração de mulheres deveriam ser contínuas, porque bastava que se diminuísse o escopo das ações do programa, e o percentual de ingressantes reduzia proporcionalmente. Outro fator importante é o grau de receptividade do programa, que possibilitou um ambiente favorável para as que ingressavam. Vivian Lagesen enfatiza que, apesar dos benefícios dos números na inclusão feminina, ela não parte de uma visão liberal, que considera que somente um número maior de mulheres soluciona as questões de gênero na ciência.

1.13 Conclusões sobre o capítulo

Os desafios da democratização das ciências e tecnologias por meio da equidade de gênero não são derivados de um fator, nem são unicamente locais. Não se trata mais somente de ampliar o acesso aos produtos da ciência e tecnologia, mas também de garantir a plena participação das mulheres enquanto produtoras de conhecimento e incrementar essa produção por meio da incorporação da perspectiva de sexo/gênero.

As segregações – horizontal e vertical – continuam a ser detectadas em estatísticas nacionais e internacionais. Após a análise dos produtos das Conferências Internacionais das Mulheres e dos Fóruns Mundiais sobre Ciência, podemos afirmar que o tema Gênero e Ciência não é novo, porém também não assumiu um papel central em nenhuma das agendas. Também é perceptível que o discurso sobre o tema, nos documentos analisados, assume uma ênfase na questão democrática, enquanto na política científica a ênfase é dada à questão do sub-aproveitamento de recursos humanos para a ciência.

As discussões mais profícuas sobre o tema estão registradas em relatórios de comissões e grupos de especialistas sobre o tema, especialmente na União Europeia. Houve uma mudança de foco de um problema das mulheres para um problema do sistema científico. Assim, tem-se buscado uma mudança mais estrutural, focada na transformação institucional. O que se tem destacado são programas locais, a partir do que se discute internacionalmente sobre o tema.

A pauta da equidade de gênero na política científica no Brasil não tem acompanhado *pari passu* as discussões realizadas em âmbito internacional, já que apenas recentemente houve a primeira inserção do tema nos documentos nacionais de política científica. Apesar dessas lacunas, a criação do Programa Mulher e Ciência (PMC) foi o marco que instaurou a discussão de gênero na política científica. A visibilidade das questões de gênero nas ciências e tecnologias foi um dos ganhos inequívocos do programa. A sua criação possibilitou uma série de medidas e ações, que garantiram uma atenção crescente sobre o tema.

Pode-se considerar que, principalmente no CNPq, o PMC foi a “porta de entrada” para inúmeras outras ações na agenda da política científica para a equidade de gênero. Por outro lado, como um ator importante do sistema de ciência e tecnologia, as ações realizadas pelo CNPq, no âmbito do programa, têm um caráter multiplicador, ou seja, serviram de modelo para propostas similares em outros órgãos, conforme veremos.

No próximo capítulo, buscamos analisar os múltiplos fatores que contribuíram para a criação do Programa Mulher e Ciência e sua conseqüente institucionalização da política de equidade de gênero como uma política de Estado, ainda que pontual.

CAPÍTULO 2 – PROGRAMA MULHER E CIÊNCIA: UMA ANÁLISE DOS ENCONTROS E DO PRÊMIO

Os objetivos deste capítulo são contextualizar a criação do Programa Mulher e Ciência e analisar duas de suas ações: os Encontros Pensando Gênero e Ciências e o Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero. Também serão analisadas algumas ações e medidas adicionais realizadas no âmbito do programa.

O Programa Mulher e Ciência é uma ação que envolve várias áreas do CNPq, dependendo das especificidades de cada ação; e, portanto, não está vinculado a um único setor nesse conselho. O Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero, uma das ações do programa, é acompanhado pelo Serviço de Prêmios, vinculado à Diretoria de Cooperação Institucional (DCOI). A gestão e o acompanhamento das Chamadas estão localizados na Diretoria de Engenharias, Ciências Exatas, Humanas e Sociais (DEHS), na Coordenação Geral dos Programas de Pesquisa de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas (CGCHS) e na Coordenação do Programa de Pesquisa em Ciências Sociais Aplicadas e Educação (COSAE). A alocação do programa na Coordenação que trata das áreas de Humanas e Sociais não é aleatória, uma vez que no CNPq os pedidos relacionados ao campo de gênero, mulheres e feminismos estão concentrados nessas áreas.

Das ações do Programa Mulher e Ciência, as Chamadas de financiamento à pesquisa foram escolhidas para uma análise mais aprofundada por possibilitarem o mapeamento do que tem sido produzido no campo de estudos de gênero, de que trataremos no capítulo 3, em especial na temática de Estudos de Gênero, Ciências e Tecnologias, que será analisada no capítulo 4.

2.1 Histórico do Programa Mulher e Ciência: entre cientistas, feministas e estudiosas do tema

É importante perceber que houve uma multiplicidade de fatores, nem sempre confluentes, que permitiu a criação do Programa Mulher e Ciência (PMC). Além da influência da discussão internacional e nacional a partir de textos-referência e da circulação de experiências sobre programas em outras agências no exterior, discutidos no primeiro capítulo, há também a atuação de pesquisadoras sobre o tema e de mulheres cientistas de Física que contribuíram para a implementação de algumas medidas em favor da equidade de gênero no sistema científico e para a criação do PMC.

As pesquisadoras Elisa Maria Baggio Saitovitch, do Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas (CBPF¹²⁵); e Márcia Barbosa, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS),

¹²⁵ O CBPF é um dos institutos de pesquisas ligados ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.

têm atuação destacada na sensibilização e mobilização da comunidade científica, em especial das mulheres de Física, para a questão de gênero nas ciências. Elas também têm atuado junto aos seus pares nos cargos de gestão da política científica.

Essas pesquisadoras têm sido influenciadas pela discussão internacional empreendida em sua comunidade, já que durante a Assembleia Geral da International Union of Pure and Applied Physics (IUPAP), em 1999, foi discutida a sub-representação das mulheres nas ciências, em especial em Física; e foi formado um grupo de trabalho sobre o tema. Em 2002, ocorreu em Paris a 1st International Conference on Women in Physics. Já no Brasil, em 2003, é criada a Comissão de Gênero no âmbito da Sociedade Brasileira de Física; em 2004, é realizada a Conferência de Mulheres Latino-Americanas nas Ciências Exatas e da Vida¹²⁶; em 2005, a 2nd Iupap International Conference in Women in Physics¹²⁷; em 2013, a I Conferência Brasileira de Mulheres na Física; e, em 2015, a II Conferência de Mulheres na Física. Todos esses eventos realizados no Brasil foram organizados pelas pesquisadoras. A prof^a Márcia Barbosa, por exemplo, teve influência direta na concessão da prorrogação da bolsa em caso de parto, ocorrida durante a vigência da bolsa para a modalidade de Produtividade em Pesquisa (PQ), por ter enviado, pela Comissão de Gênero da Sociedade Brasileira de Física¹²⁸ (SBF), uma solicitação de prorrogação de bolsa nessa modalidade.

Paralelamente à atuação das pesquisadoras de Física, algumas pesquisadoras do campo de Estudos de Gênero, tais como as professoras Miriam Grossi e Maria Margaret Lopes, demonstraram-se atentas às questões das mulheres nas carreiras científicas e da legitimação dessa temática de gênero na academia. Consideramos que essas pesquisadoras tenham sido influenciadas pelos estudos feministas sobre ciência em âmbito internacional e pelos estudos pioneiros e incipientes no Brasil sobre a situação das mulheres na academia, tais como os realizados por Fanny Tabak, em sua obra *O Laboratório de Pandora: estudos sobre a ciência no feminino*. A prof^a Fanny Tabak também fundou um dos primeiros núcleos de estudos sobre a mulher na universidade, no caso a PUC, em 1982 (PINTO, Celi, 2003, p. 85). A prof^a Maria Margaret Lopes também é uma das pesquisadoras pioneiras sobre o enlace dos termos “gênero” e “ciências”, em especial na área de História das Ciências, por meio da pesquisa sobre a trajetória acadêmica de Bertha Lutz e sua construída invisibilidade enquanto cientista (Lopes, Margaret Maria, 1998). As doutoras Miriam Grossi e Maria Margaret Lopes participaram de inúmeras reuniões sobre o programa, tanto no primeiro ano quanto posteriormente, conforme veremos a seguir.

¹²⁶ Essa conferência tornou-se contínua e está em sua quarta edição. Apresentei a pesquisa realizada com as pesquisadoras da Física na Terceira Conferência, na Bolívia, em 2008.

¹²⁷ Esse evento foi coordenado pelas professoras Elisa Saitovitch e Márcia Barbosa.

¹²⁸ Mais detalhes sobre a SBF estão disponíveis em: <www.sbfisica.org.br/v1>.

2.1.1 Criação do programa

A transversalização da política de gênero e sua institucionalização no Estado – em parte resultado da IV Conferência Mundial sobre as Mulheres, realizada em Pequim (China), em 1998 – impulsionaram a criação de um órgão estatal específico, em diferentes países, e a elaboração de leis gerais para a equidade de gênero. A partir dessa conjuntura é que parte das ações e programas para equidade de gênero nas ciências e tecnologias foi implementada.

A Espanha e o Uruguai são exemplos dessa trajetória. Na Espanha, conforme abordamos no capítulo 1, foi criado em 2008 o Ministério da Igualdade e lançada uma série de leis para equidade de gênero. Essa conjuntura colaborou para a criação de um plano de equidade de gênero no CSIC.

No Uruguai, em 2005, é criado o Instituto Nacional das Mulheres; e, em 2007, é lançada a Lei nº 18.104, que visa promover a igualdade de oportunidades e direitos entre homens e mulheres; e o Plano de Igualdade de Oportunidades e Direitos entre Homens e Mulheres. Em 2012, o Instituto Nacional das Mulheres, em conjunto com a Universidade da República, elaborou medidas para que a universidade cumpra o Plano de Igualdade de Direitos e Oportunidades (Chiancone, Adriana; Larrechea, Enrique, 2016). Assim, percebemos que a partir de uma institucionalização e transversalização da política de gênero, foi possível implementar uma política científica para gênero. Esse foi o caso do Brasil, também.

A atuação da SPM foi fundamental para que gênero entrasse na pauta da política científica e tecnológica, ainda que de maneira pontual, o que não retira da iniciativa sua tamanha importância. Em 2004, a secretaria iniciou o diálogo com o Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT) para criação de um grupo interministerial de trabalho, com o foco nas questões de gênero nas ciências.

É preciso destacar que essa articulação com o MCT foi realizada na gestão da ministra da SPM Dr^a Nilcea Freire. A ministra assumiu a Secretaria em 2004 e havia sido reitora da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (2002-2003). Em sua gestão como reitora, a UERJ adotou cotas sociais e raciais e foi uma das primeiras instituições a adotar esse tipo de ação afirmativa. Seu apoio à elaboração de uma iniciativa dirigida para as questões de gênero nas ciências foi fundamental para a criação e a implementação do Programa Mulher e Ciência.

Em 2004, Eduardo Campos (ministro do MCT) e Nilcea Freire (ministra da SPM) assinaram a Portaria Interministerial MCT/SPM nº 437, de 31 de agosto, que resolve: “constituir um Grupo de Trabalho Interministerial (GTI) para realizar estudos e elaborar propostas de estruturação e definição de temáticas com vistas à realização do Seminário Nacional com núcleos

e grupos de pesquisa sobre a questão do gênero das universidades federais”¹²⁹. Os órgãos designados neste instrumento foram o Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT); a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM), a Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições de Ensino Superior (ANDIFES), a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). Ao longo da história do programa, algumas parcerias foram fortalecidas, outras descontinuadas e novas parcerias realizadas. Atualmente, são parceiros do Programa Mulher e Ciência a SPM, o CNPq, o MCTI, o Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA), o Ministério da Educação e a ONU Mulheres.

Sonia Malheiros Miguel foi a principal responsável na SPM por coordenar o grupo interministerial e conduzir a gestão do programa até 2011. De 2003 a 2007, foi diretora da Subsecretaria de Articulação Institucional; e, no período de 2007 a 2011, foi subsecretária da Articulação Institucional e Ações Temáticas, onde o programa foi alocado.

A primeira reunião oficial do grupo foi realizada em 30 de março de 2005. Participaram desse encontro: Maria Isabel Craveiro Tavares Pereira e Betina Stefanello Lima, pelo CNPq; Andrea Fontenele de Almeida, Sibeles Calazans e Natália Geadanken, pelo MCT; Ximena Pamela Diaz Bermuda, pela UNESCO; Miriam Grossi, pela *Revista Estudos Feministas* (REF); e Sonia Malheiros Miguel e Zuleida Nogueira Moreira, pela SPM. A partir da segunda reunião, Maria Margaret Lopes começa a participar, pelos *Cadernos Pagu*; e Emília Fernandes, pela UNESCO¹³⁰.

Cabe lembrar ainda que, no período de 2007 a 2009, Maria Margaret Lopes atuou diretamente no programa como assessora da Subsecretaria de Articulação Institucional da SPM. No âmbito da secretaria, outras feministas – pesquisadoras e militantes – atuaram no acompanhamento do programa: a prof^a Hildete Pereira de Melo Hermes de Araújo e Vera Soares.

Já na primeira reunião oficial do grupo, os objetivos foram mais bem definidos: “1) Estimular e fortalecer a produção de pesquisas e estudos sobre as mulheres, gênero e feminismos; e 2) Promover a inclusão das mulheres no campo da ciência”. Nessa reunião também foram decididas três ações a serem realizadas: 1) Concurso de monografias sobre mulheres, gênero e feminismos; 2) Chamada de pesquisa sobre mulheres, gênero e feminismos; 3) Encontro nacional de núcleos e grupos de pesquisa sobre mulheres, gênero e feminismos. As

¹²⁹ A portaria completa encontra-se reproduzida no anexo K.

¹³⁰ As atas consultadas foram elaboradas por Sonia Malheiros Miguel.

ações e os objetivos permaneceram inalterados ao longo da história do programa. Algumas atividades e medidas, no entanto, foram agregadas.

Em 9 de junho, é realizada uma reunião ampliada para discutir e finalizar as propostas elaboradas pelo grupo de trabalho. A primeira proposta do grupo que foi levada para aprovação na reunião ampliada já contava com as três ações – Prêmio, Chamada e Encontro. Participaram dessa reunião: Nilcea Freire, Suely de Oliveira, Sonia Malheiros Miguel, Naiara Betânia de Paiva Correa, Zuleida Moreira Nogueira (SPM); Mari Machado, Andrea Fontenele de Almeida e Sibebe Calazans (MCT); Maria Isabel Craveiro Tavares e Betina Stefanello Lima (CNPq); Lourdes Bandeira (CAPES); Maria Lúcia Almeida (FINEP); Solange Bessa Cavalcante (ANDIFES); Emília Fernandes (UNESCO); Maria Margaret Lopes (Cadernos PAGU); Joana Maria Pedro (REF); Marlise Matos (REDEFEM); Ana Alice Costa (REDOR/NEIM/UFBA); Albertina de Oliveira Costa (CNDM e FCC); Lia Zanotta (CNDM e NEPeM/UnB); Vera Soares (UNIFEM); Antonia Ângulo (DECIT/MS); Clara Araújo (PPCIS/UERJ); Elisa Baggio Saitovitch (CBPF); Elza Berquó (NEPO/UNICAMP); Wilza Villela (ABSC); e Miriam Grossi (ABA).

A partir da reunião ampliada, pode-se perceber o envolvimento de diversos nomes reconhecidos, tanto na militância (dos movimentos de mulheres) quanto na academia (dos estudos feministas e de gênero). O programa contou com a participação de pessoas-chave em diferentes instituições e é resultado de múltiplos esforços. Em 2005, é lançada a primeira edição do prêmio e da Chamada de Apoio a Projetos de Pesquisa na temática de Mulheres, Relações de Gênero e Feminismos. No ano subsequente, ocorre o primeiro encontro Pensando Gênero e Ciências. De 2005 a 2016, foram lançadas 11 edições do prêmio Construindo a Igualdade de Gênero. Também nesse período foram realizados dois encontros Pensando Gênero e Ciências, em 2006 e 2009.

A delimitação temática “mulheres, relações de gênero e feminismos” foi decidida na reunião ampliada do Programa Mulher e Ciência, realizada em 9 de junho de 2005. Segundo a ata dessa reunião:

Uma discussão de fundo se deu em relação ao próprio caráter do encontro. Ficou definido ser este o Encontro Nacional de Núcleos e Grupos de Pesquisa sobre Relações de Gênero, Mulheres e Feminismos. O tema “masculinidades” ficou incorporado/inserido/incluído em/nas “relações de gênero”. Da mesma forma, aí estariam incluídos os estudos sobre “sexualidades”. Afirmou-se a importância de se manter “relações de gênero, mulheres e feminismos” por estas palavras, estes conceitos, expressarem as diferentes formas de inserção neste amplo e diversificado campo do conhecimento (SPM, 2005).

2.2 Pensando Gênero e Ciências em encontros

Uma das três principais ações do Programa Mulher e Ciência foi a realização do Encontro Nacional dos Núcleos e Grupos de Pesquisa de Relações de Gênero, Mulheres e Feminismos. Foram realizados dois encontros, um em 2006 e outro em 2009. Os objetivos dessa ação foram:

- Estimular e fortalecer a produção de pesquisas e estudos na área de gênero, mulheres e feminismos.
- Estabelecer medidas e ações que contribuam para a promoção das mulheres no campo das ciências e nas carreiras acadêmicas.

Conforme a proposta inicial do encontro, as/os pesquisadoras/es de gênero e de estudos feministas seriam o público-alvo. As programações dos dois encontros foram planejadas em torno dos dois objetivos citados, visando ao debate sobre a participação das mulheres nas ciências, tanto nas áreas em que são sub-representadas quanto nas posições de prestígio; e a discussão sobre o *status* do campo de estudos de gênero e formas de legitimá-lo. Os objetivos dos dois encontros estavam alinhados aos objetivos do programa.

O I Encontro reuniu cerca de 200 grupos de pesquisa em gênero, oriundos de aproximadamente 100 universidades no país, representando 23 unidades da federação (Pensando Gênero e Ciências, 2006). O evento contou com a participação de pesquisadoras envolvidas com os dois temas – estudos de gênero; e gênero, ciências e tecnologias. A publicação resultante do encontro conta com os textos das palestras proferidas por pesquisadoras reconhecidas no campo: Estela M. L. Aquino, Fanny Tabak, Elisa Baggio Saitovitch, Eva Alterman Blay, Joana Maria Pedro, Marlise Matos, Alice Rangel de Paiva Abreu e Shirley Malcom.

A prof^a Shirley Malcom¹³¹ é membro do Grupo de Trabalho sobre Gênero – Gender Advisory Board – do Conselho de Gênero da Comissão das Nações Unidas sobre Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento (UNCSTD), tendo participado da elaboração do Missing Links, mencionado no capítulo 1. A participação da prof^a Shirley Malcom e da prof^a Teresa Rees em eventos no Brasil sobre o tema da equidade de gênero na C&T sinalizou uma aproximação do programa com as discussões ocorridas sobre o tema em âmbito internacional. A prof^a Teresa Rees participou do Encontro Brasil-Reino Unido sobre Mulheres e Ciências, em 2010, no CNPq, e

¹³¹ A biografia da prof^a Shirley Malcom está disponível em: <www.aaas.org/person/shirley-malcom>. Acesso em 1º dez. 2016.

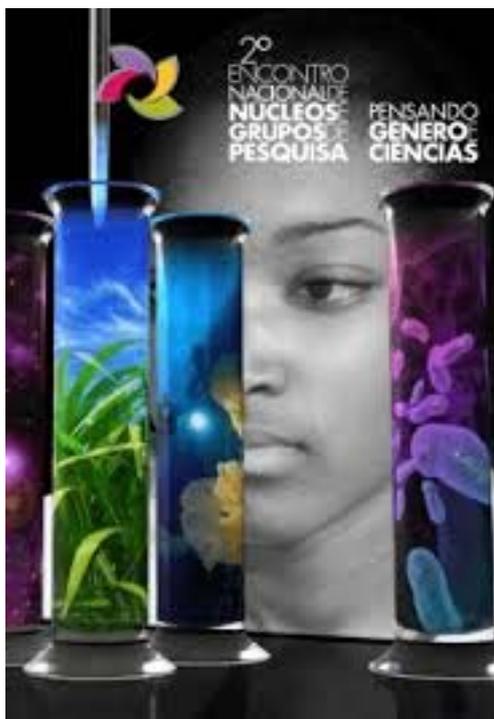
colaborou com diversas publicações no âmbito da União Europeia, tendo sido coordenadora do Relatório do Grupo de Helsinque sobre mulheres e ciências (2002), mencionado no capítulo 1.

Em cada Encontro Pensando Gênero e Ciências houve um espaço para debate em grupos de trabalho dos temas discutidos nas mesas. Cada grupo apresentou seu relatório com recomendações para a assembleia. As recomendações apresentadas em cada publicação resultante do encontro foram votadas e aprovadas. As recomendações do I Encontro foram elaboradas em torno dos eixos:

- Divulgação e produção de dados – neste item, por exemplo, é enfatizada a necessidade de divulgação de dados desagregados por sexo e raça e é mencionada a inclusão do quesito “cor” no currículo Lattes. Uma recomendação viria a ser implementada em 2013 pelo CNPq, conforme abordamos no capítulo 1.
- Educação científica e de gênero – são citadas medidas como a inserção da disciplina de gênero nos currículos.
- Representação nos comitês científicos, agências e sociedades científicas – busca-se a democratização das esferas decisórias, garantindo-se a representatividade de homens e mulheres em cada área do conhecimento.
- Publicações científicas e tecnológicas – busca-se, por exemplo, ampliar o acesso a publicações de gênero, feministas e de mulheres.
- Circulação de informações e democratização do conhecimento científico e tecnológico – uma das medidas propostas é: “identificar experiências exitosas no ensino de ciência e tecnologia das questões de gênero e sistematização e divulgação ampla dessa produção para a comunidade escolar e acadêmica”.
- Financiamento à pesquisa – trata de garantir o financiamento à pesquisa e a formação de recursos humanos nessa área como uma política de Estado.
- Ações afirmativas em C&T – implementação de ações afirmativas para proporcionar igualdade e equidade étnica, racial e de gênero na pesquisa e na docência.
- Institucionalização e fortalecimento de núcleos e grupos de pesquisa – são propostas ações para fortalecer os grupos e núcleos de pesquisa, tais como uma linha de financiamento para os grupos.
- Promoção e carreira: é proposta a prorrogação da bolsa de mestrado e doutorado (gestante e adoção). Essa medida foi adotada em algumas modalidades de bolsa do CNPq, conforme abordaremos ainda neste capítulo.

A figura 2 apresenta material de divulgação do 2º Encontro Pensando Gênero e Ciências.

Figura 2 – Material de divulgação do 2º Encontro Pensando Gênero e Ciências



Fonte: CNPq.

O tema geral do II Encontro, realizado em 2010, foi “Institucionalização dos estudos feministas, de gênero e mulheres nos sistemas de educação, ciência e tecnologia no Brasil” (Pensando Gênero e Ciências, 2010, p. 155). Nesse encontro, houve uma mesa-redonda intitulada “A política das agências de fomento na promoção da participação das mulheres na pesquisa”. Dessa mesa participaram José Roberto Drugowich, diretor do CNPq; Kelly M. Mack, da National Science Foundation (NSF-EUA); Maria Carme Alemany, do Centro de Estudos Mulher e Sociedade (Espanha); e Consuelo Pacheco, da Comisión Nacional de Investigación Científica e Tecnológica (CONICYT – Chile). A participação de pesquisadoras internacionais envolvidas com o tema da equidade de gênero na C&T em seus países apontou para a busca de aprimoramento do programa, segundo as discussões e experiências ocorridas em agências congêneres ao CNPq. As experiências compartilhadas foram citadas no capítulo 1.

As outras duas mesas organizadas para o evento trataram de temas mais dirigidos à consolidação do campo de gênero no país. A segunda mesa, intitulada “Formação em estudos de gênero, mulheres e feminismos: impasses, dificuldades e avanços”, analisava, por exemplo, outro programa da SPM, denominado Gênero e Diversidade na Escola. A terceira mesa, “Políticas de qualificação e o impacto das publicações em gênero, mulheres e feminismos nas

diferentes áreas disciplinares: desafios e limites na consolidação do campo”, problematizou as publicações feministas como tema de debate.

As recomendações desse encontro centraram-se nos seguintes temas:

1. Formação e capacitação na área de gênero, mulheres e feminismo – proposição de medidas para ampliar a formação na área de gênero e na área específica de gênero e ciências, tais como: “produzir uma educação científica e tecnológica não sexista e não racista, garantindo ambiente favorável ao crescimento profissional de todas/os – sem distinção etária, de gênero, de raça ou orientação sexual no decorrer de suas carreiras”.
2. Produção científica – são sugeridas medidas para fortalecer a produção científica da área, por exemplo a inserção do recorte de gênero, raça/etnia e orientação sexual em Chamadas de Apoio à Pesquisa. Outra proposta que merece destaque neste tópico é a criação de linhas específicas de financiamento para pesquisadoras negras e indígenas.
3. Divulgação – aqui estão as propostas para a ampliação da circulação do conhecimento científico em gênero, por meio de uma política de fortalecimento das publicações na área e do aumento da divulgação, como inserir o tema de gênero, ciências e tecnologias na Semana Nacional de Ciência e Tecnologia.
4. Indicadores e avaliação – são propostas a respeito da desagregação dos dados por sexo e raça/etnia e monitoramento e avaliação, por exemplo a criação de um observatório das universidades e institutos de pesquisa.
5. Direitos e representações – neste tópico estão incluídas as medidas para equidade na carreira científica, tais como licença parental e representação paritária em comitês.

Os encontros representaram espaços de mobilização e reflexão sobre os dois principais objetivos do programa. O debate promovido entre diferentes atores do sistema científico (professores, agentes de Estado, representantes de organismos internacionais, estudantes) e orientado pelas discussões ocorridas nas mesas entre especialistas sobre cada tema foi muito enriquecedor e resultou no conjunto de recomendações dos dois encontros.

Algumas dessas propostas, conforme veremos a seguir, foram implementadas, outras seguem registradas para uma possível e desejável realização. Esse registro, porém, é de extrema importância para que ingressantes na política de equidade de gênero e estudiosas/os da área saibam da história deste tema no Brasil e possam aproveitar as recomendações e resultados do programa.

2.3 Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero: um instrumento de formação de recursos humanos e fortalecimento da pesquisa na área

A premiação constitui uma das três ações do Programa Mulher e Ciência. Essa ação foi criada com a finalidade tanto de fomentar a área dos estudos sobre mulheres, relações de gênero e feminismos quanto de contribuir para a conscientização sobre as diversas questões relativas a gênero, por meio da ampliação da discussão sobre o tema.

O modelo do prêmio Construindo a Igualdade de Gênero foi inspirado no prêmio Jovem Cientista do CNPq em parceria com outros órgãos, e seus objetivos são similares: impulsionar jovens talentos na carreira científica e fomentar determinada temática. Tal qual no prêmio Jovem Cientista, as categorias do prêmio Construindo a Igualdade de Gênero também envolvem estudantes em diversas etapas de sua formação: no ensino médio, graduação e pós-graduação. Assim, a premiação foi formatada como um instrumento para despertar as/os jovens para a carreira científica e para impulsionar determinado campo, no caso o campo interdisciplinar de “mulheres, relações de gênero e feminismos”.

A premiação é anual e, no ano de 2016, está em sua 11ª edição. O prêmio pode ser dividido em duas grandes vertentes: uma voltada para o ensino superior e a pós-graduação e outra dirigida para o ensino médio (estudantes e escolas). Os estudantes do ensino superior e pós-graduação concorrem com o envio de artigos científicos de pesquisas realizadas sobre o campo de estudo das mulheres, relações de gênero e feminismos; e os estudantes do ensino médio enviam redações também associadas ao tema. As escolas encaminham projetos pedagógicos com vistas à promoção da igualdade de gênero.

Apesar de essas duas divisões – a do ensino médio e a do ensino superior e pós-graduação – permanecerem, ao longo da história do prêmio as categorias relativas ao ensino superior e pós-graduação propriamente ditas foram alteradas três vezes: na 3ª, 5ª e 11ª edições do prêmio. Conforme apresentado na tabela 6, há quatro blocos de categorias que foram utilizados ao longo do período 2005-2015. Além das mudanças de categorias no ensino superior e pós-graduação, na 5ª edição também houve a inclusão da categoria Escola Promotora da Igualdade de Gênero, para a qual passaram a ser enviados projetos pedagógicos que contemplem as questões de gênero.

Tabela 6 – Lista de categorias ao longo das edições do Prêmio

Edição	Tabela de Categorias
Primeira e segunda	Estudante do ensino superior
	Estudante de pós-graduação
	Estudante do ensino médio
Terceira e quarta	Graduado
	Estudante de graduação
	Estudante do ensino médio
Quinta, sexta, sétima, oitava, nona e décima	Estudante de graduação
	Graduado, especialista e estudante de mestrado
	Mestre e estudante de doutorado
	Escola promotora da igualdade de gênero
	Estudante do ensino médio
Décima primeira	Estudante de graduação e graduado
	Estudante de mestrado e mestre/a
	Estudante de doutorado e doutor/a
	Estudante do ensino médio
	Escola promotora da igualdade de gênero

Fonte: Elaboração própria.

As categorias relativas ao ensino superior e pós-graduação, citadas na tabela 6, são consideradas todas as categorias utilizadas desde 2005 pelo prêmio: 1) Estudante do ensino superior, 2) Estudante de pós-graduação; 3) Estudante de graduação; 4) Graduado; 5) Graduado, especialista e estudante de mestrado; 6) Mestre e estudante de doutorado; 7) Estudante de graduação e graduado; 8) Estudante de mestrado e mestre/a; 9) Estudante de doutorado e doutor/a. No decorrer do histórico da premiação, a categoria “Estudante de Pós-Graduação” foi detalhada e dividida, a fim de separar estudantes de graduação, de mestrado e de doutorado, bem como criar uma categoria para já doutoras/es. Do regulamento da 11ª edição consta um limite de tempo para as/os graduadas/os, mestras/es, doutoras/es, que define que o título deveria ser obtido a partir de 1º de julho de 2013. A estipulação da data visava a garantir que concorressem jovens doutoras/es, mestras/es e graduandas/os, possivelmente uma estratégia de premiar temas atuais, garantir o nivelamento da concorrência e apoiar jovens em início de carreira. Com as novas categorias, buscou-se ampliar a participação no prêmio, bem como torná-la mais justa em termos de concorrência. As modificações das categorias do prêmio podem ser consideradas um indicativo da busca de aperfeiçoamento dessa ação ao longo do tempo.

O Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) é o principal responsável pela análise dos artigos científicos enviados pelos estudantes da graduação e pós-graduação, enquanto a Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM) é a principal encarregada pelo julgamento das redações e dos projetos pedagógicos das escolas.

A premiação de estudantes de ensino superior e pós-graduação está claramente associada ao propósito de visibilizar e fomentar os estudos sobre mulheres, relações de gênero e feminismo, em suas diversas abordagens e assuntos, além de estimular as/os estudosas/os a prosseguirem na carreira científica com o tema. Nota-se que o prêmio, até o momento, não determina um ou mais temas para inscrição dos trabalhos por edição, assim há uma vasta gama de possibilidades temáticas para envio dos artigos e das redações.

Já a premiação das categorias do ensino médio tem por finalidade difundir a temática de gênero para um público amplo – para as/os estudantes de ensino médio e para as escolas. A ampliação da discussão no ambiente da escola é uma estratégia que contribui para a formação de pessoas com compreensão sobre as desigualdades de gênero. Considera-se que o entendimento sobre as questões de gênero colabora para uma sociedade mais equitativa, ou seja, para que a compreensão sobre diferenças sexuais seja desnaturalizada e não sirva para gerar desigualdade. A criação da categoria Escola Promotora da Igualdade de Gênero objetivou inserir o corpo docente na discussão da temática. Na 8ª edição, o material de divulgação do Prêmio estimulou a reflexão por meio de perguntas: você já refletiu sobre a igualdade de mulheres e homens na sociedade brasileira? Você considera que brancas(os) e negras(os) têm as mesmas oportunidades? Na página do Prêmio¹³², no CNPq, estão disponíveis publicações e materiais para apoiar a pesquisa sobre a temática.

A seguir encontram-se material de divulgação do premiação.

Figura 3 – Material de divulgação do 8º Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero



Fonte: CNPq

¹³² A divulgação do Prêmio no CNPq está disponível em: <<http://tinyurl.com/5shj4lg>>.

Por meio da análise das imagens sobre o material de divulgação, é possível perceber que, de forma similar às Chamadas de Apoio à Pesquisa em Mulheres, Relações de Gênero e Feminismos, o prêmio estimula que os trabalhos submetidos considerem as intersecções com outros marcadores sociais, tais como a raça.

O prêmio tem-se consolidado e recebido um número significativo de inscrições. Destaca-se também que os parceiros têm investido em estratégias de divulgação da premiação: envio de fôlderes e cartazes para escolas, órgãos governamentais, veiculação na mídia, lançamentos regionais em eventos da SPM e do CNPq. Da 1ª edição à 10ª, de 2005 a 2015, o número total de inscrições – em todas as categorias – já soma 29.391 trabalhos enviados. Escolhemos colocar a edição em vez do ano, pois o ano poderia ser o de lançamento ou de publicação do resultado. Esses dois eventos não ocorreram sempre no mesmo ano. A tabela 7 apresenta o número de inscritos por edição e por categoria.

Tabela 7 – Número de inscrições por ano de lançamento do Prêmio e por categoria (1ª-10ª edição)

Edição	1ª	2ª	3ª	4ª	5ª	6ª	7ª	8ª	9ª	10ª	Total por categoria
Estudante do ensino médio	1.270	1.284	620	2.299	2.976	3.951	3.376	4.105	1.430	1.495	22.806
133Estudante de graduação¹³⁴	141	154	171	218	271	197	203	304	196	304	2.159
Graduado	-	-	429	485	-	-	-	-	-	-	914
Estudante de pós-graduação	176	207	-	-	-	-	-	-	-	-	383
Graduado, especialista e estudante de mestrado	-	-	-	-	283	267	218	417	230	404	1.819
Mestre, estudante de doutorado	-	-	-	-	156	145	122	237	116	213	989
Escola promotora da igualdade de gênero	-	-	-	-	17	12	46	76	76	111	321
Total por edição	1.587	1.645	1.211	3.002	3.697	4.572	3.965	5.134	2.048	2.527	29.391

Fonte: Publicação do 10º Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero¹³⁵.

¹³³ Para elaboração desta tabela, foram agrupados na nomenclatura “Estudantes de Graduação” os estudantes do ensino superior das edições de 2005 e 2006.

¹³⁴ As publicações do prêmio estão disponíveis na página dessa premiação no CNPq: <www.igualdadedegenero.cnpq.br/igualdade.html>. Acesso em: 7 nov. 2016.

O estudo sobre as categorias relacionadas ao ensino médio (estudantes e escolas) é importante por representar os discursos que transitam nas escolas e para dimensionar o impacto do prêmio como vetor dessa discussão no espaço escolar, no entanto, esta análise extrapola os objetivos desta tese.

A análise da premiação está focada nas categorias do ensino superior e pós-graduação, porque são as categorias que estão associadas à formação de recursos humanos para a pesquisa e ao fortalecimento do campo de pesquisa em mulheres, relações de gênero e feminismos.

Neste capítulo, será apresentado um breve panorama da premiação a partir das categorias do ensino superior e pós-graduação: dados da inscrição e das/os premiadas/os. Também serão analisados os perfis das/os premiadas/os, das/os orientadoras/es e dos Comitês de Julgamento. Em 2012, na reunião de julgamento, também atuei como observadora participante, a fim de observar os critérios aplicados na avaliação. Neste estudo, buscamos contribuir com a reflexão sobre o impacto do prêmio no campo de estudos de mulheres, relações de gênero e feminismos.

2.3.1 Categorias do ensino superior e pós-graduação – Um impulso para o campo e para a carreira

É importante destacar que no meio científico a distribuição de prêmios é amplamente utilizada como forma de atribuir reconhecimento às/aos pesquisadoras/es e ao resultado de determinada pesquisa. O reconhecimento é o principal vetor na carreira das/os cientistas, na medida em que atrai outras oportunidades e tende a gerar um ciclo de recompensas. Sobre a centralidade do reconhecimento na carreira científica, ver Bourdieu (1983), em que o autor propõe um modelo de funcionamento do sistema de troca no campo científico, onde as moedas a serem acumuladas são reconhecimento e autoridade. Um dos exemplos desse sistema foi o estudo sobre os laureados da proeminente premiação do sistema científico: o Prêmio Nobel. Segundo o estudo, os trabalhos dos premiados do Nobel ganham mais publicidade, são mais citados e, mesmo quando estão classificados como últimos na sequência de autores de um artigo, ainda assim a comunidade tenderá a atribuir o resultado da publicação a quem já possui maior prestígio. Esse mecanismo de acumulação de reconhecimento foi por Robert Merton (1977) denominado de Efeito Mateus, inspirado na frase bíblica “Ao que tem se lhe dará e terá em abundância, mas ao que não tem será tirado até mesmo o que tem”. A pesquisa sobre as/os laureadas/os no Prêmio Nobel que o inspirou a nomear esse mecanismo foi realizada por Harriet Zuckerman, sua esposa. Em nota de rodapé, Merton admite tardiamente que o artigo deveria ter sido publicado em sua coautoria. Margaret Rossiter (1993), ao pensar sobre a participação e a (in)visibilidade das mulheres nas ciências, propõe considerar também o Efeito Matilda, que

ênfatiza o outro lado do mecanismo, ou seja, a retirada de capital científico das menos capitalizadas.

Dada a importância do reconhecimento no sistema científico, as premiações têm sido utilizadas como instrumentos não só para a promoção de recursos humanos para a C&T, mas também para visibilizar e fomentar determinados temas e áreas do conhecimento. Assim, o prêmio Construindo a Igualdade de Gênero é utilizado como instrumento de fomento na área de pesquisa na temática “mulheres, relações de gênero e feminismo”, por visibilizar a temática, impulsionar jovens pesquisadoras/es na carreira acadêmica, estimular novas/os pesquisadoras/es a ingressar nesse campo de pesquisa e ampliar a discussão em torno das questões de gênero.

O CNPq, de acordo com informações divulgadas em sua página¹³⁶, é pioneiro na concessão de Prêmios no Brasil. Em 1978, foi instituído o primeiro Prêmio José Reis de Divulgação Científica e Tecnológica¹³⁷. Em 2016, o CNPq tem 10 prêmios. Pode-se considerar que os prêmios de maior amplitude do conselho são o Prêmio Jovem Cientista¹³⁸ e o Prêmio Almirante Álvaro Alberto para a Ciência e Tecnologia¹³⁹. As duas premiações são concedidas em dois momentos opostos da carreira científica: o primeiro impulsiona jovens e potenciais talentos entre estudantes do ensino médio, graduação, mestre e doutores. O Prêmio Jovem Cientista é anual, e a cada edição elege um tema a ser premiado. Em 2015, por exemplo, o tema foi Segurança Alimentar e Nutricional. Além de estimular jovens talentos para a pesquisa, também fomenta determinadas áreas do conhecimento e temas, segundo sua relevância para o momento histórico.

Já o Prêmio Álvaro Alberto, que recebe o nome do primeiro presidente do CNPq, atua em outro momento da carreira científica, por consistir na escolha de pesquisadores com relevante contribuição para o desenvolvimento científico e tecnológico. Há um revezamento de grande área do conhecimento a cada edição. Além de receber um diploma e uma medalha, o/a vencedor/a também recebe um prêmio em dinheiro no valor de R\$ 200 mil, concedido pela Fundação Conrado Wessel. Conforme já destacamos no capítulo 1, em 46 premiados do Prêmio Álvaro Alberto, de 1981 a 2016, somente três pesquisadoras foram agraciadas: Maria Izaura de Queiroz (Sociologia), Maria Conceição Tavares (Economia) e Magda Becker Soares (Educação).

¹³⁶ Disponível em: <<http://tinyurl.com/jh42hxs>>. Acesso em 18 jun. 2013.

¹³⁷ O objetivo desta premiação é “premiar pesquisadores, escritores, jornalistas, veículos de comunicação e instituições que contribuem para a divulgação da ciência e da tecnologia para o grande público”. Disponível em: <www.premiojosereis.cnpq.br>. Acesso em: 18 jun. 2013).

¹³⁸ Disponível em: <www.jovemcientista.cnpq.br>.

¹³⁹ Disponível em: <www.premiojosereis.cnpq.br>.

Apesar do crescimento da participação feminina no sistema científico, as mulheres cientistas continuam tendo menor visibilidade que seus colegas. A menor representatividade de mulheres premiadas não é um fenômeno estritamente nacional. Em recente estudo sobre premiações nos Estados Unidos, constatou-se que, embora o número de mulheres elegível tenha aumentado, ainda há uma proporção muito maior de homens premiados. O artigo também discute medidas para aumentar o número de premiadas, tais como a formação equitativa em termos de representatividade entre homens e mulheres nos Comitês de Julgamento e a discussão com o comitê antes do julgamento sobre vieses implícitos de gênero. (LINCOLN, Anne et al., 2012).

2.4 Dados gerais – um panorama sobre as edições

2.4.1 Sobre participação por sexo

Conforme é possível constatar na tabela 8, a maioria do público do prêmio Construindo a Igualdade de Gênero é do sexo feminino. A participação feminina, da terceira edição até a décima, entre todas as categorias, gira em entre 66% e 71%. Esse período foi escolhido como amostra pela viabilidade em levantar os dados sobre raça/cor das/os inscritas/os.

Tabela 8 – Percentual de inscrições por sexo, por edição

Edição	Feminino	Masculino
3º	70,36%	29,64%
4º	71,12%	28,88%
5º	66,88%	33,12%
6º	66,67%	33,33%
7º	68,05%	31,95%
8º	68,69%	31,31%
9º	67,85%	32,15%
10º	70,16%	29,84%

Fonte: Elaboração própria.

A maior participação das mulheres pode ser considerada um reflexo da configuração da área de gênero, que é formada por uma maioria do sexo feminino. Essa característica remonta à própria constituição do campo, uma vez que as questões sobre as mulheres foram inseridas no universo científico por meio da atuação das feministas, que também eram intelectuais¹⁴⁰ (PINTO, Celi; 2003).

¹⁴⁰ Mariza Correa (2001) traz um rico relato sobre seu percurso enquanto feminista, que se entrelaça com a própria formação do campo de estudos de gênero.

2.4.2 Um olhar étnico-racial sobre os dados

O formulário de inscrição no prêmio disponibilizou o campo para autodeclaração de cor/raça, segundo as categorias existentes no censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) desde 2007, a partir da terceira edição do prêmio. A inclusão desse campo permitiu constatar a impressionante participação na inscrição de pardos e pretos no prêmio em todas as categorias. A inclusão dos critérios cor/raça no prêmio Construindo a Igualdade de Gênero foi extremamente inovadora, pois foi o primeiro formulário do CNPq a incorporar tais critérios. Em 2013, após uma negociação entre Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) e Secretaria de Políticas para a Igualdade Racial (SEPPIR), houve a inclusão no currículo Lattes dos itens nos moldes do IBGE, com o acréscimo da opção “não desejo declarar”.

A inclusão dos itens referentes à cor/raça permitiu o levantamento quanto à participação da população negra no prêmio. Os dados da tabela 9 permitirão perceber que o prêmio conta com um percentual significativo da população negra, que excede sua atual representatividade no ensino superior e pós-graduação.

Tabela 9 – Percentual de inscrições por raça/cor entre as/os estudantes do ensino médio (3ª-10ª edição)

Ensino Médio						
Edição	Amarela	Branca	Indígena	Parda	Preta	Não Informada
3º	3,55%	52,10%	4,68%	30,65%	9,03%	-
4º	2,13%	59,94%	1,39%	27,45%	6,00%	3,09%
5º	1,92%	60,89%	0,60%	26,81%	6,89%	2,89%
6º	2,30%	60,34%	0,63%	28,70%	5,47%	2,56%
7º	2,16%	62,62%	0,74%	26,33%	5,98%	2,16%
8º	2,07%	56,85%	0,46%	32,02%	7,20%	1,39%
9º	1,33%	52,10%	0,42%	45,10%		1,05%
10º	1,47%	51,64%	0,47%	44,41%		2,01%

Fonte: Elaboração própria.

A categoria “estudantes do ensino médio” é a que mais recebe inscrições, correspondendo aproximadamente a 80% do total de inscrita/os. O total de participação de negras/os (soma de pretas/os e pardas/os), nas edições em questão, gira em torno do percentual mínimo de 33% e máximo de 45%.

Na tabela 10, escolhemos o intervalo entre a 5ª e a 9ª edição, por representar o período em que as categorias de ensino superior permanecem sem alteração. Essa permanência possibilita a comparação entre as edições.

Tabela 10 – Percentual de inscrições por raça/cor entre as/os estudantes de graduação (5ª-10ª edição)

Estudante de Graduação						
Edição	Amarela	Branca	Indígena	Parda	Preta	Não Informada
5º	3,02%	52,83%	1,51%	31,32%	7,17%	4,15%
6º	2,54%	47,21%	1,02%	32,49%	13,20%	3,55%
7º	0,49%	55,17%	0,49%	22,66%	14,78%	6,40%
8º	0,99%	48,03%	0,33%	31,25%	15,13%	4,28%
9º	1,02%	44,39%	0,51%	47,45%		6,63%
10º	1,32%	48,68%	0,66%	43,42%		5,92%

Fonte: Elaboração própria.

A participação negra ainda cresce entre as/os estudantes de graduação cujo percentual de inscritas/os, no intervalo selecionado, está em torno de 37% a 47%, maior que na categoria do ensino médio. Uma das possíveis razões a serem elencadas para este número representativo é a consequência das políticas de cotas implementadas durante o período do governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e da Presidenta Dilma Rousseff.

Durante a administração do Presidente Lula, medidas substantivas foram realizadas para o enfrentamento das desigualdades de caráter étnico e racial. Foi criada a Secretaria de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), em 2003; e foi aprovada a Lei nº 10.639, que insere a disciplina História da África e Cultura Afro-Brasileira no currículo do ensino fundamental. Também houve incentivo à implementação de ações afirmativas nas universidades públicas, ainda que esse estímulo não tivesse se concretizado em uma estrutura normativa. Duas estratégias principais foram tomadas para inclusão social e racial no ensino superior: 1) financiamento para estudantes de baixa renda no ensino privado (programas ProUni¹⁴¹ e FIES¹⁴²) e o aumento de vagas nas universidades federais.

O governo da Presidenta Dilma representou uma continuidade na luta contra as disparidades sociais e raciais. Em 2012, foi aprovada a Lei nº 12.711, conhecida por Lei de Cotas, que dispõe sobre a obrigatoriedade de as instituições federais de educação superior reservarem 50% de suas vagas para estudantes que tenham estudado integralmente o ensino médio em escolas públicas. A metade dos 50% das vagas também foi reservada aos estudantes oriundos de famílias com renda igual ou inferior a 1,5 salário mínimo. Também será computado o percentual mínimo correspondente à soma de pretos, pardos e indígenas no estado, de acordo com o último censo demográfico do IBGE.¹⁴³

¹⁴¹ Programa Universidade para Todos.

¹⁴² Fundo de Financiamento aos Estudantes do Ensino Superior.

¹⁴³ Para um histórico sobre a política de ações afirmativas ver: FERES, João *et al.*: 2012.

Tabela 11 – Percentual de inscrições por raça/cor entre as/os graduadas/os, especialistas e estudantes de mestrado (5ª-10ª edição)

Graduado, especialista e estudante de mestrado						
Edição	Amarela	Branca	Indígena	Parda	Preta	Não Informada
5º	2,12%	57,60%	0,00%	23,67%	12,01%	4,59%
6º	0,75%	58,43%	0,75%	24,34%	13,48%	2,25%
7º	1,38%	53,21%	0,46%	26,15%	14,22%	4,59%
8º	0,72%	51,32%	0,48%	29,02%	15,83%	2,64%
9º	1,30%	43,04%	0,00%	51,30%		4,35%
10º	1,24%	49,75%	0,50%	44,55%		3,96%

Fonte: Elaboração própria.

O número de inscritas/os autodeclaradas/os pretas/os e pardas/os na categoria Graduado, Especialista e Estudante de Mestrado também é significativo, no período selecionado. A variação foi de 35% a 51%. Na 9ª edição, conforme a tabela 11, a participação negra excedeu a branca.

Tabela 12 – Percentual de inscrições por raça/cor entre as/os mestres e estudantes de doutorado (2009-2014)

Mestres e Estudantes de Doutorado						
Edição	Amarela	Branca	Indígena	Parda	Preta	Não Informada
5º	0,00%	64,10%	1,92%	19,87%	10,26%	3,85%
6º	2,07%	55,86%	0,00%	22,76%	14,48%	4,83%
7º	0,00%	55,74%	0,00%	27,87%	9,84%	6,56%
8º	0,00%	62,45%	0,84%	21,52%	11,39%	3,80%
9º	2,59%	55,17%	0,82%	35,34%		6,03%
10º	1,88%	50,23%	0,00%	40,38%		7,51%

Fonte: Elaboração própria.

O percentual da participação negra decresce nas categorias Mestres e Estudantes de Doutorado e está em torno de 30% a 40%, mas ainda assim esse número é significativo. Os números apresentados são ainda mais impressionantes, se comparados com os dados sobre nível de instrução e raça/cor divulgados pelo Centro de Gestão e Estudos Estratégicos¹⁴⁴ (CGEE), conforme a tabela 13.

Tabela 13 – Participação percentual de cada cor ou raça na população com dez anos de idade ou mais, por nível de instrução (2010)

Nível de instrução	Branca	Parda	Preta	Indígena	Amarela
Ensino Superior	73,18	20,96	3,76	0,12	1,97
Mestrado	79,18	15,7	3,11	0,16	1,84
Doutorado	82,9	12,21	2,36	0,2	2,33

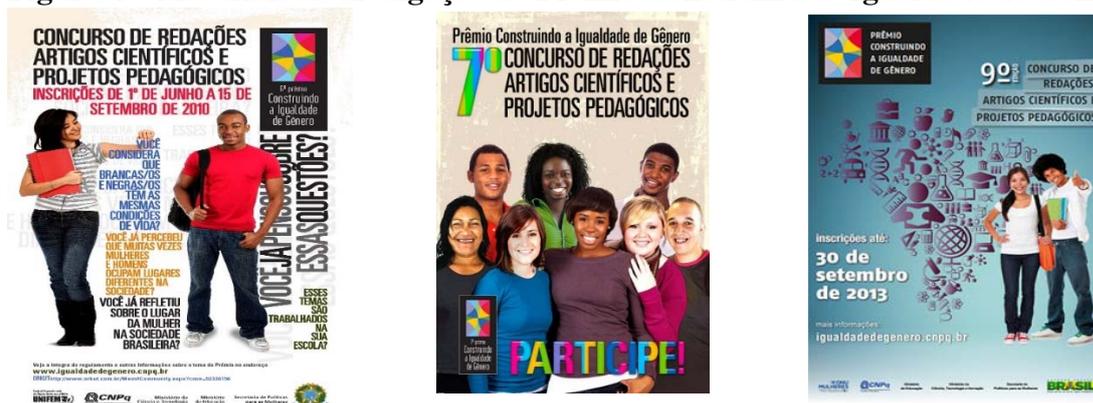
Fonte: CGEE.

¹⁴⁴ Fonte: Mestres 2012: Estudos da demografia da base técnico-científica brasileira (CGEE) – elaborado a partir da tabela 4.3, p. 386.

Percebe-se, segundo os dados do CGEE, que, enquanto a população branca aumenta à medida que o nível de instrução cresce, com a população negra acontece o inverso: quanto maior o nível de instrução, menores os percentuais entre pardas/os e pretas/os. No entanto, mesmo no ensino superior, o número de brancas/os é cerca de três vezes maior que a população negra. No doutorado, o número de estudantes brancas/os é aproximadamente cinco vezes maior.

É possível considerar alguns fatores para a significativa participação negra nos prêmios, por exemplo as já citadas políticas de ações afirmativas implantadas na última década. Também é possível associar essa participação à identificação com o tema, que sugere que a abordagem do trabalho inscrito contemple as intersecções de classe social, raça e etnia¹⁴⁵. Outro fator influente nesse processo é a inserção de imagens de jovens negras/os no material de divulgação do prêmio em todas as suas edições. A seguir estão alguns dos materiais de divulgação.

Figura 4 – Materiais de divulgação do Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero



Fonte: CNPq

No capítulo 1, ressaltamos que a participação das mulheres nas ciências e tecnologias é, tal qual em outras esferas, perpassada por marcadores sociais. Assim, a participação das mulheres negras, em especial as autodeclaradas pretas, é muito menor. Apesar de o Programa Mulher e Ciência não ter implementado uma ação específica para incentivar a participação das mulheres negras na C&T, podemos considerar que o prêmio contribuiu para essa questão, de três formas: 1) por divulgar na página do CNPq imagens de pessoas não brancas; 2) por inserir de maneira precursora um formulário com categorias de identificação étnico-raciais; 3) por apresentar significativos números de inscritas/os autodeclaradas/os negras/os.

¹⁴⁵ Texto divulgado no site: “O Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero consiste em concurso de redações, artigos científicos e projetos pedagógicos, dirigido a estudantes de ensino médio, graduação, pós-graduação e escolas da educação básica na área das relações de gênero, mulheres e feminismos, contemplando suas intersecções com as abordagens de classe social, geração, raça, etnia e sexualidade.” Disponível em <<http://igualdadedegenero.cnpq.br/igualdade.html>>. Acesso em: 20 abr. 2013.

O formulário de inscrição do prêmio foi o primeiro a garantir dados étnico-raciais de participação em uma ação de fomento à ciência e tecnologia no CNPq e provavelmente no Brasil. Após essa inserção, ainda demorou cerca de quatro anos para que essas categorias fossem incluídas no currículo Lattes.

A divulgação de imagens de pessoas não brancas na página do CNPq marcou as ações de publicidade do programa e também do órgão, conforme é possível verificar nas figuras 5 e 6.

Figura 5 – Banner de divulgação da Chamada nº 18/2013



Fonte: CNPq

Esse foi o *banner* de divulgação da Chamada para fomentar a participação de jovens nas carreiras majoritariamente masculinas. Essa também foi uma ação do Programa Mulher e Ciência, a ser analisada no capítulo 4.

Figura 6 – Banner de divulgação do Prêmio Jovem Cientista – 2013



Fonte: CNPq

Essa última imagem foi utilizada na divulgação do Prêmio Jovem Cientista, em 2013, cujo tema era Água – Desafios da Sociedade.

Podemos afirmar que o Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero tem colaborado para diversificar a imagem tradicional da/o cientista como unicamente homem e branco.

2.5 Análise sobre o perfil das/os premiadas/os

Com o objetivo de traçar o perfil e as trajetórias das/os premiadas/os, foi necessário acessar, um a um, cada um dos sessenta currículos cadastrados na base Lattes. Apesar de esse procedimento ter sido feito em 2012 para a qualificação de doutoramento, refizemos todo o processo para incluir as premiações mais recentes e para atualizar as informações sobre a atuação profissional e formação acadêmica de todas/os as/os premiadas/os. Parte importante da análise concentra-se em refletir se a premiação tem fomentado os estudos sobre mulheres, relações de gênero e feminismos por meio da atração de jovens para a carreira científica na área de gênero. Um indício de que as/os premiadas/os têm seguido a carreira e formação acadêmica está no fato de que a maior parte dos currículos, consultados em novembro de 2016, estavam atualizados. A maioria dos currículos foi atualizada nos últimos dois anos: 75% dos currículos foram alterados em 2016 (45, do total de 60), 10% em 2015 (6 currículos, do total de 60).

2.5.1 Premiação segundo os dados sobre sexo

Por meio da análise sobre os dados das/os premiadas/os nessas categorias, percebe-se que a maioria das/os estudantes premiadas/os é do sexo feminino, cerca de 77%, o que corresponde, segundo a tabela 14, a 46 mulheres do total de 60 agraciadas/os. A metade do número de agraciadas/os – 7, do total de 14 estudantes – encontra-se nas categorias referentes à graduação (ensino superior e graduação). Considera-se que esses números refletem o campo dos estudos feministas, gênero e mulheres, em que a maioria das/os pesquisadoras é composta por mulheres. O panorama da premiação também está de acordo com os números da demanda, que giram em torno de 66% a 71%.

Tabela 14 – Distribuição por sexo das/os autoras/es premiadas/os nas categorias relativas ao ensino superior e pós-graduação, segundo a edição do Prêmio

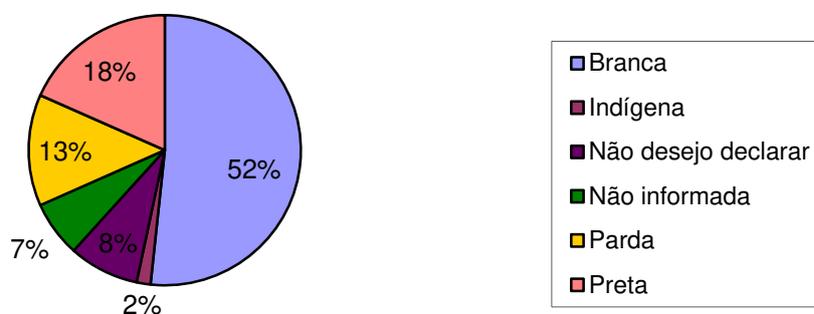
Edição	Feminino	Masculino
1º	4	2
2º	6	0
3º	5	1
4º	4	2
5º	2	4
6º	5	1
7º	5	1
8º	6	0
9º	4	2
10º	5	1
Total	46	14

Fonte: Elaboração própria.

2.5.2 Premiação segundo dados étnico-raciais

Os formulários da primeira e da segunda edição não tinham os itens sobre raça e cor. Assim, os dados das/os premiadas/os desse período foram buscados, um a um, no currículo Lattes. A legenda “não informada” significa que a/o estudante não atualizou esse campo no currículo. A legenda “não desejo declarar” significa que houve atualização do currículo e a/o estudante julgou melhor não declarar sua cor/raça.

Gráfico 14 – Percentual de premiadas/os por cor e raça da 1ª à 11ª edição



Fonte: Elaboração própria.

Também é representativo que cerca de 30% das/os estudantes agraciadas/os nas categorias do ensino superior sejam negras/os: 18% autodeclaradas/os pretas/os (11 agraciadas/os, do total de 60) e 13% pardas/os (8 agraciadas/os). Esse dado é interessante, pois é a primeira vez que a participação de pessoas autodeclaradas/os pretas/os é maior que a de pardas/os. Conforme apresentamos no primeiro capítulo, o número de pesquisadoras/es pardas/os excede o de pretas/os em todas as modalidades do CNPq.

Também é notável a não premiação de autodeclaradas/os amarelas/os e a pouca premiação de pessoas autodeclaradas indígenas, porém essas categorias também não tiveram números expressivos entre as/os inscritas/os.

Mesmo entre as/os premiadas/os, encontramos um percentual de 7% de “Não informada” e 8% de “Não desejo declarar”, que não consideraram os campos de declaração étnico-racial para preenchimento. Esse número, ainda que não seja grande, permite refletir sobre a complexidade de inserção de marcadores sociais na ciência e na tecnologia, ainda pautadas no discurso mertoniano.

2.5.3 Sobre áreas do conhecimento das/os premiadas/os

No total de artigos do ensino superior e da pós-graduação premiados, a área de conhecimento que mais se destaca é a de História, com 14 trabalhos, ou seja, aproximadamente 23% do total de trabalhos. Dentre as áreas mais premiadas, encontra-se o Direito, com 8 artigos (13%); e Letras, Educação e Psicologia, com 5 artigos premiados (8%). Se somarmos as áreas de Ciências Sociais (4 artigos), Antropologia (3 artigos), Sociologia (1 artigo), Sociologia e Antropologia (1), totalizamos 9 artigos (15%). A tabela 15 apresenta o total de trabalhos por áreas do conhecimento.

Tabela 15 – Distribuição por área do conhecimento dos artigos premiados

Área do Conhecimento	Número de trabalhos premiados
História	14
Direito	8
Educação	5
Letras	5
Psicologia	5
Ciências Sociais	4
Antropologia	3
Ciência Política	2
Relações Internacionais	2
Administração	1
Arte	1
Demografia	1
Desenvolvimento Sustentável	1
Educação Física	1
Enfermagem	1
Filosofia	1
Linguagens e Saberes na Amazônia	1
Saúde Coletiva	1
Serviço Social	1
Sociologia	1
Sociologia e Antropologia	1
Total	60

Fonte: Elaboração própria.

A literatura da área aponta para uma concentração da produção de gênero e de estudos feministas nas Ciências Humanas, principalmente nas Ciências Sociais. Eis os resultados da análise da *Revista de Estudos Feministas* no período 1999-2012:

Quanto à área de formação d@s autor@s, temos: Ciências Humanas, 73%; Ciências Sociais Aplicadas, 12%; Linguística, Letras e Artes, 8%; Ciências da Saúde, 4%; Ciências Exatas e da Terra, 2%; Ciências Biológicas, 1%. Nas Ciências Humanas: Sociologia, 25%; Antropologia, 22%; História, 16%; Psicologia, 15%; Educação, 12%; Política, 6%; Filosofia, 4%; Geografia, 1%. Já no segmento de Linguística, Letras e Artes, 83% de artigos são da área de Letras, 15% da área de Linguística e 2% de Cinema. (SCAVONE, Lucila, 2012, p. 595).

A História, com 23% de trabalhos premiados, teve uma participação maior do que a que tem sido relatada nas publicações do campo (SCAVONE, Lucila, 2012; PISCITELLI, Adriana; BELELI, Iara; LOPES, Maria Margaret, 2003), superando inclusive as Ciências Sociais (15%). O Direito é outra área premiada que também não tem igual inserção na produção feminista e de gênero.

O fato de o prêmio Construindo a Igualdade de Gênero premiar áreas como o Direito, que não são as que mais produzem no campo acadêmico de gênero, pode indicar que a premiação tem buscado destacar trabalhos com novas abordagens. Esse também pode ser um indicativo do fortalecimento da produção de gênero em outras áreas de conhecimento para além das Ciências Humanas. No entanto, ainda observamos que a interdisciplinaridade característica dos estudos feministas, de gênero e mulheres tem sido circunscrita principalmente às Humanas, Sociais e, com menor intensidade, em algumas áreas da Saúde.

Fizemos uma proposta sobre a categorização dos temas dos projetos enviados na análise das Chamadas de Apoio à Pesquisa, na temática de Relações de Gênero, Mulheres e Feminismo. Segundo essa categorização, descrita em detalhes no capítulo 3, propusemos os seguintes eixos temáticos, conforme atesta a tabela 16: 1) rural, floresta e meio ambiente; 2) saúde e direitos reprodutivos; 3) violência; 4) trabalho e economia; 5) arte, literatura e cultura; 6) educação; 7) gênero, ciências e tecnologias; 8) políticas públicas; 9) história das mulheres, do feminismo e das relações de gênero; 10) participação política e movimentos sociais; 11) sexualidade e afetividade; 12) mídia e comunicação; 13) esporte e educação física; 14) teoria feminista e de gênero.

Tabela 16 – Distribuição por tema dos artigos premiados

Tema	Número de artigos premiados	Porcentagem
Arte, literatura e cultura	11	18
História das mulheres, do feminismo e das relações de gênero	11	18
Violência	8	13
Educação	6	10
Trabalho e economia	6	10
Sexualidade e afetividade	4	7
Participação política e movimentos sociais	3	5
Políticas públicas	3	5
Gênero, ciências e tecnologias	3	5
Rural, floresta e meio ambiente	2	3
Saúde e direitos reprodutivos	2	3
Esporte e educação física	1	2
Total	60	100

Fonte: Elaboração própria.

Um dos temas com maior premiação, condizente com a área de conhecimento mais representada, foi a História das Mulheres, do Feminismo e das Relações de Gênero (18%, com 11 artigos, do total de 60). Nesse eixo, nos trabalhos premiados, prevalece a história das mulheres, por exemplo o artigo premiado na 1ª edição, na categoria Estudante de Pós-Graduação, intitulado: “Antigas Personagens, Novas Histórias: Memórias e Histórias de Mulheres Escravizadas na Paraíba, Século XIX” (SPM, 2006).

O segundo eixo temático mais premiado foi Arte, Literatura e Cultura, com 11 trabalhos (18%). Esse eixo congrega os trabalhos sobre a participação das mulheres nas artes, na literatura, bem como nas pesquisas sobre determinados contextos culturais. No entanto, no prêmio, 55% dos artigos (6, do total de 11) nesse eixo eram da literatura, sobre análise de obras de autoras mulheres, personagens femininas, por exemplo o artigo premiado na 10ª edição, na categoria Estudante de Graduação: “Igualdade de gênero na berlinda: embates intragênero em Clarice Lispector e Carolina Maria de Jesus”.

No eixo de violência, a maior parte dos trabalhos premiados se referiu à violência doméstica (8, do total 60, 13%), dos quais 3 artigos mencionam já no título a Lei Maria da Penha. Metade dos trabalhos (4 artigos) desse tema é da área de Direito. Além da violência doméstica, na premiação há apenas um artigo sobre culpabilização das vítimas de estupro, da área da Psicologia.

Já na Educação, houve uma diversidade de assuntos: currículo escolar, sexualidade na escola, a atuação de professores homens na educação infantil, dentre outros. A maior parte dos autores é da área de Educação (5, do total de 6).

No tema Trabalho e Economia, com 6 trabalhos premiados, além da diversidade de assuntos, houve maior diversidade de áreas do conhecimento: atuação das mulheres na construção civil (Serviço Social), licença parental compartilhada como alternativa para desigualdade de gênero no trabalho (Direito), discursos classistas e saudosistas das relações da escravidão sobre as empregadas domésticas (Administração), dentre outros.

O eixo temático Sexualidade e Afetividade continha trabalhos (4) sobre união homoafetiva, sexualidade entre jovens e indumentária das *drag queens*. Apesar de esse tema ser representativo do campo, não foi um tema de projeção na premiação.

No tema Participação Política e Movimentos Sociais, houve trabalhos sobre participação das mulheres na política, tais como estudos sobre a relação entre mulheres e corrupção e sobre a inserção da perspectiva de gênero no Mercosul.

Também houve poucos trabalhos (3) em políticas públicas, tendo sido premiados assuntos sobre relação de gênero e orçamento participativo, avaliação do Programa Bolsa Família, sob o enfoque de gênero e restrição da visita íntima em penitenciárias femininas.

O eixo temático de Gênero, Ciências e Tecnologias, que é diretamente relacionado ao Programa Mulher e Ciência, só teve três artigos premiados, intitulados: 1) *Pelo sexo, a mulher liga-se à eternidade da espécie: As produções acadêmicas dos médicos baianos*, da UFBA, na categoria Graduado, Especialista e Estudante de Mestrado, na sexta edição; 2) *O sexo do cérebro: uma análise sobre gênero e ciência*, da UERJ, na categoria Mestre e Estudante de Doutorado, também na sexta edição; 3) *Conflitos de uma bruta flor: governo e quereres de gênero e sexualidade no currículo do fazer experimental*, da UFMG, na categoria Mestre e Estudante de Doutorado, na sétima edição.

Em Rural, Floresta e Meio Ambiente, houve dois artigos premiados: um sobre gênero e agricultura familiar e outro sobre mulheres na pesca. Este eixo foi o tema com maior projeção nas Chamadas de Pesquisa no programa, conforme analisaremos no próximo capítulo.

O eixo Saúde e Direitos Reprodutivos (2) teve pouca inserção no prêmio, se comparado com a participação nas Chamadas de Apoio à Pesquisa do Programa Mulher e Ciência, segundo veremos no capítulo 3. Os assuntos abordados foram parto humanizado e menopausa.

No eixo Esporte e Educação Física, só houve um artigo premiado sobre mulheres no futsal, da área de Educação Física. Não houve artigos premiados sobre teoria feminista e de gênero e sobre mídia e comunicação.

Essas diferenças na concentração de áreas e temas em cada uma das ações do Programa Mulher e Ciência indicam o fomento de diferentes atores na pesquisa de relações de gênero, mulheres e estudos feministas.

Também mapeamos, pelos títulos dos artigos premiados, que a maior parte não tem intersecções. Obviamente esse critério não é absoluto, ou seja, pode haver trabalhos que tenham incluído outros marcadores, sem o elucidar no título, no entanto entendemos que essas informações já podem apresentar um cenário sobre a interseccionalidade do prêmio. Assim, 46 artigos de 60 (77%) não apresentam indícios de interseccionalidade.

Tabela 17 – Interseccionalidade e artigos premiados

Intersecções	Número de artigos premiados	Porcentagem
Classe	2	3
Etnicidade	3	5
Geração	2	3
Não expressa	46	77
Raça/cor	6	10
Raça/cor e classe	1	2
Total	60	100

Fonte: Elaboração própria.

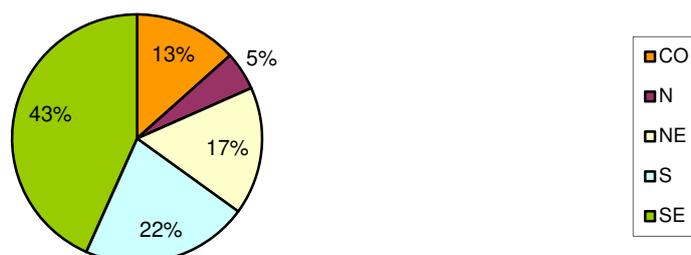
Somente o artigo *As patroas sobre empregadas: discursos classistas e saudosistas das relações de escravidão* (SPM, 2013), da Administração, na categoria Mestre e Estudante de Doutorado, da 8ª edição, pelo critério adotado, utilizou dois marcadores sociais: raça/cor e classe.

A intersecção com marcadores de raça/cor esteve mais presente nos artigos premiados do que outros marcadores considerados: classe (2), etnicidade (2) e geração (2). Destaca-se que a maior parte dos artigos com intersecção com raça e cor são de jovens autodeclaradas pretas: 6 autoras de 7 artigos com intersecção racial. Obviamente, como ocorre com a questão das mulheres nas ciências, a correspondência entre o sexo, o pertencimento racial e de classe não é determinante para os resultados de certo conhecimento científico. No entanto, como tem sido discutido, a maior diversidade nas ciências por meio da inserção de sujeitos de diferentes contextos sociais pode contribuir para a inserção de novas questões para a C&T, como nesse caso de mulheres negras inserindo nas suas pesquisas marcadores de gênero e raça; não ignorando, porém, que frequentemente a socialização científica pautada no *ethos* mertoniano tende a limitar o potencial de transformação de sujeitos “marcados”: mulheres, negras/os, latinas/os. Logo, conforme discutimos no capítulo 1 sobre gênero, a equidade da ciência e tecnologia perpassa a inclusão não só de sujeitos, mas também da perspectiva de gênero e étnico-racial na produção do conhecimento científico.

2.5.4 Participação das/os premiadas/os por localidade

Em termos de distribuição regional, as regiões mais premiadas são Sudeste (26 trabalhos), Sul (13 trabalhos) e Nordeste (10 trabalhos). O gráfico 15 demonstra a distribuição percentual das/os premiadas/os por região:

Gráfico 15 – Distribuição percentual de premiadas/os por região



Fonte: Elaboração própria.

Essas regiões também têm tido destaque em outras premiações, tais como a do Jovem Cientista (BRASIL, CNPq, 2011). No caso da distribuição regional do prêmio Jovem Cientista, o recorte temporal foi de 30 anos: 1981-2011. O Sudeste representa cerca 43% dos artigos premiados. Essa concentração alta também é um dado comum entre as duas premiações, provavelmente derivado da própria concentração da produção científica no país.

Quanto à distribuição de premiadas/os por estado no prêmio: Minas Gerais (10) e São Paulo (9) tiveram o maior número de premiações. Comparativamente ao prêmio Jovem Cientista, os quatro estados mais premiados são os mesmos, porém não exatamente na mesma ordem: São Paulo (55 premiadas/os), Minas Gerais (26 premiadas/os), Rio Grande do Sul (22 premiadas/os) e Rio de Janeiro (13 premiadas/os). A tabela 18 mostra a distribuição dos trabalhos por estado do prêmio Construindo a Igualdade de Gênero:

Tabela 18 – Distribuição das/os premiadas/os por estado

Estado	Número de trabalhos
Minas Gerais	10
São Paulo	9
Rio de Janeiro	7
Rio Grande do Sul	7
Distrito Federal	6
Pernambuco	4
Santa Catarina	4
Bahia	3
Pará	3
Paraná	2
Ceará	1
Goiás	1
Mato Grosso do Sul	1
Paraíba	1
Piauí	1
Total	60

Fonte: Elaboração própria.

As instituições mais premiadas, segundo a tabela 19, são a Universidade Federal de Minas Gerais (7 trabalhos) e a Universidade de Brasília (6 artigos). Destaca-se que na UFMG duas orientadoras foram premiadas duas vezes, e na UnB uma orientadora foi agraciada em duas edições distintas. Foram três as orientadoras agraciadas duas vezes, quais sejam: 1) Lia Zanotta Machado (UnB), duas vezes na categoria Estudante de Graduação, nas edições 2010 e 2012, sobre violência doméstica; 2) Marlise Miriam Matos (UFMG), uma vez como Estudante de Graduação e outra na categoria Graduado, Especialista e Estudante de Mestrado, em 2007 e 2009, sobre o tema das mulheres e participação política; 3) Marluicy Alves Paraíso (UFMG), uma vez na categoria

Graduado e outra na categoria Mestre e Estudante de Doutorado, nas edições 2007 e 2011, sobre o tema currículo e gênero. É possível perceber tanto que os trabalhos premiados pertencem à mesma temática nas duas edições quanto que seguem a principal linha de pesquisa de suas orientadoras.

Tabela 19 – Distribuição das/os premiadas/os por instituição

Instituição	Número de trabalhos
Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)	7
Universidade de Brasília (UnB)	6
Universidade de São Paulo (USP)	4
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)	3
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP)	2
Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)	2
Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS)	2
Universidade Estadual de Maringá (UEM)	2
Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP)	2
Universidade Federal da Bahia (UFBA)	2
Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)	2
Universidade Federal do Pará (UFPA)	2
Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)	2
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)	2
Universidade Federal Fluminense (UFF)	2
Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE)	2
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS)	1
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará (IFPA)	1
Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-Minas)	1
Universidade Católica do Salvador (UCSAL)	1
Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC)	1
Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC)	1
Universidade do Vale do Sapucaí (UNIVAS)	1
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)	1
Universidade Estadual do Ceará (UECE)	1
Universidade Federal de Goiás (UFG)	1
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS)	1
Universidade Federal de Pelotas (UFPEl)	1
Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ)	1
Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP)	1
Universidade Federal do Piauí (UFPI)	1
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ)	1
Total	60

Fonte: Elaboração própria.

Em uma primeira análise sobre a participação das instituições na premiação, é possível perceber sua diversidade: públicas e privadas, universidades e institutos, consolidadas e novas. Há relativa dispersão das/os premiadas/os. Com exceção da UFMG e da UnB, nenhuma outra instituição teve mais do que cinco agraciadas/os.

Destaca-se que instituições que abrigam núcleos de pesquisa tradicionais de estudos de gênero, tais como a Universidade Federal da Bahia¹⁴⁶ (UFBA) e a Universidade Estadual de Campinas¹⁴⁷ (UNICAMP), não tiveram maior número de premiadas/os. Também é notável, por outro lado, que instituições como a Universidade do Vale do Sapucaí (UNIVAS) ou a Universidade Católica do Salvador (UCSAL), que não têm a mesma tradição nesse campo, tenham sido contempladas/os na premiação. Percebe-se uma pulverização na análise dos resultados do prêmio em uma diversidade de instituições. Esses dados têm sinalizado para uma capilarização do campo de Estudos de Gênero e Feministas.

No último julgamento dos trabalhos enviados para as categorias de Ensino Superior, realizado em 16/2/2013, atuei como observadora participante. Nessa ocasião, ouvi uma das participantes da comissão dizer que ela era mais entusiasta dos trabalhos com temas novos, uma vez que, com relação a temas tradicionais e/ou relativos à sua área, ela tendia a ser muito mais exigente.

Outra discussão que perpassou a reunião da comissão foi sobre a própria concepção dos estudos de gênero, enquanto interdisciplinar. Uma das integrantes observou que um critério que considerava importante para a escolha dos artigos era a bibliografia, ou seja, se as/os autoras/es citaram as publicações do campo de gênero e feminista.

Essa discussão perpassa o campo de gênero, que é interdisciplinar e heterogêneo, mesmo quanto aos usos e definições do conceito. Marlise Matos (2008) afirma:

Pretensioso, o “conceito” de gênero foi aos poucos sendo incorporado por afiliações teóricas nas ciências humanas e sociais (e mesmo fora delas). Algumas dessas teorias o abordam como um conceito útil e até iluminador de questões, mas não o tendo como um elemento central de suas considerações – tais afiliações teóricas estariam operando com “teorias e gênero” –, e outras, bem mais coerentes a meu ver, o absorvem substantivamente, fazendo-o ocupar sempre uma posição de pivô e de destaque – estas seriam o que definimos aqui por “teorias de gênero” com um viés feminista. Sabemos que o pensamento feminista não se constitui em um *corpus* unificado de conhecimento, e sabemos igualmente que o construto gênero foi apropriado das formas as mais distintas pelas inúmeras áreas disciplinares e suas teorias, mas é fundamental salientar que, sendo essa aproximação mais superficial ou mais substantiva, todos deveriam partir de um ponto comum que seria o da subordinação da mulher ao homem, para entender e explicitar, relacionalmente, as muitas vicissitudes de como tais relações de dominação e opressão são elaboradas socialmente. O conceito também abriu espaço analítico para se questionar as próprias categorias de homem e de masculino, bem como de mulher e de feminino, que passaram a ser fruto de intenso processo de desconstrução (MATOS, Marlise, 2008, p. 4).

¹⁴⁶ A Universidade Federal da Bahia (UFBA) tem a primeira graduação em Estudo de Gênero e Diversidade.

¹⁴⁷ A Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) publica os *Cadernos Pagu*, que também é uma publicação central no campo.

Os artigos premiados refletem essas duas vertentes: “teorias e gênero” e “teorias de gênero”. No entanto, em geral, os trabalhos podem ser enquadrados na segunda vertente, em que gênero é central na análise e não somente um dos recortes utilizados. Foi possível mapear que a maioria dos artigos é resultado direto da pesquisa desenvolvida em alguma etapa da formação das/os autoras/es em que o tema “gênero” era central.

Essa consulta foi feita no currículo Lattes, relacionando o título do trabalho premiado com o título do trabalho desenvolvido na etapa de formação em que foi premiada/o (título da monografia, dissertação ou tese). Pode-se afirmar que cerca de 93% dos artigos premiados (56) estavam diretamente relacionados com alguma etapa da formação acadêmica da/o premiada/o.

A maioria dos artigos premiados são temas centrais pesquisados pelas/os autoras/es, resultado de sua formação no doutorado, mestrado, graduação e até mesmo especialização. Por exemplo, no trabalho premiado “Conflitos de uma bruta flor: governo e quereres de gênero e sexualidade no currículo do fazer experimental”, na 7ª edição (2012), na categoria Mestre e Estudante de Doutorado, a autora premiada defendeu a tese “Homo experimentalis: dispositivo da experimentação e tecnologias de subjetivação no currículo de aulas experimentais de ciências”, na UFMG, em 2012.

2.5.5 Sobre a trajetória das/os premiadas/os

A premiação é um diferencial na carreira das/os agraciadas/os, que tem sido utilizada como tal já no resumo de apresentação do currículo Lattes:

Possui graduação em História pela Universidade Federal Rural de Pernambuco (2013). Mestra em História Social da Cultura Regional (2016) pela Universidade Federal Rural de Pernambuco. Participa dos seguintes grupos de pesquisa: Integralismo e Outros Movimentos Nacionalistas e Núcleo de História e Historiografia das Ditaduras e do Autoritarismo no Tempo Presente. Foi bolsista de iniciação científica Facepe/CNPq durante a graduação com a seguinte pesquisa: “As práticas sócio-culturais das mulheres integralistas na educação e assistencialismo entre as mulheres pobres do Recife (1932-1937)”. **Em 2013 foi premiada no 8º Construindo a Igualdade de Gênero, promovido pela Secretaria de Políticas para as Mulheres, na categoria de estudante de graduação.** Tem experiência na área de História, com ênfase em História, atuando principalmente nos seguintes temas: Assistencialismo, Gênero, Educação, **Mulher** e Recife. (CNPq, base Lattes)

No trecho em questão, negrito por mim, a agraciada ressalta a premiação e define ter experiência nos temas Gênero e Mulher. Na análise do prêmio, é importante perceber se as/os agraciadas/os deram continuidade à sua formação acadêmica ou ingressaram na carreira

científica e se continuam no campo de pesquisa sobre relações de gênero, mulheres e feminismos.

Elaboramos um mapeamento no currículo Lattes em que se considerou, após o nível em que a/o estudante foi premiada/o, se ela/e seguiu para a próxima etapa da formação, por exemplo: se foi premiada/o enquanto estudante de graduação, se ingressou no mestrado. Aqui não foram considerados os poucos casos de especialização, por ter um viés mais profissionalizante. É importante ressaltar que as/os agraciadas/os recebem uma bolsa de formação do CNPq segundo o seu nível de formação (Iniciação Científica, Mestrado, Doutorado). Essa concessão é uma forma de apoio e estímulo para que as/os estudantes premiadas/os permaneçam na pesquisa.

Pelo nosso levantamento na base Lattes, a maioria deu continuidade (50 premiadas/os ou 83%) à formação e/ou carreira acadêmica, segundo a tabela 20:

Tabela 20 – Distribuição das/os premiadas/os por continuidade na formação e/ou carreira acadêmica

Dados sobre continuidade na formação e/ou carreira acadêmica	Número de premiadas/os	Percentual
Não	6	10
Sim	50	83
Última premiação	4	7
Total	60	100

Fonte: Elaboração própria.

Do total de 60 premiadas/os, 4 (do total 6) são oriundas/os da última premiação (2015) e permaneceram no nível em que receberam o prêmio. Essas/es estudantes podem ou não seguir a formação e a carreira acadêmica. Ainda é cedo para elaborar qualquer afirmativa. Somente 6 estudantes (10%) não seguiram para a próxima etapa da carreira (mestrado, doutorado, pós-doutorado, ingresso como docente na academia). Esses números nos indicam que a premiação contribuiu para a continuidade da carreira e/ou formação acadêmica.

Não raro as/os agraciadas/os continuaram na próxima etapa da formação com a mesma temática, por exemplo o premiado na categoria de estudante de graduação da 3ª edição, com o trabalho *Relações de Gênero e Rock'n'Roll: um estudo sobre bandas femininas de Florianópolis*. No mestrado, ele continuou com a mesma temática sobre gênero e música, defendendo a dissertação intitulada *Samba no feminino: transformações das relações de gênero no samba carioca nas três primeiras décadas do século XX*. No doutorado, ele também

permaneceu com o mesmo tema da premiação: *Uma Francisca, muitas Chiquinhas: indivíduo, sociedade e relações de gênero no cenário musical da Belle Époque carioca (1889-1925)*.

Também levantamos no currículo Lattes se as/os premiadas/os se identificavam como pesquisadoras/es da área de Gênero, Mulheres e Feminismos, por meio da busca de palavras associadas a esse campo, tais como “gênero”, “feminismo”, “sexualidade”, “mulher”, no resumo informado pelas/os autoras/es, nas linhas de pesquisa, nos projetos de pesquisa e publicações. Segundo esses critérios, consideramos que cerca de 80% das/os premiadas/os (49 estudantes) continuaram tendo, como uma das linhas de pesquisa e atuação, Gênero, Mulheres e Feminismos. Muitos já informam no próprio resumo do currículo o tema de gênero como de interesse e atuação, conforme resumo do currículo de Isadora Vier Machado, premiada na categoria estudante de graduação, na segunda edição do Prêmio:

Graduada em Direito pela Universidade Estadual de Maringá (2007), mestre em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina (área de concentração: Direito, Estado e Sociedade, 2010). Doutora, pelo Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas, da Universidade Federal de Santa Catarina (área de concentração: Estudos de Gênero, 2013). **Tem experiência nos seguintes temas: Lei Maria da Penha, Gênero, Direito Penal.** (CNPq, base Lattes)

Outro resultado da pesquisa realizada nos dados curriculares da base Lattes foi sobre a continuidade ou não na carreira ou formação acadêmica. Os resultados foram muito positivos, conforme é possível verificar na tabela 21.

Tabela 21 – Resultados do Prêmio segundo formação e atuação acadêmica

Resultado	Total
Mestrado concluído	27
Doutorado concluído	22
Ingresso como docente em instituição pública de ensino superior	16
Graduação concluída	14
Ingresso no doutorado	11
Especialização concluída	4
Ingresso como docente em instituição privada de ensino superior	4
Ingresso no serviço público	4
Ingresso no mestrado	3
Ingresso no pós-doutorado	3
Pós-doutorado concluído	3
Ingresso como docente do ensino fundamental da rede pública	1
Ingresso em rede pública federal – enfermeira	1
Ingresso na especialização	1

Fonte: Elaboração própria.

Por meio da tabela 21, verificamos 14 graduações, 27 mestrados, 22 doutorados, 4 especializações e 3 pós-doutorados concluídos. Ainda sobre a formação, temos 3 mestrados, 11 doutorados, 1 especialização e 3 pós-doutorados em andamento. Temos premiadas/os do prêmio, como demonstramos, com formação na área temática do prêmio e ainda atuantes nesse campo, como docentes em 16 instituições públicas de ensino superior (universidades ou institutos, federal ou estadual) e 4 em instituições privadas de ensino superior. Há 4 egressos do prêmio em órgãos do serviço público (ex: IBGE, INEP, Ministério do Desenvolvimento Social) e em outras funções nas instituições públicas de ensino superior (enfermeira). Também há um docente de ensino fundamental da rede pública.

Esse mapeamento permitiu-nos verificar que um número significativo de agraciadas/os deu continuidade a sua formação e/ou seguiu carreira acadêmica. Também observamos que a maior parte permaneceu na temática proposta pelo prêmio. Esse dado é significativo, se considerarmos a importância da transversalidade de gênero.

A premiação tem fomentado a capilarização do campo de Gênero, Mulheres e Feminismos, fortalecendo a formação e pesquisa do tema em diversas instituições e áreas. O fato de ter egressas/os com formação em gênero, das/os quais a maioria ainda pode ser considerada pesquisador/a desse tema na docência em diversas instituições do ensino superior, permite-nos dimensionar quanto prêmio tem contribuído para fomentar a carreira dessas/es estudantes, bem como para fortalecer o campo de pesquisas de Gênero, Mulheres e Feminismos. Pode-se considerar cada uma/um dessas/es docentes potenciais multiplicadoras/es da formação e pesquisa na área.

2.6 Conclusões sobre o prêmio

Os dados apresentados sobre a demanda e o perfil das/os agraciadas/os no prêmio Construindo a Igualdade de Gênero nas categorias de Ensino Superior e Pós-Graduação não só têm sido um reflexo da pulverização do debate acadêmico sobre mulheres, relações de gênero e feminismos quanto têm contribuído para visibilizar e divulgar a temática no universo acadêmico.

Percebe-se que a maioria das/os estudantes, tanto agraciadas/os quanto inscritas/os nas categorias do Ensino Superior e da Pós-Graduação, é de mulheres o que reflete tanto a formação atual quanto histórica do campo, uma vez que foram, em sua maioria, as mulheres intelectuais que introduziram na academia as pesquisas sobre suas questões.

Também conforme já destacado, é notável o número de negras/os e pardas/os identificadas/os com a temática, em especial no Ensino Superior, categoria em que o seu

percentual é maior. As possíveis razões elencadas são: 1) os materiais de divulgação do prêmio, que tem utilizado imagens de negras/os; 2) o texto da Chamada do prêmio, que faz referência à importância de correlacionar gênero com outros marcadores; 3) a ampliação do acesso ao ensino superior, ocorrida na última década, por meio das ações afirmativas e programas de financiamento de ingresso nas universidades.

Também é importante notar a expansão do tema para áreas além das Ciências Sociais, tais como a Enfermagem ou a Educação Física. Percebe-se também a projeção dos trabalhos realizados no Direito, Letras e História – áreas majoritariamente premiadas. Além da pulverização temática, também há uma diversidade de instituições contempladas.

A partir do cenário descrito anteriormente, é possível afirmar que a premiação tem representado uma ampliação dos estudos sobre Mulheres, Relações de Gênero e Feminismos na academia. Considera-se que o prêmio tanto é reflexo dessa expansão quanto também tem impulsionado esse campo de estudos. Esse pode ser considerado um “efeito campo” do prêmio, ou seja, o impulso para expansão e legitimação da área interdisciplinar de Mulheres, Gênero e Feminismos a partir da premiação.

Também se pode considerar o “efeito individual”, ou seja, as consequências da premiação para alavancar a carreira de um/a pesquisador/a. No caso do prêmio Construindo a Igualdade de Gênero, o “efeito individual” está intrinsecamente ligado ao “efeito campo”, uma vez que o impulso nos estágios iniciais da formação do/a pesquisador/a fez com que as/os agraciadas/os continuassem seus estudos, especialmente na área, conforme observamos nos dados apresentados.

2.7 Programa Mulher e Ciência: o vetor de uma série de ações para equidade de gênero na C&T

A existência do Programa Mulher e Ciência foi uma porta de entrada para outras ações no CNPq. Podemos dividir esses avanços em medidas: para equidade na carreira, para a divulgação de “modelos” e de mobilização das cientistas. Essas medidas estão compatíveis com ações e recomendações realizadas nos relatórios de grupos especializados no exterior, destacados no capítulo 1.

2.7.1 Medidas para a carreira

As medidas para promoção da equidade de gênero nas carreiras científicas são aquelas dirigidas a remover obstáculos oriundos de ações, que aparentemente são baseadas na igualdade entre os sexos, mas que efetivamente geram um tratamento diferenciado e aumentam a desigualdade entre as/os pesquisadoras/es.

A partir das recomendações dos encontros, da atuação das pesquisadoras de Física¹⁴⁸ e da própria representação institucional do programa, foi possível instituir a prorrogação de algumas modalidades de bolsas do CNPq em virtude da maternidade. A principal alegação é que as mulheres e jovens não devem ser penalizadas pela maternidade. Em 2010, as primeiras modalidades de bolsa a permitirem a prorrogação da bolsa por quatro meses em caso de parto ocorrido durante a vigência da bolsa foram mestrado e doutorado. Em 2012, esse direito foi ampliado para as bolsas de pós-doutorado no país. Em 2012, a prorrogação por doze meses foi inserida nas normas de bolsa de Produtividade em Pesquisa (PQ). A prorrogação por um período maior na modalidade PQ foi necessária por suas peculiaridades: 1) se fossem somente quatro meses, as bolsistas sairiam do calendário¹⁴⁹ e ficariam fora do cronograma de concessão; 2) diferentemente das bolsas de formação, em que o êxito é medido por seu término por meio da titulação ou do fim de um pós-doutorado, o objetivo da bolsa de pesquisa é mantê-la ao longo da carreira como forma de apoio à pesquisa e como sinal de reconhecimento da comunidade científica. Atualmente a norma também permite a prorrogação em caso de adoção, o que possibilita perceber uma desnaturalização da maternidade, como se nota na redação das normas da modalidade de pós-doutorado júnior: “No caso de parto ou adoção ocorrido durante o período da bolsa ou até 4 (quatro) meses antes do início da bolsa, formalmente comunicado pelo supervisor ou bolsista ao CNPq, a vigência da bolsa será prorrogada por até 4 (quatro) meses”¹⁵⁰.

Atualmente as seguintes modalidades estão contempladas pelo direito à prorrogação do prazo de vigência da bolsa em função da maternidade: mestrado, doutorado, todas as de pós-doutorados, Desenvolvimento Científico Regional (DCR), BJT (Atração de Jovens Talentos), Produtividade em Pesquisa (PQ), Produtividade em Desenvolvimento Tecnológico e Extensão Inovadora (DT) e Pesquisador Sênior (Pq-Sr).

¹⁴⁸ Em se tratando da prorrogação da bolsa de Produtividade em Pesquisa em caso de maternidade, essa solicitação foi encaminhada ao CNPq pela pesquisadora Márcia Barbosa, em 2012.

¹⁴⁹ A bolsa tem duração de 36 ou 60 meses, a depender do nível da bolsa. Os julgamentos são realizados anualmente. Disponível em: <<http://tinyurl.com/gnnghdb>>. Acesso em: 2 set. 2016.

¹⁵⁰ Este é o trecho da RN 028/2015, anexo F. Disponível em: <<http://tinyurl.com/gnnghdb>>. Acesso em: 2 set. 2016.

É importante perceber que a bolsa é a principal fonte de recursos financeiros para a longa formação e atuação das/os pesquisadoras/es. Se as mulheres têm sua principal fonte de sustento interrompida no momento em que o orçamento aumenta, essa é uma forma implícita de fazer com que as mulheres escolham entre a carreira ou a maternidade. O fato de a maternidade não estar inicialmente prevista nas normas faz parte de uma lógica baseada no referencial masculino.

Figura 7 – Banner de divulgação da prorrogação da bolsa PQ



Fonte: CNPq.

Outra ação importante foi a Chamada nº 18/2013 MCTI/CNPq/SPM-PR/Petrobras – Meninas e Jovens Fazendo Ciências Exatas, Engenharias e Computação. Essa Chamada tinha por objetivo atrair e estimular as meninas e jovens para as atividades de pesquisas em áreas em que as mulheres são minoria. Essa ação será analisada no capítulo 4.

Figura 8 – Banner de divulgação da Chamada nº 18/2013



Fonte: CNPq

2.7.2 Medidas para divulgação

A fim de visibilizar a história das mulheres pesquisadoras e destacar suas contribuições, frequentemente esquecidas, a equipe do Programa Mulher e Ciência no CNPq – Isabel Tavares, Maria Lúcia de Santana Braga e Betina Stefanello Lima – criou o projeto Pioneiras da Ciência. A primeira edição das pioneiras foi lançada por ocasião do Dia Internacional da Mulher (8 de março de 2013) e contou com 19 verbetes. Essa primeira edição foi resultado de uma publicação anterior das autoras Hildete Pereira de Melo e Ligia M. C. S. Rodrigues, denominada *Pioneiras da Ciência* (MELLO, Hildete; RODRIGUES, Ligia: 2006), também disponibilizada na página do CNPq.

A partir da repercussão da primeira edição, foram recebidas muitas mensagens com sugestão de nomes e com ofertas para elaboração de verbetes. Até o momento foram publicadas seis edições e foram homenageadas 79 pesquisadoras. A partir da segunda edição, além da equipe do Programa Mulher e Ciência no CNPq e da prof^a Hildete Pereira de Melo, os verbetes foram elaborados por colaboradoras/es da comunidade científica, em geral por pessoas próximas às homenageadas.

Em 2014, foi lançado o projeto *Jovens Pesquisadoras – Ciência também é coisa de mulher!*, com o objetivo de divulgar o trabalho de jovens cientistas brasileiras, bolsistas de Produtividade em Pesquisa (nível 1) com menos de 40 anos. Assim, para o projeto Jovens Pesquisadoras foram utilizados dois critérios: “1) o de ter menos de quarenta anos; 2) o de estar com bolsa de Produtividade em Pesquisa, nível 1, vigente (dados consultados em fevereiro de 2014)”¹⁵¹. Foram encontradas 22 pesquisadoras que se enquadravam nos critérios; foi divulgado um resumo de suas trajetórias, bem como uma curta entrevista sobre fatores de sucesso e principais dificuldades encontradas na carreira. Esse trabalho foi realizado pela equipe do Programa Mulher e Ciência no CNPq, em colaboração com a prof^a Hildete Pereira de Melo. A iniciativa de realizar esse trabalho emergiu da constatação do ingresso posterior na bolsa PQ por parte das mulheres. Conforme mencionado no capítulo 1, as mulheres têm ingressado na modalidade PQ cerca de 5 anos mais tarde que os homens. Esse fator pode contribuir para trajetórias mais lentas na pesquisa. Esses dados foram divulgados no texto explicatório que acompanha o painel¹⁵². Tanto o projeto das Jovens Pesquisadoras quanto das Pioneiras buscam, além de visibilizar o trabalho realizado pelas mulheres na C&T, criar “modelos” que inspirem meninas e jovens para a carreira científica.

¹⁵¹ Disponível em: <www.cnpq.br/web/guest/jovens-pesquisadoras>.

¹⁵² Disponível em: <www.cnpq.br/web/guest/jovens-pesquisadoras>. Acesso em: mar. 2016.

Em 2015, divulgamos na página do CNPq, de forma pioneira, os números sobre a participação negra na C&T, segundo os dados de concessão de bolsa por cor/raça declarados no currículo Lattes (TAVARES *et al.*, 2015). Nessa publicação, enfatizamos a situação das mulheres negras, conforme já destacamos no capítulo 1¹⁵³.

Com esses projetos de divulgação, desde 2013, o site do CNPq conta com “banners” em sua página inicial, tais como os presentes nas figuras 9 e 10¹⁵⁴.

Figura 9 – Banner de divulgação da 1ª edição do Pioneiras da Ciência



Fonte: CNPq

Figura 10 – Banner de divulgação do Jovens Pesquisadoras



Fonte: CNPq

¹⁵³ Disponível em: <<http://tinyurl.com/htyc8vl>>.

¹⁵⁴ Todos os painéis de divulgação das Pioneiras estão no anexo N.

Atualmente o Programa Mulher e Ciência consta da página do CNPq, no item Programas, sinalizando um espaço consolidado nas políticas do órgão. Também foi criado um endereço institucional do programa: programamulhereciencia@cnpq.br.

A partir dos projetos de divulgação, houve uma sensibilização da coordenação de comunicação do CNPq sobre a questão de gênero. Houve maior diversificação das imagens, com maior número de imagens de mulheres na ciência; e também há maior número de imagens de cientistas e estudantes não brancos. Também houve maior divulgação de notícias relacionadas às mulheres cientistas e às questões de gênero.

2.7.3 Medidas da mobilização

Também foram realizados eventos com intuito de mobilizar as cientistas em torno das questões de gênero nas ciências e tecnologias:

Figura 11 – Material de divulgação do Encontro Brasil-Reino Unido sobre Mulheres e Ciências



Fonte: CNPq

1. Encontro Brasil-Reino Unido sobre Mulheres e Ciências (2010). Este encontro contou com a presença da prof^a Teresa Rees, da Cardiff University, principal responsável pelo relatório National Policies on Women and Science in Europe, do grupo de Helsinki.
2. Café Científico sobre Mulheres e Ciências – Desafios e Soluções, na SBPC (2010).
3. Programa de Cooperação sobre o Avanço Global das Mulheres, no âmbito do Memorando de Entendimento Brasil-EUA (2010).

Os dois primeiros encontros foram realizados em parceria com o British Council¹⁵⁵, uma organização do Reino Unido com foco em educação e cultura, em que um dos temas de sua pauta era a Participação das Mulheres na C&T. O Encontro Brasil-Reino Unido sobre Mulheres e Ciências contou com a participação de pesquisadoras reconhecidas em suas áreas. No anexo O encontra-se a lista completa de participantes. Nesse encontro foram elaboradas propostas para a promoção da equidade de gênero condizentes com o que se tem discutido em âmbito internacional. A seguir destaca-se uma das propostas:

Produção de informações: com vistas a fundamentar e potencializar as intervenções no atual cenário, sugere-se consolidar o conhecimento já existente na área de gênero e ciências, bem como fomentar novas pesquisas para mulheres, sobre mulheres e desenvolvidas por mulheres, incluindo, quando possível, a recomendação do recorte de gênero nos objetivos dos Editais de Pesquisa (como por exemplo na área de saúde, engenharias...). Apontou-se também a necessidade da produção de estatísticas que demonstrem o impacto do gênero nas ciências; estudos sobre as realidades das mulheres cientistas; levantamentos sobre sua participação nos principais editais de ciência e tecnologia. Também deverá ser estimulada a formulação de relatórios sobre boas práticas institucionais (por exemplo: na universidade) no tratamento equitativo de pesquisadores e pesquisadoras. (Relatório Encontro Brasil-Reino Unido sobre Mulheres e Ciências, 2010).

Esse trecho enfatiza a necessidade de fomentar os estudos de gênero, em especial de gênero e ciências, bem como incentivar a transversalização do conceito na pesquisa científica para o alcance da equidade de gênero, conforme já discutimos no capítulo 1. As outras propostas, reproduzidas no anexo P, também são de ações discutidas na literatura sobre o tema, tais como medidas para articulação das cientistas (ex.: formação de redes), para atração de meninas para as ciências, para o apoio a mulheres cientistas (ex.: concessão de subsídios para a reinserção de mulheres na carreira após a maternidade), para visibilidade, para incorporação da perspectiva de gênero (criar assessorias institucionais para questões de gênero) e para participação das mulheres em todos os níveis da ciência. Muitas das ações recomendadas no relatório já foram implementadas, tais como as Chamadas de Apoio à Pesquisa de Relações de Gênero, Mulheres e Feminismos, que serão analisadas no capítulo 3; e a Chamada para atração de meninas e jovens para Exatas, Engenharias e Computação, que será abordada no capítulo 4.

Já o Programa de Cooperação sobre o Avanço Global das Mulheres, no âmbito do Memorando de Entendimento Brasil-EUA (2010) promoveu a ida da delegação de pesquisadoras brasileiras aos Estados Unidos, de pesquisadoras americanas ao Brasil e de duas medalhistas da OBMEP ao Science Camp, nos EUA, conforme descrito no capítulo 1. Algumas recomendações

¹⁵⁵ Mais informações sobre o British Council estão disponíveis em: <www.britishcouncil.org.br>. Acesso em: dez. 2012.

da delegação brasileira foram o debate sobre o *mentoring* e a constituição paritária nos Comitês de Julgamento. O anexo H contempla o texto integral, com as recomendações.

Os relatórios resultados dos eventos citados fornecem um rico material de consulta para elaboração e implementação de futuras ações para equidade de gênero, seja no âmbito do Programa Mulher e Ciência, seja no âmbito de outras iniciativas. Esses eventos propiciam que as próprias pesquisadoras sejam sensibilizadas para as questões sobre equidade de gênero na C&T. Por exemplo, uma das delegadas, Giovanna Machado, após a participação na delegação de pesquisadoras brasileiras que foram aos EUA, iniciou o projeto Futuras Cientistas, detalhado a seguir.

Tendo em vista o pouco envolvimento das próprias cientistas com as questões de gênero na C&T, já analisadas no capítulo 1, as ações de mobilização são extremamente importantes, uma vez que facilitam o envolvimento das principais interessadas e a consequente expansão de iniciativas voltadas para a temática sobre a participação das mulheres na C&T.

2.7.4 Efeito multiplicador

As ações do Programa Mulher e Ciência foram multiplicadas de diferentes formas. Este é certamente um importante resultado do programa: ter servido de referência e de incentivo para uma série de novas iniciativas, impulsionando novos desdobramentos.

A partir da troca de experiências propiciada pela mencionada visita da delegação brasileira aos Estados Unidos, a prof^a Giovanna Machado, do Centro de Tecnologias Estratégicas do Nordeste (CETENE), iniciou o programa Futuras Cientistas, em sua 3^a edição, em 2016, dirigido a estudantes do ensino médio, para desenvolverem pesquisa em conjunto com pesquisadoras das áreas de Biotecnologia, Nanotecnologia e Microeletrônica¹⁵⁶. Esse programa conta com uma página no Facebook¹⁵⁷, ampliando a divulgação sobre a temática.

Outro resultado do PMC foi o Meninas na Ciência, da UFRGS. Inicialmente financiado na Chamada nº 18/2013, o Meninas e Jovens Fazendo Ciências Exatas, Engenharias e Computação é voltado para “Produzir e testar um plano de ações capaz de impactar de maneira sensível o interesse de meninas pela ciência e sua disposição para perseguir carreiras no campo de C&T¹⁵⁸”. O programa desenvolveu uma série de atividades na Escola Estadual Alberto Torres: visita da escola

¹⁵⁶ Notícia que divulga o programa está disponível em: <<http://tinyurl.com/zhhh2zu>>. Acesso em: 30 nov. 2016.

¹⁵⁷ Disponível em: <www.facebook.com/futuras.cientistas>. Acesso em: 30 nov. 2016.

¹⁵⁸ A página do programa no Facebook está disponível em: <<http://tinyurl.com/h6w5a89>>. Acesso em: 30 nov. 2016.

ao Instituto de Física, mostra de painéis de Astrofísica na escola, curso de formação oferecido aos professores, dentre outras atividades que buscaram “tanto a integração universidade-escola quanto o fortalecimento de uma rede de pessoas críticas sobre as relações entre gênero e ciência” (BRITO, Carolina *et al.*, 2015). Esse programa também tem uma página no Facebook, no Twitter e um canal no YouTube a respeito da temática. O programa também desenvolve a iniciativa denominada Lugar de Mulher, em parceria com a UFRGS TV, com o objetivo de criar modelos para as meninas e jovens, bem como divulgar a ciência e tecnologia como espaço de atuação das mulheres¹⁵⁹.

Outro exemplo do efeito multiplicador do programa é o Prêmio Naíde Teodósio de Estudos de Gênero, lançado em 2007 pela Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia de Pernambuco (FACEPE), nos moldes do Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero¹⁶⁰.

A visibilidade da questão de gênero na ciência tem crescido a partir do programa e de suas ações de divulgação. Em 2016, é lançado o portal, no âmbito da SBPC, Ciência e Mulher¹⁶¹, que, segundo notícia, tem a seguinte finalidade:

Para conquistar a paridade e combater a desigualdade entre gêneros na ciência, o site **Ciência & Mulher** tem como objetivo estimular a produção científica por mulheres, seu ingresso e permanência nas carreiras acadêmicas e o pensamento crítico a respeito das questões de gênero no país. O site dá destaque a pesquisas, estudos, publicações, livros e artigos produzidos por mulheres e sobre mulheres. É possível também encontrar conteúdo exclusivo, como entrevistas, perfis, coberturas de eventos e notícias sobre mulheres na ciência¹⁶².

Outro desdobramento do programa foi o lançamento do Programa Mulheres na Ciência pelo MCTI, no qual foi criado o Comitê de Gênero, com os objetivos definidos na Portaria nº 1.187, de 29 de dezembro de 2015.

- I. Desenvolver ações de promoção da igualdade no MCTI;
- II. Elaborar, coordenar e apoiar políticas de combate à discriminação de gênero no MCTI;
- III. Propor ferramentas de prevenção necessárias e garantir o bom funcionamento de dispositivos contra a discriminação;
- IV. Acompanhar a coleta de dados de gênero, propor indicadores e realizar análises sobre paridade no MCTI;
- V. Fomentar a transversalidade da abordagem de gênero em pesquisas nacionais e internacionais;
- VI. Propor ações de sensibilização e capacitação de servidores acerca do tema;
- VII. Elaborar e disponibilizar publicação anual “Gênero no MCTI”;
- VIII. Disponibilizar conteúdo para divulgar as ações do Comitê;
- IX. Representar, quando couber, o MCTI em comissões e redes a nível nacional e internacional.

¹⁵⁹ Um dos vídeos da série está disponível em: < <http://tinyurl.com/jg4arud>>. Acesso em: 5 nov. 2016.

¹⁶⁰ A página do prêmio está disponível em: < <http://tinyurl.com/jnm6ofa>>. Acesso em: 5 nov. 2016.

¹⁶¹ Disponível em: < www.cienciaemulher.org.br>. Acesso em: 5 nov. 2016.

¹⁶² Disponível em: < <http://tinyurl.com/hfw8uuuj>>. Acesso em: 5 nov. 2016.

As integrantes do Comitê, do qual sou suplente, foram nomeadas no *Diário Oficial da União*, porém ainda não tomaram posse. O texto integral da portaria, com a lista de integrantes, encontra-se no anexo Q.

Também pode ser considerado um resultado do PMC o recente projeto Meninas na Ciência, a ser lançado em 2017 pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicação (MCTIC), pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) e pela Secretaria Nacional de Juventude (SNJ). Essa ação tem o mesmo objetivo – fortalecer o ingresso de mulheres em todas as áreas do conhecimento – que a Chamada nº 18/2013, de Meninas e Jovens fazendo Ciências Exatas, Engenharias e Computação. Esse projeto também busca inserir as jovens do ensino médio na pesquisa científica¹⁶³.

Por meio dessas iniciativas, percebemos o efeito multiplicador do Programa Mulher e Ciência, que, como uma experiência pioneira, abriu portas para a realização de outras ações, expandindo políticas sobre a temática de gênero para além do CNPq e seus parceiros.

2.8 Considerações sobre o capítulo

Os encontros Pensando Gênero e Ciências foram vetores da reflexão sobre medidas e ações a serem aprimoradas no Programa Mulher e Ciência. Os encontros também colaboraram com a visibilidade da questão da equidade de gênero na pauta da agenda de políticas para as mulheres e para a política científica. A realização desses eventos também contribuiu para a ampliação do conhecimento sobre a discussão de política científica sobre esta temática, com a participação de especialistas internacionais.

Conforme exposto, algumas medidas como a prorrogação em caso de parto para algumas modalidades de bolsa pode ser considerada também um resultado das discussões realizadas nos encontros. O registro dessas discussões divulgadas em publicações é também um registro histórico e um ponto de partida para ações futuras.

O Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero foi um instrumento eficaz para fortalecer o campo de estudos e pesquisas em Mulheres, Relações de Gênero e Feminismos, por impulsionar a formação de recursos humanos na área (efeito individual) e por motivar pesquisas na área (efeito campo).

Um dos impactos positivos do Programa Mulher e Ciência é ter-se configurado como uma porta de entrada para outras ações, especificamente no CNPq. Segundo afirmamos, além das três ações inicialmente implementadas, foram realizadas medidas para a carreira, medidas de

¹⁶³ Página de divulgação da notícia disponível em: <<http://tinyurl.com/zkego6l>>. Acesso em: 5 nov. 2016.

divulgação e medidas de mobilização. São medidas já implementadas em outras agências, conforme abordamos no capítulo 1. No entanto, ainda sem uma abordagem estrutural, a maior parte dessas medidas tem-se alocado inicialmente no primeiro eixo de ação, que é promover a inclusão das mulheres no sistema científico e tecnológico. Ainda que sejam medidas necessárias, é preciso expandi-las para ações estruturais de transformação institucional e da própria ciência.

Outro resultado do programa foi seu efeito multiplicador para além dos parceiros. As ações resultantes do programa ampliam seu leque de atuação e somam esforços para o alcance da equidade de gênero na C&T.

CAPÍTULO 3 – O CAMPO DE GÊNERO E ESTUDOS FEMINISTAS A PARTIR DAS CHAMADAS DO PROGRAMA MULHER E CIÊNCIA

Nós, participantes do Encontro Nacional de Núcleos e Grupos de Pesquisa – Pensando Gênero e Ciências, consideramos altamente significativa, do ponto de vista acadêmico e de fortalecimento de políticas dirigidas à equidade de gênero, a realização do Edital CNPq nº 45/2005 do Programa Mulher e Ciência. Por esta razão, propomos que o referido edital se torne regular como os demais editais temáticos (I Encontro, 2006).

A citação consta das moções de apoio do I Encontro Pensando Gênero e Ciências – uma das ações do programa analisado no capítulo 2, – quando foram divulgados os resultados da primeira Chamada nº 45/2005 do programa Mulher e Ciência¹⁶⁴. A realização de Chamadas de Apoio a Financiamentos de Pesquisas orientadas por área ou temática tem sido um dos instrumentos utilizados pelo CNPq para o fomento de determinado campo de conhecimento. Assim, o objetivo deste capítulo é analisar o impacto das quatro Chamadas de apoio a projetos de pesquisa do Programa Mulher e Ciência (PMC) para o fomento do campo de relações de Gênero, Mulheres e Feminismos: nº 45/2005, 57/2008, 20/2010 e 32/2012. Também buscamos analisar os resultados das Chamadas, segundo os objetivos do programa que se propõe tanto a contribuir com o fortalecimento da pesquisa no campo de gênero quanto promover a equidade de gênero nas ciências e tecnologias.

Por meio da análise dos dados da demanda e da aprovação, buscamos traçar e refletir sobre o campo e a produção científica de gênero no país, bem como perceber se e de que modo as Chamadas, tal como configuradas, têm fomentado esta área de estudos. Para tal analisaremos nas Chamadas do PMC: o contexto de inserção das Chamadas no âmbito do CNPq, os perfis das/os proponentes e uma amostra de trajetórias das/os aprovadas/os, dados de demanda e aprovação de projetos por região, por instituição, por área de conhecimento, por tema, subtema e intersecção. Também refletimos sobre o processo de avaliação e o perfil dos Comitês de Julgamento.

3.1 Contexto das Chamadas Temáticas do Programa Mulher e Ciência

Inicialmente apresentamos um panorama das quatro Chamadas de gênero do programa (valores e categorias em cada edição, comparação com outras Chamadas semelhantes, aporte de recursos por parceiro, números de propostas demandadas e aprovadas). Cabe ressaltar que o segundo objetivo do programa sobre a promoção da maior participação feminina na C&T será

¹⁶⁴ O CNPq, a partir de 2011, adotou o termo “Chamada Pública” em vez de Edital. Assim, utilizaremos o termo “Chamada” por ser o que está sendo utilizado no período de elaboração da tese.

melhor analisado no próximo capítulo, que trata especificamente da área de estudos de gênero, ciências e tecnologias no âmbito das quatro Chamadas do programa.

É importante perceber que o fomento aos estudos de gênero tem sido uma das ações recomendadas para o alcance da equidade de gênero (SCHIEBINGER, Londa; SCHRAUDNER, Martina, 2011). Assim, os objetivos do programa – o fomento ao campo de pesquisa em gênero e a maior participação das mulheres na pesquisa científica – estão interligados.

A partir de 2005, quando o Programa Mulher e Ciência foi iniciado, foram realizadas quatro Chamadas – nº 45/2005, 57/2008, 20/2010 e 32/2012 – para apoio a projetos de pesquisa e estudos, abertos a todas as áreas do conhecimento, sobre “relações de gênero, mulheres e feminismos, buscando contemplar a intersecção com as seguintes abordagens: classe social, geração, raça, etnia e sexualidade¹⁶⁵”. A primeira Chamada foi lançada em 2005, a segunda em 2008, a terceira em 2010 e a quarta em 2012. Em 2013, foi lançada a Chamada nº 18/2013 para Meninas e Jovens fazendo Ciências Exatas, Engenharias e Computação, que será analisada no próximo capítulo.

Como é possível perceber, as Chamadas Temáticas no âmbito do PMC obedeceram a uma periodicidade bienal, com exceção da segunda edição, quando a Chamada demorou um pouco mais para ser lançada. No ano de 2015, estava planejado o lançamento da quinta Chamada do programa, porém, devido à conjuntura política¹⁶⁶ e econômica¹⁶⁷, até o término desta tese não obtivemos informação em relação ao lançamento da próxima edição, o que certamente representa uma descontinuidade desta ação do programa.

Além da delimitação do tema, as Chamadas têm algumas características em comum. Desde a primeira Chamada – nº 45/2005 – houve uma preocupação em fomentar as/os pesquisadoras/es mais experientes e as/os em início de carreira. Assim, desde o início foram estabelecidas duas categorias de financiamentos, a fim de garantir que uma parte dos recursos fosse alocada em projetos coordenados por pesquisadoras/es em início de carreira. Essa separação em categorias é comumente utilizada pelo CNPq em outras ações para diferenciar os

¹⁶⁵ Chamada nº 32/2012.

¹⁶⁶ A Secretaria de Políticas para as Mulheres – principal articuladora do programa – estava em reestruturação, passando a compor o Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos, em conjunto com a Secretaria de Promoção da Igualdade Racial e a de Direitos Humanos.

¹⁶⁷ O Brasil adotou uma política de ajuste fiscal. O contingenciamento de recursos na C&T impactou em várias ações do CNPq, que foram redimensionadas, por exemplo a Chamada de Ciências Humanas e Sociais, que passou na última edição do aporte de recursos de R\$ 8 milhões em 2012 para R\$ 2 milhões em 2015.

estágios na carreira científica: Júnior e Sênior. O critério empregado pelo CNPq é o número de anos após a titulação no doutorado. Na primeira Chamada, em 2005, a medida foi sete anos de titulação, ou seja, coordenadoras/es com mais de sete anos de doutoramento foram alocados na categoria 1 (considerada a de pesquisadoras/es mais experientes); e as/os com menos de sete anos, na categoria 2. A partir da segunda Chamada, em 2008 – nº 57/2008 –, foi estabelecida uma diminuição do tempo para cinco anos para a categoria Júnior, embora o CNPq ainda utilize sete anos de titulação para diferenciar o pós-doutorado júnior do pós-doutorado sênior¹⁶⁸. Para a categoria 2, foram assegurados no mínimo 25% do total de recursos disponibilizados para cada Chamada. Também constou a reserva de 30% para propostas coordenadas por pesquisadoras/es vinculadas/os a instituições sediadas nas regiões Norte, Nordeste ou Centro-Oeste.

Outra diferença entre as categorias é que os projetos coordenados por pesquisadores mais experientes poderiam receber um total maior de recursos. A tabela 22 demonstra a variação de valores ao longo das Chamadas por categoria:

Tabela 22 – Valores máximos e por categoria por Chamada Temática do PMC

45/2005	Teto da Proposta
categoria 1	R\$ 50.000,00
categoria 2	R\$ 16.000,00

57/2008	Teto da Proposta
categoria 1	R\$ 50.000,00
categoria 2	R\$ 25.000,00

20/2010	Teto da Proposta
categoria 1	R\$ 50.000,00
categoria 2	R\$ 25.000,00

32/2012	Teto da Proposta
categoria 1	R\$ 100.000,00
categoria 2	R\$ 50.000,00

Fonte: Elaboração própria.

Conforme assinalado na tabela 22, na primeira Chamada – nº 45/2005 –, realizada no âmbito do programa em 2005, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) foi o único parceiro que realizou aporte de recursos. A partir da segunda

¹⁶⁸ A norma da bolsa de pós-doutorado júnior está disponível em: <<http://tinyurl.com/hcgd3o2>>. Acesso em: 16 nov. 2016).

Chamada, em 2008, o CNPq não disponibilizou mais recursos para esta ação do programa, e o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) iniciou o aporte de recursos para assuntos relativos a “pesquisas voltadas às temáticas das relações de gênero no campo e na floresta¹⁶⁹”. O valor total disponibilizado em cada Chamada foi sendo elevado, tendo-se viabilizado um aumento considerável ao longo das edições, uma vez que os parceiros com aporte de recursos aumentaram. Assim, esse aumento pode ser explicado, em parte, devido ao aporte de recursos do MDA, enquanto novo parceiro; e em parte devido ao aumento da disponibilidade orçamentária dedicada à ação por parte de cada parceiro, exceto o CNPq. No total, ao longo desses anos, foram implementados R\$ 21.200.000,00 em pesquisas no Programa Mulher e Ciência. Conforme se constata na tabela 23, a partir da segunda Chamada, nº 57/2008, o MCTI e a SPM têm concedido o mesmo montante de recursos para essa ação.

Tabela 23 – Valores por Chamada do PMC e aporte de recursos por parceiro

Edição	CNPq	MCTI	SPM	MDA	Total
45/2005	R\$ 1.200.000,00	X	X	Não participava do programa	R\$ 1.200.000,00
57/2008	X	R\$ 2.000.000,00	R\$ 2.000.000,00	R\$ 1.000.000,00	R\$ 5.000.000,00
20/2010	X	R\$ 3.000.000,00	R\$ 3.000.000,00	R\$ 1.000.000,00	R\$ 7.000.000,00
32/2012	X	R\$ 3.000.000,00	R\$ 3.000.000,00	R\$ 2.000.000,00	R\$ 8.000.000,00
Total				R\$ 21.200.000,00	

Fonte: Elaboração própria.

Também é importante lembrar que na Chamada nº 32/2012 houve a possibilidade de solicitar bolsas dentro do limite orçamentário de cada categoria. As bolsas previstas para concessão foram Iniciação Tecnológica e Industrial (ITI), Desenvolvimento Tecnológico e Industrial (DTI), Apoio Técnico em Extensão no País (ATP), Extensão no País (EXP) e Iniciação ao Extensionismo (IEX). O/a próprio/a coordenador/a poderia ter bolsa, caso não fosse bolsista, ou poderiam ser indicadas/os para recebimento da bolsa as/os integrantes da equipe, conforme os requisitos de cada modalidade. Essa era uma demanda da comunidade científica e foi recomendada como estratégia para fortalecer a formação de equipe de pesquisa. Outra inovação da quarta Chamada, nº 32/2012, foi a realização de um seminário de avaliação, que será também analisado no capítulo 4.

Outras Chamadas para apoio à pesquisa em que propostas relacionadas à temática apoiada no Programa Mulher e Ciência poderiam ser aprovadas servem como indicadores sobre o aporte de recursos destinado a essa iniciativa. Um exemplo é a Chamada de Ciências Humanas

¹⁶⁹ Trecho extraído do texto de divulgação da Chamada nº 57/2008.

e Sociais (CHS), como é comumente denominada, cujo objetivo é “apoiar projetos de pesquisa científica, tecnológica e de inovação que visem contribuir significativamente para o desenvolvimento científico e tecnológico do país, no âmbito das Ciências Humanas, Sociais e Sociais Aplicadas, mediante o financiamento de projetos de pesquisa com mérito científico¹⁷⁰”. Segundo levantamento realizado por Arquimedes Paiva (2015), para o período 2012-2014, sobre o fomento induzido dirigido às políticas públicas (formulação, implementação e avaliação) na Coordenação de Ciências Humanas, Sociais e Sociais Aplicadas do CNPq, a Chamada de Ciências Humanas e Sociais é lançada anualmente¹⁷¹ desde 2003. Inicialmente o aporte foi de R\$ 3 milhões; e, em 2014, de R\$ 8 milhões. A tabela 24 apresenta um comparativo entre os valores das quatro Chamadas do Programa Mulher e Ciência e as de Humanas, Sociais e Sociais Aplicadas.

Tabela 24 – Valores das Chamadas Temáticas do PMC e Humanas, Sociais e Sociais Aplicadas

Anos	Recursos das Chamadas do Programa Mulher e Ciência	Recursos das Chamadas de Ciências Humanas, Sociais e Sociais Aplicadas¹⁷²
2005	R\$ 1.200.000,00	R\$ 3.000.000,00
2008	R\$ 5.000.000,00	R\$ 4.000.000,00
2010	R\$ 7.000.000,00	R\$ 8.000.000,00
2012	R\$ 8.000.000,00	R\$ 8.000.000,00

Fonte: Elaboração própria.

Com exceção de 2005, cujo aporte de recurso da Chamada do PMC foi bem menor (R\$ 1,2 milhão) que a Chamada de Humanas e Sociais (R\$ 3 milhões) do mesmo ano, nos outros anos, os valores são próximos. Considerando-se que a Chamada de Humanas e Sociais recebe o que se denomina de demanda espontânea de toda a grande área de Humanas, Sociais e Sociais Aplicadas, podemos afirmar que as Chamadas do Programa Mulher e Ciência passaram a ter um aporte de recursos significativo, já que se destinam a uma temática específica.

No intuito de mapear outras Chamadas de Apoio à Pesquisa com mesma temática atendida no Programa Mulher e Ciência, realizamos uma busca na página do CNPq, na parte de Chamadas encerradas, e utilizamos as palavras “mulher”, “gênero” e “feminismo”. Com as palavras “gênero” e “feminismo”, foram encontradas apenas as quatro Chamadas do programa (nº 45/2005, 57/2008, 20/2010 e 32/2012). Com a palavra “mulher”, foram

¹⁷⁰ Chamada MCTI/CNPq/MEC/Capes nº 18/2012. Disponível em: <<http://tinyurl.com/jdk7k7y>>.

¹⁷¹ Com exceção do ano de 2007, quando esta Chamada não foi divulgada.

¹⁷² Arquimedes Paiva (2015).

encontrados¹⁷³ nove registros. Deste total, cinco são Chamadas do próprio Programa Mulher e Ciência: quatro de apoio a pesquisas sobre relações de gênero, mulheres e feminismos (45/2005, 57/2008, 20/2010 e 32/2012) e a nova ação do programa voltada à inserção de meninas e jovens nas Exatas, Engenharias e Computação (18/2013). As outras quatro Chamadas, que não são do Programa Mulher e Ciência, que incluem estes termos são: duas sobre Saúde da Mulher (022/2007 e 54/2008), uma voltada para a capacitação de mulheres (33/2012) e uma cujo objetivo foi a promoção desenvolvimento agrário, com enfoque nas mulheres rurais (11/2014).

Tabela 25 – Valores das Chamadas com as palavras “mulher”, “gênero” e “feminismo”

Ano de Lançamento	Nome Chamada/Edital	Valor Global aportado (reais)	Parceiros
2005	Edital CNPq nº 045/2005	1.200.000,00	SPM/MCT/CNPq Programa Mulher e Ciência
2007	Edital MCT/CNPq/MS-SCTIE-DECIT/CT-Saúde nº 022/2007	6.000.000,00	MS/CNPq/MCT/CT-Saúde
2008	Edital MCT/CNPq/MS/SCTIE/DECIT nº 54/2008	1.000.000,00	MS/CNPq/MCT
2008	Edital MCT/CNPq/SPM-PR/MDA nº 57/2008	5.000.000,00	MCT/CNPq/SPM/MDA Programa Mulher e Ciência
2010	Edital MCT/CNPq/SPM-PR/MDA nº 020/2010	7.000.000,00	MCT/CNPq/SPM/MDA Programa Mulher e Ciência
2012	Chamada MCTI/CNPq/SPM-PR/MDA nº 32/2012	8.000.000,00	MCT/CNPq/SPM/MDA Programa Mulher e Ciência
2012	Chamada CNPq/SPM-PR/SUDECO nº 33/2012	2.000.000,00	CNPq/SPM/SUDECO
2013	Chamada nº 18/2013 MCTI/CNPq/SPM-PR/Petrobras	11.000.000,00	MCTI/CNPq/SPM/Petrobras Programa Mulher e Ciência
2014	Chamada CNPq/MDA/SPM-PR nº 11/2014	86.500.410,93	CNPq/MDA/SPM
Total		127.700.410,93	

Fonte: Elaboração própria.

As Chamadas da tabela 25 têm linhas de pesquisa, áreas e temas que também são apoiados nas quatro Chamadas de Relações de Gênero, Mulheres e Feminismos. As Chamadas MCT/CNPq/MS-SCTIE-DECIT/CT-Saúde nº 022/2007 e MCT/CNPq/MS/SCTIE/DECIT nº 54/2008, desenvolvidas em parceria com o Ministério da Saúde, estão direcionadas para a saúde da mulher para duas linhas temáticas: aborto e gravidez na adolescência¹⁷⁴. Essas

¹⁷³ Disponível em: <<http://tinyurl.com/zb5nz75>>. Acesso em: 10 set. 2015.

¹⁷⁴ Disponíveis em: <<http://tinyurl.com/hje4qta>>. Acesso em: 22 out. 2016).

iniciativas totalizam R\$ 7 milhões e se comparam com o aporte de recursos da terceira Chamada do PMC, reiterando que o total de recursos destinados a essa ação é semelhante a outras iniciativas similares.

A Chamada CNPq/MDA/SPM-PR nº 11/2014 apresentava como objetivo:

Apoiar financeiramente projetos que visem à implementação e manutenção de núcleos de extensão em desenvolvimento territorial por meio de ações de extensão e pesquisa envolvendo o assessoramento, acompanhamento e monitoramento das iniciativas de desenvolvimento territorial do Ministério do Desenvolvimento Agrário no âmbito do programa Desenvolvimento Regional, Territorial Sustentável e Economia Solidária e do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, em especial na sua interface com as mulheres do campo e da floresta¹⁷⁵.

Assim, trata-se de um objetivo abrangente, mas tem uma linha específica para as questões das mulheres. Essa Chamada teve um aporte de recursos considerável, cerca de quatro vezes maior do que a somatória das quatro Chamadas do programa. Parte das propostas voltadas para as mulheres rurais e da floresta é também contemplada nas Chamadas do programa. Podemos considerar que a aproximação do MDA com a política para as mulheres por meio do fomento à pesquisa científica foi articulada pela SPM no âmbito do Programa Mulher e Ciência, ampliando a parceria entre MDA e CNPq para o fomento de linhas de pesquisa na temática de mulheres rurais.

A Chamada CNPq/SPM-PR/SUDECO nº 33/2012 teve por objetivo:

Seleção de projetos de extensão inovadora voltados à qualificação profissional de mulheres em situação de vulnerabilidade social ou de baixa renda, para suporte a Arranjos Produtivos Locais – APLs da região Centro-Oeste que demandem iniciativas prioritárias de capacitação tecnológica em setores ocupacionais tradicionalmente masculinos.”

Essa Chamada não tem uma relação direta com as Chamadas do PMC, pois seu foco principal foi mais a qualificação e a extensão do que a pesquisa científica propriamente dita. Também teve um aporte inferior de recursos, só comparável com a primeira Chamada do programa – nº 45/2005.

A Chamada nº 18/2013 MCTI/CNPq/SPM-PR/Petrobras teve o objetivo de:

Selecionar propostas para apoio financeiro a projetos que visem estimular a formação de mulheres para as carreiras de Ciências Exatas, Engenharias e Computação no Brasil, combatendo a evasão que ocorre principalmente nos primeiros anos destes cursos e despertando o interesse vocacional de estudantes do sexo feminino do ensino médio e da graduação por estas profissões e para a pesquisa científica e tecnológica.

Ela é um desdobramento das ações do Programa Mulher e Ciência e será analisada no capítulo 4.

¹⁷⁵ Trecho extraído da divulgação da Chamada em 10 set. 2015. Disponível em: <<http://tinyurl.com/hwaq5xt>>.

Em seu estudo sobre a atuação do CNPq no fomento à pesquisa de temas para a política social, Arquimedes Paiva (2015) elenca doze Chamadas¹⁷⁶, no período de 2012-2014, com esse viés, cuja somatória de recursos equivale a R\$ 143.860.077,93. Esse valor, conforme apontado pelo autor, é significativamente maior que a somatória das doze Chamadas de Ciências Humanas, Sociais e Sociais Aplicadas, no período de 2003-2014, no montante de R\$ 60.000.000,00. Esses dados apontam para uma forte atuação dessa coordenação no fomento à pesquisa com temas relacionados às políticas públicas. Conforme apresenta o autor, a primeira Chamada do Programa Mulher e Ciência, nº 45/2005, pode ser considerada uma precursora dessas ações. Paiva (2015) também assinalou que essas Chamadas são julgadas por um comitê interdisciplinar, fugindo à lógica tradicional do fomento por áreas disciplinares, e apontam para a inclusão de novos ingressantes e uma pulverização de instituições participantes, características que também encontramos nas Chamadas de Relações de Gênero, Mulheres e Feminismos, as quais analisaremos mais detalhadamente.

Do cenário em questão podemos elencar duas primeiras conclusões: a) a primeira parceria, realizada na Chamada nº 45/2005 com a Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM) e na Chamada nº 57/2008 com o Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA) com enfoque em “relações de gênero, mulheres e feminismos”, possivelmente impulsionou outras iniciativas com cada um desses órgãos, a exemplo da Chamada nº 11/2014, com a linha específica para as mulheres nas questões agrárias; b) o Ministério da Saúde (MS) poderia ser um dos parceiros do programa, por ter interesse comum em fomentar os temas relativos à saúde da mulher, conforme as Chamadas nº 22/2007 e nº 54/2008, e também poderia incorporar, em Chamadas em que aporta recursos, a perspectiva de gênero.

A criação de uma linha específica para a pesquisa sobre Mulheres, Relações de Gênero e Feminismos poderia ser um modelo para outras Chamadas, a fim de fortalecer a perspectiva de gênero nas diversas áreas disciplinares, em especial naquelas em que a

¹⁷⁶ As doze Chamadas são: 1. Chamada MCTI/CNPq/CIDADES nº 11/2012 – PAC e Programa Minha Casa Minha Vida; **2. Chamada MCTI/CNPq/SPM-PR/MDA nº 32/2012 – Relações de Gênero, Mulheres e Feminismos**; **3. Chamada MCTI/CNPq/SPM-PR/Petrobrás nº 18/2013 – Meninas e Jovens Fazendo Ciências Exatas, Engenharias e Computação**; 4. Chamada MCTI-CNPq/MDS-SAGI nº 24/2013 – Desenvolvimento Social e Combate à Fome; 5. Chamada MCTI/MinC-SEC/CNPq nº 80/2013 – Economia Criativa; 6. Chamada MCTI-SECIS/CNPq nº 84/2013 – Tecnologia Assistiva; 7. Chamada MCTI/CNPq/SECIS nº 85/2013 – Centros e Museus de Ciência e Tecnologia; 8. Chamada MCTI/SECIS/MTE/SENAES/CNPq nº 89/2013 – Economia Solidária; 9. Encomenda MCTI 2013 – Formação de Instrutores de Cães-Guia; 10. Chamada CNPq/MDA/SPM-PR nº 11/2014 – Núcleos de Extensão em Desenvolvimento Rural; 11. Chamada CNPq/PANDIÁ nº 29/2014 – Indução à Pesquisa em Segurança Internacional e Defesa Nacional; 12. Encomenda CNPq/COEP 2014 – Rede COEP – Rede Nacional de Mobilização Social – COEP Comunidades em Rede – Tecnologia Social e Juventude. Dentre as Chamadas, duas são do Programa Mulher e Ciência.

discussão ainda é incipiente, porém necessária. O incentivo à incorporação da perspectiva de gênero na pesquisa a partir das distintas iniciativas do fomento do CNPq poderia impulsionar a produção de conhecimento de forma a ampliar seus horizontes. Londa Schiebinger (2001) descreve como campos disciplinares como a Biologia, Medicina e Primatologia foram transformados pela incorporação do conceito de gênero e também pela atuação de pesquisadoras feministas. A pesquisadora também associa a incorporação do conceito de gênero nessas áreas ao aumento do número de mulheres pesquisadoras (SCHIEBINGER, Londa, 2008). Conforme abordado no capítulo 1, a incorporação de gênero na pesquisa é uma recomendação na discussão internacional sobre equidade de gênero, a exemplo da European Research Area.

3.2 Um panorama das Chamadas Temáticas do Programa Mulher e Ciência (PMC)

Em todas essas quatro Chamadas do PMC, foram apoiados 659 projetos de pesquisas e foram recebidas 1.371 propostas, ou seja, a taxa geral de aprovação¹⁷⁷ foi de 48,07%. É importante perceber que não houve uma variação considerável da demanda. Segundo apresentado na tabela 26, a taxa de aprovação – percentual do número de propostas aprovadas segundo o total da demanda – foi alta.

Tabela 26 – Número de propostas demandadas e aprovadas por Chamada e taxa de aprovação

Chamada	Demanda	Aprovada	Taxa de Aprovação
45/2005	340	130	38,24
57/2008	364	173	47,53
20/2010	302	211	69,87
32/2012	365	145	39,73
Totais	1.371	659	48,07

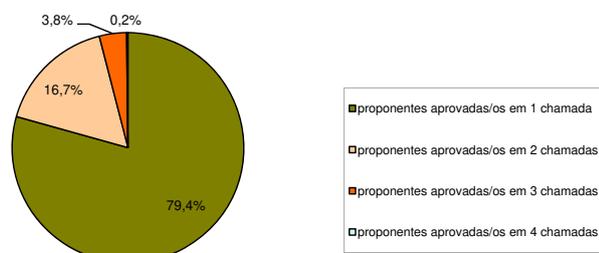
Fonte: Elaboração própria.

No total das 659 propostas, foram apoiadas/os 528 pesquisadoras/es, uma vez que é possível que o/a pesquisador/a seja contemplado/a em mais de uma edição da Chamada, embora a maioria, cerca de 79% (419 proponentes do total de 528 pesquisadores) tenha sido aprovada somente em uma Chamada. Assim, é possível considerar que não houve concentração na distribuição de recursos, já que o número de coordenadoras/es contempladas/os de projetos em

¹⁷⁷ Percentual de propostas aprovadas em relação ao total de projetos enviados.

mais de uma edição não ultrapassou o percentual de 21% (109 coordenadores). O gráfico 16 representa essa distribuição.

Gráfico 16 – Percentual de proponentes por número de aprovações



Fonte: Elaboração própria.

Essa concentração de cerca de 21% indica que as/os pesquisadoras/es contempladas/os perceberam a possibilidade de angariar financiamento para a continuidade de suas pesquisas, o que de certa forma, pelo histórico do programa, efetivamente induz a uma consolidação das carreiras das/os pesquisadoras/es do campo de gênero, dos grupos de pesquisa e da própria área de estudos.

Da soma de 109 coordenadoras/es que foram aprovadas/os em mais de uma Chamada do programa: 88 proponentes (cerca de 81%) foram aprovadas/os em 2 Chamadas, 20 pesquisadoras/es foram aprovadas/os em 3 Chamadas (cerca de 18%) e somente 1 pesquisadora (aproximadamente 1%) foi contemplada nas 4 Chamadas. Sobre essa pesquisadora contemplada nas 4 edições da Chamada, detalharemos sua participação posteriormente ao abordar as trajetórias de algumas pesquisadoras contempladas nas Chamadas.

Gráfico 17 – Percentual do número de pesquisadoras/es aprovadas/os em mais de uma Chamada do PMC e por número de aprovações



Fonte: Elaboração própria.

Sobre o gráfico 17, é importante esclarecer que é possível que diferentes proponentes de um mesmo grupo de pesquisa tenham sido aprovadas/os no âmbito, ou seja, é possível que um mesmo grupo de pesquisa tenha sido contemplado em mais de uma Chamada e que somente tenham alterado a/o proponente. Assim, este dado corresponde somente à distribuição de recursos entre as/os proponentes. No entanto, a maioria dos pedidos de apoio é para projetos individuais, ou seja, a equipe se reduz ao/à próprio/a coordenador/a do projeto; ou é para uma equipe formada pela/o proponente e estudantes (estudantes de iniciação científica, mestrandos, doutorandos). Desse modo, podemos inferir que realmente não houve uma concentração de recursos no apoio a projetos no âmbito das Chamadas do PMC. Esta também parece ser uma característica do campo de gênero: a produção de forma mais individual do conhecimento. Dada essa característica e considerando que já existem núcleos de estudos de gênero atuantes em várias universidades do país, a maior interação entre grupos de pesquisa e pesquisadoras/es poderia ser mais bem incentivada no âmbito do Programa Mulher e Ciência, a exemplo de outras Chamadas do CNPq, que fomentam a formação de redes, tais como as Chamadas dos Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia (INCT).

3.2.1 Dados sobre o perfil das/os aprovadas/os nas Chamadas Temáticas do PMC

A maioria dos projetos aprovados é coordenada por mulheres pesquisadoras, cerca de 85% (560 projetos de 659¹⁷⁸), conforme mostra a tabela 27.

Tabela 27 – Número de propostas aprovadas e taxa de aprovação por sexo

Chamadas	F	M	Total	Percentual de aprovação feminino
45/2005	112	18	130	86,15
57/2008	147	26	173	84,97
20/2010	181	30	211	85,78
32/2012	120	25	145	82,75
total	560	99	659	84,97

Fonte: Elaboração própria.

Esses dados ainda refletem a configuração do campo de estudo de Relações de Gênero, Mulheres e Feminismos, segundo artigo sobre avaliação da *Revista de Estudos Feministas (REF)*, em que a maior parte da autoria dos artigos é feminina. O número de autores homens, segundo esse estudo, é irregular, mas aponta para um crescimento ao longo do tempo

¹⁷⁸ As participações múltiplas foram contabilizadas.

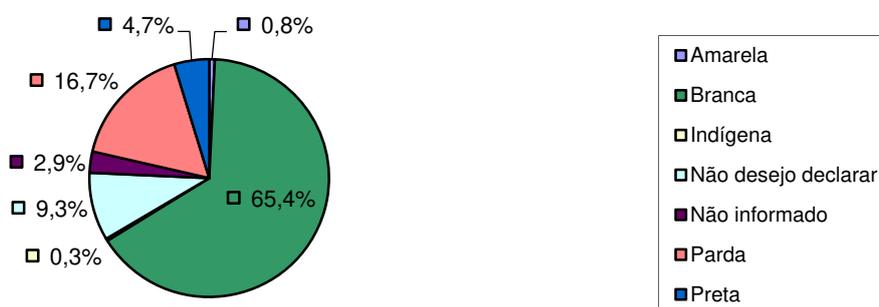
(SCAVONE, Lucila, 2013). A partir da análise das Chamadas, percebemos que a participação masculina se manteve praticamente estável, não tendo havido um aumento considerável ao longo do período.

A pouca participação de pesquisadores homens neste campo poderia ser justificada pela própria hierarquia de gênero em ordenar objetos científicos e cientistas, ou seja, em áreas mais prestigiadas e tradicionais, maior o número de homens, a exemplo das Ciências Exatas. Outra justificativa possível é a dificuldade de incorporação de pesquisadores homens em uma área fortemente influenciada pelo movimento de mulheres.

Primeiramente, a despeito de mudanças recentes, ainda é notório o fraco interesse que o tema tem despertado entre profissionais homens, fenômeno observado internacionalmente. Por um lado, isto reflete o peso que a hierarquia de prestígio entre os sexos tem em ordenar objetos científicos e cientistas; por outro, a percepção de que existe uma forte associação entre a área de estudos de gênero e movimentos de mulheres dificulta a incorporação de pesquisadores homens. Segundo, os temas favoritos dessa área continuam a ser aqueles mais próximos da experiência das mulheres, como família, sexualidade, trabalho, educação, o que acaba por reforçar a imagem de que este é um assunto sobre e para mulheres. (HEILBORN, Maria Luiza; SORJ, Bila, 1999, p. 5).

Outra análise relevante é a questão racial. A partir dos dados étnico-raciais do currículo Lattes, conseguimos gerar dados sobre o perfil por raça e cor das/os aprovadas/os nas Chamadas do Programa Mulher e Ciência (PMC). Verificamos uma concentração entre as/os aprovadas/os de pesquisadoras/es brancas/os (65%), conforme o gráfico 18.

Gráfico 18 – Percentual por raça e cor das/os aprovadas/os nas Chamadas do PMC



Fonte: Elaboração própria.

Dentre as/os negras/os aprovadas/os nas Chamadas do programa, o número de pretas/os (31 aprovadas/os, 4,7%) é bem menor que o de pardas/os (110, 16,7%). Assim, o percentual da participação negra nas/os aprovadas/os das Chamadas soma 21,4%. Esse dado

é similar à participação negra nas bolsas no país, que é de 26%¹⁷⁹, conforme divulgado em estudo pioneiro realizado sobre a participação negra (com enfoque nas mulheres negras) na Ciência e Tecnologia por meio da distribuição de bolsas por cor e raça, segundo autodeclaração no currículo Lattes (TAVARES, Isabel; BRAGA, Maria Lúcia; LIMA, Betina, 2015).

Ao compararmos a questão racial e étnica nas ciências com a de gênero e ciências podemos propor eixos de análise sobre a questão racial e étnica na C&T similares aos propostos por Londa Schiebinger (2008) para gênero, ciências e tecnologias, analisados no capítulo 1. Poderíamos, assim, também propor a análise da participação de negras/os e indígenas nas ciências, questões étnico-raciais na cultura das ciências e raça/etnia nos resultados das ciências.

Esses eixos de análise também poderiam ser transformados em eixos de ação, tal como proposto para gênero e ciências (SCHIEBINGER, Londa; SCHRAUDNER, Martina, 2011): 1) medidas para maior participação de negras/os e indígenas com foco em carreiras; 2) medidas para transformação das instituições, buscando rever processos e tradições racistas; 3) medidas para inserção da perspectiva de raça e cor nas pesquisas e, acrescentamos, buscar maior diálogo entre os saberes acadêmicos e os tradicionais e locais. Assim, a equidade étnico-racial nas ciências e tecnologias, de modo similar à equidade de gênero, não deve se restringir à ideia de inclusão.

Aqui vale destacar uma das poucas iniciativas existentes no Brasil e apoiadas pelo CNPq. Trata-se do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia de Inclusão no Ensino e na Pesquisa (INCTI), coordenado pelo prof. José Jorge de Carvalho, que busca esse sentido amplo de maior participação de negras/os e indígenas no ensino superior. O INCTI¹⁸⁰ tem por objetivo mapear e avaliar as políticas de ações afirmativas em âmbito nacional e subsidiar políticas para superar as desigualdades étnico-raciais. Um dos projetos do INCTI é o Encontro de Saberes¹⁸¹, que visa a fomentar o diálogo entre os conhecimentos acadêmicos e os saberes tradicionais. Por meio desse projeto, foram ofertadas disciplinas que eram ministradas em módulos com participação de mestres de saber tradicional, em conjunto com um docente colaborador da universidade.

No caso específico do campo de estudos feministas, ainda que a articulação dos estudos sobre raça e gênero não seja recente no Brasil e conte com a tradição de militantes e intelectuais

¹⁷⁹ Dados da folha de pagamento de janeiro de 2015 do CNPq.

¹⁸⁰ Disponível em: <www.inctinclusao.com.br/incti/historia>. Acesso em: 8 set. 2016.

¹⁸¹ Disponível em: <<http://tinyurl.com/zwanapy>>. Acesso em: 9 set. 2016.

negras, tais como Lélia Gonzalez, muitas/os autoras/es retratam a invisibilidade das questões raciais nos estudos feministas e a escassez de indicadores, em especial nos anos 1980 e 1990. (CALDWELL, Kia, 2010).

Também no caso dos estudos de Gênero, Ciências e Tecnologias, ainda faltam muitos estudos que foquem a questão racial (MINELLA, Luzinete, 2013), lembrando que foram realizadas iniciativas anteriores de incorporar e estimular essa produção, a exemplo do Simpósio Gênero e Indicadores da Educação Brasileira, do qual participei, realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) e pela Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM), em 2007. A publicação desse evento contou com dois artigos sobre o tema: “Mulheres negras na educação superior: performances de gênero e raça”, de Joselina da Silva (SILVA, Joselina, 2008); e “Redução das desigualdades de gênero e raça”, na Universidade de Brasília, de Wivian Weller (WELLER, Wivian, 2008).

Em um levantamento sobre os artigos de autoras/es filiadas/os da Associação Brasileira de Pesquisadores Negros (ABPN) publicados nas revistas *Pagu* e na ABPN, nos trabalhos apresentados no Fazendo Gênero (9ª edição) e no Congresso Brasileiro de Pesquisadores Negros (COPENE – 5ª edição), as autoras concluíram que, pelo perfil das/os autoras/es, a maioria é de mulheres (80%), do Sudeste (60%), de Ciências Humanas (85%), em especial da Educação (30%) (NOGUEIRA, Azânia; PASSOS, Joana; CRUZ, Tania, 2013). Esses dados, em parte, coincidem com os do campo de Gênero e Feminista como um todo, conforme veremos. Na tentativa de contribuir com dados étnico-raciais e para a discussão sobre equidade nas ciências, detalhamos o gráfico 18 na tabela 28, por Chamada do PMC das/os aprovadas/os nas quatro Chamadas:

Tabela 28 – Número de propostas aprovadas por cor/raça

Chamadas	45/2005	57/2008	20/2010	32/2012	Total
Amarela	0	1	4	0	5
Branca	81	120	134	96	431
Indígena	0	0	0	2	2
Não desejo declarar	15	18	10	18	61
Não informado	15	0	3	1	19
Parda	17	26	46	21	110
Preta	2	8	14	7	31
Total	130	173	211	145	659

Fonte: Elaboração própria.

Nas Chamadas do Programa Mulher e Ciência, a população indígena representa o menor percentual (2 aprovadas/os, 0,3%). Esse percentual é próximo ao percentual de participação da

população indígena em todas as bolsas no país, que é inferior a 0,5%, segundo dados de janeiro de 2015 (TAVARES, Isabel et al., 2015).

Outro dado importante é que cerca de 9,3% das/os que tiveram sua proposta aprovada nas quatro Chamadas do programa escolheram não declarar sua raça/cor. É relevante que mesmo entre pesquisadoras/es do campo de gênero, que em tese conhecem a discussão sobre os marcadores sociais, desconsiderem a importância da autodeclaração étnico-racial no Lattes. Os diversos argumentos que fomentaram a polêmica sobre a inclusão do quesito cor/raça no Lattes elencados no capítulo 1 parecem estar presentes também entre as/os pesquisadoras/es de Gênero, Mulheres e Feminismos.

3.2.2 Chamadas: um impacto diferenciado nas trajetórias das/os aprovadas/os

Ao longo das quatro Chamadas do Programa Mulher e Ciência, houve uma única pesquisadora que foi agraciada em todas as edições: nº 45/2005, 57/2008, 20/2010 e 32/2012. Tendo essa pesquisadora se doutorado em 1998, a aprovação de seu projeto na Chamada nº 45/2005 pode ser considerada um ingresso no sistema de concessões do CNPq. Anteriormente a 2005, a pesquisadora teve todos os seus pedidos negados (auxílio-viagem, bolsa de recém-doutor, auxílio à pesquisa), o que pode ter reforçado a sua aproximação com Chamadas, enquanto um nicho para o desenvolvimento da sua produção.

Dentre as beneficiárias das Chamadas, também encontramos pesquisadoras em estágios iniciais na carreira em função justamente do apoio à categoria 2. Por exemplo, uma pesquisadora que finalizou o seu doutorado em 2007 e teve toda a sua formação financiada com bolsa do CNPq (iniciação científica, mestrado e doutorado) e ingressou no sistema de financiamento à pesquisa, enquanto pesquisadora doutora, com a aprovação de seu projeto na Chamada nº 32/2012.

Também há casos de pesquisadoras do campo feminista e de gênero com carreira consolidada, bolsistas de Produtividade em Pesquisa (PQ) em diversos níveis, que foram contempladas nas Chamadas na categoria 1, por exemplo uma pesquisadora da área de Sociologia, titulada em 1980, bolsista PQ-1B, que foi agraciada nas Chamadas nº 45/2005 e nº 57/2008. Essa agraciada conta com uma longa lista de concessões de bolsas e auxílios, tendo recebido apoio em outras Chamadas de apoio financeiro a projetos (Universal, Ciências Sociais, Sociais Aplicadas e Humanas) antes e depois das Chamadas do programa.

Esses exemplos, entre outros, evidenciam que o apoio à pesquisa recebido por meio de Chamada Temática do Programa Mulher e Ciência possibilitou o ingresso de pesquisadoras

(recém-doutoras ou não) ao sistema de financiamento à pesquisa do CNPq. Essa iniciativa também foi mais um vetor na trajetória de pesquisadoras/es já renomadas/os no campo de Mulheres, Relações de Gênero e Feminismos, contribuindo para o avanço e a maior consolidação de suas carreiras.

Segundo o levantamento que realizamos sobre as/os contempladas/os na última Chamada, nº 32/2012, percebemos que grande parte não tem bolsa de Produtividade em Pesquisa, o que pode ser considerado outro indicador de consolidação da carreira de pesquisador/a, uma vez que essa bolsa só é concedida a pesquisadoras/es com reconhecida trajetória de pesquisa. Dentre as/os 64 pesquisadoras/es aprovadas/os na categoria 2 da Chamada (concessão de até R\$ 50.000,00 por projeto para doutoras/es há menos de cinco anos), nenhum/a possui bolsa PQ, provavelmente tendo em vista o curto período após a titulação, uma vez que essa categoria é para proponentes até cinco anos de tituladas/os. Dentre as/os aprovadas/os na categoria 1 – com mais de cinco anos de obtenção de título de doutor/a – encontramos 41 contempladas/os com bolsa PQ, do total de 81, cerca de 51%. A maioria, conforme observamos na tabela 29, tem bolsa PQ-2, que é a categoria com o maior número de bolsistas (25 bolsas, do total de 41):

Tabela 29 – Número de aprovadas/os que eram bolsistas PQ no julgamento da Chamada nº 32/2012

Nível de Bolsa PQ	Número de bolsistas
1A	5
1B	2
1C	3
1D	6
2	25
Total	41

Fonte: Elaboração própria.

Em todas as Chamadas, algumas/uns pesquisadoras/es foram beneficiadas/os com trajetória acadêmica consolidada em que não pesquisam de modo central o tema Gênero, por exemplo um pesquisador PQ categoria 1 que foi beneficiado por três vezes nas Chamadas (nº 57/2008, 20/2010 e 32/2012) e não faz menção à linha de Gênero nas oito linhas de pesquisa que cadastrou no seu currículo Lattes¹⁸². No entanto, do currículo constam alguns projetos na área de estudos sobre Mulheres e Gênero em sua área específica de conhecimento, bem como publicações realizadas em conjunto com outras/os estudantes

¹⁸² Acesso ao currículo Lattes do pesquisador em 21 dez. 2016.

e autoras/es. Trata-se de um pesquisador que já participou do Comitê Assessor (CA) da sua área e também foi agraciado como orientador de um trabalho de uma doutoranda na categoria Mestre e Estudante de Doutorado no Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero, o qual já analisamos no capítulo 2.

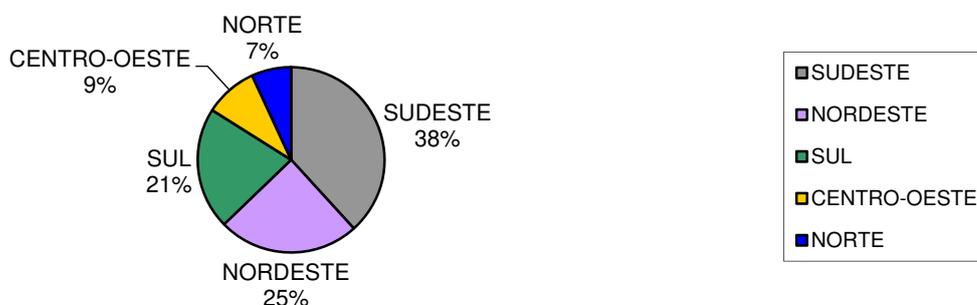
Do levantamento que fizemos do Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero, no capítulo 2 desta tese, no período de 2005 a 2015, do total de 62 orientadoras/es (60 orientadoras¹⁸³ e 2 coorientadoras), somente 12 pesquisadoras/es também foram contempladas/os nas Chamadas, cerca de 19%, o que parece indicar que não há uma relação direta entre os trabalhos premiados e as pesquisas contempladas no Programa Mulher e Ciência.

Diante do exposto, entendemos que as Chamadas têm um impacto diferenciado nas carreiras, tendo-se configurado com uma via de acesso das ingressantes na carreira, bem como oportunidade de financiamento para pesquisadoras com a carreira consolidada. Também tem sido um canal para que pesquisadores/as que tradicionalmente não pesquisam gênero tenham-se inserido no campo ou pelo menos se sensibilizado para a temática, aceitando orientações e aproveitando oportunidades inovadoras, tais como as possibilitadas pelas iniciativas como as do PMC, para também impulsionarem suas carreiras.

3.2.3 Um olhar regional sobre as Chamadas

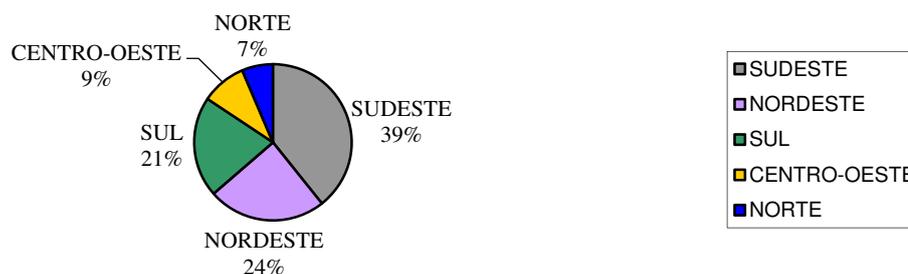
Por meio dos gráficos 19 e 20, apresentamos os percentuais da demanda (envio de propostas) e aprovação por região.

Gráfico 19 – Percentual do total de propostas enviadas por região



Fonte: Elaboração própria.

¹⁸³ Sem contabilizar as repetições nas premiações.

Gráfico 20 – Percentual do total de propostas aprovadas nas Chamadas

Fonte: Elaboração própria.

Segundo os números apresentados, percebemos que há uma correspondência entre as regiões que mais submeteram propostas e aquelas com o maior número de projetos aprovados. Grosso modo, os percentuais de envio de propostas, em um panorama geral por região, são muito próximos aos percentuais de aprovação, por exemplo: a região Sul enviou 291 propostas, no total de 1.369¹⁸⁴, nas quatro Chamadas, cerca de 21% da demanda; e teve aprovação de 137 projetos, do total de 659, cerca também de 21%.

O Sudeste destacou-se tanto no número de propostas enviadas (524 propostas, 39% da demanda) quanto no de propostas aprovadas (259 propostas aprovadas, 40% de aprovação). A maior participação da região Sudeste ocorre em outras Chamadas de apoio à pesquisa e demanda de bolsas, e pode ser justificada pela capacidade para pesquisa e formação de recursos humanos já instalada nessa região. Assim, a participação da região Sudeste corresponde à conhecida concentração regional de produção do conhecimento científico que ocorre no Brasil. A região Sudeste recebeu aproximadamente 53% do total de recursos concedidos pelo CNPq em 2015¹⁸⁵.

Especificamente sobre o campo de Gênero, a concentração de pesquisas no Sudeste e no Sul é confirmada em três artigos sobre a produção feminista e sobre as relações de gênero por meio da análise de publicações na área. O artigo sobre os *Cadernos Pagu*, analisado no período de 1993-2003, relata uma concentração de autoras/es vinculadas/os a instituições de São Paulo e do Rio de Janeiro (PISCITELLI, Adriana et al., 2003). Esta concentração regional também é confirmada em análises da *Revista de Estudos Feministas (REF)*. No artigo de Débora Diniz e Paula Foltran (2004) que analisa a REF no período de 1992 a 2002, o Sudeste foi responsável por 44% dos artigos publicados. Uma década após essas avaliações, Lucila Scavone (2013), em uma

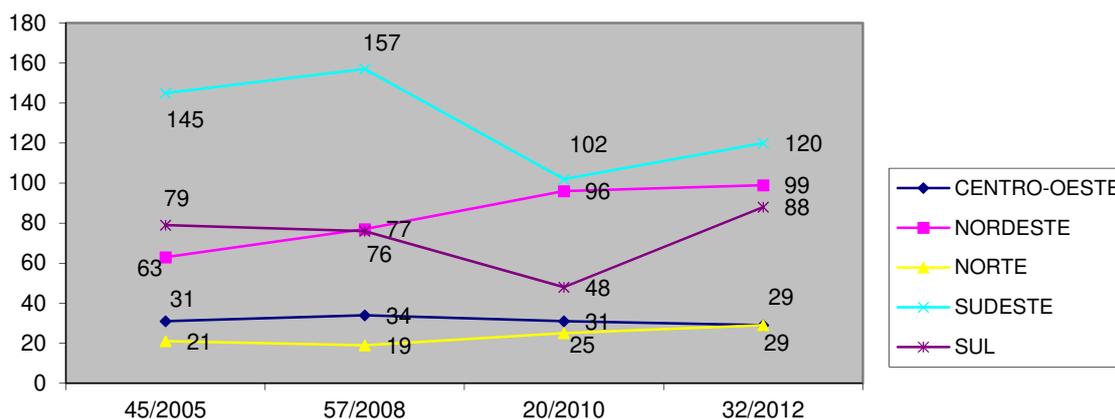
¹⁸⁴ Duas propostas não estão enquadradas nas regiões brasileiras, pois foram propostas por pesquisadoras vinculadas a instituições estrangeiras: um projeto sobre carreiras políticas e a participação feminina da Universidade de Chicago (Estados Unidos), na Chamada nº 45/2005; e outro sobre agentes penitenciárias da Universidad Nacional de Cuyo (Argentina), na Chamada nº 57/2008. Nenhuma das duas propostas foi apoiada.

¹⁸⁵ Esse dado foi consultado no Painel de Investimentos do CNPq, que está disponível em: <<http://tinyurl.com/zfa9xdm>>. Acesso em: 12 out. 2016.

avaliação da REF de 1999-2012, confirma a manutenção dessa concentração da produção na área, indicando que a grande maioria das/os autoras/es é das regiões Sudeste (47%) e Sul (34%).

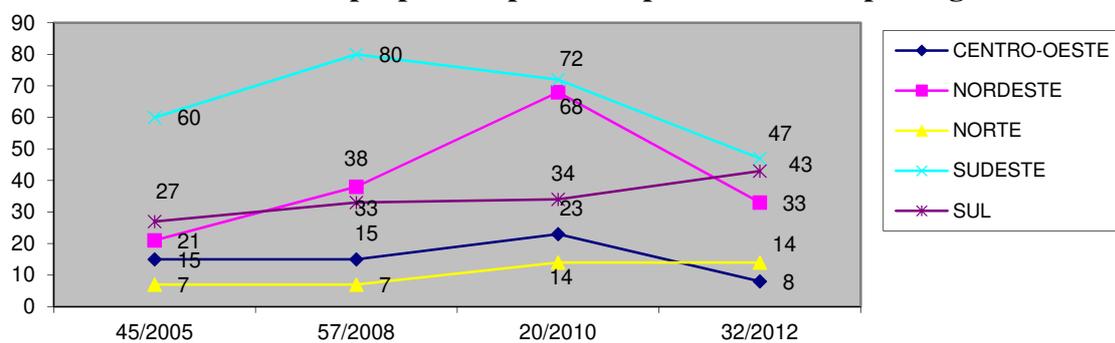
Também apresentamos, nos gráficos 21 e 22, o número de propostas enviadas e aprovadas por região e por Chamada:

Gráfico 21 – Número de propostas enviadas por Chamada e por região



Fonte: Elaboração própria.

Gráfico 22 – Número de propostas aprovadas por Chamada e por região



Fonte: Elaboração própria.

Nos gráficos 21 e 22, podemos observar a destacada participação da região Sudeste, conforme já afirmamos, tanto na demanda quanto na aprovação. Também é importante perceber que o número de propostas enviadas pela região Nordeste é crescente, tendo superado a região Sul, a partir da segunda Chamada (nº 57/2008), e permanecido em segundo lugar na demanda a partir dessa Chamada em 2008. Na aprovação, o Nordeste esteve em segundo lugar no número de propostas aprovadas na segunda Chamada (nº 57/2008) e na terceira Chamada (nº 20/2010). Na terceira Chamada (nº 20/2010) o número de projetos aprovados do Nordeste (68) se aproxima da região Sudeste (72). Desse modo, podemos afirmar que a participação da região Nordeste no envio de propostas foi crescente, porém irregular no que tange à aprovação. No total, o Nordeste foi a segunda região com o maior número de propostas aprovadas, totalizando 160 projetos

contemplados ou 24% do total de propostas aprovadas. Desse modo, apesar da significativa participação da região Nordeste nas Chamadas do Programa Mulher e Ciência, o número total de aprovações (160) é ainda muito menor do que da região Sudeste (259).

Cabe considerar, para explicar a representatividade da região Nordeste nas Chamadas do Programa Mulher e Ciência, alguns fatores como a possível atuação da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre a Mulher e Relações de Gênero (Redor); a presença de um dos mais tradicionais núcleos de estudos da área – Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher (NEIM) na Bahia; e, conforme veremos, o número significativo de propostas da temática rural, tanto na demanda quanto na aprovação. Cerca de 29% na demanda (76 de 267 propostas) e 28% na aprovação (41 de 142 propostas) são do que enquadramos como eixo temático rural, floresta e meio ambiente, que será abordado a seguir.

A região Sul, com exceção da terceira Chamada (nº 20/2010), manteve o envio de propostas entre 76 propostas (nº 57/2008) e 88 propostas (nº 32/2012). A participação dessa região na demanda teve uma queda brusca (para 48 propostas) em 2010, coincidentemente quando houve um aumento no número de propostas enviadas pelo Nordeste (96 propostas). O Sul manteve o número de aprovações entre 27 e 43 projetos contemplados, alternando o segundo lugar no número de aprovações com a região Nordeste. Esse é um dado importante, porque a região Sul comumente é uma das regiões que concentram os recursos do sistema de C&T, mesmo no campo de gênero, conforme apontou a literatura (SCAVONE, Lucila, 2013).

A região Centro-Oeste manteve o quarto lugar na demanda e na aprovação ao longo das quatro Chamadas, com exceção da última, em que teve o mesmo número de propostas enviadas que a região Norte (29) e, nessa edição, teve cerca de metade das propostas contempladas no Norte (8 aprovadas no Sul e 14 no Norte). O Norte teve a menor participação tanto na demanda (94 propostas ao todo) quanto na aprovação de propostas (42) no âmbito das Chamadas do PMC.

No cenário nacional, justamente para promover maior equidade regional na pesquisa científica, o Decreto-Lei nº 719, de 31 de julho de 1969, criou o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT). O decreto estabelece que: “No mínimo, 30% (trinta por cento) dos recursos serão aplicados em instituições sediadas nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, incluindo as respectivas áreas de abrangência das Agências de Desenvolvimento Regional”. Assim, se há aporte de recursos do Fundo para Chamadas de apoio à pesquisa, esse percentual mínimo deve ser respeitado. Cabe considerar que, a partir da terceira

Chamada do Programa Mulher e Ciência (nº 20/2010), uma parte dos recursos¹⁸⁶ (R\$ 3 milhões) passou a ser oriunda do FNDCT; no entanto, desde a segunda Chamada (nº 57/2008), a cláusula de reserva regional já constava do texto da Chamada¹⁸⁷.

A somatória da porcentagem das regiões (CO, N e NE) que devem ser minimamente contempladas no FNDCT perfaz cerca de 40%. Em todas as Chamadas, a reserva mínima de 30% foi excedida. O percentual de aprovação dessas regiões variou de 33 a 50%. Mesmo na primeira Chamada (nº 45/2005), em que não havia a cota regional, o percentual de aprovação foi de 33% do total aprovado para as três regiões. Na Chamada nº 20/2010, é o maior percentual de aprovação de 50%, ou seja, esse percentual refere-se à soma do número de projetos aprovados para as regiões Centro-Oeste, Norte e Nordeste na terceira Chamada. Desse modo, poderíamos inferir que as Chamadas de apoio à pesquisa para essa temática não precisariam ter a cota regional, se não houvesse recursos aportados do FNDCT.

O que se percebe, nos casos das Chamadas analisadas, é uma disparidade entre as regiões citadas no FNDCT, ou seja, a participação do Centro-Oeste e do Norte, tanto na demanda quanto na aprovação, é muito menor que a do Nordeste e das demais regiões. A fim de incentivar a maior participação dessas regiões, poderia ser criado um percentual de aprovação mínimo sobre a demanda, em especial para a região Norte.

3.2.4 A participação das instituições nas Chamadas

No decorrer das quatro edições das Chamadas de Relações de Gênero, Mulheres e Feminismos, foram contempladas 148 instituições de pesquisa, cerca de 61% do total de instituições (242 instituições) que enviaram propostas. As instituições que tiveram o maior número de propostas aprovadas, com número igual ou maior que 5 projetos aprovados, somam cerca de 39, em torno de 26% do total de instituições contempladas. Assim, há um número significativo e diverso de instituições que foram contempladas pontualmente.

Muitas instituições tiveram somente uma ou duas propostas aprovadas ao longo das quatro Chamadas, ou seja, há um interesse disperso nos estudos de mulheres, relações de gênero

¹⁸⁶ Chamada nº 20/2010: as propostas aprovadas serão financiadas com recursos no valor global estimado de R\$ 7.000.000,00, oriundos do FNDCT/Fundos Setoriais e do Tesouro Nacional, sendo R\$ 3.000.000,00 do MCT, R\$ 3.000.000,00 da SPM e R\$ 1.000.000,00 do MDA, a serem liberados em duas parcelas, de acordo com a disponibilidade orçamentária e financeira do CNPq.

¹⁸⁷ Parcela mínima de 30% dos recursos será necessariamente destinada a projetos coordenados por pesquisadores vinculados a instituições sediadas nas regiões Norte, Nordeste ou Centro-Oeste, incluindo as respectivas áreas de abrangência das Agências de Desenvolvimento Regional.

e feminismos, mesmo em instituições que, a princípio, não têm qualquer tradição na pesquisa sobre o tema, por exemplo o Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas (CBPF). Nesse caso, trata-se de uma pesquisadora que, a partir da sensibilização para o tema em congressos internacionais da área de Física que contemplaram a discussão sobre a participação das mulheres na área, se envolveu com o tema e passou a submeter proposta nas Chamadas do PMC.

A tabela 30 apresenta as instituições que enviaram 10 ou mais propostas nas quatro Chamadas, ordenadas por número de propostas que receberam parecer favorável.

Tabela 30 – Número de propostas enviadas, aprovadas e taxa de aprovação nas Chamadas por instituição

Inst. Destino	Demanda	FV	Taxa de aprovação (%)
Universidade Federal de Minas Gerais	61	33	54,10
Universidade Federal do Rio Grande do Sul	38	27	71,05
Universidade Federal do Rio de Janeiro	42	26	61,90
Universidade de Brasília	37	26	70,27
Universidade de São Paulo	52	25	48,08
Universidade Federal da Bahia	43	25	58,14
Universidade Estadual de Campinas	36	24	66,67
Universidade Federal de Pernambuco	30	21	70,00
Universidade Federal do Pará	36	18	50,00
Universidade Federal de Viçosa	28	18	64,29
Universidade Federal da Paraíba	30	16	53,33
Universidade do Estado do Rio de Janeiro	25	15	60,00
Universidade Federal de Santa Catarina	27	14	51,85
Universidade Federal do Rio Grande do Norte	24	13	54,17
Universidade Federal de Goiás	24	12	50,00
Universidade Federal de Santa Maria	23	12	52,17
Universidade Federal Rural de Pernambuco	19	11	57,89
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul	21	9	42,86
Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais	15	9	60,00
Universidade Federal de Uberlândia	15	9	60,00
Universidade Federal do Ceará	25	8	32,00
Fundação Oswaldo Cruz	17	8	47,06
Universidade Federal do Amazonas	15	8	53,33
Universidade do Vale do Rio dos Sinos	14	8	57,14
Universidade Federal de Sergipe	12	8	66,67
Universidade Federal do Maranhão	12	8	66,67
Universidade Estadual de Londrina	11	8	72,73
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo	10	7	70,00
Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho	10	7	70,00
Universidade Federal Fluminense	20	6	30,00
Universidade Federal de Rondônia	13	6	46,15
Universidade do Estado do Rio Grande do Norte	11	6	54,55
Universidade Federal de Alagoas	17	5	29,41
Universidade Federal de Mato Grosso	12	5	41,67
Universidade Federal de Campina Grande	10	4	40,00
Universidade Federal do Paraná	12	2	16,67
Universidade de Fortaleza	10	2	20,00
Universidade Federal do Espírito Santo	10	2	20,00

Fonte: Elaboração própria.

Destaca-se que a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) foi a que teve o maior número de propostas aprovadas (33) e também a que mais submeteu projetos para análise. Cabe lembrar que a UFMG também foi a que teve o maior número de estudantes premiadas/os no Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero. Isso aponta para um quadro de pesquisadores de gênero atuante na área na temática dos estudos de relações de gênero e feminismos ou pelo menos indica um grupo de pesquisadoras/es que foram incentivadas/os para a temática por meio da oportunidade de financiamento que a Chamada representa.

A Universidade Estadual de Londrina (UEL), apesar do número relativamente pequeno de propostas enviadas (11) e aprovadas (8), de acordo com a tabela acima, é a instituição com a maior taxa de aprovação (72,73%). Essa instituição também não é conhecida como “tradicional” na produção de conhecimento na área da Chamada.

A Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e a Universidade de Brasília (UnB) foram as que, proporcionalmente à demanda, mais tiveram aprovação (taxa de aprovação: cerca de 71% e 70,2% respectivamente). Essas instituições aparecem na lista entre as com o maior número de propostas aprovadas (UFRGS: 27; e UnB: 26). A Universidade de Brasília tem em seu quadro pesquisadoras de conhecida trajetória nos Estudos de Gênero e Feminismos: Lia Zanotta Machado, Lourdes Bandeira, Rita Laura Segato, Cristina Stevens, Tânia Navarro Swain, Silvia Yannoulas, Tânia Mara Campos de Almeida e Débora Diniz, entre muitas outras. Na pós-graduação em História, houve uma área de concentração de Estudos Feministas e de Gênero.

A Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), onde está o Núcleo de Estudos de Gênero Pagu – um dos mais conhecidos núcleos na área, que produz os *Cadernos Pagu*¹⁸⁸, uma publicação de referência na área –, não está entre as instituições que mais enviaram propostas. Pode-se considerar que essa instituição se encontra em situação intermediária nos três indicadores levantados: taxa de aprovação (67%), número de propostas enviadas (36) e número de propostas aprovadas (24). O fato de a UNICAMP também receber grande parte do financiamento da sua pesquisa da Fundação de Amparo à Pesquisa de São Paulo (FAPESP) e por esse motivo não ter apresentado uma demanda alta nas Chamadas do PMC não pode ser elencado como justificativa, uma vez que a Universidade de São Paulo (USP) também se encontra nessa condição e foi a segunda instituição com o maior número de propostas enviadas (52 propostas).

Tampouco a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), que publica a *Revista de Estudos Feministas*¹⁸⁹ – outra publicação de referência na área – aparece entre as instituições

¹⁸⁸ Endereço de acesso da revista no Scielo está disponível em: <<http://tinyurl.com/hfdxv47>>.

¹⁸⁹ Endereço de acesso da publicação no Scielo disponível em: <<http://tinyurl.com/j6ynuh>>.

que mais enviaram propostas ou entre as com maior número de aprovação. A UFSC manteve uma taxa de aprovação mediana, em torno de 52%.

A Universidade Federal da Bahia (UFBA) teve uma taxa de aprovação de 58%, foi a terceira na lista de instituições que mais enviaram propostas (43) e a quinta no número de aprovações (25). Conforme já citamos, essa instituição conta com a atuação do Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher (NEIM) desde 1983 e publica a revista *Feminismos*¹⁹⁰. Essa instituição foi a primeira a oferecer, desde 2009, uma graduação na temática – Bacharelado em Estudos de Gênero e Diversidade. Também conta, desde 1995, com o Programa de Pós-Graduação (Mestrado e Doutorado) em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo (PPGNEIM), o “primeiro nessa temática no país e na América Latina”¹⁹¹, segundo informações disponíveis na página do NEIM.

Os dados sobre as instituições sugerem que as Chamadas têm fomentado um número bem maior e diverso de instituições, apoiando a pesquisa além das instituições que sediam os mais tradicionais e históricos grupos de pesquisa em gênero. Assim, 68 instituições foram contempladas com somente uma proposta, tais como a Universidade de Tiradentes, em Sergipe (NE), com um projeto sobre marisqueiras quilombolas, na temática Rural, Floresta e Meio Ambiente, atingindo exatamente um dos objetivos da parceria com o MDA, que era justamente incentivar pesquisas inovadoras nas diversas abordagens de interseccionalidade do campo de estudos de Gênero, pouco exploradas no país; e, nessa perspectiva, incorporando novas/os agentes e impulsionando maior democratização do sistema de C&T no Brasil.

A diversidade de instituições contempladas expressa-se não apenas na localidade, mas também na natureza da instituição: instituições públicas e privadas, institutos de pesquisa (EMBRAPA, IFES), nas universidades federais, estaduais, municipais, confessionais, fundações (Fundação Getúlio Vargas), organizações não governamentais (Instituto de Bioética, Direitos Humanos e Gênero – ANIS e Instituto Papi¹⁹²) e sociedade de associações como a Academia Brasileira de Ciências (ABC). Em cada uma delas, há de se analisar uma realidade muito específica que viabilizou a participação nas Chamadas estudadas. No entanto, o que se percebe dessa diversidade é a iniciativa de pesquisadoras/es militantes, atuando pontualmente em várias organizações. Também indica a identificação das Chamadas do programa enquanto mais uma fonte de obtenção de recursos financeiros para o desenvolvimento de suas pesquisas e uma oportunidade de obtenção de prestígio junto à sua comunidade.

¹⁹⁰ Disponível em: <www.feminismos.neim.ufba.br>.

¹⁹¹ Disponível em: <www.neim.ufba.br/wp/apresentacao>. Acesso em: 16 set. 2015.

¹⁹² São instituições não governamentais que contam com pesquisadores voltados para os estudos de gênero.

3.2.5 Uma análise por área de conhecimento

A área de conhecimento adotada para as considerações que se seguem são aquelas em que as/os proponentes enquadram seu projeto de pesquisa. Em geral, a escolha coincide com sua área de atuação. Por meio da escolha da área é que os projetos são encaminhados pelo CNPq para avaliação das/os consultoras/es.

Ao longo das quatro Chamadas Temáticas do Programa Mulher e Ciência, foram enviados projetos oriundos de 59 áreas do conhecimento. Dentre elas, 40 tiveram seus projetos aprovados, o que corresponde a cerca de 68% de aprovação. A maioria das propostas aprovadas é oriunda de áreas onde há um acúmulo da discussão em gênero (Sociologia, Antropologia, Educação, Psicologia e Saúde Coletiva). É inegável a concentração da produção de gênero nessas áreas, ainda que tenha havido a submissão de propostas por outras áreas do conhecimento.

A área da Sociologia foi a que mais teve propostas enviadas (187 projetos), cerca de 14% do total. Também foi a que teve o maior número de propostas aprovadas (107), cerca de 16% do total de propostas aprovadas. As áreas de Antropologia (96 projetos, 7%) e Sociologia (187 projetos, 14%) somam 21% do total da demanda (283, do total de 1.371 propostas). No entanto, o montante demandado pela Sociologia (187 propostas, 14%) é aproximadamente duas vezes o da Antropologia (96 projetos, 7% da demanda), embora o percentual de aprovação de Antropologia (65%) tenha sido um pouco maior que o da Sociologia (57%). Assim, confirma-se que uma parte significativa do que se produz em gênero no país está nas áreas de Sociologia e Antropologia, em especial no caso dos dados das quatro Chamadas analisadas, em Sociologia, conforme veremos, em temáticas como Trabalho, Violência.

A Educação foi a segunda área que teve maior número de propostas enviadas (133 propostas, 10% da demanda), e a terceira foi Psicologia (128 propostas, 9% da demanda). São áreas onde também há um acúmulo da produção de conhecimento em estudos de gênero. Os dados também refletem outra área emblemática do campo, a quarta no envio de propostas, a de Saúde Coletiva (114 propostas, 8%).

A tabela 31 lista as áreas contempladas e a relação entre a demanda e a aprovação por área, ordenada por maior número de propostas aprovadas, ou seja, que receberam parecer favorável.

Tabela 31 – Número de propostas enviadas, aprovadas e taxa de aprovação nas Chamadas por área do conhecimento

Área	Total	FV	Percentual de aprovação
Sociologia	187	107	57,22
Educação	133	67	50,38
Psicologia	128	65	50,78
Antropologia	96	62	64,58
Saúde Coletiva	114	49	42,98
Serviço Social	70	40	57,14
História	84	37	44,05
Enfermagem	59	32	54,24
Administração	62	30	48,39
Ciência Política	41	24	58,54
Letras	39	14	35,90
Geografia	27	14	51,85
Economia	32	13	40,63
Direito	29	12	41,38
Comunicação	25	12	48,00
Educação Física	29	11	37,93
Medicina	37	9	24,32
Economia Doméstica	12	8	66,67
Linguística	15	7	46,67
Demografia	14	7	50,00
Divulgação Científica	14	5	35,71
Agronomia	16	4	25,00
Teologia	5	3	60,00
Artes	9	2	22,22
Odontologia	9	2	22,22
Outra	8	2	25,00
Filosofia	6	2	33,33
Multidisciplinar	6	2	33,33
Ciência da Informação	4	2	50,00
Fisioterapia e Terapia Ocupacional	4	2	50,00
Arqueologia	3	2	66,67
Desenho Industrial	3	2	66,67
Planejamento Urbano e Regional	2	2	100,00
Zootecnia	4	1	25,00
Ciência da Computação	3	1	33,33
Ciências Sociais	3	1	33,33
Engenharia de Produção	3	1	33,33
Engenharia Mecânica	2	1	50,00
Física	2	1	50,00
Engenharia Sanitária	1	1	100,00

Fonte: Elaboração própria.

Pode-se perceber que há uma diversidade de áreas com projetos de pesquisa enquadrados em Engenharia Mecânica, Odontologia, Zootecnia, dentre outras. As propostas em áreas não tradicionais do campo de gênero podem ou não estar relacionadas diretamente com as áreas de origem; por exemplo, os projetos na área de física são sobre mulheres em Física. Há também projetos diretamente aplicados na área de origem, por exemplo: “Pescadoras artesanais:

análise ergonômica e neurofisiológica das condições de trabalho e qualidade de vida”, proposta aprovada na área de Engenharia de Produção.

A concentração nas áreas de Sociologia e Antropologia é confirmada nos estudos realizados sobre a REF (DINIZ, Débora; FOLTRAN, Paula, 2004; SCAVONE, Lucila, 2013) e *Cadernos Pagu* (PISCITELLI, Adriana; BELELI, Iara; LOPES, Maria Margaret, 2003). No entanto, nessas análises, a área de história é uma das primeiras com o maior número de publicações. Em nosso levantamento, essa área aparece em sexto lugar no envio de propostas, com cerca de 6% (84 propostas) do total da demanda. A Educação e a Psicologia aparecem com maior destaque nas Chamadas do que nos levantamentos realizados nessas publicações.

Outro dado importante em comparação com esses estudos é a participação de pesquisadoras/es da Saúde Coletiva, aproximadamente 8% da demanda, que não aparece nessas publicações feministas. Possivelmente as/os pesquisadoras/es da área de Saúde Coletiva têm preferido publicar em periódicos diretamente relacionados com essa área. A título de exemplificação, no mapeamento sobre a produção científica sobre gênero e saúde, no período de 1980-2005, Estela Aquino escolheu quatro periódicos da área de saúde: *Revista de Saúde Pública*, *Cadernos de Saúde Pública*, *Ciência e Saúde Coletiva* e *Revista Brasileira de Epidemiologia* (AQUINO, Estela, 2006, p. 123). As áreas demonstradas na tabela 32 são as que enviaram propostas, mas não tiveram aprovação ao longo das quatro Chamadas.

Tabela 32 – Número de propostas enviadas de áreas não contempladas nas Chamadas

Área	Número de projetos enviados
Arquitetura e Urbanismo	6
Bioquímica	1
Ciência e Tecnologia de Alimentos	2
Engenharia Biomédica	1
Engenharia Química	1
Farmácia	2
Farmacologia	3
Fisiologia	1
Fonoaudiologia	2
Genética	2
Geociências	1
Imunologia	1
Medicina Veterinária	1
Microbiologia	1
Nutrição	1
Probabilidade e Estatística	2
Química	1
Recursos Florestais e Engenharia Florestal	1
Recursos Pesqueiros e Engenharia de Pesca	1
Total	31

Fonte: Elaboração própria.

Trata-se de uma demanda muito pequena, que soma 31 projetos (do total de 1.371) ao longo das quatro Chamadas do PMC. De forma geral, são iniciativas pontuais, que buscam uma aproximação com o campo de Gênero ou com os estudos sobre mulheres. As propostas de áreas, a exemplo daquelas da tabela 32, que são campos de conhecimento que ainda não têm os estudos de gênero consolidados, têm maior dificuldade de ser aprovadas no mérito e priorizadas para atendimento. Em geral, as propostas de áreas, tais como as elencadas na tabela 32, são enviadas por pesquisadoras/es não conhecidas/os no campo e que, grosso modo, não demonstram dominar a literatura de Gênero já produzida, tendendo a tratar seus temas mais do ponto de vista de estudos das mulheres do que propriamente de gênero ou feminista. Assim, as poucas iniciativas de área das Engenharias, de Arquitetura, algumas da Saúde, das chamadas Naturais e Exatas, frequentemente não são recomendadas pelo Comitê ou são recomendadas com baixa nota, o que não permite seu enquadramento na lista de propostas aprovadas.

Isso pode ser constatado nos projetos, por exemplo em uma proposta da área de Fonoaudiologia intitulada *A efetividade de um programa de terapia vocal para transexuais de homem para mulher*. O comitê, apesar de considerar o caráter inovador da proposta, não aprovou a proposta nos seguintes termos: “Todavia, a proponente apresenta pouca publicação (2 artigos nos últimos 10 anos) e formação restrita de pesquisadores (1 TCC e 1 IC). O projeto também revela um parco diálogo com a bibliografia sobre transexualidade. Seria interessante dar maior destaque aos aspectos inovadores dessa proposta, quando comparada às registradas na literatura”.

Algumas propostas não são sequer enquadradas segundo os objetivos das Chamadas, a exemplo do projeto de Odontologia sobre saúde bucal de adolescentes e a influência da mãe ou cuidadora. Apesar de receber dois pareceres favoráveis de consultores da área de Odontologia, a proposta não foi recomendada pelo comitê, com o seguinte parecer:

Proposta que visa analisar a saúde bucal de adolescentes, levando em conta a percepção do(a) próprio(a) adolescente e de sua mãe. O marco central do projeto é a avaliação da saúde bucal como indicador da qualidade de vida. O projeto não se enquadra exatamente nos moldes previstos para o Edital 057, embora possa contribuir para a análise de diferenças entre a percepção das mães sobre a saúde bucal dos seus filhos associadas a diferenças socioeconômicas. O proponente é altamente produtivo. O formulário não menciona equipe de trabalho, embora no corpo do projeto o proponente cite a participação de duas pessoas (pesquisador e doutoranda) como parte da equipe. Trata-se de projeto de boa qualidade e bem fundamentado, porém mais adequado a editais voltados para a saúde. Considerando o grande número de editais relacionados à saúde, assim como os editais de ampla aplicação, como o Edital Universal, não se justifica a concessão de auxílio através do presente projeto ao presente Edital, especificamente voltado para as questões de gênero. Tendo em vista as limitações do projeto em relação à adequação aos objetivos do Edital, avalio que o auxílio não deva ser recomendado. (CNPq/parecer do comitê da Chamada)

Sem entrar no mérito dos pareceres, é nítida a dificuldade de promoção da incorporação de gênero de forma transversal na pesquisa conforme recomendações citadas no capítulo 1 como medida para o alcance da equidade de gênero. Certamente as Chamadas do Programa Mulher e Ciência representaram um espaço que poderia ter sido mais bem aproveitado, caso as propostas com pareceres favoráveis de consultoras/es de suas áreas fossem aprovadas com a recomendação de que incorporassem a produção da área de gênero e feminista. Os Comitês de Julgamento poderiam ter sido alertados sobre a importância de promover a transversalização de gênero para as áreas onde não há acúmulo dessa discussão.

Por meio de propostas inovadoras oriundas de áreas não usuais ao campo de gênero, poderia haver uma ampliação da discussão feminista e de gênero, bem como a incorporação de mais pesquisadoras/es à temática. Essa mesma dificuldade ocorre, como analisaremos no capítulo 4, nos projetos que enquadramos como Gênero, Ciências e Tecnologias.

É importante que encontremos estratégias para transversalizar as discussões sobre sexo/gênero na produção do conhecimento (SCHIEBINGER, Londa, 2008). A aprovação de propostas qualificadas sobre mulheres pode ser uma opção para incentivar esse tipo de abordagem em áreas onde o conceito de gênero ainda não foi incorporado. Outra estratégia importante é a inclusão de estudos sobre gênero na formação acadêmica em qualquer área do conhecimento. No que tange às agências de fomento à pesquisa, o recorte sexo/gênero poderia ser incentivado sempre que possível nas Chamadas Públicas para Apoio a Projetos, nas bolsas de pesquisa.

A transversalidade do conceito de sexo/gênero permite dois avanços consideráveis para a ciência: 1) a quebra de preconceitos permite o levantamento de novas questões e viabiliza que novos conhecimentos científicos sejam produzidos (SCHIEBINGER, Londa: 2001); 2) a produção e circulação de conhecimentos não sexistas incentiva a participação de mulheres na C&T. Assim, a equidade de gênero na C&T só pode ser alcançada pela transversalidade das questões de sexo/gênero. A incorporação da perspectiva de sexo/gênero na pesquisa tem sido mais discutida nos últimos anos. As análises de sexo e gênero devem ser adicionadas ao “kit de instrumentos” da agnotologia:

A agnotologia retraça a política cultural da ignorância. Toma a medida de nossa ignorância e analisa como nosso conhecimento tem sido influenciado pelo debate em torno do que é incluído na ciência e do que é excluído; quais projetos são levados adiante e quais são ignorados; quem tem suas experiências validadas e quem não as tem; e quem pode avançar em termos de riquezas e do bem-estar e quem não pode. A agnotologia não é meramente uma intrigante abordagem teórica da história e filosofia da ciência – algo que mostramos como uma pedra preciosa multifacetada em congressos acadêmicos. A ignorância produzida a partir de um viés sistêmico pode custar caro tanto em termos de vidas quanto de valores monetários. O viés de sexo e gênero pode gerar uma ignorância sistêmica que limita a criatividade e a excelência científicas e seus benefícios para a sociedade. (SCHIEBINGER, Londa; 2014).

A ignorância sistêmica sobre os vieses de sexo e gênero tem produzido saberes científicos e tecnológicos sexistas, conforme tem sido criticado pela literatura dos estudos de Gênero, Ciências e Tecnologias em diversas áreas do conhecimento: Biologia, Primatologia, Medicina, Farmácia, Engenharias, dentre outros exemplos (SCHIEBINGER, Londa, 2001; 2014; MARTIN, Emily, 2006; ROHDEN, Fabíola, 2001).

A incorporação da análise de sexo e gênero em todas as fases da pesquisa pode impulsionar inovações de gênero. As inovações de gênero (*gendered innovations*) contribuem para garantir excelência e qualidade nos resultados. Não se trata somente de realizar a crítica ao conhecimento produzido, mas utilizar o potencial criativo da perspectiva de sexo/gênero para inovar as ciências e tecnologias. Algumas inovações de sexo/gênero são elencadas, tais como a criação de um cinto de segurança para carros para mulheres grávidas; o estudo sobre a especificidade de algumas doenças, como o ataque do coração em mulheres e osteoporose em homens; a participação mais ativa de mulheres, em especial de comunidades tradicionais, para o fornecimento de água. É importante que as inovações de gênero dialoguem com outras intersecções. (SCHIEBINGER, Londa; SCHRAUDNER, Martina, 2011).

As inovações de gênero têm sido mais bem incorporadas ao campo da Saúde. Há um esforço institucional para o fomento delas. Alguns organismos valorizam projetos que indiquem a perspectiva de sexo/gênero nas suas pesquisas (World Health Organisation, Canadian Institute of Health Organisation, DG Research & Innovation da União Europeia/ERA). Um dos problemas encontrados nos estudos que avaliam a questão é a falta de treinamento para incorporação de sexo/gênero nas pesquisas em outras áreas, conforme observamos nas propostas recebidas e não priorizadas nas Chamadas do Programa Mulher e Ciência (SCHIEBINGER, Londa; SCHRAUDNER, Martina, 2011).

A promoção do maior diálogo entre os estudos de mulheres, de relações de gênero e feminismos e outras áreas da ciência é extremamente necessária. Há iniciativas, em âmbito internacional, para divulgar métodos de incorporação da perspectiva de sexo/gênero, a exemplo da publicação *Gendered Innovations* (ERA, 2013), da European Research Area (ERA), que explica o que são inovações de gênero, divulga casos de pesquisas e problematiza questões frequentes para a incorporação de sexo/gênero na pesquisa.

Londa Schiebinger (2014) aponta cinco esferas para políticas científicas que fomentem a integração da incorporação da análise de sexo/gênero nas pesquisas. A primeira elencada é justamente as agências de fomento e fundações que podem induzir pesquisas por meio do financiamento. A segunda é nas universidades, por meio da inclusão como critério de avaliação,

em bancas e comissões de promoção, o sucesso na implementação de inovações de gênero. A terceira é a na política editorial, que passaria a exigir artigos que apresentassem a incorporação da análise de sexo/gênero na pesquisa. A quarta seria o mercado (indústria, produtos e sistemas), para que viabilizasse inovações de gênero. Por fim, seria necessário que o ensino sobre como integrar sexo e gênero nas pesquisas fosse realizado na formação de estudantes, preferencialmente já no ensino médio.

Também consideramos uma esfera estratégica para impulsionar inovações de gênero as organizações e sociedades científicas, em especial as que contam com comitês e grupos de gênero em seu interior, que já estão sensibilizadas para a temática. Marina Fisher Nucci¹⁹³ (2015) relata as interações de pesquisadoras, identificadas como neurofeministas, em uma rede denominada Neurogenderings, engajada em “criticar o dualismo e a noção de dimorfismo sexual e discutir como fatos científicos sobre sexo e gênero são produzidos, chamando a atenção para o contexto histórico, cultural e político e para as consequências éticas desses estudos” (NUCCI, Marina, 2015). A rede tem partido do consenso sobre a abordagem biocultural. O grupo assume uma postura antidualista, em que sexo e gênero são um emaranhado. No entanto, não há consenso sobre como essa abordagem deve ser aplicada, nem a garantia de que a concepção biocultural não produzirá um “neurosexismo”. A partir da análise da autora sobre os consensos e dissensos na rede, percebemos quão interessante e desafiadora é a incorporação de gênero na pesquisa científica.

A transversalização da perspectiva de gênero também é um dos maiores desafios a serem enfrentados para a promoção da equidade de gênero nas ciências e tecnologias em nosso país e no mundo. Dentre as esferas citadas, a indução das agências de pesquisas, a inclusão da formação de gênero no currículo e a organização de cientistas são certamente fundamentais para as inovações de gênero.

Ainda em relação à análise sobre as áreas contempladas nas Chamadas do programa, não houve coincidência entre as áreas mais aprovadas no Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero e as Chamadas, uma vez que as áreas que tiveram maior destaque na premiação foram História e Direito. Possivelmente, devido à lógica das premiações em selecionar trabalhos originais e inovadores, ao contrário do que ocorre com os financiamentos de apoio à pesquisa, em que a trajetória das/os proponentes é analisada, elementos como número de publicações na área, sua capacidade em realizar a proposta, utilização da bibliografia da área, dentre outras

¹⁹³ Marina Nucci foi uma das premiadas no Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero, em 2010, com o trabalho relacionado à pesquisa de seu mestrado, intitulado: *O sexo do cérebro: uma análise sobre gênero e ciência*.

variáveis, são considerados. No prêmio, o que se avalia é o trabalho em si, seu destaque em relação aos demais e a possível contribuição que a/o premiada/o trará ao campo de estudos de gênero.

Pode-se inferir que a lógica de avaliação para financiamento de propostas, em que as Chamadas de Gênero se incluem, dificultam a aposta em propostas novas e proponentes “iniciantes” no campo, mesmo na categoria 2 das Chamadas, uma vez que, dada a limitação de recursos, prefere-se investir em pesquisadoras/es reconhecidas/os; ou pesquisadoras/es “novas/os”, mas que tenham efetivamente feito sua formação na área de gênero e/ou feminista. Soma-se a isso a dificuldade de avaliar os projetos de forma interdisciplinar.

Essa lógica dificulta o fomento à interdisciplinaridade no campo de Gênero para além do que já existe, ou seja, em áreas onde se pode considerar que Gênero já se estabilizou como referencial analítico. Para a discussão que aprofundaremos no próximo capítulo sobre Gênero, Ciências e Tecnologias, é importante que os estudos de Gênero dialoguem com todas as áreas da ciência, para que a produção do conhecimento científico leve em conta Gênero enquanto marcador significativo também das relações tecnocientíficas (SCHIEBINGER, Londa, 2008). Conforme ocorreu com as propostas da área Rural, Floresta e Meio Ambiente, como veremos no próximo item, a indução da demanda por meio de reserva de recursos tem-se configurado como um mecanismo eficaz.

As iniciativas para equidade de gênero na C&T têm partido da lógica de avaliação pautada no mérito. O que diferencia essas iniciativas tem sido a inserção de outros marcadores, além “unicamente” do mérito. Também é necessário questionar se os critérios assumidos como indicadores de mérito, grosso modo, maior número de publicações e citações, são os melhores parâmetros de medição para avaliação de um/a cientista e mesmo da própria contribuição à ciência. Seria necessário repensar os critérios meritocráticos para fomentar a equidade de gênero na C&T? Esse certamente é um importante debate a ser feito no âmbito da democratização da C&T.

3.2.6 Sobre temas e intersecções

Para uma análise detalhada das Chamadas Temáticas do Programa Mulher e Ciência (nº 45/2005, 57/2008, 20/2010 e 32/2012), enquadraremos as propostas enviadas para essas Chamadas segundo temas, subtemas e intersecções, para possibilitar um mapeamento sobre o que está sendo produzido no campo de estudos sobre Mulheres, Relações de Gênero e Feminista, bem como compreender quais temáticas estão sendo fomentadas, no âmbito

desse programa. Pretendeu-se, assim, verificar de que modo esse mapa temático reflete a configuração do campo de estudos Mulheres, Relações de Gênero e Feminista no Brasil e quais os possíveis impactos das Chamadas. Com essa análise, buscamos identificar a existência ou não de temas emergentes, tópicos negligenciados e áreas consolidadas nas quatro Chamadas lançadas: 2005, 2008, 2010 e 2012. Assim, esta análise também contempla um recorte temporal, a fim de observar se esses cenários temáticos foram ou não sendo alterados.

A totalidade das propostas, como já afirmamos, é a soma dos projetos enviados nas quatro Chamadas, o que corresponde a 1.371 projetos. Essa demanda total foi considerada e analisada, não somente os projetos aprovados. As propostas enviadas estão cadastradas na base de dados do CNPq – Plataforma Carlos Chagas. As categorias (temas, subtemas e intersecções) surgiram ao longo da análise, segundo a recorrência de assuntos que poderiam ser agrupados. Esses agrupamentos foram pensados de forma a dialogar com eixos temáticos clássicos neste campo de estudos, por exemplo: os temas da violência, saúde e direitos reprodutivos. Assim, muitas vezes foi necessário reorganizar as categorias, conforme a análise avançava, porque algumas categorias tornavam-se inadequadas, e outras necessitavam ser criadas para o preenchimento de lacunas. Por exemplo, inicialmente pensamos em incluir os estudos sobre geração em uma categoria; depois da análise de projetos que contemplavam o tema, consideramos melhor inseri-lo como intersecção.

O processo de categorização foi realizado com base nas informações encaminhadas no formulário eletrônico do projeto enviado ao CNPq: título do projeto, resumo do projeto, palavras-chave, área do projeto, área de atuação da/o proponente. Assim, o processo de categorização foi evidentemente trabalhoso. Foi necessário acessar a Plataforma Carlos Chagas e visualizar um a um dos 1.371 projetos para acessar as informações citadas. Frequentemente foi necessário fazer o *download* de cada projeto para acessar o conteúdo da proposta, ou seja, analisar o projeto completo. No caso específico da Chamada nº 32/2012, lemos todos os projetos completos para fazer o enquadramento segundo as linhas de pesquisa prioritárias elencadas nessa Chamada¹⁹⁴. Além desses procedimentos, em muitos casos também foi necessário acessar a Plataforma Lattes para verificar as informações curriculares: projetos de pesquisa, publicações, linhas de pesquisa. Também frequentemente

¹⁹⁴ Cabe lembrar que a Chamada nº 32/2012, conforme já mencionamos, é a única que elencou linhas prioritárias.

foi importante ler os pareceres dos consultores e do Comitê, em especial quando os projetos foram negados.

Para elaborarmos essa categorização, consultamos algumas propostas existentes na literatura de gênero. O *Tesouro para Estudos de Gênero e sobre Mulheres* (BRUSCHINI, Cristina et al, 1998) pode ser considerado uma primeira classificação por temas da produção científica do campo de relações de gênero, mulheres e feminismos no país. O *Tesouro* (1998) foi criado no âmbito do Programa de Financiamento da Fundação Ford; e, segundo suas autoras, difere-se do vocabulário comum, porque as palavras elencadas não são simples descrições, mas conceitos, termos que se relacionam. Ele está organizado por: 1) ordem alfabética; 2) tema; e 3) delimitadores (etários, históricos e geográficos). São temas do *Tesouro*: 1) ciência e tecnologia; 2) ciências naturais e saúde; 3) ciências sociais e cultura; 4) comunicação, artes e espetáculos; 5) economia e emprego; 6) educação; 7) história e mudança social; 8) lei, governo e políticas públicas; 9) linguagem, literatura, religião e filosofia. O tema de Ciência e Tecnologia engloba os seguintes assuntos: 1) ciências do meio ambiente; 2) ciências físicas e da terra; 3) Engenharia; 4) matemática; e 5) tecnologia e impacto da tecnologia. Desse modo, apesar de o eixo Ciência e Tecnologia existir na categorização proposta, os eixos são muito gerais para nos permitir uma visão mais detalhada das pesquisas no campo de Gênero, Ciência e Tecnologias, tal como apresentaremos no próximo capítulo. No eixo temático que definimos como Gênero, Ciências e Tecnologias, também pretendemos abordar assuntos não mencionados no *Tesouro*, tais como Política Científica. Um dado interessante é o fato de o tema Ciência e Tecnologia constar entre os nove temas escolhidos pelas autoras do *Tesouro*, no entanto vale ressaltar que esse é o tema com o menor número de páginas e, portanto, de termos.

Alguns trabalhos mais recentes buscaram construir categorias de análises do campo de estudo sobre Mulheres, Relações de Gênero e Feminismos para identificar tendências, por exemplo as análises sobre a produção desse campo apresentadas nas publicações da área: *Revista de Estudos Feministas* (DINIZ, Débora; FOLTRAN, Paula, 2004; SCAVONE, Lucila, 2013). Débora Diniz e Paula Foltran (2004), avaliando a *Revista de Estudos Feministas (REF)*, de 1992 a 2002, utilizaram a categorização proposta pelo *Tesouro para Estudos de Gênero e sobre Mulheres*. Segundo as autoras, houve uma concentração dos artigos publicados na *REF* nos temas Ciências Sociais e Cultura (26%); Linguagem, Literatura, Religião e Filosofia (17%); e História e Mudança Social (17%). As autoras destacam a importância dos dossiês como indutores de assuntos pouco tratados, por exemplo sobre meio ambiente. Lúcia Scavone (2013), cerca de uma década após a avaliação da *REF* mencionada, realizou outra avaliação da *Revista*

de Estudos Feministas, de 1999 a 2012, com as seguintes categorias temáticas propostas: 1) Cidadania, Movimentos Sociais e Políticas; 2) Cultura, Educação e Mídia; 3) Corpo, Identidade, Geração e Sexualidade; 4) Migração, Trabalhadoras e Trabalho; 5) Teorias de Gênero; 6) Saúde Reprodutiva e Sexual; 7) Famílias. Cada uma dessas categorias tem microeixos. Em seu levantamento, a maior parte dos artigos, 27% (total: 471 artigos), está alocada no primeiro eixo.

Maria Lúcia de Santana Braga (2012), em relatório interno do CNPq de avaliação das Chamadas nº 45/2005 e nº 57/2008 do PMC, realizou o enquadramento da produção científica resultado dessas Chamadas, segundo os eixos do II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (II PNPM): Saúde; Educação; Combate à Violência; Direito à Terra; Participação Política; Cultura e Comunicação; Trabalho; Jovens e Idosas; Desenvolvimento Sustentável; Racismo, Sexismo e Lesbofobia; Outros¹⁹⁵. Segundo a autora, nas duas Chamadas analisadas, houve predomínio da produção científica na área de saúde. Também apareceram como temas de maior produção: Educação e Combate à Violência. Conforme veremos, a Saúde e o Combate à Violência são os eixos temáticos que mais enviaram propostas para as quatro Chamadas, segundo a classificação elaborada para esta tese. A Educação enquanto eixo temático, na soma das Chamadas, não teve uma demanda tão relevante em nossa classificação, tendo ficado em quinto lugar. Uma possível justificativa é que o fato de não serem as mesmas categorias utilizadas propicia o enquadramento diferenciado, segundo cada autora. Por exemplo, na nossa classificação, parte das propostas de Educação, com foco em rural, foi enquadrada no eixo temático Rural, Floresta e Meio Ambiente.

Uma das principais razões para não adotar essas categorias é a invisibilidade dos estudos de Ciência e Tecnologia nas categorias propostas segundo os eixos do plano. O fato de o II PNPM não ter um eixo específico sobre Ciência e Tecnologia não deixa de ser relevante para este estudo, pois mesmo o Programa Mulher e Ciência sendo uma ação da Secretaria, o tema não teve destaque nos eixos do plano, o que em parte é compreensível, pois as prioridades são estabelecidas principalmente pelos movimentos de mulheres, onde o tema não foi efetivamente apropriado. A maior parte das pesquisadoras, em especial de Exatas e Engenharias, que podem ser identificadas como a parte mais interessada na promoção da equidade de gênero nas ciências, também não se envolve com as questões de gênero. Cabe lembrar que o texto sobre a promoção da carreira científica e tecnológica e as ações do

¹⁹⁵ Categoria sugerida pela autora para propostas que não se enquadravam nos eixos temáticos do II PNPM.

Programa Mulher e Ciência estão inseridas no eixo de Educação no II PNPM, invisibilizando o tema, uma vez que, no enquadramento proposto por Maria Lúcia de Santana Braga (2012), toda a produção de Gênero, Ciências e Tecnologias será classificada como Educação. Esse é mais uma possível explicação para Educação ter recebido maior destaque no enquadramento realizado por Braga (2012), pois uma parte dos projetos de Gênero, Ciências e Tecnologias foi enquadrada em Educação.

Embora cada uma das classificações tenha dado uma importante contribuição para a compreensão sobre o campo de Gênero e Feminista e tenha inspirado a elaboração das categorias aqui utilizadas, foi necessário elaborar um sistema de classificação próprio, tendo em vista o material empírico e o nosso foco em Gênero, Ciências e Tecnologias. Como é possível perceber, nenhuma das três propostas de categorização atentou propriamente para as questões de Gênero, Ciências e Tecnologias, embora a primeira (DINIZ, Débora; FOLTRAN, Paula, 2004) as mencione. Assim, elaboramos uma classificação própria para esta tese, que pudesse nos fornecer os parâmetros necessários para avaliar as Chamadas com o enfoque que buscamos.

Um aspecto que dificultou a construção dessas categorias de análise foi a complexidade do campo estudado. Muitos projetos poderiam ser enquadrados em vários eixos temáticos. Essa caracterização partiu do pressuposto de que o campo de estudos sobre Mulheres, Relações de Gênero e Feminista é marcadamente interdisciplinar e interseccional, por isso foram propostas 14 categorias e uma que “não se enquadra”, 14 subtemas e 3 intersecções. Para o eixo temático Gênero, Ciência e Tecnologia, que será apresentado no próximo capítulo, foram adotados os subtemas segundo proposto por Maria Margaret Lopes *et al.* (2014).

As categorias, por ordem de maior demanda de projetos submetidos ao CNPq para as quatro Chamadas, resultado da análise explicitada anteriormente, são:

1. **Rural, Floresta e Meio Ambiente:** este tópico trata de projetos sobre a participação das mulheres no meio rural, da floresta, em atividades pesqueiras¹⁹⁶, estudos sobre as marisqueiras, mulheres camponesas, do sertão, sobre impacto de políticas públicas para mulheres rurais e da floresta, condição feminina em assentamentos, análises antropológicas sobre as comunidades indígenas. Os estudos sobre violência contra as mulheres no ambiente rural e indígena, sobre saúde de mulheres no ambiente rural, docentes na educação rural e história das mulheres da floresta e do sertão, sexualidade

¹⁹⁶ A maioria dos trabalhos sobre as pescadoras foi incluída no tópico de Rural, com exceção de um trabalho sobre qualidade no trabalho e ergonomia, que foi enquadrado no tema de Saúde.

no meio rural e educação indígena também foram alocados nesta temática. Assim, todos os tópicos relacionados à comunidade rural, da floresta e ao meio ambiente foram separados, uma vez que, a partir da segunda Chamada (2008), os projetos sobre esta temática passaram a ter recursos específicos. Também foi necessário dividir este tema em subtemas: Rural (quilombolas e comunidade rural), Floresta (extrativista e indígenas), Meio Ambiente (pescadoras e projetos sobre desenvolvimento sustentável, sistema Cantareira, ribeirinhas). Este tópico representa 19,5% da demanda (267, do total de 1.371 propostas).

2. **Saúde e Direitos Reprodutivos:** trata-se da linha que aborda análises sobre saúde das mulheres, estudos sobre aborto, sobre saúde sexual e reprodutiva, estudos acerca da gravidez (na adolescência, maternidade e paternidade), contracepção e planejamento familiar, humanização do parto e pós-parto, violência obstétrica, sobre acesso e atendimento das mulheres no sistema de saúde, propostas sobre câncer (uterino e de mama) e sobre portadoras do HIV/AIDS, estudos sobre mulheres e drogas. Também inclui estudos sobre as diferenças baseadas no sexo (estudos da Medicina, Fonoaudiologia, Odontologia, etc.), projetos específicos da área da saúde como a sensibilidade sudorípica por sexo, padronização da coleta de espermatozoides em caso de estupro. As pesquisas dirigidas à avaliação de políticas públicas na área da saúde foram alocadas neste tópico. Em geral são realizadas por proponentes da área da saúde. Também aqui estão os estudos sobre saúde no trabalho. Este item corresponde a 15,9% da demanda (218, do total de 1.371 propostas).
3. **Violência:** nesta categoria estão inseridos os estudos sobre a violência sexual e doméstica, sobre o atendimento de mulheres agredidas (nas delegacias e nos serviços de saúde), ações e formas de prevenção e combate à violência e ao feminicídio, pesquisa sobre arquivos criminais, estudos sobre a Lei Maria da Penha. Também abarca os poucos estudos sobre violência cometida por mulheres. Aqui são alocadas as pesquisas sobre tráfico de mulheres e exploração sexual. As pesquisas sobre violências ocorridas no âmbito do trabalho (assédio moral e/ou sexual) estão alocadas no tópico Trabalho e Economia. Este tema representa 11,5% das propostas enviadas (158, do total de 1.371 propostas).
4. **Trabalho e economia:** aqui estão alocadas as propostas que objetivam estudar as relações de gênero e trabalho e/ou economia. Neste tópico, encontram-se os estudos

sobre a participação das mulheres nas variadas profissões urbanas¹⁹⁷ (delegadas e policiais, diplomatas, professoras¹⁹⁸, empresárias, diaristas, prostitutas¹⁹⁹), trabalhos sobre autonomia feminina e emancipação econômica, propostas focadas na relação gênero e renda, sobre mulheres chefes de família, inserção no mercado de trabalho, diferenças salariais, divisão sexual do trabalho, transferência de tecnologia para aprimoramento de determinada atividade, violência de gênero no contexto das organizações (assédio moral e sexual), endividamento e gênero. Este tópico corresponde a 9,8% da demanda (135, do total de 1.371 propostas).

5. **Arte, Literatura e Cultura:** este tópico abarca as propostas sobre participação feminina nas artes (cinema e música), na literatura (autoria feminina) e na cultura (comportamentos, tradições). Este eixo temático, embora não tenha sido o que agregou maior número de propostas, é o mais amplo. Assim, este eixo foi dividido em subtemas: arte, Literatura e Cultura. No subtema Literatura estão as propostas sobre autoria e escrita feminina, estudo de obras e biografias de escritoras, sobre personagens femininos em obras literárias. Neste subtema, estão incluídos os estudos literários sobre autoras negras e literatura afro-brasileira. Na Arte, há trabalhos sobre a participação e representação feminina no cinema, no teatro, na música e em outras manifestações culturais. O subtema Cultura trata de propostas, em geral, de cunho sociológico ou etnográfico, tais como o comportamento social e cultural de determinada comunidade urbana (ex.: etnografia da cultura “campeira” a partir de rodeios do Centro de Tradições Gaúchas). Também estão inseridas aqui as propostas sobre representações sociais (ex.: sobre a maternidade, o corpo), estudos sobre identidade, subjetividade, migração, condição/qualidade de vida²⁰⁰ de determinada população, sobre vulnerabilidade, pesquisas sobre religião, padrão

¹⁹⁷ Com exceção dos trabalhos sobre as carreiras nas áreas de ciência e tecnologia, que foram alocados no tópico Gênero e Ciências, no subtema Carreiras de Mulheres em CT e Política Científica e Tecnológica. Entendemos que, como haveria um subtema específico para essa temática, esse seria o melhor enquadramento.

¹⁹⁸ Aqui estão inseridos os trabalhos sobre a carreira docente. Os trabalhos sobre a trajetória das professoras, biografias e trabalhos de cunho histórico foram alocados no tópico História das Mulheres, do Feminismo e das Relações de Gênero. Essa escolha justifica-se pelo caráter histórico e biográfico dos estudos.

¹⁹⁹ Os projetos com o tema da Prostituição foram enquadrados em dois tópicos, conforme sua abordagem: Prostituição enquanto Trabalho, quando esse tema se reportava, por exemplo, à legalização da profissão, direitos das prostitutas; e Prostituição enquanto Violência, quando o enfoque era exploração sexual. Nesses casos, consideramos que o enfoque é que faria a diferença no enquadramento do tema Prostituição.

²⁰⁰ Quando a qualidade de vida é medida por indicadores relacionados à saúde, a proposta foi enquadrada no tópico de Saúde.

de consumo de determinado grupo (mulheres maduras), teologia e religião. Também abarca os estudos no campo da Linguística. Os estudos sobre condição de vida das mulheres da floresta (incluindo sobre comunidades indígenas) e rurais foram alocados no tema Rural, Floresta e Meio Ambiente. As pesquisas sobre representações sociais no ambiente escolar foram enquadradas no tópico de Educação. Esta categoria responde por 7,4% da demanda (101, do total de 1.371 propostas).

6. **Educação:** estudos sobre desigualdade no ensino superior (indicadores de gênero e raça); a educação na trajetória de determinados grupos de mulheres, a prática sexista da educação; as relações de gênero na escola; a situação educacional de determinado grupo; propostas pedagógicas sobre o tema da sexualidade; educação à distância; a inclusão do tema gênero no currículo ou na prática de ensino. Os projetos relacionados com a discussão sobre ação afirmativa no ensino também foram incluídos nesta linha (cotas, sistema de bônus, etc.). Também foram enquadradas aqui as pesquisas sobre o ambiente universitário e a inserção das meninas/mulheres na formação educacional (percentuais de mulheres e homens em cursos, cargos e posições nas universidades). Esta temática representa 5,8% da demanda (79, do total de 1.371 propostas).
7. **Gênero, Ciências e Tecnologias:** estudos que abordam como o gênero influencia o conteúdo das ciências e tecnologias (chamadas Naturais e Exatas), como valores engendrados moldam a produção científica e tecnológica, pesquisas sobre a estrutura das comunidades acadêmicas e políticas científicas. Este termo “gênero e ciência” foi cunhado por Evelyn Fox Keller (KELLER, Evelyn, 1978), no final dos anos 1970, como denominação de um projeto de “tornar a ciência mais acessível às mulheres e a ciência mais abrangente”, ou seja, um projeto de reflexão teórica para todas as ciências se tornarem livres dos estereótipos de gênero. Esse projeto, segundo a pesquisadora, surge da expansão da teoria feminista a todas as áreas tecnocientíficas. Por estar intrinsecamente relacionado aos objetivos desta tese, este eixo temático será mais bem detalhado no próximo capítulo, em subtemas, conforme o modelo elaborado e publicado por Maria Margaret Lopes *et al.* (2014). Esta categoria recebeu 5,4% da demanda (74, do total de 1.371 propostas).
8. **Políticas Públicas:** pesquisas sobre mulheres encarceradas, sobre crianças e adolescentes em abrigos, avaliação de programas governamentais como os de transferência de renda, análises sobre acessibilidade urbana (abordagem da

arquitetura), pesquisas sobre empoderamento feminino em regiões atendidas pelo Programa Brasil sem Miséria, pesquisas voltadas para subsidiar as políticas públicas, estudos sobre previdência. As pesquisas voltadas para a avaliação de políticas públicas para as mulheres do campo e da floresta estão alocadas no tema Rural, Floresta e Meio Ambiente. Este tópico representa 4,7% da demanda (64, do total de 1.371 propostas).

9. **História das Mulheres, do Feminismo e das Relações de Gênero:** este tópico inclui estudos sobre a história das mulheres (ex.: sobre as mulheres na Amazônia Antiga), história do feminismo (ex.: movimento feminista e conquistas no campo da Saúde), análises sobre a pesquisa em história baseada no conceito de gênero. Esta temática corresponde a 4,3% das propostas enviadas (59, do total de 1.371 propostas).
10. **Participação Política e Movimentos Sociais:** pesquisas sobre movimentos contra a ditadura, outros movimentos sociais (ex.: LGBT) e a participação feminina; sobre a representação feminina na política e atuação das mulheres em cargos políticos, em organizações comunitárias e cooperativas; impactos e desafios atuais do movimento feminista; participação feminina no terceiro setor e em ONGs. Os estudos sobre movimentos sociais rurais foram alocados no tópico Rural, Floresta e Meio Ambiente. Esta linha representa 3,9% da demanda (53, do total de 1.371 propostas).
11. **Sexualidade e afetividade:** esta linha ocupa-se dos estudos sobre a sexualidade, a orientação sexual, conjugalidade, parentalidade, relações amorosas, estudos sobre família, transexualidade e homossexualidade²⁰¹, representações sociais sobre sexualidade, estudos sobre união homoafetiva. Esta categoria corresponde a 3,4% da demanda (47, do total de 1.371 propostas).
12. **Mídia e comunicação:** trata-se de trabalho sobre representação feminina e de gênero nos meios de comunicação (televisão, revistas, jornais, etc.), estudos sobre a comunicação dirigida para mulheres, inclusão digital, ciberativismo. Este tema tem 2,7% da demanda (37, do total de 1.371 propostas).
13. **Esporte e Educação Física:** trata-se de uma linha de investigação que analisa a participação das mulheres nos mais variados esportes, como também pesquisa sobre

²⁰¹ Aqui também foram enquadrados projetos com esses temas com o viés de saúde, tais como: *Transexualidades e saúde no Brasil: entre a invisibilidade e a demanda por políticas públicas para homens trans* – Chamada nº 32/2012.

aspectos da prática desportiva na vida e na corporalidade feminina. Também aborda as relações de gênero em ambientes esportivos, além de estudos sobre saúde e esporte, análises sobre lazer e gênero. Esta categoria representa 1,8% da demanda (25, do total de 1.371 propostas).

14. **Teoria Feminista e de Gênero:** aqui estão enquadradas as reflexões teórico-metodológicas sobre a pesquisa feminista e de gênero, análises sobre abordagens pós-estruturalistas e os estudos de gênero, sobre gênero e interseccionalidade, inserção da teoria feminista em campos teóricos como o Direito e a Filosofia. Também estão inseridas as análises sobre a formação e a expansão do campo de estudos de gênero. Esta linha representa 1,2% da demanda (17, do total de 1.371 propostas).

15. **Não se enquadra:** Propostas não enquadradas por diversas razões: estudo não aborda a temática do edital ou não se caracteriza como projeto de pesquisa, conforme enquadramento dos Comitês de Julgamento; propostas enviadas sem o projeto anexado ou com o projeto incompleto e desclassificadas. O não enquadramento corresponde a 37 propostas, ou 2,7% da demanda. O fato de ser proposta de pesquisa não impede a configuração de uma “pesquisa-ação”, onde a pesquisa envolve atividades de intervenção ou mesmo de “cooperação” com o público ao qual se dirige. No entanto, houve submissões de projetos de extensão, capacitação, propostas de organização de portal, de antologia, sem as necessárias vinculações com a atividade de pesquisa.

3.2.7 Subtemas

Os subtemas Arte, Literatura, Cultura, Rural, Floresta e Meio Ambiente surgiram, conforme explicitado, de categorias muito amplas, ou seja, da necessidade de melhor caracterização dos temas. Os estudos sobre Masculinidade entraram como subtema devido à escassez de propostas com esse foco. Inicialmente consideramos Geração, Raça e Etnicidade como temas; mas, no decorrer da análise, percebemos que eram recortes interseccionais que seriam mais bem equacionados como subtemas, uma vez que seria possível verificar onde essas intersecções mais surgem. Os subtemas de gênero, ciências e tecnologias serão detalhados no próximo capítulo. Assim, temos os seguintes subtemas:

1. **Arte:** estudos sobre a participação das mulheres nos mais variados meios artísticos.
2. **Literatura:** encontram-se as abordagens literárias e linguísticas.
3. **Cultura:** estudos como os de psicologia social, pesquisas antropológicas e sociológicas.

4. **Rural:** aqui estão os estudos sobre comunidades quilombolas e rural.
5. **Floresta:** estudos sobre comunidades indígenas e atividades extrativistas.
6. **Meio Ambiente:** pesquisas sobre pescadoras e projetos sobre desenvolvimento sustentável, sobre sistema Cantareira, sobre comunidades ribeirinhas.

As intersecções Geração, Classe, Etnicidade e Raça foram selecionadas segundo o conteúdo dos títulos e resumos. É possível que uma parte dos projetos contemple essas intersecções e não as tenha expressado no título ou no resumo do projeto, por exemplo a proposta intitulada “Retornos Socioeconômicos de Programas Sociais: Uma Questão de Gênero”, enviada na Chamada nº 45/2005, que provavelmente tem o recorte de classe, mas não necessariamente expressou isso no título ou no resumo do projeto. São exemplos de propostas segundo a intersecção:

- 1- **Classe:** Trata-se de propostas com o recorte de classe, estudos sobre pobreza, pesquisa sobre favela, pauperização, propostas que consideram a condição socioeconômica, referência a determinada classe (classe C ou classes populares). Um exemplo de proposta enviada no Edital nº 45/2005: “Gênero, pobreza, geração de tecnologia e extensão rural”.
- 2- **Etnicidade e Raça:** Estudos sobre comunidades quilombolas ou indígenas, projetos que abordam especificamente mulheres negras, pardas ou indígenas (ex.: kaingang), análises sobre o racismo (etnia, raça ou/e quilombolas). Um exemplo de projeto enviado no Edital nº 20/2010: “Análise das condicionantes para o acesso e a permanência no ensino superior a partir do gênero e da raça”.
- 3- **Geração:** Aqui foram alocados os projetos que propõem a análise de gênero a partir do recorte geracional (infância, adolescência, juventude, velhice, longevidade, menopausa/climatério, intergeracional, terceira idade, etc.). Neste tópico estão as abordagens sobre relações intergeracionais, participação das mulheres idosas no espaço público, estudos sobre a juventude, estudos sobre saberes e práticas das mulheres idosas em determinada região, qualidade de vida de um grupo, recortado por período etário. Um exemplo desse recorte é o projeto enviado na Chamada nº 20/2010: “Mulheres no atendimento em saúde: diferenças entre valores geracionais, identificação e vivências de prazer e sofrimento.”

A partir do exposto, temos o esquema temático da tabela 33.

Tabela 33 – Esquema temático

Temas	Subtemas	Intersecções
Trabalho e Economia		Raça e Etnicidade, Geração e Classe
Arte, Literatura e Cultura	Arte	
	Literatura	
	Cultura	
Sexualidade e Afetividade		
Rural, Floresta e Meio Ambiente	Rural	
	Floresta	
	Meio Ambiente	
Participação Política e Movimentos Sociais		
Saúde e Direitos Reprodutivos		
Políticas Públicas		
Educação		
Esporte e Educação Física		
Mídia e comunicação		
História das Mulheres, do Feminismo e das Relações de Gênero		
Violência		
Teoria Feminista e de Gênero		
Gênero, ciências e tecnologias	Trajetórias/História de Mulheres em Ciência e Tecnologia	
	Carreiras de Mulheres em CT e Política Científica e Tecnológica	
	Epistemologia/Teorias de Gênero e C&T	
	Construções Científicas/Tecnológicas de Gênero em Saúde, Medicina e Biotecnologia	
	Educação e GC&T	
	Divulgação Científica e Mídia: Imagens de Gênero e C&T	
	TICs e Usos da C&T	
	Recursos Naturais, Desenvolvimento e Saberes Populares	

Fonte: Elaboração própria.

Nenhum processo de categorização é simples, trata-se de simplificar realidades diversas e complexas para o melhor entendimento ou apreensão. Entende-se que parte da riqueza do objeto é perdida. Nesse sentido, houve projetos mais fáceis de enquadrar e outros mais difíceis. O projeto, por exemplo, intitulado “Assassinato de Mulheres no Ceará: antes e depois da Lei Maria da Penha”, enviado na Chamada nº 57/2008, foi incluído no eixo temático da Violência. O título, as palavras-chave (gênero, mulheres, assassinato, Maria da Penha), as áreas de atuação (gênero e violência, trabalho e gênero) da proponente e o resumo do projeto corroboravam com essa opção. Outro exemplo de fácil categorização foi o projeto, enviado na Chamada nº 20/2010, denominado “O Espaço Público e a Construção

do Gênero: contextos funerários e exposição feminina na Atenas Clássica”, enquadrado em História das Mulheres, do Feminismo e das Relações de Gênero. A proponente é da área de História.

Devido à interdisciplinaridade e à interseccionalidade, muitos projetos poderiam ser enquadrados em mais de um tema, porém a escolha foi feita no sentido de categorizar o projeto no quadro temático que mais o caracterizava. Por exemplo, pesquisas sobre o atendimento de determinado grupo de mulheres no Sistema Único de Saúde (SUS) foram enquadradas no item Saúde e Direitos Reprodutivos, conforme descrição desse tópico. Essas propostas também poderiam ter sido encaixadas no tópico Políticas Públicas. No caso deste critério, pareceu-nos relevante dar visibilidade aos estudos sobre saúde que possuem grande incursão nos estudos de mulheres e de gênero, como também a maioria das/os proponentes são de áreas relacionadas à saúde (Enfermagem, Saúde Coletiva, etc.). Os trabalhos sobre ações afirmativas nas universidades também poderiam ter sido enquadrados em Políticas Públicas, mas foram inseridos em Educação, por terem uma abordagem mais próxima a questões sobre o ensino superior.

O projeto encaminhado na Chamada nº 57/2008, por exemplo, intitulado “Meninas adolescentes e atos de agressividade na escola: uma análise a partir da intersecção gênero-sexualidade-adolescência” poderia ser inserido no eixo Sexualidade e Afetividade, por tratar de sexualidade, ou no eixo Educação, por pesquisar a questão da sexualidade e da agressividade no ambiente escolar, mas como a área indicada pela proponente é Educação e o projeto era mais dirigido para essa área, ele foi enquadrado em Educação.

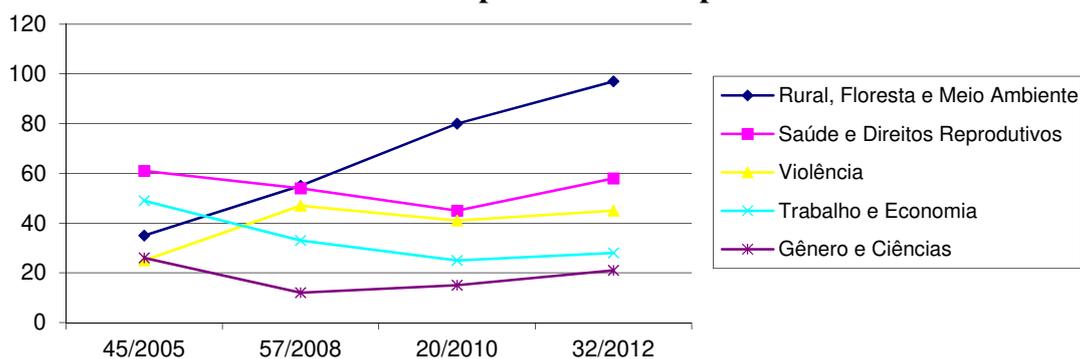
Outra dificuldade de enquadramento é o envio de propostas por um/a proponente que representa um grupo de pesquisa que congrega distintas linhas de pesquisa. Nesses poucos casos, tentamos encontrar uma categoria que pudesse retratar pelo menos boa parte do projeto. Parte dessas propostas foi enquadrada no eixo Literatura, Arte e Cultura, por ter uma linha na literatura e outros estudos na cultura, a exemplo do projeto enviado na Chamada nº 20/2010 “Construções do feminino: movimentos sociais, identidades e contextos”, do grupo de pesquisa Relações de Gênero, do Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Psicologia da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS), em que uma das linhas de pesquisa era literatura. A tabela 34 expõe o número de propostas e a porcentagem da demanda das quatro Chamadas, de acordo com os eixos temáticos:

Tabela 34 – Dados da demanda por tema**Demanda**

Tema	Nº de propostas	Porcentagem
Rural, Floresta e Meio Ambiente	267	19,5
Saúde e Direitos Reprodutivos	218	15,9
Violência	158	11,5
Trabalho e Economia	135	9,8
Arte, Literatura e Cultura	101	7,4
Educação	79	5,8
Gênero, ciências e tecnologias	74	5,4
Políticas Públicas	64	4,7
História das Mulheres, do Feminismo e das Relações de Gênero	59	4,3
Participação Política e Movimentos Sociais	53	3,9
Sexualidade e Afetividade	47	3,4
Mídia e Comunicação	37	2,7
Não se enquadra	37	2,7
Esporte e Educação Física	25	1,8
Teoria Feminista e de Gênero	17	1,2

Fonte: Elaboração própria.

A seguir fizemos um gráfico temporal de alguns dos eixos que mais receberam propostas ao longo das quatro Chamadas e da área de Gênero, Ciências e Tecnologias, cujo interesse já foi apontado. Esse gráfico permite perceber quais temas tiveram a demanda aumentada no decorrer do tempo. Destaca-se, porém, que os números apresentados no gráfico 23 são indicativos, uma vez que já explicamos o teor interpretativo das categorias.

Gráfico 23 – Histórico da demanda por Chamada e por tema

Fonte: Elaboração própria.

Como podemos perceber, o eixo temático que teve um crescimento significativo nas quatro Chamadas foi o denominado Rural, Floresta e Meio Ambiente. Na primeira Chamada, o eixo com o maior número de propostas enviadas foi o de Saúde e Direitos Reprodutivos, que nos anos subsequentes permaneceu em segundo lugar da demanda. Constatamos que, a partir da segunda Chamada (nº 57/2008), a temática rural se sobrepõe aos demais eixos e se diferencia

por seu crescimento ao longo do período. Esse dado aponta para a importância dos recursos oriundos do Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA), que, a partir da segunda chamada, aporta recursos que só podem ser aplicados nessa temática. Com recursos próprios, essa temática representa o maior volume da demanda, somando cerca de 19% do total da demanda, ou seja, 267 propostas dos 1.371 projetos, o que indica a importância e o acerto de proposições claramente induzidas, fortalecendo uma área de pesquisa que praticamente não contava com grande produção, conforme ressaltado pelo MDA em uma reunião de negociação das Chamadas.

Ao classificar a demanda no eixo Rural, Floresta e Meio Ambiente, cerca de 75% (200 propostas, de 267) são referentes ao subtema Rural. Os subtemas Meio Ambiente e Floresta representam respectivamente 15% (40 propostas) e 10% (25 propostas) da demanda total. Uma proposta foi enquadrada em dois subtemas, Rural e Floresta, e outra aborda simultaneamente três subtemas: Rural, Meio Ambiente e Floresta.

No tema Rural, encontramos muitos projetos sobre os assentamentos da reforma agrária (papel das mulheres, relações étnico-raciais), agricultura familiar, mulheres camponesas e agriculturas e geração de renda. Também estudos mais pontuais, como lazer no campo, maternidade no meio rural, prostituição rural, sobre afrodanças em comunidades quilombolas, dentre outros temas.

No subtema Meio Ambiente, encontramos a maior parte dos estudos sobre pescadoras e ribeirinhas, mas também há pesquisa sobre quebradeiras de coco, catadoras de mangaba, relação “mulheres e água”.

No subtema Floresta, temos trabalhos sobre parteiras terena, mulheres da floresta e suas tradições e saberes, relações de gênero nas comunidades indígenas, papel das mulheres indígenas, violência doméstica em comunidades indígenas. A maioria dos trabalhos sobre mulheres indígenas está enquadrada no subtema da Floresta, porém algumas propostas foram enquadradas em outros eixos, tais como Saúde e Direitos Reprodutivos, História das Mulheres, do Feminismo e de Gênero, a depender do tema e sua abordagem.

No eixo Rural, Floresta e Meio Ambiente, apesar de ser o de maior demanda, a taxa global de aprovação ocupa o quinto lugar, aproximadamente 53%. A taxa global de aprovação foi calculada segundo o total de propostas favoráveis em proporção ao número de propostas enviadas por eixo temático, o que por um lado representa a indução da área e por outro ainda aponta para uma fragilidade da área. Podemos concluir que, apesar da alta demanda, nem todas as propostas atendem ao critério de excelência. Na Chamada nº 32/2012, foi necessário diminuir

a nota de corte para aprovação de propostas nesse tema para utilizar os recursos específicos para essa área.

Outro tema representativo nas Chamadas é o eixo de Saúde e Direitos Reprodutivos, que foi o segundo da demanda, com aproximadamente 16% (218 propostas, do total de 1.371). Esse eixo também pode ser considerado um dos temas tradicionais no campo Feminista e de Gênero. Nesse tópico, há muitos trabalhos sobre acesso e atendimento às mulheres na saúde, avaliação do atendimento no Sistema Único de Saúde (SUS), estudos sobre gravidez (em alguns casos, na adolescência), menopausa, aborto, contracepção, câncer (de mama, de útero).

Estela Aquino (2006), em um estudo sobre a produção de gênero e saúde, afirma que até 1980, no Brasil, a produção estava centrada na visão materno-infantil, sobre temas como gestação, parto e aleitamento. Segundo a autora, a perspectiva da integralidade ampliou o leque de questões abordadas, passando a estudar o câncer e a hipertensão arterial – ainda na esfera reprodutiva. Também foram incorporados outros temas até então negligenciados, tais como Trabalho, Violência, Parto Cesáreo e Aborto. Esses temas, conforme relatado, foram recorrentes nas Chamadas. No entanto, segundo a autora, “gênero” tem sido incorporado como substituto de “sexo”, restringindo o seu potencial explicativo. Segundo ela, as análises incorporaram a categoria “classe”, muitas vezes, em detrimento da variável “gênero”. Assim, outro desafio seria o que a autora chamou de “incorporação da transversalidade do gênero”, ou seja, a necessidade de articulação de gênero com outras categorias: raça/etnia, classe e geração.

Neste eixo, também há concentração de abordagens específicas da área da saúde: Saúde Coletiva, Medicina, Enfermagem, Fisioterapia e Terapia Ocupacional, Odontologia. São estudos que podem ser enquadrados como Saúde das Mulheres, mas não necessariamente têm uma discussão feminista e de gênero, a exemplo do projeto aprovado na Chamada nº 45/2005, intitulado “Bioindicadores de contaminação ambiental por alumínio em mulheres climatéricas”, da área de Saúde Coletiva. Conforme já relatamos, ao longo das Chamadas, houve diferentes posicionamentos dos comitês quanto a esses projetos. Muitas propostas não foram enquadradas, porque o comitê ou o consultor entendeu que o teor da proposta não tinha aderência ao tema da Chamada. Entretanto, consta do texto das Chamadas que o estudo sobre mulheres é uma das temáticas a ser apoiadas. Assim, a princípio, projetos com o foco em saúde das mulheres, sem necessariamente uma discussão de gênero ou feminista, deveriam ter sido enquadrados na Chamada.

Londa Schiebinger (2001) aponta que até 1988 os testes com drogas eram generalizados para as mulheres, que recebiam receitas com dosagens planejadas segundo

parâmetros masculinos (peso, altura, metabolismo). A autora afirma que o corpo masculino tem sido o objeto básico da pesquisa médica. No caso americano, as reivindicações no campo de saúde das mulheres resultaram em leis federais que garantiram a inclusão das mulheres em pesquisas médicas básicas. Também resultaram no entendimento de que a saúde das mulheres não é somente saúde reprodutiva. Londa Schiebinger também apresenta as contestações sobre modelos clínicos e biomédicos centrados unicamente em uma visão de saúde restrita ao funcionamento de órgãos, contrário a uma visão mais ampla, ecossocial, que compreende a importância não somente do sexo, mas de variáveis como raça e classe. No entanto, podemos considerar que tanto a “simples” inclusão ou o foco da mulher em pesquisas sobre saúde ou um entendimento interseccional desse campo são avanços. Assim, é importante ponderar se propostas sem discussão de gênero, mas com o foco nas mulheres, e com mérito reconhecido em suas áreas de conhecimento deveriam ser consideradas para avaliação.

A taxa de aprovação desse eixo gira em torno de 43%. A taxa global de aprovação dessa Chamada variou de 62% a 32%. Assim, o eixo temático Saúde e Direitos Reprodutivos, apesar de seu destaque na demanda, ficou em 11º lugar (de 14 posições) na aprovação. Uma das possíveis explicações para essa taxa de aprovação é a falta de entendimento dos comitês sobre o enquadramento e a aprovação ou não de propostas sobre a saúde das mulheres.

Entendemos que o fato de o eixo de Saúde e Direitos Reprodutivos ocupar o segundo lugar na demanda total poderia representar uma possibilidade de parceria com o Ministério da Saúde e um possível aporte maior de recursos para o financiamento de projetos no âmbito das Chamadas do Programa Mulher e Ciência. O Ministério da Saúde já realizou parcerias com o CNPq, tendo lançado duas Chamadas na área de Saúde da Mulher com temas recorrentes nos projetos de gênero (aborto, gravidez na adolescência) submetidos nas Chamadas no programa, conforme abordamos no início do capítulo. Isso demonstrava o interesse do ministério em apoiar temáticas específicas de Saúde da Mulher.

O eixo temático da Violência ocupa o terceiro lugar na demanda, correspondendo a cerca de 12% (158 propostas, de 1.371) da demanda total. Esse é outro tema tradicional do campo Feminista e de Gênero e de forte atuação da Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM). Segundo Maria Luiza Heilborn e Bila Sorj (1999), o tema da Violência destacou-se nos estudos de gênero, em grande parte, influenciado pelo movimento feminista. As autoras, nesse balanço do campo no período 1975-1995, agrupam os trabalhos nesse tema, até o período do artigo, em três linhas: 1) estudos que focam como a justiça opera nos casos de

violência contra a mulher²⁰²; 2) pesquisas sobre as representações sobre violência; e 3) trabalhos sobre as agências (ONGs, delegacias, abrigos) que atuam nesse campo. Elas apontam para dois temas emergentes: os estudos sobre saúde e violência doméstica e sobre violência institucional, em especial as que ocorrem no sistema de saúde, no atendimento às mulheres que sofreram violência.

Por meio das informações contidas no material analisado, pode-se afirmar que persiste a predominância de estudos sobre a ótica jurídica, em especial o impacto da Lei Maria da Penha; e pesquisas, enquadradas na terceira vertente, sobre o atendimento às mulheres que sofreram violência doméstica, também no campo da saúde (avaliação de atendimento, propostas de intervenção). Esses temas são diretamente relacionados com as iniciativas de combate à violência da SPM.

Não há propostas claramente enquadradas na segunda vertente – representações sobre violência, no entanto percebe-se, pela nomenclatura exposta nos títulos pesquisados, uma gama muito diversa de abordagens do tema: violência conjugal, violência contra a mulher (o que aponta para uma visão mais naturalizada e singular das mulheres), violência contra as mulheres (provavelmente englobando a discussão sobre a não universalização da categoria mulher), violência de gênero, violência doméstica, violência doméstica contra a mulher, violência doméstica e familiar, violência doméstica intraparental, violência familiar, feminicídio, assassinato de mulheres e violência sexual. Assim, no tema da Violência, em suas distintas abordagens, predominam os trabalhos sobre o atendimento às mulheres que sofreram violência (em suas múltiplas facetas: psicológica, na delegacia, nos centros de saúde, no sistema jurídico) e estudos sobre o impacto da Lei Maria da Penha. Também há trabalhos com temas de menor frequência, tais como estudos que relacionam religião e violência doméstica; pesquisas sobre violência doméstica na gravidez e na menopausa; estudos sobre violência cometida por mulheres, como infanticídio; violência intrafamiliar e heteronormatividade; violência de gênero na universidade (UNICAMP).

O quarto eixo com o maior número de processos é o de Trabalho e Economia, que corresponde a cerca de 10% (135 propostas, de 1.371) do total de propostas enviadas. Neste eixo, há muitas propostas sobre mulheres em determinadas profissões (policiais, comerciárias, Forças Armadas, executivas, diplomatas, odontólogas, contadoras, arquitetas, empregadas domésticas, neurocirurgiãs, dentre outras). Há maior número de propostas sobre policiais,

²⁰² Aqui citam o trabalho inaugural nesta área de Mariza Correa, sua tese de mestrado *Os atos e os autos* (1975), posteriormente publicada em formato de livro: *Morte em Família*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

executivas, comerciárias e prostitutas. Também há projetos submetidos sobre gênero e empreendedorismo; gênero e variáveis econômicas (endividamento, desenvolvimento econômico, diferenças salariais, economia solidária); e divisão sexual do trabalho. Também há estudos menos recorrentes sobre mulheres em cooperativas, no Terceiro Setor, precarização do trabalho, disponibilidade de creches e pré-escolas e inserção no mercado, economia feminista, assédio moral e sexual no ambiente produtivo.

Os estudos sobre trabalho até a década de 1970 assumiam uma visão homogênea da classe trabalhadora em que o trabalho das mulheres e as desigualdades de gênero eram invisibilizados: o feminismo teve papel central ao introduzir na vida sindical o questionamento do poder masculino, da invisibilidade das mulheres e de suas questões específicas (ARAÚJO, Ângela, 2002).

Maria Luiza Heilborn e Bila Sorj (1999) assinalam que o trabalho feminino foi um dos primeiros temas pesquisados pelas feministas no final dos anos 1960 e 1970. Segundo as autoras, a visão predominante de que a subordinação social era oriunda da exclusão das mulheres do mercado de trabalho. Outro fator era a forte influência da teoria marxista daquele período, favorecendo as análises de gênero sobre o trabalho. Ainda segundo elas, as contribuições principais dos estudos de gênero para a sociologia do trabalho foi ressaltar a importância da dimensão cultural nessa esfera, bem como criticar o paradigma econômico de que os indivíduos se pautam estritamente por interesses racionais. Por meio da análise dos dados das Chamadas, percebe-se que esta área não tem mais o mesmo destaque.

Magda Neves (2013) faz um breve balanço sobre gênero e trabalho na sociologia. A autora organiza a discussão da produção na área em três partes: a presença da mulher no mercado de trabalho; divisão do trabalho e relações de gênero; e globalização e reestruturação produtiva. Nessa primeira vertente, as pesquisas buscam visibilizar o trabalho feminino, buscando entender permanências e mudanças. Na segunda vertente, houve um questionamento “sobre os paradigmas clássicos de análise do mundo do trabalho e demonstrando a importância em articular o espaço produtivo e o espaço doméstico, as relações familiares e as relações de trabalho” (NEVES, Magda, 2013, p. 418). A terceira vertente busca compreender os novos processos de estruturação produtiva em torno de iniciativas que visam tanto a formas mais equânimes de distribuição de renda (economia solidária, cooperativas) quanto a novas formas de apropriação da mão de obra (terceirização). Essa divisão contempla, conforme especificado, a maioria das propostas enviadas nas quatro Chamadas, com maior produção nas primeiras vertentes.

O quinto eixo com maior demanda de projetos é Arte, Literatura e Cultura, com 7% da demanda (101 projetos, de 1.371). Este eixo temático, por ser amplo e diversificado, foi dividido em subtemas. O subtema da Arte recebeu 15 projetos e, dentro deste eixo, tem a menor demanda. Em Arte há propostas sobre teatro, cinema, porém temas relativos à música são predominantes. No subtema Literatura, são recorrentes os trabalhos sobre autoria e escrita feminina (total de 32 projetos, cerca de 32% do total do eixo). O subtema Cultura é o mais representativo em termos de demanda neste eixo (54 projetos). Aqui estão alocadas as pesquisas de cunho mais sociocultural, por exemplo corridas ilegais de carro e moto e a construção da masculinidade. Neste subtema, encontram-se muitos trabalhos com recorte geracional, em especial sobre idosos.

A Educação aparece em sexto lugar como eixo com demanda mais numerosa. Nas quatro Chamadas, foram 79 propostas enquadradas neste item, de 1.371, cerca de 6% do total de propostas recebidas. São tópicos deste eixo o mapeamento segundo sexo e outros marcadores em vários níveis do ensino, formação docente, a análise do Programa Gênero e Diversidade na Escola, avaliação de material didático, currículo e gênero, até temas mais inovadores, tais como o “Ensino religioso em escolas públicas: ameaças ao Estado laico e aos direitos sexuais e reprodutivos”.

Também com a margem de 6%, ou 74 projetos, está a demanda na temática de Gênero, Ciências e Tecnologias. Por ser de interesse direto desta pesquisa, trataremos este tópico mais detalhadamente no próximo capítulo.

O eixo temático Políticas Públicas corresponde a cerca de 5% da demanda (64 projetos, de 1.371). Neste eixo tivemos alguns tópicos emergentes: três propostas sobre acesso ao espaço público urbano (duas propostas na Chamada nº 45/2005 e uma na Chamada nº 32/2012); uma proposta sobre segregação espacial segundo raça e gênero (Chamada nº 57/2008); e outro projeto sobre segregação espacial na favela (Chamada nº 32/2012). No tema Políticas Públicas, aparecem propostas de análise dos programas governamentais, em especial o Programa Bolsa Família. Também aparecem projetos sobre crianças em abrigos e mulheres encarceradas.

No eixo História das Mulheres, do Feminismo e das Relações de Gênero, com cerca de 4% da demanda (59 projetos, de 1.371), há uma diversidade de propostas que remetem a assuntos como as mulheres na Atenas Clássica e gênero na Amazônia Antiga. O tema mais recorrente neste item é sobre atuação e contribuições do movimento feminista em diferentes aspectos: luta pelo voto, no combate à violência, na resistência contra a ditadura militar.

Também com aproximadamente 4% da demanda (53 propostas, de 1.371), foram enquadradas as propostas em Participação Política e Movimentos Sociais. Há propostas sobre as mulheres e carreira política, participação feminina em ONGs, atuação das mulheres nos movimentos sociais (MST, feminista, etc.).

O eixo Sexualidade e Afetividade representa cerca de 3% das propostas, totalizando 47 propostas enviadas nas quatro Chamadas (do total de 1.371). Neste eixo, também há uma diversidade ampla de temas abordados: há propostas de pesquisa sobre sexualidade feminina, orientação sexual, transexualidade, união homoafetiva, relações afetivo-sexuais, conflito entre casais, homoparentalidade, sexualidade na terceira idade, mercado do sexo, intersexualidade.

Também com cerca de 3% da demanda encontra-se o eixo de Mídia e Comunicação (37 propostas, de 1.371). Parte das propostas enquadradas nesta temática é sobre representação feminina na mídia. Também há propostas pontuais sobre relação das mulheres com as tecnologias de comunicação e atuação feminina no ciberativismo.

Esporte e Educação Física pode ser considerada uma área temática emergente no campo de gênero. Este eixo representou cerca de 2% da demanda (25 propostas, de 1.371). A maior parte das propostas concentra-se sobre a participação das mulheres nos mais variados esportes: futebol, rugby, nas Olimpíadas.

Segundo Silvana Goellner (2012), a pesquisa sobre gênero no âmbito da história do esporte tem despontado, no cenário brasileiro, desde 1980. A autora também destaca que uma das contribuições do campo temático é o rompimento da concepção que a participação feminina e masculina nos diferentes esportes seria justificada pela diferença biológica. Ela aponta para a dupla marginalidade temática, onde os estudos feministas não têm dado tanta atenção para os estudos sobre esporte e vice-versa. Segundo a pesquisadora, as primeiras abordagens neste tema foram dirigidas a dar visibilidade às mulheres na história do esporte. Outra linha teórica apontada no artigo é a participação de mulheres em esportes representados como masculinos e de homens naqueles considerados femininos. As pesquisas sobre masculinidades no esporte, homossexualidade, estudos que rompem com os binarismos (homem-mulher, feminino-masculino, hetero-homo) e abordagens interseccionais, segundo Silvana Goellner, ainda são incipientes.

Com aproximadamente 1% da demanda (17 propostas, das 1.371), foram as propostas de recorte mais teórico alocadas no eixo Teoria Feminista e de Gênero. Neste eixo, estão alocados os projetos que relacionam a teoria feminista com outras teorias, tais como as abordagens pós-estruturalistas, queer, epistemologia feminista e mapeamento do campo.

3.2.8 Intersecções, cossustancialidades e categorias de articulação

Desde o início, os textos das Chamadas expressavam o incentivo para a produção de pesquisas interseccionais:

Tem por objetivo selecionar propostas para apoio financeiro a projetos que visem a contribuir significativamente para o desenvolvimento científico e tecnológico do país, estimulando e fortalecendo a produção de pesquisas e estudos relacionados aos temas Relações de Gênero, Mulheres e Feminismos, buscando contemplar a intersecção com as seguintes abordagens: classe social, geração, raça, etnia e sexualidade. (Chamada nº 20/2010).

A interseccionalidade pode ser percebida nos títulos das propostas enviadas, embora não seja sempre explícita nos projetos, por exemplo em uma proposta da Chamada nº 32/2012: “Mulheres e espaço urbano: gênero, raça e classe na literatura brasileira contemporânea”, que foi enquadrada em Arte, Literatura e Cultura, subtema Literatura; ou em outro projeto da Chamada nº 57/2008, intitulado “Interseccionalidade entre gênero, classe social e raça/etnia nas trajetórias escolares e profissionais de mulheres do sul de Santa Catarina”, que foi enquadrado em Educação.

Assim, por meio da pesquisa dos títulos das propostas, buscamos a incidência das palavras relacionadas a classe, raça, etnia e geração. As propostas foram classificadas por intersecções: geração, classe, etnicidade e raça. Os tópicos relacionados à sexualidade, que poderiam ser classificados também de modo interseccional, foram alocados na categoria temática Sexualidade e Afetividade. A busca nos títulos das propostas foi utilizada como um indicador. Provavelmente há propostas que trabalham com interseccionalidade sem expressar esse caráter no título.

Tabela 35 – Dados sobre interseccionalidade

Intersecção	Número total de propostas	Porcentagem do total (1.371)
Classe	58	4,2%
Etnicidade e Raça	141	10,3%
Geração	147	10,7%

Fonte: Elaboração própria.

Podemos constatar que algumas intersecções têm sido mais usuais que outras. O recorte geracional, que a princípio não constava dos textos sobre as formas de articulação dos marcadores da diferença, aparece em primeiro lugar em nossa pesquisa. Assim, em geral, as propostas têm associado gênero à geração (147 propostas, de 1.371) mais frequentemente que

classe. A associação de gênero com raça e etnia (141 propostas, de 1.371) também tem maior incidência que classe.

A associação classe e gênero – de certa forma foi uma das primeiras a ser feitas já pelas feministas socialistas – aparece com cerca da metade do percentual das outras duas intersecções (geração e etnicidade e raça). Assim, o recorte de classe (58 propostas, de 1.371) tem sido muito menos utilizado que as outras intersecções referentes à raça/etnia e à geração. Segundo Helena Hirata (2014), a análise interseccional visibiliza mais o par gênero-raça, invisibilizando, de certa forma, a dimensão da classe social.

É importante destacar ainda que a margem de 10% é significativamente baixa para um campo que preza não homogenizar ou naturalizar a categoria Gênero. Assim, percebe-se que a pesquisa interseccional tem sido ainda um desafio metodológico para os estudos feministas e de gênero.

Também constatamos que, no total de 1.371 propostas, foram encontradas somente 3 sobre pessoas com deficiência, duas delas submetidas e aprovadas pela mesma proponente, em Chamadas diferentes, sobre mulheres surdas. Pode-se inferir que a intersecção de gênero com o tema das pessoas com deficiência ainda é incipiente no Brasil.

Outro tema que apareceu somente em uma proposta foi sobre mulheres obesas. Ao considerar que parte da produção realizada no campo de gênero e feminista é centrada nos estudos de corporalidades, parece contraditório não encontrarmos estudos sobre obesidade.

Também se destaca que são poucos os projetos, cerca de 1% das propostas submetidas, que têm uma abordagem internacional, ou seja, realizam uma comparação entre países, contextualizam suas propostas em âmbito internacional e/ou se referem a problemas de âmbito internacional. Pode-se concluir que o campo de Relações de Gênero no Brasil, por meio da amostra apresentada nessas Chamadas, tem refletido e pesquisado basicamente questões locais, embora exista vasta produção internacional, em língua inglesa e mesmo em língua espanhola, dada a ampla produção em países latino-americanos, tais como Argentina, que está presente em publicações nacionais como nos *Cadernos Pagu*.

3.3 Uma análise sobre processos de avaliação

A seguir apresentamos e analisamos os processos de seleção e aprovação das propostas submetidas no âmbito do Programa Mulher e Ciência. Os processos de avaliação dessas Chamadas seguem as normas e os procedimentos gerais estabelecidos pelo CNPq. A única diferença que detalharemos é a formação interdisciplinar dos comitês. Também analisaremos o perfil dos comitês quanto aos marcadores sociais, tais como sexo, raça e etnia, localidade, instituição e área disciplinar, na tentativa de compreender a influência da sua composição nos processos de julgamento.

3.3.1 Processos de avaliação

Após o envio final das propostas, dentro do prazo estipulado na Chamada, para submissão, as propostas são automaticamente alocadas nas áreas indicadas nos projetos. Conforme já afirmamos, a área do projeto é assinalada pela/o proponente no formulário de envio da proposta. Assim, um projeto na área de Saúde Coletiva será analisado pela equipe técnica dessa área no CNPq. A primeira fase da seleção consiste em analisar as propostas quanto aos seus aspectos formais, ou seja, segundo os critérios de enquadramento aos requisitos para participar da Chamada (se o/a proponente tem título de doutor/a, se o enquadramento por categoria está correto, se o conteúdo da proposta está de acordo com os objetivos da Chamada). Esse primeiro enquadramento é denominado pré-seleção. Após essa fase, as propostas pré-selecionadas são encaminhadas pela equipe técnica da área do projeto às/aos consultoras/es da área em que está enquadrado o projeto. São selecionadas/os, pelo menos, duas/dois pareceristas para cada proposta.

Após o prazo de envio dos pedidos de pareceres e transcorrido o prazo para seu recebimento, é convocado pelo CNPq um Comitê de Julgamento para a realização final do processo de seleção de propostas. Diferentemente da maioria das análises de pedido de auxílio e/ou bolsa do CNPq, os Comitês das Chamadas do Programa Mulher e Ciência não seguem uma matriz disciplinar, uma vez que o campo de estudos de gênero é interdisciplinar. Nas Chamadas do “Universal²⁰³”, por exemplo, os comitês são disciplinares, ou seja, as propostas de História são alocadas no Comitê da História; os

²⁰³ A Chamada denominada Universal congrega a demanda de todas as áreas do conhecimento.

projetos de Sociologia, no Comitê de Ciências Sociais, formado pelas áreas de Antropologia, Arqueologia, Ciência Política, Direito, Relações Internacionais e Sociologia. A formação dos comitês, seus membros (titulares e suplentes), bem como as normas gerais de funcionamento, estão disponíveis na página do CNPq, na parte de informações institucionais²⁰⁴.

O comitê é composto – como nos demais processos de avaliação do CNPq – preferencialmente por pesquisadoras/es que tenham Bolsas de Produtividade em Pesquisa nas categorias 1 ou 2. Uma das justificativas para a escolha de pesquisadoras/es com bolsa de Produtividade em Pesquisa é o entendimento de que já passaram pelo crivo do reconhecimento da comunidade acadêmica, são pesquisadoras/es em geral com notória trajetória na pesquisa e portanto aptas/os a realizar o julgamento dos pares. Na ausência ou impossibilidade de reunir essas/es avaliadoras/es, excepcionalmente o CNPq convida especialistas conhecidas/os das respectivas áreas, mesmo que não tenham bolsa.

Outro critério utilizado é selecionar pesquisadoras/es que preferencialmente não tenham submetido proposta para aquela Chamada. Além desses critérios, também são consideradas para composição do comitê, sempre que possível, a representatividade por área, por região e por sexo. É importante ressaltar que nem sempre é possível formar o comitê ideal, em função dos critérios elencados, da compatibilidade das agendas de pesquisadoras/es e dos prazos da Chamada (prazo final para empenho de recursos, por exemplo).

Os nomes para composição do Comitê de Julgamento são propostos pelo/a gestor/a responsável da Chamada. A composição sugerida é submetida à Coordenação-Geral do Programa de Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais Aplicadas (CGCHS) e à Diretoria Executiva do CNPq para aprovação.

No primeiro dia de reunião, o Comitê de Avaliação é recebido pelo/a analista responsável pela Chamada, pelo/a coordenador/a técnico/a da Coordenação do Programa de Pesquisas em Ciências Sociais Aplicadas e Educação (COSAE) e pelo/a coordenador/a-geral da Coordenação-Geral do Programa de Pesquisas em Ciências Humanas e Sociais Aplicadas (CGCHS). O acompanhamento e a gestão das Chamadas do PMC são de responsabilidade da COSAE, que por sua vez está alocada na CGCHS.

No início da reunião, o comitê é orientado sobre o conteúdo da Chamada (ex.: a necessidade de destinar o valor aportado pelo MDA em projetos enquadrados na área rural),

²⁰⁴ Disponível em: <<http://tinyurl.com/zbhuyvb>>. Acesso em: 18 set. 2015.

sobre os procedimentos do sistema na Plataforma Carlos Chagas (como visualizar a proposta, os pareceres das/os consultoras/es, como emitir parecer) e sobre dados gerais da demanda. Os processos são distribuídos segundo a proximidade com a área de atuação do membro do Comitê.

Também nesta fase inicial da reunião é necessário que as/os integrantes do Comitê escolham a/o presidente da comissão. Em geral, é escolhido/a um/a pesquisador/a mais experiente no campo ou nos processos de avaliação. Esse/a coordenador/a tem por responsabilidade orientar e coordenar os trabalhos do comitê, com o fim de definir o número de propostas recomendadas, a partir do mérito e relevância, e em conformidade com as diretrizes e prioridades definidas na Chamada Pública. Finalizado o processo de avaliação e seleção de propostas, a Diretoria Executiva do CNPq aprecia o resultado e autoriza a divulgação na página do órgão.

3.3.2 Sobre a reconsideração

A partir da divulgação dos resultados da Chamada na página do CNPq, as/os pesquisadoras/es que tiveram suas propostas recomendadas e aprovadas podem assinar o Termo de Aceitação de apoio financeiro e dar início à vigência do projeto de pesquisa. Em relação às propostas não recomendadas, é aberto o prazo de dez dias corridos para apresentar pedido de reconsideração do resultado. O pedido de reconsideração é analisado primeiramente pela área técnica, em seguida pela/o representante do Comitê que analisou inicialmente a proposta e por último pela Comissão Permanente de Análise de Recursos (COPAR), que, após o exame, encaminha o resultado para deliberação final da Diretoria Executiva do CNPq e divulgação dos resultados.

É importante esclarecer que todas as Chamadas do CNPq incluem a possibilidade de solicitar reconsideração. Esse é um direito de quem participa de um processo de seleção ou avaliação.

Ao longo das quatro Chamadas do PMC, em um total de 1.371 propostas, foram solicitadas 46 reconsiderações (cerca de 3%). Dentre elas, somente cinco foram favoráveis. Mais detalhes na tabela 36.

Tabela 36 – Número de propostas de reconsideração por parecer e por Chamada

Chamada	Reconsideração	Desfavorável	Favorável
452005	0	0	0
572208	7	7	0
202010	10	6	4
322012	29	28	1
Totais	46	41	5

Fonte: Elaboração própria.

Das cinco reconsiderações que foram favoráveis, duas tinham recebido favorável no mérito, mas os valores concedidos tornavam inviáveis as propostas. Assim, esses valores foram reconsiderados. As outras três reconsiderações foram realmente de conteúdo, onde os esclarecimentos enviados pelas/os proponentes foram acatados pelo comitê e pelo CNPq. Somente 11% (5 reconsiderações, do total de 46) foram favoráveis. Esse percentual é relativamente baixo, ou seja, evidencia que nas Chamadas do PMC a chance de se reverter uma decisão tomada pelo comitê foi pequena, o que ressalta a importância de critérios adequados para a formação dos Comitês de Julgamento.

3.3.3 Sobre o perfil dos Comitês

Para cada Chamada, é aberto um processo administrativo. Consultamos os processos das Chamadas para levantar os nomes dos comitês, uma vez que tivemos acesso somente às atas das duas últimas Chamadas do Programa Mulher e Ciência (nº 20/2010 e nº 32/2012). A partir desses nomes, todo um processo trabalhoso foi realizado: buscar o perfil de cada um dos 32²⁰⁵ integrantes dos comitês em seu currículo Lattes (sexo, raça/cor, instituição de vínculo, área de atuação, se é bolsista ou não de Produtividade em Pesquisa, nível PQ). Os dados pessoais como raça/cor só são possíveis acessar na Plataforma Lattes a partir de 2013. O campo “instituição” foi pesquisado no endereço profissional cadastrado e no item de atuação profissional. A área de conhecimento foi selecionada a partir da primeira linha cadastrada na área de atuação. Também foi necessário acessar outro sistema interno, o CNPq Sistemas, para buscar a informação se o membro do comitê era bolsista à época da reunião da comissão.

A tabela 37 apresenta a lista completa de pesquisadoras/es por Chamada, área do conhecimento, instituição e região:

²⁰⁵ O total de pesquisadoras/es que participaram das quatro Chamadas foi 35, porém três pesquisadoras foram chamadas duas vezes: Lucila Scavone (Unesp), Maria Ignez Silveira Paulilo (UFSC) e Neuma Figueiredo de Aguiar (UFMG).

Tabela 37 – Composição dos Comitês de Julgamento por Chamada

Chamada	Nome Pesquisador/a	Área	Instituição	UF
45/2005	Deis Elucy Siqueira	Sociologia	UnB	DF
45/2005	Durval Muniz de Albuquerque Júnior	História	UFRN	RN
45/2005	Elioenai Dornelles Alves	Enfermagem	UnB	DF
45/2005	Heleieth Iara Bongiovani Saffioti	Sociologia	PUC/SP	SP
45/2005	Maria Ignez Silveira Paulilo	Sociologia	UFSC	SC
45/2005	Marlene Catarina de Oliveira Lopes Melo	Administração	UFMG	MG
45/2005	Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva	Educação	UFSCar	SP
45/2005	Russel Parry Scott	Antropologia	UFPE	PE
45/2005	Terezinha de Camargo Viana	Psicologia	UnB	DF
57/2008	Brigido Viseu Camargo	Psicologia	UFSC	SC
57/2008	Gema Galgani Silveira Leite Esmeraldo	Sociologia	UFC	CE
57/2008	Lúcia Rotenberg	Saúde Coletiva	Fiocruz	RJ
57/2008	Maria Jose Teixeira Carneiro	Sociologia	UFRRJ	RJ
57/2008	Claudia Junqueira de Lima Costa	Letras	UFSC	SC
57/2008	Neuma Figueiredo de Aguiar	Sociologia	UFMG	MG
57/2008	Sérgio Luis Carrara	Antropologia	UERJ	RJ
20/2010	Denice Barbara Catani	Educação	USP	SP
20/2010	Emiko Yoshikawa Egry	Enfermagem	USP	SP
20/2010	Hilka Pelizza Vier Machado	Administração	UEM	PR
20/2010	Joana Maria Pedro	História	UFSC	SC
20/2010	João Bôsko Hora Góis	Serviço Social	UFF	RJ
20/2010	Julia Sursis Nobre Ferro Bucher-Maluschke	Psicologia	UCB	DF
20/2010	Lia Zanotta Machado	Antropologia	UnB	DF
20/2010	Lucila Scavone	Sociologia	Unesp	SP
20/2010	Marco Aurélio Máximo Prado	Psicologia	UFMG	MG
20/2010	Neuma Figueiredo de Aguiar	Sociologia	UFMG	MG
20/2010	Regina Maria Barbosa	Saúde Coletiva	UNICAMP	SP
32/2012	Clara Maria de Oliveira Araujo	Sociologia	UERJ	RJ
32/2012	Cláudia Pereira Vianna	Educação	USP	SP
32/2012	Cristina Scheibe Wolff	História	UFSC	SC
32/2012	Lucila Scavone	Sociologia	Unesp	SP
32/2012	Maria Margaret Lopes	História	UNICAMP	SP
32/2012	Maria Ignez Silveira Paulilo	Sociologia	UFSC	SC
32/2012	Renata Menasche	Antropologia	UFPel	RS
32/2012	Rosa Maria Godoy Serpa da Fonseca	Enfermagem	USP	SP

Fonte: Elaboração própria.

É importante esclarecer que o convite para participar do Comitê de Julgamento é feito ao/à pesquisador/a que não tenha submetido proposta como coordenador/a naquela Chamada. No caso das Chamadas do PMC, esse critério foi plenamente aplicado. Nenhum/a dos/as componentes do Comitê de Julgamento submeteu proposta à Chamada na qual participou do julgamento. Essa é uma recomendação a ser observada, mas que, a depender da área ou da Chamada, não é factível. Esse critério é aplicado na tentativa de aumentar o grau de isenção do comitê no momento da avaliação.

Como é possível perceber, os Comitês de Julgamento das Chamadas do Programa Mulher e Ciência são formados, em sua maioria, por mulheres – cerca de 80% do Comitê, ou 28 mulheres, em um total de 35 pesquisadoras/es.

Do total de 35 pesquisadoras/es, uma pesquisadora não quis informar seu pertencimento étnico-racial. Esse dado é importante, porque, no nosso entender, pesquisadoras/es desse campo, em tese, deveriam compreender quão importante são os marcadores sociais, entre eles raça e cor, para a elaboração de análises que consideram a equidade social. Por que considerar sexo um marcador importante e não raça/etnia?

A informação “não atualizado” refere-se ao currículo da pesquisadora e pioneira no campo de gênero Heleieth Saffioti²⁰⁶, que faleceu em 2010, antes da implementação do item cor/raça na Plataforma Lattes (2013).

Tabela 38 – Composição dos Comitês de Julgamento por raça/cor, segundo dados do Lattes

Raça/cor	Número de Pesquisadoras/es
amarela	1
branca	29
não atualizado	1
não informada	1
parda	2
preta	1
Total	35

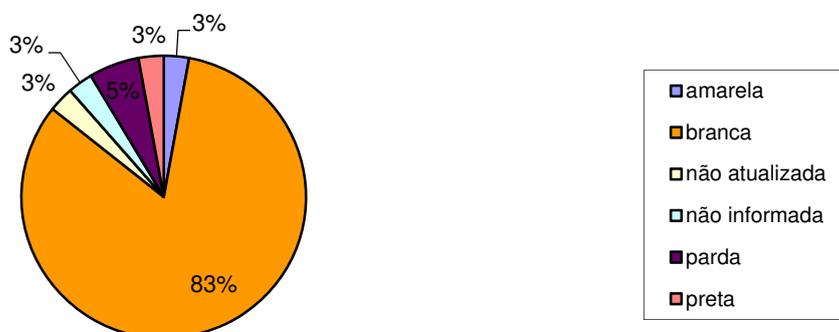
Fonte: Elaboração própria.

A maior parcela do comitê é branca, 83% (29 membros, do total de 35 participantes) conforme é possível perceber no gráfico 24. Na composição dos quatro comitês, três participantes são negras/os (uma pesquisadora declarou-se preta, outra parda e um pesquisador pardo). Não houve a participação de nenhum/a representante indígena. Essa configuração pode ser explicada, em parte, pela própria representação étnico-racial nas bolsas de Produtividade em Pesquisa. Conforme já informado, a população negra (pretas/os e pardas/os) não atinge 10% das/os bolsistas PQ (percentual total de mulheres negras bolsistas PQ: 7,0%; e homens negros bolsistas PQ:

²⁰⁶ A tese da prof^a Heleieth Saffioti, *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade*, defendida em 1967, foi um marco na produção acadêmica sobre a mulher (PINTO, Celi, 2003). Sua importância justifica-se, segundo a autora, por diversas razões, dentre elas ter conseguido levar o tema da opressão da mulher para dentro do debate marxista. A prof^a Heleieth foi homenageada na terceira edição do projeto Pioneiras da Ciência, que é um desdobramento do Programa Mulher e Ciência, sobre o projeto Pioneiras, o qual será mencionado à frente neste trabalho. Verbete da prof^a Heleieth disponível em: <<http://tinyurl.com/zlb9rs5>>. Acesso em: 29 set. 2015.

9,5%). Na categoria de maior status dessa modalidade (1A), a participação de mulheres negras é somente de 2,6% (TAVARES, Isabel, *et al.*, 2015).

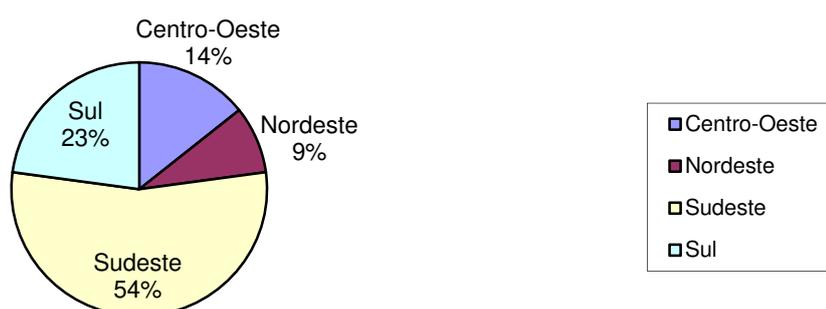
Gráfico 24 – Percentual por raça/cor da composição dos Comitês de Julgamento das Chamadas



Fonte: Elaboração própria.

Conforme demonstra o gráfico 25, um pouco mais da metade das/os participantes dos Comitês de Julgamento das propostas do programa são do Sudeste, cerca de 55%, ou 19 integrantes, do total de 35. O Sul é a segunda região mais bem representada nas comissões, com 23%, ou 8 pesquisadores. A soma da porcentagem de representantes do Centro-Oeste (14%, ou 5 membros); e do Nordeste (9%, ou 3 integrantes) é igual ao percentual do Sul. Não houve representante do Norte em nenhum Comitê Julgador das Chamadas do PMC.

Gráfico 25 – Percentual por região da composição dos Comitês de Julgamento das Chamadas



Fonte: Elaboração própria.

Das/os membros dos comitês oriundos do Centro-Oeste, 4 do total de 5 são da Universidade de Brasília (UnB) e um da Universidade Católica de Brasília (UCB). Logo, pode-se afirmar que a representação da Universidade de Brasília (UnB), além de ser a instituição de vínculo de muitas pesquisadoras reconhecidas na área, também é justificada pela facilidade de convidar pesquisadoras/es de Brasília, uma vez que o CNPq está localizado nesta cidade.

Das 27 unidades federativas, somente 10 tiveram representação nos comitês dos programas, cerca de 37%. O estado de São Paulo foi o que teve a maior representação nos comitês, com aproximadamente 29% (10 membros, do total de 35), seguido de Santa Catarina (17%, ou 6 membros, de 35).

Essa composição também pode ser observada na representação por instituição. As mais representadas nos comitês foram: Universidade de Santa Catarina (6 pesquisadores, do total de 35, 17%), Universidade Federal de Minas Gerais (4 pesquisadores, 11%), Universidade de Brasília (4 pesquisadores, 11%) e Universidade de São Paulo (4 pesquisadores, 11%). Não houve participação de pesquisadores da Universidade Federal da Bahia, que, conforme já mencionado, tem tradição e reconhecimento na área de gênero, por possuir um núcleo de pesquisa consolidado, por ter graduação e pós-graduação na área, além de ter pesquisadoras/es atuantes no campo.

Das 59 áreas do conhecimento que tiveram propostas enviadas, somente 10 estiveram representadas na composição dos Comitês de Julgamento das propostas do campo de gênero, ou seja, cerca de 17%. A Sociologia foi a área mais bem representada nas comissões, cerca de 31%, ou 11 pesquisadores dessa área, do total de 35. As áreas de Sociologia e Antropologia somam 15 membros nos comitês. Juntas, representam cerca de 43% das áreas participantes. A Antropologia, a História e a Psicologia tiveram cerca de 11% de representantes no comitê, ou seja, 4 membros em cada uma dessas áreas, conforme a tabela 39.

Tabela 39 – Composição dos Comitês de Julgamento por área do conhecimento

Grande área do conhecimento	Área do conhecimento	Número de pesquisadores/as
Ciências Humanas	Sociologia	11
Ciências Humanas	História	4
Ciências Humanas	Psicologia	4
Ciências Humanas	Antropologia	4
Ciências Humanas	Educação	3
Ciências da Saúde	Enfermagem	3
Ciências Sociais Aplicadas	Administração	2
Ciências da Saúde	Saúde Coletiva	2
Linguística, Artes e Letras	Letras	1
Ciências Sociais Aplicadas	Serviço Social	1
Total		35

Fonte: Elaboração própria.

Como é possível perceber, há uma concentração na área de Ciências Humanas, 26 membros, do total de 35, são oriundas/os dessa grande área do conhecimento, cerca de 74%. Essa concentração de pesquisadoras/es das áreas de Humanas, do campo de Estudos de Gênero e Feministas, em especial de Sociologia, reflete a demanda das Chamadas. No entanto, o fato

de o comitê ser formado sem uma rotatividade de áreas pode diminuir sua sensibilidade para a abordagem em outras áreas do conhecimento e para novos temas.

Conforme já afirmamos, a formação dos comitês das Chamadas de Relações de Gênero, Mulheres e Feminismos segue a recomendação do CNPq de convidar pesquisadoras/es bolsistas de Produtividade em Pesquisa (PQ), por terem alcançado, em tese, o reconhecimento dos seus pares. Na constituição dos quatro comitês, do total de 32 pesquisadoras/es participantes, somente 4 não tinham bolsa PQ à época do julgamento²⁰⁷.

A maior parte das/os bolsistas PQ (42%, ou 13 pesquisadoras/es, do total de 31) que compuseram os comitês tinham, na ocasião, bolsa no nível inicial da modalidade, ou seja, nível 2. Quanto maior o nível da bolsa, menor o número de representantes, conforme a tabela 40.

Tabela 40 – Composição dos Comitês de Julgamento segundo bolsa PQ

Nível da bolsa PQ	Número de pesquisadoras/es
2	13
1C	7
1D	5
1B	4
1A	2
Total	31

Fonte: Elaboração própria.

Há 8 pesquisadoras/es que participaram das comissões dos prêmios (período analisado: 2005-2012) e dos Comitês de Julgamento das Chamadas (total 35), segundo atesta a tabela 41.

Tabela 41 – Pesquisadoras/es que participaram dos Comitês dos Prêmios e das Chamadas

Nome	Instituição	Área	Prêmio	Chamada
Cláudia Pereira Vianna	USP	Educação	2008	32/2012
Deis Elucy Siqueira	UnB	Sociologia	2007 e 2009	45/2005
Durval Muniz de Albuquerque Júnior	UFRN	História	2007, 2009 e 2011	45/2005
Joana Maria Pedro	UFSC	História	2005	20/2010
Lia Zanotta Machado	UnB	Antropologia	2011	20/2010
Lucila Scavone	UNESP	Sociologia	2008	20/2010
Maria José Teixeira Carneiro	UFRRJ	Sociologia	2010	57/2008
Russell Parry Scott	UFPE	Antropologia	2008	32/2012

Fonte: Elaboração própria.

²⁰⁷ Aqui foi necessário consultar o histórico de bolsas e auxílios de cada membro dos Comitês de Julgamento das Chamadas do PMC e verificar se no período do julgamento do qual faziam parte tinham ou não bolsa.

Pode-se dizer que a participação em um Comitê de Julgamento gera um capital científico, ou seja, a visibilidade de participar em um julgamento pode gerar mais convites para participação em outras comissões. Essa pode ser elencada como uma das contribuições do programa, porque possibilitou a participação de pesquisadoras/es que antes nunca haviam tido essa oportunidade, mesmo pesquisadoras/es bolsistas, especialistas reconhecidas/os em suas respectivas áreas, que pela lógica da competição e/ou hierarquias internas das áreas nunca haviam participado dos comitês.

Essa inclusão viabilizada pelo Programa Mulher e Ciência contribuiu também para a maior familiarização e capacitação de pesquisadoras/es para participarem nos processos de avaliação de agências de fomento e, conforme afirmamos, gerou um capital científico de visibilidade e experiência, que proporciona outros convites para participação em outras comissões.

Uma das dificuldades específicas para formar o comitê para as Chamadas de Relações de Gênero, Mulheres e Feminismos é que, por se tratar de uma oportunidade de financiamento delimitada pela temática, a maioria das/os pesquisadoras/os do campo participa, diminuindo assim o rol de potenciais participantes nos Comitês de Julgamento.

Pelos resultados até agora abordados, há uma relação entre demanda, formação do comitê e aprovação, porém essa relação não é linear e direta. Se por um lado temos, por exemplo, maior demanda, maior representatividade nos Comitês de Julgamento e consequente maior aprovação de propostas do Sudeste, da Sociologia, da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG); por outro temos a área da Ciência Política, no 10º lugar no número de propostas aprovadas, que não teve representação nos comitês. A Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) também não tiveram representantes nos comitês e estão entre as instituições com o maior número de aprovações.

Para uma avaliação de maior escopo, precisaríamos contar com outros trabalhos de caráter similar. Embora tenhamos analisado alguns indícios de comparação com outras Chamadas do CNPq, para uma avaliação mais ampla precisaríamos realizar comparações com outros trabalhos sobre a política científica do CNPq, em especial via Chamadas Públicas para apoio a projetos de pesquisa.

3.4 Conclusões sobre o capítulo

A partir das informações e dados apresentados, consideramos que as Chamadas foram um importante vetor do campo de estudo sobre Relações de Gênero, Mulheres e Feminismos. Cabe ressaltar aqui que o volume de recursos aportados, em comparação com outras Chamadas, tais como a de Humanas, Sociais e Sociais Aplicadas, foi se tornando significativo ao longo do período analisado.

A configuração das Chamadas em categorias 1 e 2 possibilitou tanto fomentar as carreiras de jovens quanto apoiar pesquisadoras/es com a carreira consolidada. Especialmente para as/os jovens, essa linha de financiamento, em muitos casos, pode ser considerada uma porta de entrada no sistema de C&T.

Entendemos que a primeira Chamada do Programa Mulher e Ciência, nº 45/2005, contribuiu para o lançamento de outras Chamadas Públicas com órgãos parceiros – MDA, SPM – com o foco mais diretamente relacionado à política pública (saúde da mulher, desenvolvimento rural, etc.). Essas outras iniciativas, tais como as Chamadas nº 22/2007 e nº 54/2008, dirigidas ao apoio de pesquisas sobre saúde das mulheres, poderiam ser aglutinadas nas Chamadas do programa. Assim, o Ministério da Saúde representa um potencial parceiro e uma estratégia para o aumento de recursos disponíveis nessa linha de financiamento ao campo de gênero.

Uma estratégia fundamental, já utilizada por outros órgãos, tais como agências de fomentos internacionais, é a incorporação de gênero de forma transversal, ou seja, sempre que possível haveria um incentivo para incorporação de sexo/gênero nas pesquisas nas diversas áreas de pesquisa apoiadas pelo CNPq. Esta é uma iniciativa importante para superar preconceitos sexistas, que limitam o conhecimento científico e a maior participação das mulheres nas distintas áreas do conhecimento (SCHIEBINGER, Londa, 2008). Uma possibilidade, no âmbito das agências de fomento, é que as propostas de bolsas e auxílios recebessem um acréscimo na pontuação sempre que avaliassem em seus projetos a dimensão de sexo/gênero, preferencialmente em suas intersecções com raça/etnia, classe, localidade, dentre outros. A pontuação seria concedida para a apresentação de justificativa para incorporação ou não dessa perspectiva na pesquisa (SCHIEBINGER, Londa; SCHRAUDNER, Martina, 2011). Outra estratégia possível seria reservar um percentual de recursos para projetos que incorporassem a perspectiva de sexo/gênero nas Chamadas Públicas para apoio financeiro à pesquisa, assim como é feito para a desconcentração

regional de recursos, com a reserva de recursos para as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

Também verificamos que não houve concentração na concessão de recursos por meio das Chamadas do PMC, somente cerca de 21% das/os coordenadoras/es (109, do total de 528) foram aprovadas/os em mais de uma Chamada, e a maior parte desse percentual, cerca de 81%, o foi em 2 Chamadas (88 proponentes). Isso indica que houve uma pulverização de recursos no campo de Gênero, Mulheres e Feminismos.

Também entendemos que seria interessante incentivar a formação de redes de produção do conhecimento na temática de Relações de Gênero, Mulheres e Feminismos, uma vez que muitas equipes de pesquisa são formadas pelo/a pesquisador/a e seu grupo de orientandos/as, sem interação com outros/as pesquisadores/as e outros grupos de pesquisa de outros temas.

Sobre o perfil das/os aprovadas/os, concluímos que a maioria das propostas aprovadas é coordenada por mulheres. Esse dado é referendado por outros estudos da área de gênero (SCAVONE, Lucila, 2013). Também mapeamos que as/os pesquisadoras/es são, em sua maioria, mulheres brancas. Essa informação reflete a configuração da participação por raça e cor de bolsistas PQ do CNPq (TAVARES, Isabel *et al.*, 2015). Diante desse cenário, seria importante a criação de ações dirigidas para as mulheres negras e indígenas, que ainda não têm sido contempladas de modo específico no Programa Mulher e Ciência.

Dado o perfil e a amostra de trajetórias de algumas/uns aprovadas/os nas Chamadas, essa linha de financiamento contemplou pesquisadoras/es em início de carreira e com trajetórias já consolidadas. Dessa forma, podemos inferir que as Chamadas, do modo como foram configuradas, em duas categorias, tanto contribuíram para a expansão quanto para a consolidação dessa área de estudos e pesquisa. A expansão ainda se justifica por incorporar pesquisadoras/es que não se identificam como pesquisadoras/es de gênero e abriram ou expandiram uma linha de pesquisa a partir do financiamento concedido nas Chamadas.

Também notamos que não há uma relação direta entre as/os orientadoras/es agraciadas/os no Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero e as/os aprovadas/os nas Chamadas de Relações de Gênero, Mulheres e Feminismos. A minoria das/os pesquisadoras/es (23% das/os orientadoras/es de trabalhos premiados) foi contemplada nas duas ações. Também é importante ressaltar que as áreas de maior destaque nas Chamadas do programa não foram as mesmas do Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero, o que nos permite considerar que, apesar de as duas iniciativas serem do Programa Mulher e Ciência, elas têm se dirigido para públicos distintos. Nesse sentido, é importante perceber que a

premiação e a seleção de projetos de pesquisa apontam para mecanismos distintos de seleção: enquanto a primeira busca incentivar potenciais talentos e a originalidade, a segunda busca fomentar pesquisadoras/es já conhecidas/os ou recém-formadas/os na área, com domínio da literatura de gênero e feminista.

Sobre a distribuição regional, o Sudeste tem sido a região mais participativa nas Chamadas, tanto na demanda quanto na aprovação. Esse dado é confirmado pelos estudos sobre as publicações da área (SCAVONE, Lucila, 2013; DINIZ, Debóra; FELTRAN, Paula, 2004; PISCITELLI, Adriana; BELELI, Iara; LOPES, Maria Margaret, 2003). Também foi característica dessas Chamadas a proeminência do Nordeste em relação à região Sul. O Nordeste foi a segunda região que mais se destacou no envio e na aprovação de propostas. Das regiões – Norte, Nordeste e Centro-Oeste – que fazem parte da reserva de 30% de recursos do FNDCT, o Norte é o que menos tem enviado propostas e com menor número de aprovações.

Por meio da análise de dados, verificamos que as Chamadas apoiam um número amplo e diversificado de instituições. Essa especificidade parece ser comum às Chamadas voltadas às Políticas Públicas (PAIVA, Arquimedes, 2015).

Apesar da multiplicidade de áreas dos projetos enviados, a maioria dos aprovados está concentrada nas áreas em que há mais acúmulo da discussão de gênero e feminismos. Há uma concentração de projetos aprovados nas áreas de Sociologia e Antropologia, confirmada por outros trabalhos (SCAVONE, Lucila, 2013; DINIZ, Débora; FOLTRAN, Paula, 2004; PISCITELLI, Adriana *et al.*, 2003).

Houve uma demanda pequena de projetos de áreas em que não há incorporação da discussão da questão de gênero, assim, a maioria desses projetos não dialoga com a bibliografia de gênero e feminista, apesar de focar sua análise sobre mulheres. Ao explicitar que a temática central dos projetos a serem selecionados nas Chamadas deve ser Relações de Gênero, Mulheres e Feminismos, há um entendimento de que os projetos sobre Mulheres poderiam ser aprovados. No entanto, na priorização para atendimento, esses projetos têm sido preteridos. A aprovação de projetos de qualidade em áreas em que a discussão de gênero é inexistente ou incipiente é uma das formas para incentivar a ampliação das discussões sobre sexo/gênero para outras áreas e para a incorporação de novas/os pesquisadoras/es. Conforme já enfatizamos, a transversalidade da temática sexo/gênero é fundamental para o avanço na equidade de gênero na ciência e tecnologia (SCHIEBINGER, Londa, 2008). Aqui também fica clara a necessidade de buscar estratégias de formação, tanto entre pesquisadoras/es jovens quanto experientes, de

áreas em que não há acúmulo da discussão de sexo/gênero, para a incorporação dessa perspectiva na pesquisa.

A fim de analisar as Chamadas segundo a produção por temas, propusemos um mapa temático, a fim de analisar quais temas têm sido recorrentes, induzidos ou mesmo negligenciados ao longo do período estudado. Assim, elaboramos uma classificação própria a partir do material analisado e com o foco em analisar as propostas na área de Ciência e Tecnologia.

O eixo temático Rural, Meio Ambiente e Floresta teve aumento crescente e significativo na demanda ao longo das quatro Chamadas analisadas e foi aquele com maior número de propostas aprovadas (142, do total de 656 aprovadas, 19% do total enviado). Esse é um indicativo de quão importante são as estratégias de indução à produção do conhecimento científico via reserva de recursos financeiros. Essa indução, em conjunto com a mobilização do Ministério do Desenvolvimento Agrário, representou um impulso na produção científica da área. Neste eixo, a demanda e a aprovação foram prioritariamente da área rural (75% da demanda). Dentro deste eixo, os subtemas Meio Ambiente e Floresta tiveram uma participação bem inferior.

O eixo temático Saúde e Direitos Reprodutivos foi o segundo na demanda e também na aprovação (95 propostas, no total de 656 aprovadas, 16% do total enviado). No entanto, sua taxa de aprovação foi de cerca de 43% (95 aprovadas, sobre 218 enviadas neste eixo). Muitas propostas neste eixo não foram enquadradas e aprovadas, por não terem incorporado a discussão do campo de gênero e feminista, apesar de serem sobre saúde das mulheres. É importante estabelecer estratégias para que áreas que ainda não incorporaram a discussão feminista e de gênero sejam estimuladas nesse sentido. No entanto, já que os estudos científicos, em especial na área de saúde, são muito focados no referencial masculino, pesquisas dirigidas para as mulheres, desde que de qualidade, deveriam ser fomentadas. Quanto mais os marcadores sociais e suas intersecções, em especial sexo/gênero, forem considerados nas pesquisas nos diferentes campos científicos, mais frutíferos serão os resultados das pesquisas.

Outro tema que se destacou foi a Violência (12% do total de projetos enviados), em suas distintas abordagens. O impacto sobre a criação e a aplicação da Lei Maria da Penha foi objeto de inúmeras pesquisas. Este tema é histórico no movimento feminista e conseqüentemente é uma das mais importantes linhas de atuação da Secretaria de Política para as Mulheres.

Os estudos sobre Trabalho e Economia ocuparam o quarto lugar no envio de projetos (10% do total de envio de projetos). Apesar de ser outro tema histórico do movimento feminista, segundo os dados das Chamadas, esses temas estão sendo preteridos por outras opções temáticas, seja pela própria diversificação temática, seja pelo recuo da influência marxista na academia, seja pela compreensão de que a autonomia econômica não é o fator único e determinante para a promoção da igualdade de gênero.

No amplo eixo temático sobre Arte, Literatura e Cultura, destacaram-se os estudos socioculturais. Mais da metade das propostas enviadas foram enquadradas no subtema Cultura. Há também muitos trabalhos sobre autoria feminina no subtema Literatura. A Arte teve o menor destaque neste eixo temático.

As pesquisas sobre Educação e Gênero, Ciências e Tecnologias tiveram um percentual de aproximadamente 6% cada. Apesar de sua importância, em especial na transformação cultural, podem ser considerados temas secundários no campo feminista e de gênero.

Todos os outros eixos temáticos correspondem a 5% ou menos da demanda total (Políticas Públicas; História do Feminismo, das Mulheres e das Relações de Gênero; Participação Política e Movimentos Sociais; Sexualidade e Afetividade; Mídia e Comunicação; Esportes e Educação Física; Teoria Feminista e de Gênero). O tema Sexualidade e Afetividade teve pouco destaque nas Chamadas do programa, quando considerado um tópico bastante debatido pelo movimento feminista e LGBTTT. O tema Teoria Feminista e de Gênero foi o de menor montante de envio. Uma possibilidade é considerar esse dado como reflexo do campo feminista e de gênero, onde a produção estritamente teórica não pode ser considerada majoritária.

Por meio da busca de palavras-chave nos títulos, percebemos que, apesar da ampla difusão do debate sobre interseccionalidade, ela ainda permanece um desafio para a pesquisa de gênero e feminista. Também há maior incidência de algumas intersecções (geração) em comparação com outras (classe, pessoas com deficiência, etc.). As pesquisas também estão mais concentradas em âmbito nacional, focadas em problemas locais.

A formação dos Comitês de Julgamento das Chamadas é tangenciada por condições específicas de calendário, disponibilidade das/os pesquisadoras/es e dados da demanda. Certamente o perfil de cada comitê influencia os resultados dos julgamentos, no entanto, não de maneira direta e linear.

A maior parte das características da demanda e da aprovação (regiões e instituições mais participativas, áreas mais contempladas, perfil das/os aprovadas/os) refletem a própria

configuração do campo de pesquisa de gênero, mulheres e feminista. Assim, as Chamadas do programa colaboraram de maneira significativa para a consolidação desta área. O apoio das Chamadas também tem sido um vetor de expansão do campo por meio do financiamento de novas/os pesquisadoras/es, tanto iniciantes quanto de outras áreas, e pelo crescimento do apoio à pesquisa na área rural.

É ainda importante ressaltar que, mesmo partindo de uma lógica de avaliação já estabelecida de meritocracia, as Chamadas conseguiram fomentar áreas incipientes do conhecimento na discussão de gênero (rural), garantiu a participação de pesquisadores em início de carreira e de outras áreas, teve uma expressiva participação da região Nordeste e oportunizou a inserção de pesquisadoras nos comitês de julgamento. Contudo, entendemos que a discussão sobre meritocracia, sua definição, processos e instrumentos, é extremamente relevante tanto para o alcance de equidade de gênero quanto para uma avaliação mais justa da própria ciência.

Por fim, a análise dos documentos resultados dos dois Encontros Pensando Gênero e Ciências indica a preocupação de legitimar e consolidar os Estudos de Gênero e Feministas no campo científico. A partir dos dados analisados ao longo do programa, consideramos que esta temática recebeu um aporte simbólico, a partir de sua visibilização enquanto linha de pesquisa apoiada pelo CNPq e detentora de um prêmio específico, além de um aporte material pelos recursos financeiros recebidos para as pesquisas.

Assim, é importante afirmar que o fortalecimento da área de pesquisa de estudos sobre gênero, em todas as temáticas, é uma das medidas elencadas para o fomento à equidade de gênero na C&T, no sentido de que a produção científica dessa área “fertilize” outras áreas do conhecimento, impulsionando inovações de gênero na Ciência e Tecnologia (European Commission, 2013). Essa concepção consta como recomendação, por exemplo, em relatórios internacionais (European Commission, 2012, p. 37).

Os Estudos de Gênero, Ciências e Tecnologias são estratégicos para o diálogo entre áreas do conhecimento, pois possibilitam a reflexão de gênero no âmbito das Ciências e tecnologias. No próximo capítulo, buscamos analisar os Estudos Gênero, Ciências e Tecnologias a partir das Chamadas Temáticas do Programa Mulher e Ciência.

CAPÍTULO 4 – ESTUDOS DE GÊNERO, CIÊNCIAS E TECNOLOGIAS A PARTIR DO PROGRAMA MULHER E CIÊNCIA

Em 1978, Evelyn Fox Keller (KELLER, Evelyn, 1978) utilizou pela primeira vez os termos “gênero e ciência”, que se tornaram referência para mapear a área de estudos de distintas abordagens e linhas de pesquisa que buscam, grosso modo, compreender como as relações de gênero permeiam as ciências (produção científica, posições na carreira, prática científica). Pode-se classificar a produção do conhecimento nesta área em três grandes vertentes: 1) participação das mulheres nas ciências; 2) gênero na cultura das ciências; e 3) gênero no resultado das ciências (SCHIEBINGER, Londa, 2008).

A participação das mulheres nas ciências tem sido um dos temas de maior proeminência no Brasil (LOPES, Maria Margaret *et al.*, 2014; MINELLA, Luzinete, 2013; CABRAL, Carla, 2015). Os questionamentos sobre a sub-representação das mulheres em determinadas áreas do conhecimento (exclusão horizontal) e em posições de prestígio (exclusão vertical) buscam principalmente compreender quais os obstáculos enfrentados especificamente pelas mulheres em suas distintas trajetórias científicas. Esses questionamentos impulsionaram novas perguntas acerca do tema, por exemplo: Quais seriam as características do sistema científico e da própria ciência que poderiam impedir a maior participação das mulheres nas carreiras científicas? Ou ainda quais as consequências da ausência ou pouca participação das mulheres na produção do conhecimento científico? Assim, essas linhas de pesquisa não são estanques e muitas vezes estão sobrepostas e interconectadas.

O desafio de encontrar essas respostas tem configurado o campo de Estudos de Gênero, Ciências e Tecnologias (EGCT). Esse campo é eminentemente interdisciplinar e tem-se configurado por distintas e por vezes conflitantes abordagens. A pesquisa sobre tecnologia foi incorporada ao longo do percurso, porém ainda de modo secundário (LOPES *et al.*, 2014). Atualmente, além da proliferação de temas e abordagens, também encontramos distintas denominações para o campo, tais como: Estudos Feministas da Ciência e Tecnologia; Gênero nas/em Ciências; Mulheres e/nas Ciências, dentre outros. Para esta tese, escolhemos Estudos de Gênero, Ciências e Tecnologias, por fazer alusão a essa primeira referência de Keller (1978).

Nosso intuito neste capítulo é compreender como o campo de Estudos de Gênero, Ciências e Tecnologias tem-se configurado no Brasil por meio da literatura existente e da análise dos dados das quatro Chamadas Públicas de apoio à pesquisa no âmbito do Programa Mulher e Ciência. Também buscamos entender como essas Chamadas fortaleceram ou não essa área. Neste capítulo, apresentamos um breve histórico do campo de Gênero, Ciências e

Tecnologias no país. Também traçamos o panorama das propostas recebidas e aprovadas (dados da demanda e aprovação ao longo das quatro Chamadas, perfil das/os proponentes, sexo e raça/cor, região, instituição, área do conhecimento) e analisamos aspectos da produção da área segundo as características encontradas nos projetos (temas escolhidos e principais resultados).

Pode-se considerar que o fomento para a área de Estudos de Gênero, Ciências e Tecnologias está contemplado nos dois objetivos do programa: 1) no estímulo à produção científica no campo de gênero e feminista, onde os Estudos de Gênero, Ciências e Tecnologias (EGCT) estão incluídos; e 2) na promoção da maior participação das mulheres na carreira científica, em que são necessárias ações e políticas com esse foco. Nesse sentido, os estudos e pesquisas que visibilizem e permitam a maior compreensão dessas questões também estão contemplados nesse segundo objetivo.

Os Estudos de Gênero, Ciências e Tecnologias também podem ser os vetores para as inovações de gênero, uma vez que é nesse campo que há maior diálogo entre diferentes áreas da ciência e tecnologia e os estudos sobre mulheres, de gênero e feministas. Essas inovações são necessárias para o alcance da equidade de gênero, conforme se tem afirmado em âmbito internacional (SCHIEBINGER, Londa; SCHRAUDNER, Martina, 2011).

4.1 Uma breve história da área no país

A análise que buscamos realizar aqui é dificultada pelos poucos trabalhos existentes sobre a configuração do campo de Estudos de Gênero, Ciências e Tecnologias no Brasil. Aqui destacamos os trabalhos de Carla Cabral (2008; 2015); Luzinete Minella (2013); Maria Margaret Lopes *et al.* (2014); e Lucas Bueno de Freitas e Nanci Stancki da Luz (2011)²⁰⁸.

Após cerca de quatro décadas de produção científica sobre os Estudos de Gênero, Ciências e Tecnologias no contexto internacional, podemos considerar que no Brasil, apesar da ampliação e diversificação das pesquisas nesta área, ainda não temos um campo de estudos consolidado.

A maior parte da produção científica produzida no país é influenciada pelas referências norte-americanas. Algumas delas tornaram-se ícones da discussão no país: Londa Schiebinger, Evelyn Fox Keller, Donna Haraway e Sandra Harding (LOPES, Margaret, 1998; Minella, Luzinete, 2013).

²⁰⁸ Uma versão prévia desse capítulo foi publicada nos *Cadernos Pagu* (2016), em coautoria com a prof^a Maria Conceição da Costa.

Conforme tem sido apontado na literatura, este campo no Brasil tem-se caracterizado por publicações dispersas (LOPES, Margaret; COSTA, Maria Conceição, 2005; CABRAL, Carla, 2015). Apesar da diversificação temática e da maior visibilidade do tema ao longo das duas últimas décadas, esta área ainda conta com publicações pontuais.

Os artigos de Carmem Barroso²⁰⁹, de 1975, têm sido lembrados por “inaugurar” a questão sobre a pouca participação feminina nas ciências. Outro marco no campo é a publicação do primeiro dossiê: *Gênero, Tecnologia e Ciência*, nos *Cadernos Pagu*, em 1998. É importante destacar, porém, que antes da publicação desse dossiê já estava ocorrendo uma mobilização ibero-americana em torno dos Estudos de Gênero, Ciências e Tecnologias (EGCT) que resultou na realização bianual dos Congressos Ibero-Americanos de Ciência, Tecnologia e Gênero.

Os Congressos têm um papel importante para que os estudos nesta área se fortaleçam e enriqueçam a partir da troca de conhecimentos fundamentados em suas realidades locais.

Com os objetivos de reunir e incentivar o intercâmbio para as discussões sobre a situação das mulheres e as relações de gênero em ciências, nas políticas científicas, na tecnologia e desenvolvimento e repensar a própria prática científica a partir do feminismo, esses congressos de carácter interdisciplinar têm cumprido o papel central de aglutinar um conjunto expressivo de pesquisas. (LOPES, Maria Margaret *et al.*, 2014).

O primeiro encontro ocorreu em 1996, em Madri (Espanha), intitulado I Congresso Multidisciplinar Ciencia y Género, liderado pelas reconhecidas pesquisadoras da área Eulália Perez Sedeño (espanhola), Silvia Kochen (argentina) e Diana Máfia (argentina). Os encontros ocorrem tanto em continente latino quanto europeu: Madri (1996), Buenos Aires (1998), Panamá (2000), Madri (2002), México (2004), Zaragoza (2006), Havana (2008), Curitiba (2010), Sevilha (2012), Assunção (2014). A última edição, a 11ª, ocorreu em São José (Costa Rica), em 2016.

Destacamos a participação de duas pesquisadoras brasileiras, Maria Margaret Lopes e Fanny Tabak, a partir da primeira edição do Ibero, em 1996. Fanny Tabak publicou, em 2002, uma obra que se tornou referência nos EGCT, denominada *O Laboratório de Pandora: estudos sobre a ciência no feminino*, na qual centraliza sua análise sobre a “pouca” participação feminina nas carreiras científicas. Maria Margaret Lopes é considerada uma das pioneiras sobre o tema no Brasil. Já em 1992, publica o artigo “A Ciência não é uma jovem de costumes fáceis: aspectos das relações de gênero na História das Ciências no Brasil” (LOPES, Margaret Maria, 1992). A pesquisadora concentra seus estudos em História das Ciências e tem contribuído por

²⁰⁹ Ela recebeu, em 2016, Prêmio de População das Nações Unidas por seu envolvimento com questões populacionais.

visibilizar a atuação de Bertha Lutz como cientista. É uma das precursoras do debate nessa área, difundindo as referências internacionais nesse tema.

A partir de 2000, considera-se que os Estudos de Gênero, Ciência e Tecnologia se ampliaram e se diversificaram:

Entre 2000 e 2010, coincidindo com o ponto de vista de Cabral (2008), observa-se uma diversificação maior dos temas, de autoras, instituições e editoras envolvidas, embora as publicações, pelo menos aparentemente, tenham permanecido mais concentradas em alguns veículos (MINELLA, Luzinete, 2013, p. 40).

Sobre a ampliação e (re)conhecimento desse campo no Brasil, Carla Cabral (2015) elencou três marcos: 1) a maior visibilidade no Seminário Internacional Fazendo Gênero a partir de 2002; 2) a implementação do Programa Mulher e Ciência, em 2005; e 3) a realização do VIII Congresso Ibero-Americano de Ciência, Tecnologia e Gênero, em 2010, na Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), em Curitiba, sob a coordenação da prof^a Marília Gomes de Carvalho.

Sem dúvida, esses foram marcos para esse campo de estudos. A maior visibilidade no Seminário Internacional Fazendo Gênero indica maior inserção dos estudos sobre ciências e tecnologias nos estudos de gênero. A realização do Ibero no Brasil, por seu efeito país-sede, tem impacto na visibilidade e no incentivo à produção de trabalhos nessa temática (DAGNINO, Renato *et al.*, 1998; LOPES, Maria Margaret *et al.*, 2014). A criação do Programa Mulher e Ciência demarca a importância dos estudos de gênero e das questões sobre a maior participação das mulheres nas ciências e tecnologias para o sistema científico.

Outro avanço para a consolidação do campo, no Brasil e na América Latina, é a articulação da Rede Ibero-Americana de Ciência, Tecnologia e Gênero, em 2013, com o apoio do Programa Iberoamericano de Ciencia y Tecnología para o Desenvolvimento (CYTED). O objetivo geral da rede é analisar os sistemas de ciência e tecnologia dos países participantes, a partir da perspectiva de gênero. O Brasil²¹⁰ participa desde o início da rede, sob a coordenação da prof^a Carla Giovana Cabral, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Atualmente a rede conta com cerca de 24 participantes²¹¹. A rede tem sido um importante instrumento no sentido de congregar as pesquisadoras brasileiras, impulsionando maior interação entre elas. Também tem proporcionado o conhecimento e a troca de saberes e fazeres entre as pesquisadoras do tema oriundas de outras localidades onde as questões de gênero, ciências e tecnologias ora são similares, ora são específicas para cada realidade.

²¹⁰ A autora desta tese faz parte da rede e representou o Brasil em uma reunião no México, em 2013.

²¹¹ Disponível em: < <http://tinyurl.com/hpfcofb>>. Acesso em: 1º mar. 2016.

4.2 Os Estudos de Gênero, Ciências e Tecnologias: uma análise a partir das Chamadas do Programa Mulher e Ciência

Os Estudos de Gênero, Ciências e Tecnologias (EGCT) são de fundamental importância para o avanço na implementação de políticas dirigidas a fomentar a plena participação feminina, como também impulsionar a produção do conhecimento com a incorporação da perspectiva de sexo/gênero, gerando inovações de gênero (SCHIEBINGER, Londa; SCHRAUDNER, Martina, 2011). A maior participação feminina é certamente um avanço, mas é necessária também a inserção de sexo/gênero na própria pesquisa científica para um progresso na produção do conhecimento. Assim, buscamos, por meio da análise das características das propostas das Chamadas do Programa Mulher e Ciência no subtema Gênero, Ciências e Tecnologias, compreender como esse programa estimulou esse campo de estudos e como ele está configurado no país.

Do total de 1.371 propostas enviadas nas quatro Chamadas, foram enquadradas 74 como pertencentes à área de Gênero, Ciências e Tecnologias. Esse número representa o pequeno percentual de 5% do total da demanda, se comparado, por exemplo, com o percentual de 20% do subtema Rural, Floresta e Meio Ambiente. No entanto, do total de projetos enviados para o subtema Gênero, Ciências e Tecnologias, houve 47% (35 propostas aprovadas, do total de 74) de aprovação. Esta é uma taxa de aprovação relativamente boa – a taxa de aprovação geral das quatro Chamadas foi de 48% –, o que nos leva a considerar que o fomento neste tema (ou seja, o impulso na demanda) poderia garantir maior número de projetos aprovados.

Conforme apresentado na tabela 42, a primeira Chamada recebeu o maior número de propostas. Houve um decréscimo nas Chamadas em 2008 e 2010, e em 2012 houve aumento, sem, todavia, alcançar o total enviado em 2005, conforme a tabela 42.

Tabela 42 – Número de projetos enviados e aprovados no subtema Gênero, Ciências e Tecnologias

Subtema: Gênero, Ciências e Tecnologias	45/2005	57/2008	20/2010	32/2012	total
Número de projetos enviados	26	12	15	21	74
Número de projetos aprovados	7	7	11	10	35

Fonte: Elaboração própria.

O fato de a primeira Chamada (nº 45/2005) ter sido a que apresentou maior demanda sobre o tema indica que este campo de estudos, ainda que de interesse central para o Programa Mulher e Ciência, não conseguiu amplamente incentivar a produção nesta área.

4.2.1 A estratégia de indução temática na última Chamada, nº 32/2012

É importante lembrar que, nas três primeiras Chamadas do programa, não houve indicação de linhas prioritárias. No entanto, na quarta Chamada (nº 32/2012) foram listadas seis linhas prioritárias, dentre elas a linha de pesquisa de Gênero e Ciências. Eis as seis linhas temáticas prioritárias no texto dessa Chamada.

- a) Temáticas relativas às políticas para as mulheres rurais, nos programas da reforma agrária, agricultura familiar, desenvolvimento territorial em áreas de execução prioritária das políticas públicas, como por exemplo os territórios da cidadania e os municípios atendidos pelo Programa Brasil sem Miséria;
- b) Temáticas relativas à violência contra a mulher: conceitos e instrumentos de ação do Estado;
- c) Temáticas associadas às relações de gênero e às tecnologias de inovação e comunicação (TICs) e mídias;
- d) Temáticas relativas aos direitos sexuais e reprodutivos, saúde, PNAISM e serviços de atenção à violência, incluindo os casos de interrupção da gravidez previstos em lei.
- e) Temáticas relativas às ciências e relações de gênero;
- f) Construção de indicadores compostos, utilização de dados estatísticos para comparação dos Censos Demográficos de 2000 e 2010, Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF/IBGE), Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD/IBGE) e Censo Agropecuário de 2006.

A definição dos temas prioritários esteve imersa na disputa entre as prioridades institucionais de cada parceiro do Programa Mulher e Ciência. Essa escolha também é influenciada pelos interesses pessoais das/os representantes de cada instituição. A linha de construção de indicadores é bastante específica e foi sugerida, por exemplo, a partir da linha de pesquisa de uma representante do grupo interessada no tema. A linha de Gênero e Ciências foi sugerida pela equipe do CNPq, do qual faço parte, obviamente por estar relacionada à missão e à atuação do órgão.

No texto da Chamada nº 32/2012, os temas destacados como preferenciais deveriam receber pontuação adicional: nota de 0 a 10, com peso de 1,0 a 2,0. Segundo a tabela 43, extraída da referida Chamada.

Tabela 43 – Critérios de análise e julgamento divulgados na Chamada nº 32/2012

Critérios de análise e julgamento	Peso	Nota
a) Consistência da proposta em relação à temática e aos objetivos da presente Chamada.	2,0	0-10
b) Adequação da metodologia proposta.	2,0	0-10
c) Adequação do orçamento e infraestrutura disponível aos objetivos, atividades e metas propostas.	1,0	0-10
d) Adequação da coordenação e equipe do projeto aos objetivos, atividades e metas propostas.	1,5	0-10
e) Impacto na formação de recursos humanos no nível de graduação e pós-graduação.	1,0	0-10
f) Impacto dos resultados esperados e benefícios potenciais para o avanço do conhecimento em relação às temáticas e para a promoção de políticas públicas.	1,5	0-10
g) Inserção nos temas preferenciais definidos no item II.2.2.1.	1,0	0-10
TOTAL	10	

Fonte: Elaboração própria.

²¹² Disponível em: <<http://tinyurl.com/hx2nmz5>>. Acesso em: 1º mar. 2016.

Esse acréscimo de pontuação não se demonstrou suficiente para aumentar as temáticas não tradicionais no campo de Estudos Feministas e de Gênero, dentre elas Gênero e Ciências. Conforme apresentado na tabela 44, ao analisar as propostas enquadradas por nossa classificação temática e realizando um paralelo com o autoenquadramento realizado pelas/os proponentes sobre os temas prioritários da Chamada nº 32/2012, percebemos que não houve um aumento significativo em nenhuma das linhas de pesquisa elencadas como prioritárias. Somente houve aumento na temática classificada como Rural, Meio Ambiente e Floresta, que, além de ser considerada prioritária, contou desde a segunda Chamada, no ano de 2008, com reserva de recursos.

Tabela 44 – Comparação entre os temas prioritários e enquadramento temático propostos na tese

Temas prioritários Chamada nº 32/2012	Enquadramento da tese	45/2005	57/2008	20/2010	32/2010	Totais
Temáticas relativas à violência contra a mulher: conceitos e instrumentos de ação do Estado	Violência	25	47	41	45	158
Temáticas relativas aos direitos sexuais e reprodutivos, saúde, PNAISM e serviços de atenção à violência, incluindo os casos de interrupção da gravidez previstos em lei.	Saúde e Direitos Reprodutivos	61	54	45	58	218
Temáticas associadas às relações de gênero e às Tecnologias de Inovação e Comunicação (TICs) e mídias.	Mídia e Comunicação	8	14	4	11	37
Temáticas relativas às políticas para as mulheres rurais, nos programas da reforma agrária, agricultura familiar, desenvolvimento territorial em áreas de execução prioritária das políticas públicas, por exemplo os territórios da cidadania e os municípios atendidos pelo Programa Brasil sem Miséria.	Rural, Floresta e Meio Ambiente	35	55	80	97	267
Temáticas relativas às ciências e relações de gênero.	Gênero e Ciências	26	12	15	21	74

Fonte: Elaboração própria.

A medida de elencar temas prioritários (Chamada nº 32/2012) com uma pontuação adicional relativamente baixa (peso 1) demonstrou-se pouco efetiva para o fomento de temáticas “emergentes”, tais como a linha prioritária Gênero e Ciências.

Na tabela 45, elencamos as propostas segundo o autoenquadramento das/os proponentes nas linhas temáticas prioritárias da Chamada nº 32/2012:

Tabela 45 – Enquadramento temático de propostas da Chamada nº 32/2012 segundo autoidentificação das/os proponentes

Tema de autoidentificação	Desfavorável	Favorável	Total Global	Percentual sobre o total da demanda
(em branco)	100	63	163	45
Temáticas relativas às políticas para as mulheres rurais, nos programas da reforma agrária, agricultura familiar, desenvolvimento territorial em áreas de execução prioritária das políticas públicas, por exemplo os territórios da cidadania e municípios atendidos pelo Programa Brasil sem Miséria.	36	18	54	15
Temáticas relativas aos direitos sexuais e reprodutivos, saúde, PNAISM e serviços de atenção à violência, incluindo os casos de interrupção da gravidez previstos em lei.	29	16	45	12
Temáticas relativas à violência contra a mulher: conceitos e instrumentação do Estado.	25	17	42	12
Temáticas relativas às ciências e relações de gênero.	17	20	37	10
Temáticas associadas às relações de gênero e às Tecnologias de Inovação e Comunicação (TICs) e mídias.	12	7	19	5
Construção de indicadores compostos, utilização de dados estatísticos para comparação dos Censos Demográficos de 2000 e 2010 e Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF/IBGE) e Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD/IBGE), Censo Agropecuário de 2006.	1	4	5	1
Total Global	220	145	365	

Fonte: Elaboração própria.

A autoidentificação era realizada no projeto, ou seja, no documento enviado anexo ao formulário eletrônico. Cerca de 45% das propostas (163 do total de 365 propostas enviadas) não apresentaram indicação de enquadramento nas temáticas prioritárias da Chamada nº 32/2012, ou seja, aproximadamente metade das/os proponentes ignorou a proposta de linhas prioritárias. Esse número pode indicar que a diversidade temática submetida nas Chamadas não pode ser reduzida às seis linhas temáticas elencadas. Outra possibilidade explicativa é que somente a pontuação adicional não foi um fator indutor suficiente para fomentar a pesquisa em “novas” temáticas.

As temáticas autoidentificadas com maior percentual de envio de propostas foram Rural, Floresta e Meio Ambiente; Saúde e Direitos Reprodutivos; e Violência. Segundo o enquadramento proposto nesta tese, esses temas foram os três primeiros lugares no total da demanda ao longo das quatro Chamadas, ou seja, já pertenciam a uma parcela maior de propostas enviadas. Assim, eram assuntos que já estavam contemplados antes da tentativa de induzir a demanda por tema prioritário. Em outras palavras, são temas que não precisam ser

induzidos, uma vez que são tópicos tradicionais e predominantes no campo de Estudos Feministas e de Gênero.

O tema da Violência, por exemplo, é uma linha temática de pesquisa tradicional no campo feminista e de gênero que dialoga com as prioridades dos movimentos de mulheres e feministas. A temática relacionada à Violência também constitui uma das principais linhas de atuação da Secretaria de Políticas para as Mulheres.

Conforme apontamos, a área Rural, Floresta e Meio Ambiente, cujo fomento é de interesse direto do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), teve um aumento crescente após a Chamada nº 57/2008, com um aporte específico de recursos. Esse aumento crescente e contínuo deve-se a dois fatores principais: a reserva de recursos para esse tema a partir da segunda Chamada e a articulação do MDA para fortalecer esse campo. O MDA tem buscado promover uma política de desenvolvimento rural sustentável.

A Secretaria de Desenvolvimento Territorial – SDT, órgão integrante do MDA, desenvolveu desde 2003 uma estratégia com o objetivo de promover e apoiar as iniciativas da sociedade civil e dos poderes públicos nos territórios rurais, visando o desenvolvimento sustentável, com redução das desigualdades regionais e sociais e integração das dinâmicas territoriais ao processo de desenvolvimento nacional, e entendendo o Brasil Rural como espaço de produção econômica, convívio social e de relação com a natureza busca superar a falsa dicotomia entre urbano e rural a partir da abordagem territorial. (Chamada CNPq/MDA/SPM-PR nº 11/2014).

A aproximação da pesquisa no contexto rural tem sido uma das ações utilizadas como estratégia para o desenvolvimento territorial sustentável. Com esse objetivo, o MDA desenvolveu algumas ações posteriores ao seu envolvimento no Programa Mulher e Ciência, com destaque para a Chamada CNPq/MDA/SPM-PR nº 11/2014, lançada em 2014, para apoio à implantação e manutenção de Núcleos de Extensão em Desenvolvimento Territorial, com o aporte de recursos de R\$ 86.500.410,93.

Conforme já mencionamos, os temas tradicionais – Saúde e Direitos Reprodutivos e Violência – não tiveram aumento considerável. Essas linhas mantiveram sua demanda ao longo do tempo. Poucas propostas também se identificaram com as linhas de pesquisa relacionadas às tecnologias de inovação e comunicação e à construção de indicadores.

Também é importante observar que nem sempre o autoenquadramento realizado pelas/os proponentes correspondia à concepção da linha temática proposta para a Chamada. Ao analisar a autoidentificação realizada pelas/os proponentes, percebemos que o conteúdo de cada linha gerava múltiplas interpretações, algumas claramente interessadas em aproximar o projeto proposto dos temas prioritários. A divergência entre a linha temática sugerida e o enquadramento do projeto pode ser percebida no projeto intitulado Participação Feminina em

Cargos de Alta Gestão: Análise dos Conselhos de Administração das Empresas Brasileiras, enquadrado na linha relativa às Ciências e Gênero. Esse projeto refere-se a uma análise do trabalho, especificamente ao ambiente empresarial.

No caso específico de Gênero e Ciências, esta linha ficou abrangente, e qualquer proposta enquadrada no objetivo das Chamadas, grosso modo, encaixa-se no tema de Gênero e no de Ciências, uma vez que a Chamada é direcionada a apoiar a pesquisa científica em Gênero. Também denota a pouca visibilidade dos Estudos de Gênero, Ciências e Tecnologias como área de estudos.

Outro fator explicativo para essa confusão em relação à linha de Gênero e Ciências é a pouca notoriedade que os estudos sobre ciência e tecnologia têm no campo de Estudos Feministas e de Gênero e vice-versa: a pouca difusão do conceito de “gênero” nos Estudos Sociais da Ciência e da Tecnologia (História da Ciência, Política Científica, etc.). Essa dificuldade de diálogo entre campos não tem sido um problema unicamente local, tampouco recente.

A fim de melhor compreender os motivos pelos quais não houve maior aprovação da linha de Gênero e Ciências com a listagem desse tema como prioritário na Chamada nº 32/2012, analisamos os pareceres dos projetos enquadrados como Gênero, Ciências e Tecnologias nessa Chamada. Contabilizamos 11 projetos não aprovados, do total de 21, cerca de 52%. Do total dos não aprovados (11 propostas), somente 3 foram desfavoráveis em relação ao mérito. A maior parte (9 propostas, 81%) não obteve pontuação suficiente para receber o recurso, ou seja, foram selecionadas como prioridade 2. Foram aprovados quanto ao mérito, mas não obtiveram pontuação adequada para entrar na lista dos projetos que receberam aporte de recursos. Desse modo, a pontuação adicional – por pertencer à temática preferencial – não foi condição suficiente para aprovar os projetos desta área.

Visto que da lista de temas prioritários constaram temas predominantes no campo, tais como Violência e Saúde e Direitos Reprodutivos, essa pontuação não fez diferença para alavancar linhas temáticas emergentes. A pontuação adicional também não foi suficiente, porque nos outros quesitos os projetos também não foram tão bem pontuados. De modo geral, e não somente na última Chamada (nº 32/2012), os projetos da área de Gênero e Ciências, como uma área em consolidação, nem sempre estão embasados na produção do campo, que é de fato dispersa e por vezes desconhecida de estudiosas/os de outras áreas de Estudos Feministas e de Gênero. Algumas bibliografias, por exemplo, não dialogam com a produção local ou internacional de Gênero, Ciências e Tecnologias, por exemplo Evelyn Fox Keller, Londa Schiebinger, Donna Haraway e Sandra Harding. Desse modo, a distância

entre os Estudos Feministas e Gênero e os Estudos Sociais da Ciência e Tecnologia é refletida na elaboração dos projetos, bem como na avaliação dessas propostas por consultores e comitês assessores.

O subtema de Gênero, Ciências e Tecnologias, na última Chamada (nº 32/2012), teve aumento em relação às Chamadas nº 57/2008 e nº 20/2010, porém sem superar a primeira Chamada. No entanto, o aumento para uma demanda induzida foi pequeno, mesmo considerando propostas enquadradas equivocadamente, ou seja, aquelas propostas que foram enquadradas em Gênero e Ciência e são de outras temáticas. Assim, consideramos que elencar temas de modo genérico, como foi o caso da linha Gênero e Ciências, sem acréscimo de pontuação com peso maior e sem reserva de recursos para propostas enquadradas nas linhas de pesquisa destacadas, não foi uma medida eficaz para indução temática de assuntos não tradicionais. Já a reserva temática com o aporte de recursos e articulação do MDA demonstrou-se, tal qual no caso de Rural, Floresta e Meio Ambiente, estratégia acertada para o fomento de pesquisa na área.

4.3 Perfil das/os coordenadoras/es de projetos em Gênero, Ciências e Tecnologias nas Chamadas

As 74 propostas da área de Gênero, Ciências e Tecnologias foram enviadas: 80% das/os pesquisadoras/es enviaram uma única proposta (49 proponentes), 18% enviaram duas propostas, ou seja, participaram de 2 Chamadas distintas (11 proponentes) e 2% enviaram 3 propostas, ou seja, participaram de 3 Chamadas (somente 1 proponente). Também nesta temática não pode ser considerado que houve concentração de recursos, ou seja, houve uma rotatividade das/os proponentes. A fim de traçar o perfil geral das/os proponentes, contabilizamos as repetições, por entender que devemos visibilizar as participações “múltiplas”.

As características da demanda de Gênero, Ciências e Tecnologias são semelhantes à demanda geral do campo de Gênero, analisada no capítulo 3, em termos de perfil das/os proponentes (sexo e raça/cor), distribuição regional e por grande área/área do conhecimento: as/os coordenadoras/es são na maioria mulheres, brancas, do Sudeste e de Humanas.

4.3.1 A participação por sexo das/os coordenadoras/es

A maioria das/os coordenadoras/es que enviaram propostas (total: 74) nas quatro Chamadas do Programa Mulher e Ciência, no subtema Gênero, Ciências e Tecnologias, são do sexo feminino, cerca 82% (total: 61). O percentual de aprovação de projetos coordenados por mulheres nesta temática foi ainda maior: 94% (33 projetos aprovados, do total de 35). Esse percentual é um pouco maior que a média de aprovação geral, em todos os subtemas, por propostas submetidas por coordenadoras mulheres, que gira em torno de 84% do total da demanda nas quatro Chamadas (total: 1.371).

A tabela 46 apresenta os números por demanda e aprovação por sexo das/os coordenadoras/es²¹³.

Tabela 46 – Dados das/os coordenadoras/es por sexo e parecer

Sexo	desfavorável	favorável	total	% aprovação
Feminino	28	33	61	54
Masculino	11	2	13	15
Total Global	39	35	74	47

Fonte: Elaboração própria.

Destacamos que somente dois projetos encaminhados por coordenadores homens (do total de 11), cerca de 15%, foram aprovados. Assim, além de poucos pesquisadores homens terem submetido proposta neste tema, menor ainda foi o número de projetos aprovados (2, do total de 35). Um dos projetos aprovados propõe-se a estudar a relação entre cibercultura e gênero; o outro projeto aprovado estuda os papéis desempenhados pelas mulheres no Programa de Pesquisas Antártico Brasileiro.

A maior participação das mulheres nos Estudos de Gênero, Ciências e Tecnologias também é confirmada por outros estudos. A maior parte da autoria dos artigos nesse campo produzidos nos periódicos – *Cadernos Pagu*, *Revista Estudos Feministas*, *Cadernos de Gênero e Tecnologia* e *Revista Feminismos* – no período de 2000-2015 foi de mulheres: 52 mulheres do total de 54 autoras/es em 43 artigos. (DE FREITAS, Lucas; LUZ, Nanci, 2016).

²¹³ Aqui contabilizados os projetos enviados pelo/a mesmo/a coordenador/a em Chamadas distintas.

4.3.2 A participação por raça/cor das/os proponentes

Em relação ao perfil étnico-racial, segundo a autodeclaração realizada no currículo Lattes, a maioria dos projetos foi enviada (48 pesquisadoras/es, do total de 74: 64,8%) e aprovada (25 pesquisadoras/es, do total de 35: 71,4%) por pesquisadoras/es brancas/os²¹⁴. A menor participação foi de pesquisadoras/es pretas/os. Somente uma coordenadora se autodeclarou preta, e seu projeto versa sobre a participação negra nas ciências.

Não houve participação de pesquisadoras/es indígenas. Houve uma pesquisadora autodeclarada amarela, que concorreu em duas Chamadas e não teve aprovados seus projetos, ambos com a mesma proposta de conteúdo. Na última Chamada, foi possível verificar o parecer do Comitê: seu projeto não foi aprovado por ter sido submetido na categoria 2, quando a pesquisadora pertencia à categoria 1, com mais de 5 anos de titulação no doutorado.

O perfil étnico-racial encontrado no subtema de Gênero, Ciências e Tecnologias é predominantemente branco e coincide com o perfil geral do quadro de pesquisadoras/es do CNPq. Segundo a autodeclaração de raça/cor das/os bolsistas de Produtividade em Pesquisa, é de maioria branca (TAVARES, Isabel *et al.*, 2015). A maioria das/os aprovadas/os nas quatro Chamadas de Relações de Gênero, Mulheres e Feminismos, 65,4%, autodeclara-se branca; e 82% das/dos pesquisadoras/es dos Comitês de Julgamento também são brancas/os. Segundo esses dados, as/os pesquisadoras/es, não somente do campo de Estudos de Gênero, Ciências e Tecnologias, mas em todos os campos do conhecimento, e mesmo o Feminista e de Gênero, são predominantemente brancas/os, assim evidencia-se o desafio de pluralizar a participação étnico-racial. Na tabela 47 apresentamos o autoenquadramento realizado no Lattes nos critérios cor/raça das/os proponentes das Chamadas do Programa Mulher e Ciência do campo Gênero, Ciências e Tecnologias:

Tabela 47 – Dados das/os proponentes por raça e cor segundo CV Lattes do campo Gênero, Ciências e Tecnologias

Raça/cor	Desfavorável	Favorável	Total	% aprovação
amarela	2		2	0
branca	23	25	48	52
não atualizado	2	3	5	60
não informada	6	4	10	40
parda	6	2	8	25
preta		1	1	100
Totais	39	35	74	47

Fonte: Elaboração própria.

²¹⁴ Aqui contabilizados os projetos enviados pelo/a mesmo/a coordenador/a em Chamadas distintas.

Além da pouca diversidade étnico-racial dentre as/os participantes das Chamadas no campo de Gênero, Ciências e Tecnologias, outro destaque é que cerca de 13,5% (10 pesquisadoras/es, do total de 74) escolheram não informar sua raça/cor. Assim, percebe-se que, ainda que sexo/gênero tenha sido um marcador aceito como importante para a pesquisa, raça/etnia não o foi. Esse percentual é similar ao conjunto de aprovadas/os nas quatro Chamadas (9,3%), mais uma vez apontando a diversidade da participação feminina nas ciências, ou seja, a participação das mulheres negras e indígenas ainda é um assunto a ser mais bem inserido na pauta dos Estudos de Gênero, Ciências e Tecnologias.

Ao analisar os currículos das/os coordenadoras/es dos projetos de Gênero, Ciências e Tecnologias, percebemos que 7% das/os pesquisadoras/es (5 proponentes, do total de 74) não tinham atualizado seus currículos depois de 2013, o que aponta que não são pesquisadoras/es beneficiárias/os de bolsas ou auxílios, uma vez que a análise do currículo Lattes é requisito para qualquer solicitação enviada ao CNPq. Podemos inferir que parte das/os que submeteram proposta não são mais pesquisadoras/es ativas/os, ou tiveram uma pequena inserção no sistema de C&T²¹⁵.

4.3.3 As linhas de pesquisa das/os coordenadoras/es segundo o currículo Lattes de projetos dos Estudos de Gênero, Ciências e Tecnologias

Durante a análise dos dados curriculares das/os proponentes do subtema Gênero, Ciências e Tecnologias, verificamos se as/os pesquisadoras/es se identificavam com linhas associadas aos Estudos de Gênero, Ciências e Tecnologias, em suas diversas vertentes e abordagens, no tópico Linhas de Pesquisa do currículo Lattes. A tabela 48 demonstra as linhas de pesquisa relacionadas ou não com os Estudos de Gênero, Ciências e Tecnologias, conforme cadastrado pelas/os proponentes com projetos nesta área no Lattes:

Tabela 48 – Linhas de pesquisa do currículo Lattes elencadas por proponentes

Enquadramento se possui linha temática relacionada ao EGCT	Favorável	Demanda
Não possui linha relacionada EGCT	24	55
Possui linha relacionada aos EGCT	7	13
Não elencou linhas de pesquisa	4	6
Totais	35	74

Fonte: Elaboração própria.

²¹⁵ Essa análise foi realizada durante o primeiro semestre de 2016.

Constatamos, segundo os dados apresentados na tabela 48, que somente 18% dos projetos enviados (13 propostas, do total de 74) são de pesquisadoras/es que elencaram linhas relacionadas aos Estudos de Gênero, Ciências e Tecnologias (EGCT) no campo Linhas de Pesquisa do currículo Lattes. O restante (74%, 55 proponentes, do total de 74) não identificou em suas linhas de pesquisa vertentes relacionadas aos EGCT.

Dentre as/os que não possuíam linha de pesquisa relacionada aos Estudos de Gênero, Ciências e Tecnologias, algumas/uns pesquisadoras/es se identificavam com os Estudos Sociais da Ciência e Tecnologia (por exemplo: Inovação Tecnológica) ou os Estudos Feministas e de Gênero (mercado de trabalho por gênero). Um pequeno número de currículos (6 pesquisadoras/es, ou 8%) não tem linhas de pesquisa preenchidas. Segue a tabela 49, com as linhas de pesquisa de ECGT cadastradas nos currículos das/os proponentes:

Tabela 49 – Linhas de Pesquisa de EGCT listadas por proponentes por parecer

Linha de pesquisa relacionada aos EGCT	Desfavorável	Favorável	Total
Ciência, Educação e Gênero	1		1
Gênero e Ciência	2	2	4
Gênero e História da Ciência	1	1	2
Gênero, Ciência e Tecnologia	1	1	2
Gênero, Práticas e Discursos Científicos		1	1
História das Ciências e da Tecnologia e Gênero		1	1
Mulher na Área Tecnológica	1		1
Relações de Gênero e Produção Científica		1	1
Totais	6	7	13

Fonte: Elaboração própria.

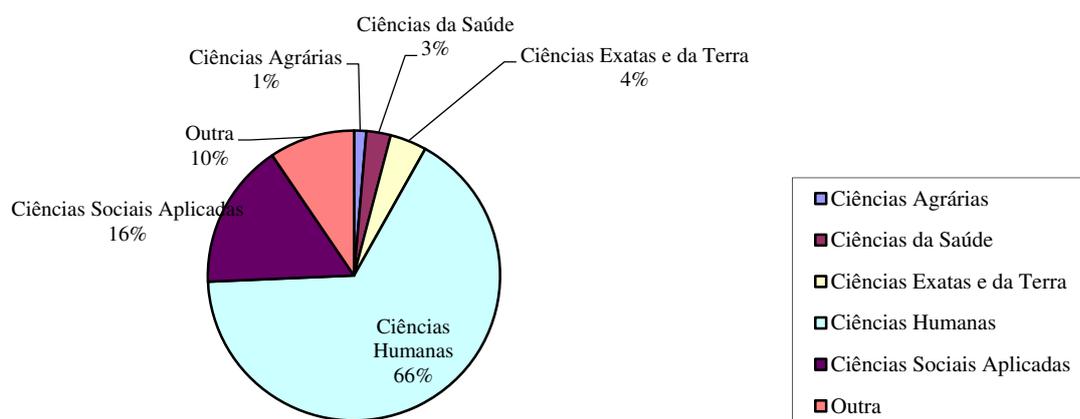
Conforme apresentado na tabela 49, Gênero e Ciência é a linha que mais aparece (4 vezes) nos currículos das/os proponentes, sem dúvida devido à difusão desses termos, em literatura internacional, a partir da publicação de Evelyn Fox Keller, em 1978, como expressão para mapear a emergência de uma “nova” área de estudos.

A maioria das/dos proponentes que enviaram propostas nas Chamadas não tem linha de pesquisa relacionada aos Estudos de Gênero, Ciências e Tecnologias. Isso pode indicar que há poucas/os pesquisadoras/es no Brasil que se dedicam efetivamente a essa temática; sem, contudo, deixar de considerar que pode haver um número de pesquisadoras/es atuantes na área que não identificaram em suas linhas de pesquisa temáticas da área de EGCT.

4.3.4 Sobre a participação por área do conhecimento das/os proponentes

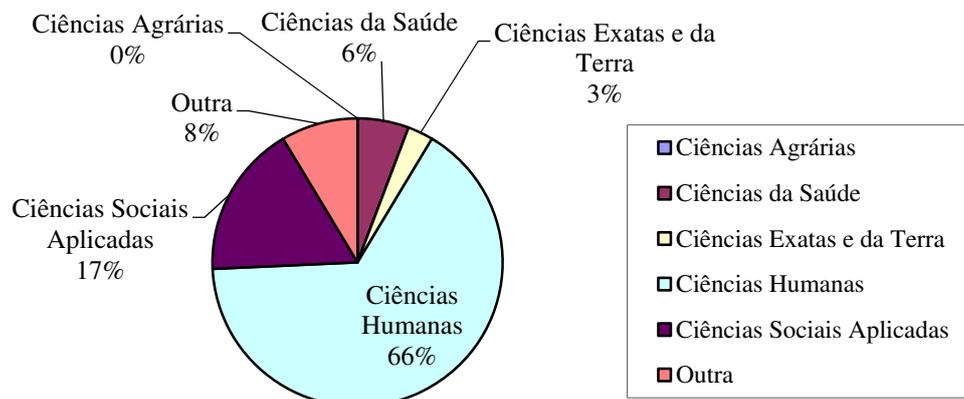
A maioria dos projetos enviados e classificados no eixo temático Gênero, Ciências e Tecnologias (GCT) foi enquadrada na área de Ciências Humanas (67%). O segundo maior percentual foi em Ciências Sociais Aplicadas (16%). Os percentuais de propostas aprovadas foram similares aos da demanda. As Ciências Humanas (65%) e Sociais Aplicadas (17%) também foram as com maior percentual de propostas aprovadas. A concentração dos Estudos de Gênero, Ciências e Tecnologias nas Ciências Humanas é uma característica que tem sido confirmada em outros estudos (CABRAL, Carla, 2015). Lembramos que essa também é uma característica apontada para o campo de Estudos Feministas e de Gênero como um todo (SCAVONE, Lucila, 2013). Os gráficos 26 e 27 ilustram a distribuição percentual das propostas – enviadas e aprovadas –, segundo a grande área de conhecimento da/o proponente:

Gráfico 26 – Percentual de propostas enviadas por grande área nos GCT nas quatro Chamadas do PMC



Fonte: Elaboração própria.

Gráfico 27 – Percentual de propostas aprovadas por grande área nos GCT nas quatro Chamadas do PMC



Fonte: Elaboração própria.

Esses dados indicam que a maior parte dos estudos na área de EGCT está concentrada nas áreas de Humanas e Sociais Aplicadas. Diferentemente do que ocorre, por exemplo, no contexto norte-americano, no caso brasileiro são poucas as iniciativas de incorporação da discussão de gênero por pesquisadoras/es de outras áreas (Exatas, Biológicas, da Saúde, etc.), conforme já apontava há muitos anos Margaret Lopes (1998).

Diferentemente da tradição norte-americana, e das primeiras décadas do século no Rio de Janeiro, em que mulheres naturalistas e engenheiras tiveram um papel profissional e político atuante, os movimentos feministas desde o final da década de 1970, no Brasil, não incorporaram ou geraram qualquer tipo de contingente expressivo de mulheres que se dedicassem ou viessem a se dedicar às ciências naturais e exatas. É certo que o número de mulheres nessas carreiras aumentou, mas isso não significou qualquer mudança nas ciências, nem tampouco a criação de tradições de análise “engendradas” sobre as ciências. (LOPES, Margaret Maria, 1998, p. 364).

Levando em conta somente os dados do Programa Mulher e Ciência, esse panorama não se alterou, o que significa a pouca incorporação dos Estudos de Gênero e Feministas nesses campos. Assim, no Brasil, a maior parte dos estudos na área de EGCT está concentrada nas áreas de Humanas e Sociais Aplicadas, dificultando que esta discussão seja realizada de modo transversal e tenha maior impacto na estrutura científica e tecnológica. Os obstáculos para a incorporação da discussão feminista e de gênero nas áreas não relacionadas às Humanas e Sociais são consideráveis. Esta dificuldade pode ser derivada de múltiplas razões, uma delas é o não reconhecimento da questão de gênero como fator estruturante da ciência e tecnologia. Esse não reconhecimento é pautado no discurso mertoniano, que caracteriza o sistema científico como meritocrático e neutro. Não faz sentido inserir marcadores sociais, quando a ciência é considerada neutra, universal e unicamente pautada no mérito.

Outra dificuldade para a inserção da discussão entre pesquisadoras/es de áreas em que se pode considerar que a discussão feminista e de gênero não foi incorporada é que o envolvimento com essas questões – por exemplo as dificuldades específicas de gênero para avanço na carreira – podem gerar preconceito e dificultar alianças entre os pares que são orientados pelo discurso hegemônico da C&T. (LIMA, Betina, 2012).

Outro fator importante é que, para incluir a discussão de sexo/gênero de forma transversal, é preciso perceber que há preconceitos de gênero nos resultados da ciência e da tecnologia. Após essa percepção, ainda é necessário um acúmulo do conhecimento produzido no campo feminista e de gênero para que seja possível incorporar efetivamente, em qualquer análise científica, o que for adaptável e útil da metodologia e teoria feminista e de gênero:

Isso não quer dizer que o preconceito de gênero não tenha tido um profundo impacto sobre a ciência: ignorar esses preconceitos é ignorar possíveis fontes de erro no passado e também no futuro da ciência. O que precisamos é desenvolver ferramentas para a análise de gênero. Essas ferramentas devem incluir a reunião de exemplos empíricos de como a análise de gênero altera a teoria ou a prática em subcampos específicos da ciência; desenvolver quadros teóricos para a análise de gênero; desenvolver novas maneiras de abordar essas questões para ciências como a Física e a Química, nas quais o gênero parece não desempenhar nenhum papel, e demandar treinamento em análise de gênero nos níveis da graduação e da pós-graduação. Deve ser enfatizado que a análise de gênero requer um treinamento rigoroso; não há nenhuma receita que possa simplesmente ser conectada ao planejamento de um projeto de pesquisa. Deve ser igualmente destacado que as ferramentas para a análise de gênero são tão diversas quanto as variantes de feminismo e de ciência. Como com qualquer conjunto de ferramentas, as novas serão adaptadas e as outras descartadas, de acordo com as circunstâncias em mudança. Algumas podem ser facilmente transferidas de ciência para ciência, outras não. O brilho de sua implementação depende, a exemplo dos demais métodos de pesquisa, da criatividade da equipe de pesquisadores. O treinamento na análise de gênero é algo que deve fazer parte da educação dos alunos da graduação e da pós-graduação também nas ciências – para todos. A análise de gênero atua ainda como um outro controle experimental para aumentar o rigor crítico (SCHIEBINGER, Londa, 2008, p. 275).

Para que o instrumental teórico feminista e de gênero seja utilizado em qualquer área do conhecimento, de forma criativa e adaptada à pesquisa, é necessário treinamento. Isso nos remete à primeira recomendação realizada no âmbito do 2º Encontro Pensando Gênero e Ciências:

1. Formação e capacitação na área de gênero, mulheres e feminismos
 - 1.1. Formulação de Diretrizes Curriculares para os ensinos fundamental, médio e superior. Oferta regular de disciplinas nos currículos de graduação (bacharelado e, preferencialmente, as licenciaturas). Cursos, programas regulares e educação continuada nas modalidades presencial e à distância. Estimular a criação, fortalecer e apoiar a manutenção de unidades de ensino, pesquisa e extensão, bem como grupos e núcleos, na área de gênero, mulheres e feminismos.

A incorporação da discussão feminista e de gênero também tem sido apontada na literatura como uma das ações que efetivamente poderiam atrair mais mulheres na C&T (SCHIEBINGER, Londa, 2008). Assim, a forte concentração desta temática em Humanas e Sociais dificulta a necessária transformação na estrutura científica e tecnológica. Seria necessária mudança estrutural das instituições e do próprio conhecimento para a promoção efetiva da equidade de gênero, uma vez que a arquitetura do sistema científico é concebida para excluir o feminino. A ciência, institucionalizada e alocada no espaço público foi constituída em valores centrados no masculino (KELLER, Evelyn, 1989; SCHIEBINGER, Londa, 2008). Isso não significa dizer que ações para equidade de gênero não representam avanços, mas são lentos, e freqüentemente, tangenciais.

Ao considerar que o *ethos* mertoniano ainda é o discurso hegemônico no sistema de ciência e tecnologia, implementar políticas específicas para raça e gênero não é trivial. Um dos maiores avanços do Programa Mulher e Ciência é ter visibilizado a desigualdade na participação das

mulheres na C&T e ter implementado, de forma pioneira, ações com vistas a fomentar a equidade de gêneros, assinalando que os marcadores sociais devem ser considerados na política científica.

Sem dúvida, outro avanço foi fortalecer e também visibilizar o campo de estudos e pesquisas em Mulheres, Relações de Gênero e Feminismo. Esse campo, por sua proximidade com a militância e os movimentos de mulheres, enfrentou e novamente enfrenta, agora sob novas tonalidades, dúvidas sobre sua legitimidade enquanto campo científico. Novamente, os questionamentos sobre a legitimidade desse campo partem do princípio de que o conhecimento científico seria neutro.

No Brasil, a temática Gênero, Ciências e Tecnologias é caracterizada por uma dupla marginalidade. Não é um tema de visibilidade no campo de Estudos Feministas e de Gênero e tampouco o é nos Estudos Sociais da Ciência e Tecnologia. Além da marginalidade do tema nesses campos, onde a temática pode ser considerada de interesse fundamental, as abordagens em cada uma dessas áreas partem de uma concepção distinta de ciência, onde a objetividade surge, grosso modo, como um divisor de águas. Nos Estudos Feministas e de Gênero, encontramos muitas ressignificações do conceito de objetividade; já nos Estudos Sociais da Ciência e Tecnologia, a objetividade não é um conceito atemporal e universal (LOPES, Maria Margaret, 1998) e nem mesmo central do conhecimento científico. Na tabela 50, apresentamos a distribuição das propostas submetidas e segundo aprovação por área de conhecimento das/os proponentes.

Tabela 50 – Áreas do conhecimento listadas por proponentes

Área do conhecimento	DF	FV	Total	% de aprovação
Sociologia	8	9	17	53
Educação	7	8	15	53
História	8	1	9	11
Administração	5	1	6	17
Antropologia	2	3	5	60
Divulgação Científica	2	2	4	50
Outra	2	1	3	33
Ciência da Informação		2	2	100
Economia Doméstica		2	2	100
Física	1	1	2	50
Saúde Coletiva		2	2	100
Arqueologia		1	1	100
Arquitetura e Urbanismo	1		1	0
Ciência da Computação	1		1	0
Comunicação		1	1	100
Geografia	1		1	0
Psicologia		1	1	100
Recursos Florestais e Engenharia Florestal	1		1	0
Totais	39	35	74	47

Fonte: Elaboração própria.

Mais da metade das propostas enviadas (41 propostas, do total de 74) foi dirigida às áreas de Sociologia, Educação e História. A Sociologia e a Educação também tiveram destaque na classificação de aprovação (ambas com 53%). Lembramos que essas áreas foram escolhidas pelas/os coordenadoras/es, frequentemente representam a área de formação e atuação do/a coordenador/a do projeto. No entanto, há exceções em que o projeto está enquadrado na área de formação do/a coordenador/a do projeto, porém a temática é de outro campo. Por exemplo, no caso da Física, a proponente é de Física, mas se trata de um projeto sobre mulheres em Física. Esse projeto foi enviado para pareceristas de Física, que reconheceram a importância do tema para sua área e recomendaram sua aprovação.

O percentual de menor aprovação de propostas – calculado a partir do total de propostas enviadas naquela área – é de História, com cerca de 11%. Esse baixo percentual é relevante, pois a área de História das Ciências é considerada uma das “fundadoras” das pesquisas em Estudos de Gênero, Ciências e Tecnologias (EGCT). A maioria das propostas (8 propostas, de 9²¹⁶) inseriu como área de conhecimento do projeto História das Ciências; uma pesquisadora inseriu História Regional do Brasil. Ao consultar o item “áreas de atuação” no currículo Lattes das proponentes que enquadraram o projeto em História das Ciências, verifica-se que 4 proponentes (ou 5 coordenadoras/es, se contarmos a proponente que enviou 2 propostas em Chamadas distintas) são realmente de História; e, desse total, somente 2 pesquisadoras inseriram História das Ciências como “área de atuação” no currículo. Há uma proponente de Economia, outra de Física e outra de Geociências. Neste caso, prevaleceu o enquadramento do tema do projeto de pesquisa, em vez da área de atuação do/a coordenador/a do projeto.

As propostas apresentadas em História das Ciências têm por objeto principal ressaltar ou “resgatar” a história das mulheres – sua biografia e contribuições – em um campo científico ou em determinada instituição. A maioria das propostas (6 propostas, de 9) nesta área foram submetidas na primeira Chamada, nº 45/2005, da qual não conseguimos acessar os pareceres. O número de propostas diminuiu mais da metade na segunda Chamada (nº 57/2008). Houve somente 2 propostas, das quais só 1 foi aprovada. A proposta que foi aprovada trata da trajetória das mulheres médicas e dos enlaces do feminismo com sua produção intelectual na Bahia no final do século XIX e meados do século XX. Essa foi a única proposta aprovada nas quatro Chamadas em História das Ciências. No entanto, na terceira Chamada (nº 20/2010), houve a submissão de somente uma proposta, que trata da continuidade do projeto citado, mas esse

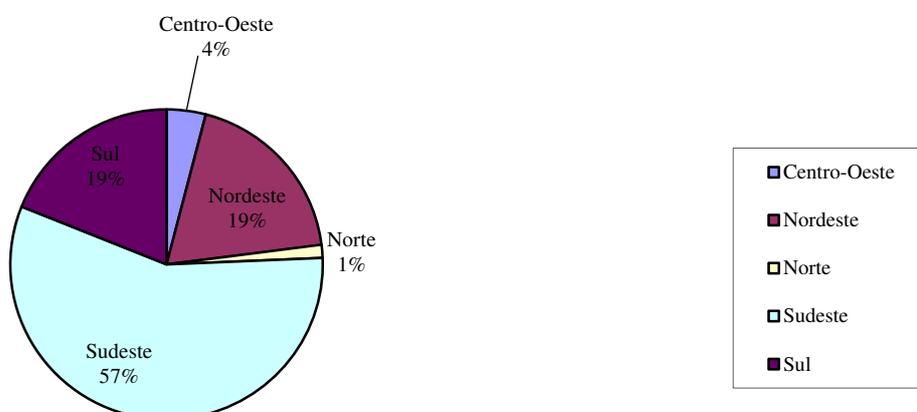
²¹⁶ No total de 9 propostas, 2 foram enviadas pela mesma proponente em Chamadas distintas.

projeto não foi recomendado. Na última Chamada, também só houve uma submissão de História, nas propostas enquadradas como Estudos de Gênero, Ciências e Tecnologias (EGCT), que foi classificada em prioridade 2 e não foi apoiada. Os pareceres desfavoráveis ou de prioridade 2 apontam como pontos negativos nos projetos a não especificação das atividades designadas aos membros da equipe, metodologia pouco clara, delimitação do tema muito ampla.

4.3.5 A participação por área geográfica das/os proponentes

Em relação ao recorte geográfico, assim como ocorre com as demais temáticas, a demanda concentra-se no Sudeste (57%). O Nordeste e o Sul participaram na mesma proporção, em torno de 19%. O gráfico 28 representa essa distribuição regional das/os proponentes, segundo região.

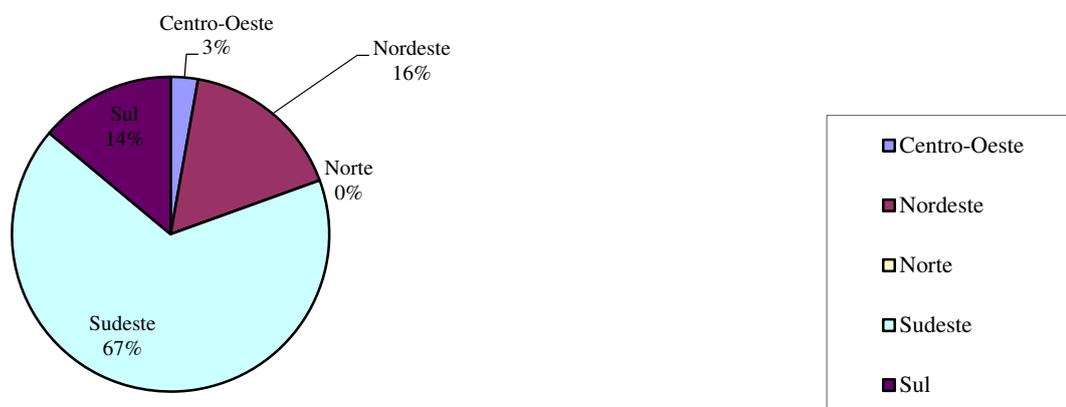
Gráfico 28 – Percentual de propostas enviadas por região nos GCT nas quatro Chamadas do PMC



Fonte: Elaboração própria.

O maior percentual de aprovação foi da região Sudeste, com 66%; seguida da região Nordeste, com 17%. A região Sul, dada sua reconhecida atuação nos Estudos de gênero, Ciências e Tecnologias, poderia ter conseguido maior destaque nas Chamadas. A região Norte tem sido a região com a menor inserção nos EGCT. Essa configuração regional da área tem sido reforçada pela literatura (LOPES, Margaret *et al.*, 2014; CABRAL, Carla, 2015). O gráfico 29 apresenta a distribuição percentual por localidade regional das/os proponentes cujas propostas foram aprovadas.

Gráfico 29 – Percentual de propostas aprovadas por região nos GCT nas quatro Chamadas do PMC



Fonte: Elaboração própria.

Para melhor visualização da distribuição regional, apresentamos a tabela 51.

Tabela 51 – Número de propostas enviadas (demanda) e aprovadas (FV) por região

Região	Demanda	FV	% de aprovação
Centro-Oeste	3	1	33
Nordeste	14	6	43
Norte	1		0
Sudeste	42	23	57
Sul	14	5	36
Total de propostas	74	35	49

Fonte: Elaboração própria.

Sobre a distribuição por instituição da demanda da área de Gênero, Ciências e Tecnologias, verificamos que o envio das propostas foi pulverizado em 42 instituições, a maioria tendo enviado somente uma proposta, conforme apresentamos na tabela 52 classificada, por maior número de propostas aprovadas.

Tabela 52 – Número de propostas por instituição da/o proponente e por parecer

Instituição	Desfavorável	Favorável	Totais
Universidade Estadual de Campinas	5	3	8
Fundação Oswaldo Cruz	2	2	4
Universidade Federal da Bahia	2	2	4
Universidade Federal de Minas Gerais	1	3	4
Universidade Federal de Viçosa		4	4
Universidade do Estado do Rio de Janeiro		3	3
Universidade Estadual de Londrina	1	2	3
Universidade Federal do Rio Grande do Norte	1	2	3
Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária	1	1	2
Universidade Estadual de Maringá	2		2
Universidade Federal de Campina Grande	2		2
Universidade Federal de Pernambuco	1	1	2
Universidade Federal de Santa Catarina	1	1	2
Universidade Federal do Rio de Janeiro	1	1	2
Universidade Federal do Rio Grande do Sul	1	1	2
Academia Brasileira de Ciências		1	1
Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas		1	1
Centro Universitário Ritter dos Reis	1		1
Fundação Carlos Chagas		1	1
Fundação Centro de Ciências e Educação Superior à Distância do Estado do Rio de Janeiro	1		1
Instituto de Ensino Superior COC	1		1
Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo	1		1
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul		1	1
Museu de Astronomia e Ciências Afins	1		1
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo	1		1
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul	1		1
Sociedade Brasileira de Física		1	1
Universidade de Brasília	1		1
Universidade de São Paulo	1		1
Universidade do Estado do Rio Grande do Norte		1	1
Universidade do Sul de Santa Catarina		1	1
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro	1		1
Universidade Federal de Alagoas	1		1
Universidade Federal de São Carlos		1	1
Universidade Federal do Ceará	1		1
Universidade Federal do Espírito Santo	1		1
Universidade Federal do Pará	1		1
Universidade Federal do Paraná	1		1
Universidade Federal Fluminense	1		1
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro		1	1
Universidade Presbiteriana Mackenzie	1		1
Universidade Tecnológica Federal do Paraná	1		1
Totais	39	35	74

Fonte: Elaboração própria.

A UNICAMP foi a instituição com maior número de envios, com 8 propostas; e a segunda no quesito aprovação – empatada com a UFMG e a UERJ. A UNICAMP conta com as pesquisadoras Maria Margaret Lopes²¹⁷, Lea Maria Leme Strini Velho e Maria Conceição da Costa, que têm contribuído para a produção no tema e para a formação de recursos humanos nesta área, a exemplo desta tese. Assim, a instituição pode ser considerada uma das primeiras a abrigar grupos de pesquisa sobre o tema. O núcleo de estudos Pagu, por meio de sua publicação *Cadernos Pagu*, em 1998 (volume 10), foi precursor no lançamento de um dossiê, organizado por Elisabeth Bortolaia Silva, contemplando a intersecção entre os temas Gênero, Ciências e Tecnologias. Considerando a tradição e o pioneirismo da instituição na área de EGCT, a UNICAMP poderia ter maior número de envio de propostas e de aprovação.

Outra instituição com pouca visibilidade nas Chamadas e de forte atuação neste tema é a Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), onde são publicadas, desde 2005, os *Cadernos de Gênero e Tecnologia*, do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Relações de Gênero e Tecnologia (GeTec), e a *Revista Tecnologia e Sociedade*, do Programa de Pós-Graduação em Tecnologia. A instituição foi apontada como uma das que mais publicaram artigos na área de Gênero, Ciências e Tecnologias (DE FREITAS, Lucas; LUZ, Nanci, 2016). A UTFPR conta com pesquisadoras/es dedicadas/os ao tema, tais como as prof^{as} Marília Gomes de Carvalho, Lindamir Salete Casagrande e Nanci Stancki da Luz, dentre outras. A instituição sediou o VIII Congresso Ibero-Americano de Ciência, Tecnologia e Gênero, em 2010. O Ibero tem por objetivo refletir sobre esta temática a partir das especificidades locais dos países de língua espanhola e portuguesa.

A UTFPR teve uma proposta enviada em 2005, que recebeu parecer desfavorável. Talvez esse parecer desfavorável tenha sido um fator para o não envio de outras propostas nas Chamadas posteriores e possa contribuir para explicar a queda da primeira Chamada em GCT para as outras. A *Revista Tecnologia e Sociedade* é publicada semestralmente²¹⁸ há uma década pela UTFPR. Suas edições (2005-2015) estão disponíveis na página do programa²¹⁹. Ao pesquisar os 22 volumes até o momento publicados, encontramos 12 artigos que poderiam ser enquadrados na temática Gênero, Ciências e Tecnologias. A maior parte dos artigos concentra-se no debate sobre educação, por exemplo as relações de gênero nas aulas de

²¹⁷ A prof^a Maria Margaret Lopes esteve vinculada à Secretaria de Políticas para as Mulheres no período de 2007 a 2009, tendo sido gestora do Programa Mulher e Ciência nesse órgão. Não enviou proposta em nenhuma Chamada no âmbito do programa, por questões éticas.

²¹⁸ Exceto no ano de 2005, que conta com apenas uma edição; e no ano de 2013, que tem uma edição especial, além das duas publicadas semestralmente.

²¹⁹ Disponível em: <<http://tinyurl.com/j63ky9t>>. Acesso em: nov. 2015.

Matemática (CASAGRANDE, Lindamir; CARVALHO, Marília, 2012), sobre carreiras, como no caso de engenheiras em postos de comando (LOMBARDI, Rosa, 2006); e sobre a apropriação pelas mulheres no uso da tecnologia como ciberfeminismo (ROCHA, Cristina, 2006). Nas duas edições de 2011 dos *Cadernos de Gênero e Tecnologia*, disponíveis para consulta na página da pós-graduação²²⁰, no total de 6 artigos, 2 estão diretamente relacionados à temática de Gênero, Ciência e Tecnologia. Os dois artigos são sobre carreiras de mulheres em CT e Política Científica e Tecnológica²²¹. Esses dados corroboram com as afirmações desta tese a respeito da dispersão do campo de Estudos de Gênero, Ciências e Tecnologias.

A Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), que hospeda uma das principais publicações feministas, a *Revista de Estudos Feministas* (REF), contou com somente dois envios de projeto e uma proposta aprovada. A UFSC conta com o Núcleo de Identidades de Gênero e Subjetividades (NIGS) desde 1991. Uma das linhas de pesquisa do grupo é Gênero e Ciência, tendo, por exemplo, realizado o Seminário Gênero e Ciência, em 2013.

A Universidade Federal da Bahia (UFBA) também conta com pesquisadoras com atuação no tema e teve quatro envios, com duas propostas favoráveis: uma de História e outra de Comunicação. A UFBA tem o Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher (NEIM), atuante desde 1983. Em 2002, o NEIM, em conjunto com a Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero – REDOR, publicou a obra *Feminismo, Ciência e Tecnologia* (2002). A UFBA conta com graduação e pós-graduação sobre Estudos Feministas e de Gênero. Também tem-se destacado por pesquisar Educação, Ciência e Tecnologia com enfoque em Gênero e Ensino de Ciências, a exemplo da prof^a Angela Maria Freire de Lima e Souza. Conta ainda com alguns trabalhos no campo de EGCT, das prof^{as} Iole Macedo Vanin e Cecília Maria Bacellar Sardenberg.

A Fundação Carlos Chagas (FCC), conhecida por pesquisas sobre gênero e trabalho, também tem pesquisadoras/es que publicam na área de Estudos em Gênero, Ciências e Tecnologias, a exemplo da prof^a Maria Rosa Lombardi, sobre a carreira das engenheiras. A Fundação Carlos Chagas enviou somente uma proposta sobre a participação feminina em carreiras masculinas.

Todas estas instituições – UNICAMP, UFTPR, UFSC, UFBA e FCC – são conhecidas por sua atuação nos Estudos de Relações de Gênero, Mulheres e Feminismos e têm inserção nos Estudos de Gênero, Ciências e Tecnologias. Essas instituições poderiam ter apresentado participação maior na demanda de projetos nesta temática.

²²⁰ Disponível em: <<http://tinyurl.com/glr79kj>>. Acesso em: nov. 2015.

²²¹ Para ler outros levantamentos de publicações na área, ver MINELLA, Luzinete, 2013; DE FREITAS, Lucas; LUZ, Nanci, 2016.

A Universidade Federal de Viçosa (UFV) foi aquela com o maior número de aprovações, 4 propostas enviadas e 4 aprovadas. Aqui é importante ressaltar que 3 propostas foram enviadas pela mesma proponente, que foi aprovada nas três primeiras Chamadas: 2005, 2008 e 2010. Na verdade, as quatro propostas são da mesma equipe, que pesquisa a participação das mulheres e a construção do conhecimento em distintas áreas do conhecimento: Veterinária, Economia Doméstica e Pedagogia.

A Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) também teve destaque na aprovação: teve 3 envios de propostas e 3 aprovações. As propostas enviadas foram uma da área de Psicologia e duas de Saúde Coletiva. Essas duas propostas de Saúde Coletiva são da mesma equipe de pesquisa e versam sobre técnicas de reprodução assistida.

A Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) contou com o envio de 4 propostas, com 3 favoráveis, sendo 2 enviadas pela mesma proponente, da área de Educação. A outra proposta aprovada foi da área de Arqueologia. O fato de a mesma proponente enviar pode indicar que a primeira aprovação é um incentivo para a submissão de outras propostas no mesmo teor. O contrário também parece ser verdadeiro: a primeira desaprovação é um fator de inibição de outras submissões.

Já a participação do Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas (CBPF) marca o pequeno número de iniciativas, tais como as das pesquisadoras de Física, que buscam promover a carreira de mulheres nas Ciências Exatas, especialmente em Física. Essas pesquisadoras, em especial as prof^{as} Elisa Maria Baggio Saitovitch e Márcia Cristina Bernardes Barbosa, foram influenciadas pela discussão internacional dentro da própria área de Física. Elas têm se destacado na busca por melhores condições na carreira científica para as mulheres e têm publicado trabalhos sobre a participação de mulheres em Física. (BARBOSA, Márcia; LIMA, Betina, 2013).

Em Física, observamos uma discussão na própria comunidade sobre a desigualdade de gênero. A Sociedade Brasileira de Física (SBF) instituiu, desde 2003, a Comissão de Relações de Gênero (CRG), atual Grupo de Trabalho sobre Questões de Gênero (GTG), “com o objetivo de levantar e estabelecer ações no sentido de resolver possíveis problemas de relações de Gênero, no caso, no âmbito da Física²²²”. Essa comissão tem atuado na promoção de discussões sobre o tema, na desagregação e divulgação dos dados por sexo, na visibilização da história de mulheres em Física (SAITOVITCH, Elisa *et al.*, 2015) e na adoção de medidas como a prorrogação de bolsa na modalidade de Produtividade em Pesquisa (PQ) no CNPq.

²²² Disponível em: <<http://genero.fis.puc-rio.br>>. Acesso em: 27 abr. 2016.

4.4 Sobre os temas dos projetos submetidos

4.4.1 Índícios de interseccionalidade

A fim de encontrar indícios sobre a pesquisa interseccional nos Estudos de Gênero, Ciências e Tecnologias, buscamos nos títulos das propostas palavras relacionadas à classe, raça, etnia e geração. As propostas foram classificadas em três categorias interseccionais: 1) geração; 2) classe; e 3) etnicidade e raça. Obviamente, pode haver projetos que não tenham no título as palavras de interseccionalidade que buscamos e ainda assim ter uma proposta interseccional. O inverso também é verdadeiro: as propostas podem ter indícios de interseccionalidade e na prática não ter se desenvolvido dessa forma, ainda mais se considerarmos os desafios colocados pela interseccionalidade na pesquisa (MCCALL, Leslie, 2005). No entanto, entendemos a busca por palavras-chave relacionadas à interseccionalidade nos títulos como um indicador para dimensionar a frequência da análise interseccional nas pesquisas desta área.

Ao separar os projetos enquadrados na área Gênero, Ciências e Tecnologias, encontramos um percentual semelhante ao quadro geral das propostas do campo de Estudos Feministas e de Gênero. Do total de projetos enquadrados como Gênero, Ciências e Tecnologias, somente cerca de 10% apresentam nos títulos menção a uma proposta interseccional. Esse percentual é relativamente baixo, se considerarmos a centralidade e a importância da perspectiva interseccional nas pesquisas feministas e de gênero. Podemos afirmar que a perspectiva interseccional confere complexidade às pesquisas e incorpora as críticas referentes à não essencialização e homogeneização do constructo “mulher”. Esse número ainda diminui, se considerarmos que, do total de 4 propostas sobre geração, 2 são da mesma pesquisadora em Chamadas distintas; e, do total de 3 propostas em etnicidade e raça, 2 são do mesmo pesquisador. A seguir, relacionamos a tabela 53, que ilustra o enquadramento das propostas segundo interseccionalidade e parecer:

Tabela 53 – Enquadramento das propostas segundo interseccionalidade

Intersecções	Desfavorável	Favorável	Total
eticidade e raça	2	1	3
geração	1	3	4
total	3	4	7

Fonte: Elaboração própria.

A perspectiva geracional tem sido um pouco mais frequente do que a de raça e etnicidade na nossa pesquisa, o que difere um pouco de estudos anteriores, tais como o de Lopes *et al.* (2014) sobre a produção dos ESOCITE e dos IBEROS.

Nesses estudos sobre carreiras, se os marcadores de diferenças de classes sociais e idade começam a surgir, os de raça e etnicidade continuam particularmente inexpressivos nos dois eventos. Especificamente sobre a inclusão das análises que levem em conta as interseccionalidades de gênero e raça em carreiras científicas, já existe uma produção no Brasil (Silva, 2008), e em função da recente iniciativa do CNPq de introduzir raça como um campo que pode ser preenchido nos currículos Lattes, certamente esses estudos poderão vir a contar também com esses marcadores de diferenças fundamentais para as análises de políticas científicas e tecnológicas. (LOPES, Margaret Maria *et al.*, 2014)

Sem dúvida, faltam estudos sobre raça e etnicidade nas pesquisas de Gênero, Ciências e Tecnologias, conforme aponta Luzinete Minella (2013). A inserção de raça/cor no currículo Lattes já permitiu dimensionar que a participação das mulheres negras nas bolsas do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), em especial das mulheres pretas, é muito menor que das mulheres brancas, como já mencionado (TAVARES, Isabel *et al.*, 2015). Sobre a participação das mulheres negras, são muitas as perguntas a serem respondidas.

Sendo, provavelmente, uma das poucas afrodescendentes que construíram uma carreira acadêmica na área de Sociologia no Brasil, e tendo atuado nos últimos vinte e cinco anos, numa universidade pública localizada no sul do país – na qual tive, ao longo de todos esses anos, apenas três alunos negros, todos africanos –, ao ler esses livros, não pude deixar de me fazer algumas questões: afinal, se um dia resolvesse pesquisar sobre cientistas pioneiras no Brasil, focalizando as mulheres não brancas, qual seria o resultado? Será que ficaria diante de páginas em branco ou traria à tona algumas surpresas? E se resolvesse pesquisar sobre a participação delas no contexto atual, qual seria a sua proporção em relação às demais e quais seriam os campos e instituições nos quais sua presença é mais marcante? Este artigo nasceu tanto do medo das respostas a essas questões, quanto da esperança de que algum equilíbrio racial e étnico possa ser encontrado no futuro próximo também entre as cientistas. (MINELLA, Luzinete, 2013, p. 130).

As lacunas interseccionais também podem ser percebidas nas ações do Programa Mulher e Ciência. Não há uma ação específica, por exemplo, para mulheres negras. Sem dúvida, medidas como a prorrogação da bolsa em caso de parto ou adoção beneficiam a todas as mulheres que aderem à maternidade. No entanto, a implementação de ações específicas para maior participação das mulheres negras e indígenas se faz necessária.

Segundo os dados coletados, outra lacuna é a pouca frequência sobre estudos com a perspectiva de classe. É importante dizer que hoje os dados sobre classe são mais difíceis de obter do que os de raça/etnia já dispostos no Lattes. No entanto, a condição

socioeconômica também é um fator de acesso à educação e à formação científica. As ações afirmativas com este recorte, como as cotas sociais para ingresso no ensino superior, surgem dessa constatação.

A incorporação das distintas perspectivas interseccionais é tão necessária quanto desafiadora, seja para a pesquisa, seja para a formulação da política científica.

4.4.2 Sobre a amplitude das propostas

Do total de 74 propostas enquadradas em GCT, só encontramos uma cujo tema se aproxima de uma abordagem internacional, que tinha por objetivo pesquisar os programas de mobilidade internacional. A maioria das propostas tem um enfoque local, dirigido a problemas locais. Essa característica também foi apontada em estudos anteriores sobre a produção dos ESOCITE e dos IBEROS.

Os artigos em ambos os eventos, que em geral se referem a situações e análises de seus próprios países, elencam um número crescente de autoras e autores pouco conhecidos fora de seus países – o que lhes dá visibilidade –, mas o caráter regional ou nacional das pesquisas os circunscreve ao âmbito local, não ultrapassando os limites de seus países de origem. Outra questão a ser destacada é que praticamente não se encontraram trabalhos que resultem de pesquisas de cooperação regional, o que pode indicar que não há ainda um diálogo ou uma rede de cooperação fortemente estabelecida entre pesquisadoras latino-americanas da área de GC&T. (LOPES, Maria Margaret *et al.*, 2014).

Nossos dados também têm apontado para propostas de pesquisas que resultam de iniciativas individuais. Podemos concluir que são poucas/os as/os pesquisadoras/es dedicadas/os ao tema Gênero, Ciências e Tecnologias e que trabalham, grosso modo, em grupos de pesquisa. Outro dado que corrobora essa informação é o número pequeno de grupos cadastrados do Diretório de Grupos de Pesquisa (DGP/CNPq) com esta temática²²³. O diretório “constitui-se do inventário dos grupos de pesquisa científica e tecnológica em atividade no país”. Com as palavras “gênero” e “ciência” (na busca exata de grupos atualizados), por exemplo, encontramos somente 14 registros²²⁴.

²²³ Consulta realizada na base corrente em janeiro de 2016.

²²⁴ Diferentemente dos Censos, os resultados da busca no diretório, realizados na base corrente, alteram-se de acordo com os parâmetros e dados pesquisados. Até palavras no singular ou plural, no caso da pesquisa com busca exata, pode acarretar alterações. Não é nosso intuito aqui realizar uma análise detalhada do campo a partir dos grupos registrados no DGP.

4.4.3 Sobre os subtemas dos projetos em Estudos de Gênero, Ciências e Tecnologias

Os projetos da área de Gênero, Ciências e Tecnologias foram enquadrados segundo o modelo já proposto por Maria Margaret Lopes *et al.* (2014), que analisou as publicações produzidas em nove Congressos Iberoamericanos de Ciencia, Tecnología y Género (IBERO) e em nove Jornadas Latino-Americanas de Estudios Sociales da Ciência e da Tecnologia (ESOCITE) já mencionados. Segundo as autoras, essas publicações foram analisadas com o objetivo de: “identificar tendências, escolhas temáticas, dificuldades metodológicas e em que medida, em alguns países latino-americanos, os estudos de gênero conferem atenção aos estudos de CTS e estudos de CTS, atenção a gênero.” (LOPES, Maria Margaret *et al.*, 2014). Escolhemos esta classificação a despeito de outras anteriormente propostas (CITELI, Teresa, 2000; MINELLA, Luzinete, 2013; CABRAL, Carla, 2015) por considerar esta mais detalhada e adequada aos objetivos desta tese. As categorias utilizadas são:

- *Trajetórias/história de mulheres em Ciência e Tecnologia*: nesta categoria foram enquadrados pelas autoras os artigos de abordagem histórica, que tanto tratavam das consequências da sub-representação e exclusão das mulheres da ciência e tecnologia quanto incluem os trabalhos dirigidos a recuperar a contribuição feminina no campo científico e tecnológico. (LOPES, Maria Margaret, 2008; SOUSA, Lia *et al.*, 2005; SOMBRIO, Mariana, 2016a; 2016b; CORREA, Mariza, 2003; MOTT, Maria Lúcia, 1994; VARELA, Alex, 2016; MUZI, Joyce; LUZ, Nanci, 2011).
- *Carreiras de mulheres em CT e Política Científica e Tecnológica*: aqui foram inseridas as publicações que tratam das desigualdades nas carreiras científicas (na ascensão e representação das mulheres por área do conhecimento), das dificuldades e obstáculos enfrentados pelas cientistas. Em geral, estes estudos trazem abordagens mais sociológicas. Também incluem os estudos com base em dados cientométricos. Entendemos que aqui também estejam inseridos os trabalhos, como esta tese, de análise de ações e políticas para combater a desigualdade de gênero no campo científico. No entanto, há poucos estudos sobre avaliação de política científica para equidade de gênero no cenário latino (TABAK, Fanny, 2002; LETA, Jaqueline, 2003; GUEDES, Moema *et al.*, 2015; LOMBARDI, Maria Rosa, 2006; CABRAL, Carla, 2006; LIMA, Betina, 2013; OSADA, Neide; COSTA, Maria Conceição, 2006; VELHO, Lea; LEON, Elena, 1998; MELO, Hildete; OLIVEIRA, André, 2006; RODRIGUES, Jeorgina; GUIMARÃES, Maria Cristina, 2016; TAVARES, Isabel *et al.*, 2015; BITENCOURT, Silvana Maria, 2014).

- *Epistemologia/Teorias de gênero e C&T*: nesta linha estão enquadradas as pesquisas sobre o impacto de gênero na produção científica e tecnológica. Trata também dos princípios estruturantes do conhecimento científico, tais como objetividade e neutralidade (CABRAL, Carla, 2006; LOPES, Maria Margaret, 2006; LIMA E SOUZA, Ângela, 2002; SARDENBERG, Cecília, 2007). São autoras americanas conhecidas nesta área: Evelyn Fox Keller, Sandra Harding, Helen Longino, Anne Fausto-Sterling, Donna Haraway. Aqui também consideramos que deveriam ser enquadrados os mapeamentos do campo de Gênero e de Estudos Sociais da Ciência (conforme faz em parte este capítulo) por entender que se trata de uma reflexão sobre produção científica sob o impacto de gênero. (CABRAL, Carla, 2015; MINELLA, Luzinete, 2013; LOPES, Maria Margaret *et al.*, 2015). A respeito de mapeamento e análises sobre a configuração da área também se encontram poucas publicações.
- *Construções científicas/tecnológicas de gênero em saúde, medicina e biotecnologia*: neste tópico, foram alocados os estudos sobre as construções socioculturais nas áreas da saúde. Incluem-se as construções históricas de doenças/comportamentos segundo gênero, diferenças biológicas, estudos sobre corpo, tecnologias reprodutivas, menopausa, entre outros (KALIL, Irene; COSTA, Maria Conceição, 2013; ROHDEN, Fabíola, 2009; 2016; CITELI, Maria Teresa, 2006; FELTRIN, Rebeca; VELHO, Lea, 2014).
- *Educação e GC&T*: foram consideradas pelas autoras as pesquisas que relacionam a educação e a produção de hierarquia de gênero, tal como as variáveis que moldam as escolhas nas carreiras científicas buscam explicar o gradual afastamento das meninas e jovens de disciplinas das Ciências Exatas. Esses trabalhos discutem o material apresentado nos livros didáticos, o formato dos currículos, entre outros. (CASAGRANDE, Lindamir, CARVALHO, Marília, 2014; ROSA, Katemari; SILVA, Maria Ruthe, 2016).
- *Divulgação científica e mídia: imagens de gênero e C&T*: neste eixo temático estão os trabalhos sobre a influência das imagens divulgadas no meio midiático que reproduzem estereótipos de gênero, contribuindo para a exclusão e a invisibilidade das mulheres no campo científico e tecnológico (PEDREIRA, Anna Elisa, 2014).

- *TICs e usos da C&T*: aqui estão localizados os estudos sobre inclusão feminina nas tecnologias de comunicação, que debatem questões sobre o uso dessas tecnologias (RAPKIEWICZ, Clevis, 1998; ROCHA, Cristina, 2006; ARAÚJO, Daniela; GITAHY, Leda, 2015).
- *Recursos naturais, desenvolvimento e saberes populares*: aqui estão inseridos os trabalhos que discutem os saberes tradicionais e que promovem a visibilização de novos sujeitos epistêmicos, como estudos sobre mulheres indígenas, negras, artesãs, parteiras, entre outros (VASCONCELOS, Bruna, VELHO, Lea, 2010).

Na tabela 54, apresentamos as propostas segundo a classificação de subtemas utilizada.

Tabela 54 – Classificação das propostas por subtemas

Subtemas em EGCT	Desfavorável	Favorável	Total
Carreiras de mulheres em CT e Política Científica e Tecnológica	16	16	32
Construções científicas/tecnológicas de gênero em saúde, medicina e biotecnologia	2	5	7
Divulgação científica e mídia: imagens de gênero e C&T	1	2	3
Educação e GC&T	6	1	7
Epistemologia/teorias de gênero e C&T	1	4	5
TICs e usos da C&T	1	4	5
Trajetórias/história de mulheres em C&T	12	3	15
Total Global	39	35	74

Fonte: Elaboração própria.

Cerca de 43% das propostas enviadas (32 propostas, do total de 74) foram enquadradas em Carreiras e Política Científica e Tecnológica. Essa concentração foi observada em outros trabalhos (LOPES, Maria Margaret *et al.*, 2014; MINELLA, Luzinete, 2013; CABRAL, Carla, 2015). Também podemos afirmar que os estudos pioneiros nas discussões sobre gênero e ciências foram a sub-representação das mulheres (ROSSITER, Margaret, 1982). Esse também pode ser um fator explicativo para a predominância de estudos na linha de pesquisa sobre carreiras. Outro fator explicativo é que essa vertente congrega os poucos trabalhos em que pesquisadoras de áreas historicamente masculinas, tais como a Física, se propõem a analisar sua condição (BARBOSA, Márcia; LIMA, Betina, 2013). Uma conjunção de fatores poderia explicar a prevalência do tema sobre participação das mulheres nas carreiras científicas.

A prevalência da primeira tendência talvez se explique em razão de vários fatores, por exemplo, o alto potencial explicativo dos temas abordados nesses estudos; a atração exercida pelo visível incremento do acesso e da permanência das mulheres no campo científico, inclusive em áreas antes prioritariamente masculinas; e, ainda, as relativas facilidades de acesso às informações sobre os contextos atuais. É provável que tal prevalência se explique também em virtude da influência da formação empírica das pesquisadoras, bem como de outros fatores a serem pesquisados. (MINELLA, Luzinete, 2013, p. 125).

Esses estudos sobre Carreiras de mulheres em CT e Política Científica e Tecnológica são o que mais diretamente dialoga com os objetivos do Programa Mulher e Ciência, uma vez que os resultados dessas pesquisas poderiam subsidiar a superação dos desafios propostos nos objetivos do programa. Nesta vertente, encontramos estudos sobre a divisão sexual do trabalho (em especial sobre uso de tempo e maternidade) e carreira científica, inserção de meninas nas carreiras científicas e tecnológicas, ascensão e produtividade das pesquisadoras, trajetórias e obstáculos em diferentes áreas (em Física, Engenharias, Biologia, Economia Doméstica, Medicina Veterinária, Pedagogia, Computação, Ciências Humanas), divisão de trabalho na universidade, participação feminina na gestão da ciência e tecnologia, participação das mulheres em programas como o Programa Antártico Brasileiro e Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia, participação das pesquisadoras negras na produção do conhecimento, dentre outros.

A segunda linha de pesquisa mais representativa em termos numéricos é sobre história das mulheres nas ciências. Esta vertente tem o importante papel de visibilizar as trajetórias e contribuições das muitas mulheres que fizeram parte da história da ciência. Cabe destacar que a “invisibilidade” das mulheres cientistas também é uma construção historiográfica. No Brasil, esta vertente se defronta com a própria desvalorização da área de História e dos Estudos Feministas e de Gênero.

Cabe discutir o papel que os próprios estudos de gênero e a historiografia feminista locais têm jogado na construção da invisibilidade da área de estudos de gênero e ciências, em um quadro se não de negação, de ausência de qualquer valorização da História das Ciências como um todo no Brasil e em diversos países latino-americanos. (LOPES, Maria Margaret; COSTA, Maria Conceição, 2005, p. 82).

Nesta vertente histórica, há propostas de pesquisa sobre as pioneiras nas ciências; as contribuições das mulheres pesquisadoras em Física, Psicologia, Geografia, Biomedicina, Administração; a contribuição das mulheres em determinadas unidades de ensino e pesquisa, tais como a Embrapa; ou a história de alguma pesquisadora, por exemplo a trajetória da primeira oceanógrafa brasileira, Marta Vannucci.

A literatura sobre história das mulheres científicas não trata somente de “resgatar” a história das mulheres cientistas, mas de questionar, segundo as perspectivas de gênero, a própria construção histórica, frequentemente totalizante e produzida segundo os papéis de gênero.

A participação de mulheres na história das ciências foi comprometida por discriminações sociais relativas ao gênero. No entanto, compreender como algumas delas se incorporaram às práticas e instituições, seja como esposas assistentes, coletoras autônomas, funcionárias de museus, em campos disciplinares específicos, entre outras características, colabora com a diversificação do registro histórico sobre as ciências, sobre as atividades atribuídas às mulheres e sobre a multiplicidade de identidades de gênero ao longo da história. (SOMBRIIO, Mariana, 2016).

Outro desafio desta linha de pesquisa é não “reproduzir” a história das “vencedoras”, tornando-as “supermulheres”, mas buscar suas trajetórias científicas, de tropeços e acertos, a partir de contextos sociais, culturais e institucionais da própria ciência. A escrita de “histórias” de cientistas como seres excepcionais produz modelos inalcançáveis e, portanto, reforça que a ciência não é uma atividade para “qualquer” mulher.

O subtema Educação e GC&T surge em terceiro lugar, juntamente com a linha Construções Científicas/Tecnológicas de Gênero em Saúde, Medicina e Biotecnologia, que vem-se destacando na área de EGCT. A linha de pesquisa sobre Educação e GC&T é responsável pelo segundo lugar com maior número de trabalhos nos congressos analisados da ECGT (LOPES, Maria Margaret *et al.*, 2014). Aqui estão os estudos sobre ensino de ciências e formação docente nesta atividade.

Já na linha de Construções Científicas/Tecnológicas de Gênero em Saúde, Medicina e Biotecnologia, há projetos sobre técnicas de reprodução assistida, menopausa, reprodução e genética.

A linha TICs e Usos da C&T recebeu cinco propostas sobre cultura digital, inclusão digital, adoção de software livre a partir da perspectiva de gênero e representações sociais na informática.

A vertente Divulgação Científica e Mídia: Imagens de Gênero e C&T, com somente 3 projetos enviados, é a que menos recebeu propostas. Encontramos 2 propostas da mesma proponente, com o mesmo objeto, que trata das representações das cientistas pela mídia brasileira e no imaginário dos adolescentes e 1 sobre divulgação científica e a participação das mulheres. Aqui destacamos a aprovação da prof^a Luisa Medeiros Massarani, que recebeu o 36º Prêmio José Reis sobre Divulgação Científica²²⁵.

No âmbito dos Estudos sobre Gênero, Ciências e Tecnologias, observa-se a marginalidade das propostas que têm por foco o estudo da tecnologia e suas interfaces. Os dados encontrados nas Chamadas são confirmados por outros estudos locais (LOPES, Maria Margaret *et al.*, 2014). Foram encontradas 9 propostas, cerca de 12%, que se referem à tecnologia no título da proposta, conforme dados apresentados na tabela 55.

Tabela 55 – Número de projetos com interface com as tecnologias por linha de pesquisa nos EGCT e por parecer

Linhas de Pesquisa	DF	FV	Total
Carreiras de mulheres em C&T e Política Científica e Tecnológica	3	1	4
TICs e usos da C&T	1	4	5
Total	4	5	9

Fonte: Elaboração própria.

²²⁵ O resultado da premiação está disponível em: <<http://tinyurl.com/hzpsxq5>>. Acesso em: 21 mai. 2016.

As propostas com interface com a tecnologia estão concentradas em duas linhas de pesquisa, segundo o material analisado, na temática de TICs e Usos da C&T e em Carreiras de Mulheres em CT e Política Científica e Tecnológica. No caso desta última temática, trata-se de propostas sobre inserção e atuação das mulheres em áreas mais tecnológicas, tais como engenharias. Os projetos que abordam o uso da tecnologia estão concentrados na linha TICs e usos da C&T. Esta também foi uma constatação na análise de trabalhos apresentados nos Congressos Iberoamericanos de Ciencia, Tecnología y Género (Ibero) e nas Jornadas Latino-Americanas de Estudios Sociales da Ciência e da Tecnologia (ESOCITE): “A incorporação das discussões sobre tecnociência, suas apropriações e crítica social, sobretudo em suas dimensões de gênero, é pouco visível nos trabalhos consultados. Os poucos trabalhos encontrados na área referem-se às intersecções entre gênero e TICs.” (LOPES, Margaret Maria *et al.*, 2014, p. 11).

4.5 Análise dos resultados dos projetos aprovados nos ECGT

A fim de verificar possíveis resultados do financiamento concedido aos projetos aprovados no PMC na categoria que identificamos como Estudos sobre Gênero, Ciências e Tecnologias (EGCT), analisamos os relatórios e os currículos Lattes das/os coordenadoras/es. Consultamos as seguintes informações curriculares: produção bibliográfica (artigos, capítulos e livros publicados) e a formação de recursos humanos (orientação de iniciação científica, mestrado e doutorado em andamento e concluída). Consideramos as três principais formas de produção, bem como os três níveis da formação de recursos humanos. Não consideramos os resultados que poderiam estar registrados nos currículos dos colaboradores dos projetos, ou seja, os demais membros da equipe. Entendemos que esta amostra pode nos dar a dimensão do que foi produzido a partir do aporte de recursos das Chamadas na área de EGCT.

Foram computadas a produção e as orientações a partir da data de aprovação do projeto e nas quais pudéssemos identificar clara associação ao tema do projeto. O período analisado foi do ano em que o projeto foi aprovado, até setembro de 2016. Assim, por exemplo, os artigos relacionados aos Estudos de Gênero, Ciências e Tecnologias encontrados, mas distintos do tema do projeto aprovado, não foram contados. Este recorte foi escolhido por configurar uma estratégia de “medir” os resultados do fomento a projetos neste tema. Se a pesquisa aprovada foi sobre história das mulheres na Biomedicina, os artigos sobre ensino e gênero não foram considerados.

Também é necessário esclarecer que, dos 36 projetos aprovados, 4 coordenadoras tiveram seus projetos aprovados em 2 edições distintas; e 1 coordenadora, em 3 edições. Alguns desses projetos representam uma continuidade do primeiro projeto aprovado, outros são propostas de diferentes temáticas. Assim, há um pequeno número de publicações e orientações contabilizadas duplamente. A tabela 56 condensa os dados sobre os resultados segundo produção bibliográfica e orientações dos projetos aprovados nas quatro Chamadas do programa.

Tabela 56 – Resultados da Produção e Formação de Recursos Humanos dos projetos aprovados nos EGTC nas Chamadas do PMC

Produção			orientações em andamento			orientações concluídas		
Artigos completos publicados em periódicos	livros publicados	capítulos publicados	ic	mestrado	doutorado	ic	mestrado	doutorado
34	9	23	12	7	3	27	9	6

Fonte: Elaboração própria.

Foram computados 34 artigos completos publicados em periódicos, do total de 36 projetos, ou seja, aproximadamente um artigo por projeto. Por este indicador, poderíamos concluir que praticamente todos os projetos resultaram em artigos, uma forma reconhecida de divulgar e submeter a avaliação aos pares sobre a pesquisa realizada. No entanto, a disparidade no número de artigos entre as/os coordenadoras/es é grande. Temos uma pesquisadora, por exemplo, que publicou 7 artigos sobre o tema de projeto aprovado, enquanto temos 20 coordenadoras/es (do total de 36: 56%) que não publicaram artigos que pudéssemos identificar como diretamente associados aos projetos.

Outro indicador foram os livros organizados e publicados sobre o tema. Houve 9 livros (do total de 36 projetos: 25%). Aqui não houve tanta disparidade, a maioria publicou 1 livro sobre o tema. Houve uma coordenadora que publicou 2 livros. Já nos 23 capítulos (do total de 36: 64%), essa disparidade apresenta-se novamente: somente uma coordenadora publicou 6 capítulos sobre o tema aprovado no projeto.

As orientações de iniciação científica são as mais numerosas (12 em andamento e 27 concluídas) e sugerem que essas/es estudantes são aquelas/es inseridas/os diretamente na pesquisa aprovada nas Chamadas, o que é um indicador de fortalecimento desse campo. Em segundo lugar estão as orientações de mestrado (7 em andamento e 9 concluídas) e depois as de doutorado (3 em andamento e 6 concluídas). É possível interpretar esses dados do menor número de orientadas/os de mestrado e doutorado, considerando-se que há maior grau de autonomia, à medida que se avança nas etapas de formação de recursos humanos na pesquisa. A princípio, as/os doutorandas/os podem estar mais distanciadas/os dos temas de pesquisa das/os suas/seus orientadoras/es.

Do total de 36 projetos, houve 6 (2 de 2005, 2 de 2010 e 2 de 2012) que, segundo os parâmetros escolhidos, não tiveram qualquer resultado. Em outras palavras, não houve publicação nem orientação relacionada ao tema da proposta aprovada. No entanto, no período analisado, três coordenadoras faleceram, ou seja, a metade desses projetos (3 propostas), sem resultados mensuráveis segundo nossos critérios, foi descontinuada. Dois projetos são de pesquisadoras reconhecidas e produtivas na área de Estudos Feministas e de Gênero, mas efetivamente não produziram sobre o conteúdo específico do projeto contemplado. Uma hipótese é que essas pesquisadoras podem ter concorrido em distintas Chamadas, dada a configuração pulverizada de oferta de recursos no sistema científico e tecnológico, como estratégia de captação de recursos para o grupo de pesquisa.

É importante destacar que os resultados que selecionamos não são necessários para a aprovação do relatório que deve ser apresentado ao final da vigência do projeto. Os conteúdos dos relatórios finais são bastante distintos, o que dificulta uma análise comparativa entre eles. Inicialmente não havia modelo de apresentação de relatório final. A partir de 2010, todos os relatórios a ser apresentados ao CNPq resultado das Chamadas de apoio à pesquisa são enviados em um formulário, no qual há uma ferramenta para anexar um documento complementar.

Os conteúdos apresentados nos relatórios são de natureza técnica, ou seja, com apresentação teórica do problema escolhido, com articulação bibliográfica, desdobramentos e resultados de pesquisa. Também são apresentadas as atividades realizadas durante o período de vigência do projeto. As atividades descritas não necessariamente estão vinculadas ao projeto de pesquisa aprovado nas Chamadas.

O formato dos relatórios, para todas as Chamadas Públicas de apoio a projeto de pesquisa, é objeto de discussão interna no CNPq, que busca melhor avaliar os resultados do financiamento à pesquisa. A mensuração de possíveis impactos sociais das pesquisas científicas foi, por exemplo, uma preocupação da gestão do prof. Hernan Chaimovich, presidente do CNPq (2015-2016).

Para o presidente do CNPq, a ciência deve gerar impacto intelectual, social e econômico. Por impacto intelectual, ele descreve as ideias que produzem novas ideias, que fazem a humanidade mais sábia e que permitem formar gerações de novas ideias. Já o impacto social está relacionado ao conhecimento produzido capaz de influenciar políticas públicas, que possa diminuir a desigualdade, ou mesmo que possa reduzir, por exemplo, o tempo de espera na fila do SUS; ou, ainda, que aumente o envolvimento social com a ciência. Por fim, o impacto econômico corresponde às ideias que criam empresas e geram empregos, que aumentam a competitividade e criam setores industriais²²⁶ (Jornal da Ciência, 2016).

²²⁶ A notícia completa está disponível em: <<http://tinyurl.com/jve8ep8>>. Acesso em: dez. 2016.

A avaliação sobre resultados de políticas e iniciativas científicas não é trivial, haja vista o esforço feito nesta tese, pois se trata de investimento de risco, ou seja, sem resultado garantido. Nem sempre é possível garantir que a pesquisa tenha um resultado ou impacto, mesmo em área de pesquisa aplicada. Não é fácil mensurar os resultados e impactos das pesquisas científicas. No entanto, não há dúvidas de que é necessário avançar no acompanhamento e na avaliação das políticas científicas implementadas.

4.6 Programa Mulher e Ciência: outras inovações

4.6.1 Seminário de avaliação da Chamada nº 32/2012

A Chamada nº 32/2012 incorporou, de forma pioneira, a estratégia de realizar um seminário de apresentação de resultados das pesquisas, inclusive com reserva de recursos²²⁷ para esse fim. Essa iniciativa possibilitaria a troca de saberes e fazeres científicos entre as/os coordenadoras/es aprovadas/os na referida Chamada, bem como poderia aproximar os resultados das pesquisas com a formulação e implementação de políticas públicas.

Em setembro de 2014, o seminário de apresentação de resultados da Chamada nº 32/2012 foi realizado em Brasília. As informações aqui analisadas são referentes ao relatório do evento, disponibilizado na página da SPM²²⁸. O encontro foi organizado em 5 grupos de trabalho, com cerca de 30 pesquisadoras/es em cada: 1) Educação e TICs; 2) Violência; 3) Saúde; 4) Relações de Gênero/Feminismos/Poder; 5) Rural. Além da apresentação dos resultados das pesquisas, os grupos também foram convidados a discutir e depois apresentar na plenária os seguintes pontos: resultados que poderiam influenciar nas políticas públicas; desafios no campo de estudos; sugestões para futuras Chamadas; e sugestões para o Programa Mulher e Ciência.

Chama a atenção que não tenha sido organizado um grupo de trabalho com o tema Gênero, Ciências e Tecnologias. A invisibilidade dessa temática ocorre mesmo dentro do Programa Mulher e Ciência. Sem um grupo específico, os projetos relacionados a esse campo ficaram dispersos em outros grupos de trabalho, em especial no de Educação e TICs. A inexistência desse espaço específico impossibilitou as discussões específicas dos Estudos

²²⁷ No item de custeio na Chamada nº 32/2012: “e) Uma passagem deve ser obrigatoriamente destinada a Brasília-DF e duas diárias para hospedagem nesta cidade para participação em seminário de avaliação de todos os projetos selecionados”.

²²⁸ Disponível em: < <http://tinyurl.com/jrht4my>>. Acesso em: 7 mai. 2016.

de Gênero, Ciências e Tecnologias. Ao contrário do que aconteceu nas áreas de Saúde e Violência, que registraram demandas e sugestões direcionadas aos seus objetivos. Este é mais um indício de que, no âmbito do programa, ainda temos o desafio de estimular os EGCT.

Muitas recomendações do relatório são específicas à temática do GT, sem relação com a política científica diretamente, por exemplo há medidas dirigidas para a política de combate à violência contra mulheres. Não analisaremos todas as recomendações resultadas do seminário, nos deteremos às recomendações afetas à política científica e ao Programa Mulher e Ciência, que é o objeto desta tese. A importância da Chamada de apoio a projetos de pesquisa para relações de gênero, mulheres e feminismos foi considerada importante:

Em primeiro lugar, gostaríamos de destacar a importância deste Edital e do Seminário para a geração e inovação de conhecimentos, interdisciplinaridade e transversalidade nas discussões de gênero. Desse modo, consideramos fundamental a continuidade do edital, com essas características e de articulação com o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres”. (Relatório de apresentação dos resultados da Chamada Pública Relações de Gênero, Mulheres e Feminismos, 2014, p. 27).

A continuidade do financiamento dirigido para a área rural, promovido pelo Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA), também foi recomendada. Foram sugestões recorrentes: a criação de uma área interdisciplinar de gênero no CNPq; e a necessidade de maior divulgação das produções intelectuais, tanto na comunidade científica quanto na sociedade como um todo. Neste quesito, surgiram diferentes tipos de divulgação: criação de um repositório, divulgação dos resultados das pesquisas na página da SPM e/ou do CNPq, dentre outros.

Além da preocupação com a divulgação, o fomento à publicação também apareceu na forma de diversas ações propostas, a exemplo da criação de uma Chamada para a publicação de pesquisas realizadas em Chamadas anteriores. De modo geral, as recomendações são lacunares e deslocam para a função do Estado algumas ações que poderiam ser mais factíveis, caso estivessem associadas a iniciativas já existentes e locais, por exemplo o fomento às redes feministas ou aos núcleos de gênero como vetores de divulgação e o fortalecimento de publicação em revistas já existentes da área.

A realização do seminário de apresentação de resultados foi uma iniciativa considerada profícua, e sugeriu-se também a realização de um encontro no início das pesquisas, como forma de enriquecer o debate teórico e metodológico das pesquisas. Outra ação considerada positiva na última Chamada foi a disponibilização de bolsas nas Chamadas.

Recomendou-se que essa medida continuasse a ser adotada nas próximas Chamadas. Sobre a concessão de bolsas nas Chamadas, foi sugerida a inclusão da bolsa de iniciação científica. O incentivo à formação de redes de pesquisa também foi recomendado para a elaboração de uma próxima Chamada.

O lançamento de Chamadas específicas, por exemplo uma com o objetivo de formação de pesquisadoras/es negras/os com a temática Gênero/Raça e Classe, foi elencado, bem como temas específicos para as próximas Chamadas. No texto do relatório, é possível identificar a preocupação em incentivar a interseccionalidade na pesquisa, em especial de raça/cor e geração²²⁹.

Houve a recomendação em um grupo para que o período de execução dos projetos aprovados fosse aumentado de 24 meses para 36. Houve também uma preocupação com o diálogo com a comunidade pesquisada e a existência de numerosas pesquisas com o caráter de pesquisa-intervenção.

Outro dado interessante foi a recomendação da retomada do encontro de núcleos e grupos de pesquisas de gênero – Pensando Gênero e Ciências –, que estava previsto para realização a cada três anos. O último encontro ocorreu em 2009. Essa recomendação reflete o interesse em continuar o fomento ao campo feminista e de gênero e de garantir um espaço próprio para reflexão sobre esta área. A realização do encontro de apresentação de resultados de pesquisa não substitui o encontro Pensando Gênero e Ciências, porém, de certa forma, o seminário de apresentação de resultados também viabilizou a reflexão sobre o campo de pesquisa feminista e de gênero e viabilizou a realização de recomendações para o fortalecimento da área, em especial para o PMC.

O seminário de apresentação de resultados sem dúvidas foi uma inovação no âmbito do PMC ao reunir a comunidade científica aprovada em uma ação governamental, incentivando a aproximação entre pares e entre comunidade científica e atores responsáveis pela formulação e implementação de políticas públicas, tanto de gênero quanto especificamente de política científica. No entanto, evidenciou-se a lacuna em fomentar a área de Estudos de Gênero, Ciências e Tecnologias, que é fundamental para maior inclusão das mulheres no sistema científico e tecnológico e para a produção científica não sexista.

²²⁹ Abertura de um edital que envolva velhice e mulher.

4.7 Mais um avanço para a plena participação das mulheres na C&T

A principal ação implementada para fomentar a participação das mulheres nas ciências e tecnologias foi a Chamada nº 18/2013: “Meninas e Jovens Fazendo Ciências Exatas, Engenharias e Computação”. Em 2013, foi implementada, no âmbito do Programa Mulher e Ciência, uma ação diretamente voltada para o fomento da participação das mulheres nas ciências e tecnologias. Trata-se da Chamada Pública Meninas e Jovens Fazendo Ciências Exatas, Engenharias e Computação com o objetivo de selecionar propostas para apoio financeiro a projetos que visem estimular a formação de mulheres para as carreiras de Ciências Exatas, Engenharias e Computação no Brasil, combatendo a evasão que ocorre principalmente nos primeiros anos destes cursos e despertando o interesse vocacional de estudantes do sexo feminino do ensino médio e da graduação por estas profissões e para a pesquisa científica e tecnológica²³⁰”.

Esta ação foi concebida para fomentar a participação feminina em áreas em que as mulheres estão sub-representadas desde o início da carreira. Assim, visa combater a segregação territorial ou horizontal que ocorre no sistema de ciência e tecnologia por meio do engendramento das áreas do conhecimento.

A Chamada contou com um significativo aporte de recursos de R\$ 11 milhões, resultado da parceria do CNPq com MCTI, SPM-PR e Petrobras. Os projetos deveriam ser coordenados por um/a professor/a universitário/a das áreas previstas e deveriam incluir de duas a quatro estudantes do ensino médio, uma estudante da graduação das áreas de Exatas, Engenharias e Computação e um/a professor/a da escola coexecutora de ensino médio. Foram disponibilizadas bolsas para as meninas e jovens e para o/a professor/a do ensino médio que tivesse vínculo empregatício/funcional com a instituição coexecutora do projeto.

Este formato de projeto envolve a formação de uma equipe em torno do desenvolvimento de uma pesquisa científica ou de atividades de divulgação científica. Busca-se despertar o interesse pela atividade científica e tecnológica, em especial das áreas selecionadas na Chamada, em meninas do ensino médio; e combater a evasão de jovens da graduação em áreas em que ainda são minoria.

A Chamada recebeu 528 projetos, e foram aprovados 325. Foram contempladas propostas em diversas áreas do conhecimento, dentre as listadas na Chamada. As áreas com o maior número de propostas foram Engenharia Química, Química, Ciência da Computação,

²³⁰ Trecho da Chamada nº 18/2013.

Engenharia da Computação, Engenharia Mecânica, Engenharia Elétrica e Física. Esta ação viabilizou que áreas que até então não haviam participado do PMC se envolvessem na temática de gênero.

Foram enviados projetos vinculados a 165 instituições, e foram aprovados projetos de 107 instituições. A região com o maior número de projetos aprovados foi o Nordeste (94 projetos – 29%), seguido do Sudeste (83 projetos – 26%) e do Sul (82 projetos – 25%). A região Nordeste, que já vinha tendo uma participação significativa nas ações do Programa Mulher e Ciência, destacou-se em mais esta ação do programa. Nas três modalidades de bolsas previstas, foram contempladas aproximadamente 1.500 bolsistas em todo o país.

Podemos considerar que um resultado do lançamento desta Chamada é o efeito multiplicador da iniciativa pioneira de fomentar mulheres em áreas consideradas masculinas. Em 2015, a Fundação Carlos Chagas, em parceria com o Fundo ELAS e com o Instituto Unibanco, lançou o projeto Elas nas Exatas, que tinha “o objetivo de contribuir para a redução do impacto das desigualdades de gênero nas escolhas profissionais e no acesso à educação superior das estudantes”.²³¹ Ao implementar esta iniciativa, o CNPq e demais parceiros sinalizaram a importância de fomentar a participação feminina nas ciências e incentivaram a realização de outras iniciativas similares.

Sobre os resultados dos projetos desenvolvidos, foi possível constatar, a partir das apresentações de alguns deles na II Conferência de Mulheres na Física e na matéria divulgada na página do CNPq²³², que a participação no projeto influenciou a escolha das meninas do ensino médio para a continuidade de sua formação educacional. O ingresso na universidade tornou-se um objetivo mais próximo, e as escolhas do curso foram orientadas pela vivência no projeto. A maioria das meninas ouvidas afirmou que optaria por áreas afins da Chamada. No caso das jovens da graduação, elas se sentiram mais motivadas a permanecer no curso. Esses resultados são semelhantes aos que estão sendo reportados por atrizes/atores envolvidas/os (bolsistas, orientadoras/es, coordenadoras/es) na iniciação científica, tanto na graduação quanto no ensino médio. A experiência de envolvimento com a pesquisa orientada por um/a pesquisador/a qualificado/a tem direcionado escolhas no ensino médio e gerado, no ensino superior, maior envolvimento com as atividades do curso; e tem aprofundado os conhecimentos apresentados na graduação.

²³¹ Disponível em: <www.fundosocialelas.org/elasnasexatas>. Acesso em: 14 mar. 2016.

²³² Disponível em: <<http://tinyurl.com/zbg4krn>>. Acesso em: 14 mar. 2016.

A análise do conjunto de pesquisas apontou para a existência de um amplo consenso sobre o papel relevante que a IC desempenha na formação dos graduandos, principalmente no que diz respeito às atividades realizadas no curso de graduação, ao desenvolvimento pessoal, à construção de uma nova visão de ciência e à socialização profissional. Existe, da mesma forma, um consenso sobre os importantes objetivos alcançados pelos programas de fomento à IC, particularmente o Pibic, tendo em vista que despertam e incentivam a vocação científica dos graduandos, além de favorecer a ampliação e a consolidação de núcleos de pesquisa nas IES. (MASSI, Luciana; QUEIROZ, Salete, 2010).

Outro impacto relatado foi na própria escola, apresentado na II Conferência, em que as bolsistas afirmam ter recebido mais visibilidade na escola, e outras/os alunas/os se interessaram pelo projeto. O/a professor/a tutor/a de ensino médio, em alguns casos, demonstrou o interesse de dar continuidade à sua formação e ingressar na pós-graduação.

Os projetos desta Chamada estão finalizando; e cabe, após sua finalização, uma análise mais apurada e sistemática dos resultados alcançados. No entanto, há sinalizações sobre a importância dessa ação, tal como a relatada por Carolina Brito *et al.*, uma das coordenadoras do projeto Meninas na Ciência, da UFRGS:

Por fim, gostaríamos de registrar que o enfrentamento das questões de gênero na busca por uma sociedade igualitária só pode obter êxito a partir do momento em que é considerada uma tarefa coletiva. O lançamento do Edital MCTI/CNPq/SPM-PR/Petrobras nº 18/2013 foi fundamental para que este projeto iniciasse sua caminhada. O apoio do Instituto de Física e da própria universidade é hoje fundamental para a manutenção do projeto. Um aspecto importante que pretendemos enfrentar mais diretamente a partir de 2016 é a discussão das questões de gênero dentro de nosso instituto, com o intuito de contribuir para a criação de ações institucionais voltadas ao incentivo da permanência e conclusão do curso pelas jovens ingressantes, bem como levar ao corpo docente o debate sobre as questões de gênero (BRITO, Carolina, 2016, p. 49).

Pode-se considerar que o lançamento da Chamada Meninas e Jovens Fazendo Ciências Exatas, Engenharias e Computação poderia induzir a discussão de gênero e a incorporação da perspectiva sexo/gênero em outras áreas de pesquisa. Ou seja, a própria existência de uma Chamada específica para o sexo feminino possibilitaria questionamentos sobre a necessidade dessa medida e pressuporia uma formulação de proposta com esse objetivo específico. No entanto, em ata, o Comitê de Julgamento dessa Chamada observou:

Para algumas propostas se observou que, embora o projeto científico estivesse bem embasado, não havia uma reflexão sobre temática do gênero. Muitas vezes, não foi observada nem mesmo uma descrição da abordagem proposta para inserção das meninas no grupo de pesquisa, a fim de efetivamente motivar as alunas a seguirem carreiras nesta área. O comitê decidiu priorizar propostas que, além de terem mérito científico/técnico, explicitamente abordaram as questões comentadas acima, com o intuito de sinalizar para a comunidade acadêmica o que se espera de projetos nesta linha de Chamadas. (Ata Comitê de Julgamento Chamada nº 18/2013)

Derivado dessa constatação, o Comitê de Julgamento dessa Chamada recomendou que as propostas incorporassem “as questões de gênero nas quais o projeto irá se focar, apresentar claramente as estratégias a serem usadas para contribuir para esta questão e sugerir formas de acompanhamento e avaliação do impacto das ações propostas”. Por meio dessas informações, percebe-se como a transversalização da perspectiva de gênero não é trivial. A Chamada dirigida para a inserção de meninas e jovens contempla as dificuldades de ingresso em determinadas carreiras e visibiliza a questão de gênero, porém, é necessária a indução da incorporação da discussão de gênero nos projetos, de modo que esse tipo de ação tenha ainda mais efetividade.

Temos o duplo desafio de fomentar os estudos sobre ciência e tecnologia nos estudos de gênero e de ampliar a incorporação da perspectiva de gênero em áreas onde não há acúmulo desta discussão. Se há uma notória dificuldade em caracterizar projetos de inclusão de meninas e jovens em uma Chamada caracterizada para esse fim, consideramos que o ideal de incorporar sexo/gênero na própria pesquisa, em qualquer área do conhecimento, apresenta-se ainda mais árduo, embora já se tenha começado a avançar por uma série de fatores: 1) pela existência e ações empreendidas no Programa Mulher e Ciência; 2) pelas contribuições dos estudos de gênero, em especial os de gênero, ciências e tecnologias; e pelas iniciativas e discussões nas agências de fomento e organismos no exterior.

4.8 Considerações sobre o capítulo

O Programa Mulher e Ciência é um marco nas políticas de equidade de gênero na ciência e tem avançado em muitos aspectos: na visibilidade das questões de gênero, na participação da ciência e tecnologia, na consolidação dos Estudos Feministas e de Gênero, na implementação de medidas para fomentar a participação feminina, dentre outros. No entanto, à medida que avançamos, percebemos o quanto ainda é necessário percorrer para maior democratização do sistema de C&T.

A consolidação dos Estudos de Gênero, Ciências e Tecnologias faz parte do caminho que ainda precisamos percorrer. Nesse sentido, é preciso avançar na implementação de mecanismos de fomento a esta área, em suas múltiplas vertentes de pesquisa. A ampliação na produção destes conhecimentos pode contribuir para o avanço da equidade de gênero na C&T.

Outro desafio é o fomento de Estudos de Gênero, Ciências e Tecnologias que efetivamente façam a interface com as tecnologias. A predominância dos EGCT está no campo científico, entendendo a tecnologia não em uma visão dicotômica, mas integrada, como tecnociência.

A maior incorporação da interseccionalidade é necessária para o estudo de Carreiras de Mulheres em CT e Política Científica e Tecnológica, tal como ainda é para os Estudos Feministas e de Gênero como um todo, conforme abordamos no capítulo 3. No caso de gênero, ciências e tecnologias, é importante considerar que a participação das mulheres e a produção de saberes são perpassadas por marcadores como raça/cor, classe, geração, localidade.

O impulso para um maior diálogo por meio da cooperação científica, como maior incentivo à constituição de redes, também nos permitiria melhor sistematizar e compreender os problemas comuns e específicos da área de EGCT, em especial na América Latina.

Outro desafio é a incorporação da perspectiva de sexo/gênero, sempre que possível, ou seja, em qualquer área do conhecimento. Esta incorporação promoveria uma mudança na cultura das ciências, tornando o conhecimento mais livre dos preconceitos de gênero e do androcentrismo e provavelmente uma maior inserção feminina em todas as áreas do conhecimento. Este, sem dúvida, é o maior desafio da área, pois exige que a capacitação feminista e de gênero ocorra em todas as disciplinas e não somente nas de Humanas e Sociais.

CONCLUSÕES

A participação efetiva das mulheres na C&T é importante por uma questão de justiça, ou seja, é direito delas a participação equânime em todas as esferas sociais, dentre estas, nas esferas científicas e tecnológicas. No entanto, para além de uma questão de justiça, a equidade de gênero nas ciências e tecnologias é essencial para a excelência na produção do conhecimento científico e tecnológico. Consideramos que não aproveitar os talentos das mulheres para a ciência é prejudicial para a produção do conhecimento científico, uma vez que desperdiçamos talentos em função do gênero e, portanto, perdemos a possibilidade da diversidade de perspectivas advinda da participação de diferentes atores na C&T. A existência de uma maior diversidade de perspectivas, no caso de gênero, também poderá contribuir para o questionamento sobre a produção e circulação de conhecimentos sexistas e contribuirá para a produção de outros saberes (SCHIEBINGER, Londa, 2008).

Cabe lembrar que o conhecimento científico é um dos pilares da nossa sociedade, as “descobertas científicas” e tecnologias orientam normas, comportamentos e ações. A multiplicação de saberes científicos que incorporem gênero em suas análises é de extrema relevância para a própria equidade de gênero na sociedade como um todo. Assim, a busca por equidade de gênero nas ciências e tecnologias é também uma das principais vias para impulsionar a equidade de gênero na sociedade.

Dada a importância da equidade de gênero na C&T para as mulheres, para a excelência da produção do conhecimento científico e para a sociedade como um todo o Programa Mulher e Ciência, analisado nesta tese, é uma iniciativa de extrema relevância. Sem dúvida, a sua maior contribuição foi inserir a questão da equidade de gênero enquanto uma pauta para a política científica e para a política para as mulheres, ainda que ao longo do tempo, esta questão ainda não tenha se tornado central para nenhuma das esferas políticas conforme apresentamos no capítulo 1. No entanto, não é possível minimizar a importância da visibilização e inserção da questão de gênero na C&T uma vez que as ações para a equidade de gênero no campo científico e tecnológico contradizem o discurso hegemônico da ciência enquanto neutra e puramente meritocrática que, grosso modo, orientam a política científica.

O programa tanto pode ser caracterizado como uma “porta-de-entrada” quanto um “vetor” para as ações para a equidade de gênero na C&T. Enquanto “porta-de-entrada”, o programa propiciou, em especial no CNPq, a motivação para novas ações para equidade de gênero: medidas para a carreira (prorrogação em caso de parto ou adoção, Chamada específica para estímulo do ingresso e permanência de meninas e jovens Fazendo Ciências Exatas,

Engenharias e Computação), medidas de divulgação (Pioneiras na Ciência, Jovens Pesquisadoras) e medidas de mobilização (realização de vários encontros para discussão de gênero e ciências). Enquanto “vetor”, o programa teve um efeito multiplicador, ou seja, suas ações foram replicadas, adaptadas e desdobradas. Alguns exemplos de seu efeito multiplicados é o Prêmio Naíde Teodósio de Estudos de Gênero (FACEPE), nos moldes do Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero²³³; o recente projeto “Meninas na Ciência”(MCTIC, Ibict e SNJ) com o mesmo objetivo da Chamada 18/2013 de Meninas e Jovens fazendo Ciências Exatas, Engenharias e Computação; a página da SBPC dedicada ao tema Ciência e Mulher²³⁴.

Outro inegável resultado do Programa Mulher e Ciência é o fortalecimento dos estudos e pesquisas sobre mulheres, relações de gênero e feminismos. Lembrando que fortalecer este campo é uma das recomendações, em âmbito internacional, para o alcance da equidade de gênero nas C&T. As ações do programa aportaram visibilidade, legitimidade e fortalecimento dos grupos de pesquisa e da produção nesta área. A existência de um Prêmio e de uma linha de financiamento para este campo temático em uma agência nacional de fomento à pesquisa científica, por si só, já aporta visibilidade e legitimidade ao campo de estudos de gênero, mulheres e feminismos.

O fortalecimento do campo de Estudos de Gênero e Feministas é o primeiro passo para que seja possível que outras áreas do conhecimento sejam fertilizadas pelo conceito de gênero. Obviamente que também é necessário criar mecanismos de capacitação, formação e incentivo para que gênero seja uma categoria utilizada em qualquer área do conhecimento onde isso seja possível. Assim, além de viabilizar mecanismos de incentivo à transversalização de gênero na pesquisa – tal como a pontuação adicional para projetos que tenham incorporado gênero – é necessário que os Estudos de gênero sejam inseridos na formação dos estudantes/as e pesquisadores/as conforme recomendação dos Encontros Pensando Gênero e Ciência. Caso contrário ainda que seja haja mecanismos que estimulem a inserção de gênero na pesquisa, as/os interessadas/os não estarão aptas/os a fazê-lo.

Conforme argumentamos no capítulo 2, outra ação que fortalece o campo de Estudos de Gênero e Feministas é o prêmio. Esta ação impulsiona a discussão de gênero no Ensino Médio e fortalece a pesquisa sobre o tema. Sobre o fortalecimento desse campo de estudos, especificamente para as categorias de ensino superior e pós, podemos afirmar que há dois efeitos interligados: efeito campo e efeito individual.

²³³ Para obter mais informações sobre este Prêmio: www.facepe.br/premio-naide-teodosio-lanca-sua-nona-edicao/ acesso em 05/11/2016.

²³⁴ O endereço da página da SBPC Ciência e Mulher é: www.cienciaemulher.org.br/

O efeito campo representa o estímulo para a pesquisa científica sobre gênero por meio da visibilidade do tema e incentivo à pesquisa nesta temática. Este incentivo resultou, segundo análise dos resultados do Prêmio, na pulverização da pesquisa nesse campo em áreas do conhecimento e instituições. Também podemos observar o envolvimento da população negra com a pesquisa sobre o tema derivada da constatação do percentual de inscritos/as.

O efeito individual é o estímulo que o/a estudante recebe para continuar na carreira científica e/ou continuar sua formação com enfoque em gênero. Este estímulo é concretizado pelo reconhecimento do seu trabalho, pelas novas oportunidades que este reconhecimento proporciona e pela oferta de uma bolsa de estudos para continuar sua trajetória acadêmica.

Um resultado significativo é que a maioria das egressas/os continuou a se identificar com a temática de gênero em suas pesquisas e prosseguiu na carreira ou na formação acadêmica. Isso significa que o Prêmio tem colaborado para fomentar recursos humanos e pesquisa na área de gênero. O fortalecimento dessa área pelo Prêmio é derivada da visibilidade temática, do fomento da temática em outras áreas do conhecimento como Direito, da pulverização de estudantes e pesquisadoras/es em diferentes estágios na carreira e distintas localidades (regional e institucional).

Também é importante ressaltar o caráter inovador do Prêmio ao contemplar claramente às questões étnico-raciais de duas formas: ao inserir categorias étnico-raciais em seu formulário de inscrição e ao divulgar e sensibilizar à área de Comunicação do CNPq sobre a importância da veiculação de imagens de pessoas não brancas na página do órgão.

A implementação das quatro Chamadas de apoio a projetos de pesquisa em relações de gênero, mulheres e feminismos também acarretou, conforme analisado no capítulo 3, em fortalecimento desse campo de pesquisa. Por meio da análise dos dados, constatamos que houve uma pulverização de recursos em instituições de distintas naturezas e em pesquisadoras/es de diferentes níveis na carreira.

As Chamadas também resultaram em uma expansão do campo na medida em que representaram um meio de ingresso de pesquisadoras/es iniciantes no campo na forma do primeiro financiamento recebido pelo CNPq. Essa expansão também é justificada por ter “captado” pesquisadores/as que até antes da Chamada não pesquisavam gênero, mas que perceberam nesta linha de pesquisa uma oportunidade de ampliação de suas linhas de pesquisa. Também constatamos, de forma similar ao Prêmio, uma pulverização de recursos entre as instituições, contemplando instituições de diversas naturezas e localidades, ainda que tenha ocorrido certa concentração regional, no Sudeste.

No âmbito das Chamadas, o tema “rural, meio ambiente e floresta” teve uma expansão significativa, em especial, o subtema “rural” que congregou a maior parte da demanda dessa linha. Com o aporte específico de recursos, essa vertente de pesquisa teve uma demanda crescente.

O tema “saúde e direitos reprodutivos” – a segunda em a maior demanda – apresentou muitos temas de interesse do Ministério da Saúde conforme apontado pelo lançamento de duas Chamadas sobre Saúde da Mulher, especificamente aborto e gravidez na adolescência, temas recorrentes nas Chamadas do PMC. Assim, o Ministério da Saúde pode representar um potencial parceiro em ações de fomento à pesquisa de gênero.

Os temas relacionados à saúde também podem representar vetores para a transformação dos resultados da ciência por meio das inovações de gênero. As áreas da saúde têm se demonstrado mais sensíveis à incorporação da perspectiva de gênero nas suas pesquisas (SCHIEBINGER, Londa; SCHRAUDNER, Martina, 2011). O diálogo entre o campo de estudos de gênero e as áreas onde não há acúmulo dessa discussão deve ser estimulado. É necessário que medidas para que ocorra o diálogo entre o campo de estudos de gênero e as áreas onde não há acúmulo dessa discussão, como o exemplo já mencionado, com pontuação adicional para projetos que considerem gênero na sua formulação e metodologia.

A medida de fomentar a pesquisa no campo de gênero por meio de Chamadas demonstrou-se um instrumento eficaz para expansão e fortalecimento dessa área. No entanto, algumas temáticas tiveram maior impulso do que outras. Os Estudos de Gênero, Ciências e Tecnologias é uma temática fundamental para o avanço da equidade de gênero. Estes estudos não se expandiram com as Chamadas, assim consideramos que seja necessário buscar meios de fortalecer a produção nesta área diretamente relacionada com a participação das mulheres no sistema científico e tecnológico. Outro desafio é estimular a pesquisa de forma interseccional tanto nos Estudos de gênero quanto nos Estudos de Gênero, Ciências e Tecnologias. Ainda no âmbito dos Estudos de Gênero, Ciências e Tecnologias também é recomendável o fomento de mais pesquisas com o foco em tecnologia. Uma maior interlocução internacional, por meio da formação de redes ou estudos com este objeto, também seria desejável.

Também é necessário ressaltar, conforme já apontou Arquimedes Paiva (2015), que o Programa Mulher e Ciência contribuiu para uma atuação mais determinante do CNPq para a pesquisa dirigida para as políticas públicas em temas sociais. Consideramos que uma das razões possíveis para isso foi a aproximação da Coordenação Geral de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas/CNPq com diversos parceiros do PMC, tais como o Ministério de Desenvolvimento Agrário que após ingressar no PMC, foi parceiro do CNPq em outras iniciativas posterior a

primeira Chamada de Apoio a Pesquisas do Programa Mulher e Ciência. Assim, consideramos que o lançamento da primeira Chamada sobre relações de gênero, mulheres e feminismos, foi um incentivo para que outros órgãos se aproximassem da Coordenação para aproximar sua agenda de política pública com a da pesquisa.

Outro aspecto analisado no âmbito do Programa Mulher e Ciência, ressaltado no capítulo 1, é que a participação das mulheres nas ciências e tecnologias não é homogênea, ou seja, é perpassada por outros marcadores sociais. Como demonstramos, a participação das mulheres negras, em especial as autodeclaradas pretas, é muito menor. Não houve uma ação específica no Programa Mulher e Ciência para a inclusão de mulheres negras e indígenas nas ciências e tecnologias, porém ao longo das suas ações houve avanços para a inclusão étnico-racial motivados pelo programa: inclusão de dados sobre raça/cor no formulário do Prêmio e currículo Lattes, a divulgação de imagens de cientistas negras, a divulgação de estudos sobre a participação de negros e negras como beneficiários de bolsas do CNPq de forma pioneira (TAVARES, Isabel et al.) e de entrevistas com pesquisadoras negras.

As ações do Programa Mulher e Ciência e as iniciativas impulsionadas por ele devem ser acompanhadas para traçar quadros históricos, que permitam analisar as mudanças a longo prazo. É inegável o espaço que a política para a equidade de gênero tem conquistado ao longo desses anos. No entanto, também sabemos que a história bem como seus avanços não são lineares. Os progressos podem ser provisórios se não contarem com um investimento, em seu amplo sentido, contínuo.

Conforme analisamos no capítulo 1, apesar da crescente participação das mulheres na C&T de forma global, as segregações – horizontal e vertical – permanecem. Assim, podemos afirmar que não alcançamos a equidade de gênero nas ciências e tecnologias, nem no Brasil nem no mundo, apesar dessa discussão não ser nova e um longo caminho já ter sido percorrido no sentido da implementação de ações para o alcance desse objetivo. No entanto, conforme os inúmeros resultados apresentados não podemos minimizar os avanços teóricos e políticos na abordagem dessa questão.

Há uma mudança de entendimento de uma perspectiva mais individual para uma mais estrutural. Podemos afirmar que a maior participação das mulheres nas ciências era abordada por meio da influência do feminismo liberal que buscava estender as oportunidades usufruídas pelos homens às mulheres. Essa abordagem liberal pressupunha a ideia de inclusão em que as mulheres deveriam ser “inseridas” no sistema, já estruturado, das ciências e tecnologias. Esta perspectiva tende a enfatizar a uniformidade entre homens e mulheres conforme abordado no capítulo 1.

A partir das inúmeras críticas feministas às ciências e tecnologias ficou claro que nem as instituições científicas – suas regras e processos – nem os resultados científicos eram neutros. A maior participação das mulheres na C&T requeria mais do que inclusão no sistema científico, era necessário impulsionar a transformação.

No debate internacional sobre o tema, as medidas a favor da equidade de gênero nas C&T podem ser distribuídas em torno de três eixos: 1) fomentar a participação feminina com medidas inclusivas nas carreiras em C&T (é o eixo de ações mais implementado); 2) contribuir para a construção de uma cultura científica e institucional para que as mulheres sejam mais atraídas e transitem melhor pela comunidade científica; 3) incentivar que as pesquisas científicas incorporem a perspectiva de sexo/gênero (SCHIEBINGER, Londa; SCHRAUDNER, Martina: 2011). Certamente, os dois últimos eixos – de mudança do sistema científico e de transformação da produção científica – são os que mais se aproximam da transformação necessária para a plena participação das mulheres nas ciências, porém tendo em vista seu caráter estrutural são os eixos de maior grau de dificuldade de implementação.

Podemos considerar que o Programa Mulher e Ciência possui ações em todos os eixos de ação. A Chamada para Meninas e Jovens nas Exatas, Engenharia e Computação, os projetos de divulgação (tais como: Pioneiras da Ciência, Participação Negra na Ciência e Tecnologia) e as ações para a mobilização (tais como: Encontros Pensando Gênero e Ciência) estão alocadas no primeiro eixo que foca na melhoria das condições de atuação das mulheres na C&T. A prorrogação das bolsas algumas modalidades (formação e pesquisa) em caso de parto ou adoção podem ser consideradas referentes ao segundo eixo que prevê uma reformulação das normas institucionais. Já o fomento às pesquisas sobre mulheres, relações de gênero e feminismos e o Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero podem ser alocados no terceiro nível, afinal, somente com os avanços nesse campo será possível fertilizar outras áreas do conhecimento.

É importante também pontuar que o programa é resultado do seu tempo histórico, no momento da sua criação, em 2005, pode-se dizer que não havia um entendimento tão claro sobre a necessidade de uma transformação estrutural do sistema científico e da própria ciência.

Ao comparar as iniciativas mencionadas da NSF, CSIC e CONICYT com as ações Programa Mulher e Ciência, percebemos que ainda é um desafio do programa atuar para uma transformação das instituições seja das próprias organizações parceiras CNPq e MCTI seja fomentando um plano de equidade de gênero nas instituições de ensino e pesquisa.

O programa *Advance* da NSF, abordado no capítulo 1, é uma das iniciativas mais citadas como exemplo de programa com vistas a impulsionar uma transformação institucional. Para avançar com a equidade de gênero no Brasil seria necessário que o programa incluísse ações

mais direcionadas a promover a mudança na cultura da ciência a partir das instituições de ensino e pesquisa. Uma possibilidade é fomentar esta mudança via Chamadas Públicas. As instituições interessadas apresentariam um primeiro diagnóstico e plano de ação e receberiam recursos para implementação dessas ações. Estas ações deveriam ser dirigidas para as mulheres (melhoria das condições na carreira: implantação de um mentoring ou outra forma de rede) e para instituições (oferecimento de creches, maior segurança no campus) conforme sua realidade local. As iniciativas de fortalecer ações locais têm sido eficazes para que grupos com interesse no tema possam atuar a partir de sua realidade e, assim, promoverem ações contínuas e adequadas à sua comunidade. A Chamada de Meninas e Jovens Fazendo Exatas, Engenharias e Computação impulsionou o Projeto Meninas nas Ciências na UFRGS, modelado segundo interesses locais, e que atualmente é executado a partir de parcerias locais.

É importante ressaltar que os eixos de ação não são estanques e estão interligados, muitas medidas propostas no primeiro nível (inclusão) podem ser implementadas no segundo (transformação) a partir do engajamento das instituições e de forma estruturada e a médio e longo prazo.

A mudança estrutural também deve ocorrer nas agências e instituições de fomento à pesquisa por meio da formulação de um plano de equidade a exemplo do que ocorreu no CSIC abordado no capítulo 1. Na condição de órgãos formuladores e executores da política científica, as ações para equidade de gênero na C&T que porventura sejam tomadas, tendem a ter grande impacto. Duas das possíveis medidas seriam: garantir a paridade de gênero nos comitês julgadores e inserir, sempre que possível, uma pontuação adicional para o projeto que incorpore ou justifique a não incorporação da perspectiva de sexo/gênero em sua pesquisa.

Pode-se considerar que as ações do programa, conforme os resultados avaliados, foram exitosas, se pensadas a partir de seus objetivos. Contudo, não há como negar o quanto ainda estamos longe da equidade de gênero na C&T no Brasil. O Programa Mulher e Ciência cumpriu o significativo papel de abrir a porta ao inserir uma política voltada para gênero no sistema científico. Entretanto, o programa concentrou-se no fortalecimento das pesquisas em gênero e feminismos, sem vislumbrar a possibilidade de diálogo com outras áreas do conhecimento a fim da incorporação da perspectiva sexo/gênero na pesquisa. Conforme já ponderado, também não impulsionou uma mudança estrutural no sistema científico, seja no âmbito de suas agências, seja na forma como opera.

Inicialmente esta tese foi planejada para, além de se constituir como uma fonte histórica com dados detalhados sobre o Programa Mulher e Ciência, subsidiar o aprimoramento do programa. Atualmente, tendo em vista as mudanças políticas no Brasil, a continuidade do

programa, tal como inicialmente formatado, é incerta, em especial, porque houve uma reforma ministerial em que algumas instituições parceiras foram incorporadas a outras²³⁵. Consideramos, no entanto, que a análise empreendida nesse trabalho é significativa para futuras discussões e ações para a equidade de gênero nas ciências e tecnologias no país, tanto no âmbito do CNPq quanto em outras esferas. É importante perceber que um longo caminho já foi trilhado, nele estão inscritos as rotas acertadas e os equívocos. Ainda temos um percurso para o alcance da equidade de gênero nas C&T, é bom lembrar que o que já trilhamos, tendo a dimensão que muitos avanços foram conquistados.

É importante destacar que os obstáculos para a equidade de gênero nas ciências e tecnologias dialogam com a estrutura sexista da sociedade, no seu sentido amplo, uma sociedade mais equânime em termos de gênero facilitaria uma ciência e tecnologia mais democrática em termos de equidade de gênero e, como argumentamos, um sistema de ciência e tecnologia mais democráticos em termos de gênero também fortalece uma sociedade mais equânime em termos de gênero.

²³⁵ O recente governo do presidente Michel Temer reestruturou importantes parceiros do Programa Mulher e Ciência: 1) extinguiu o Ministério onde a Secretaria de Políticas para as Mulheres estava inserida; 2) o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação foi fundido com o Ministério da Comunicações; 3) o Ministério de Desenvolvimento Agrário foi unido ao do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALEMANY, Maria Carme. “A política das agências de fomento na promoção da participação das mulheres na pesquisa (Centro de Estudos da Mulher e Sociedade de Barcelona)”. In: BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. **Pensando gênero e ciência. Encontro Nacional de Núcleos e Grupos de Pesquisas** – 2009, 2010. Presidência da República. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2010.

ALVAREZ, Sonia E. et al. Encontrando os feminismos latino-americanos e caribenhos. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v. 11, n. 2, dec. 2003. Disponível em: <<http://tinyurl.com/zeggeds>>. Acesso em: 23 set 2013.

AQUINO, Estela M. L. Gênero e Saúde: perfil e tendências da produção científica no Brasil. **Revista Pública de Saúde**, v. 40, n. esp., p. 121-32, 2006.

ARAÚJO, Ângela M. C. Apresentação. **Cadernos Pagu** (UNICAMP), Campinas, v. 17/18, p. 131-138, 2001.

ARAÚJO, Daniela; GITAHY, Leda. Gênero e Hacktivismo: apropriação social de tecnologia? In: VI Simpósio Nacional de Ciência, Tecnologia e Sociedade, 2015. **Anais do VI Simpósio Nacional de Ciência, Tecnologia e Sociedade**. Rio de Janeiro, 2015.

BARBOSA, M. C. B.; LIMA, Betina S. Mulheres na Física no Brasil: por que tão poucas? E por que tão devagar? In: YANNOULAS, Silvia Cristina (Org.). **Trabalhadoras – Análise da Feminização das Profissões e Ocupações**. 1 ed. Brasília: ABRARÉ, 2013. p. 01-304

BARROSO, Carmen L. Por que tão poucas mulheres exercem atividades científicas? **Ciência e Cultura**. Campinas-SP, v. 27, n. 7, p. 703-710, 1975.

_____; MELLO, Guiomar. A participação da mulher no desenvolvimento científico brasileiro. **Ciência e Cultura**. Campinas-SP, v. 27, n. 6, p. 613-620, 1975b.

BITENCOURT, Silvana Maria. Os efeitos da política de produtividade para as novas gerações de acadêmicas na fase do doutorado. **Estudos de Sociologia**, v. 19, n. 37, 2015.

BOURDIEU, Pierre. **O Campo Científico**. São Paulo: Ática, 1983. (Coleção Grandes Cientistas nº 39).

BRAGA, Maria Lúcia de S. **Avaliação dos Editais 45/2005 e 57/2008**. (Documento interno do CNPq. Não publicado.)

BRASIL. **Ciência para o desenvolvimento sustentável global: contribuição do Brasil. Síntese dos Encontros Preparatórios ao FMC 2013**. Brasília, DF: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, 2013.

_____. Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. **Prêmio Jovem Cientista: 30 anos revelando talentos e Impulsionando a Pesquisa**, 2011.

_____. **Declaração da América Latina e Caribe para o VI Fórum Mundial de Ciência.** Rio de Janeiro-RJ, 11 p.

_____. Ministério da Ciência e Tecnologia. Centro de Gestão e Estudos Estratégicos. Associação Brasileira das Instituições de Pesquisa Tecnológica. **Conferências Regionais de Ciência, Tecnologia e Inovação preparatórias para a 3ª Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação.** Síntese. 2005, 209 p. il. (ISBN: 85-89263-05-3).

_____. Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. Centro de Gestão e Estudos Estratégicos. **Ciência para o Desenvolvimento Sustentável Global** – contribuição do Brasil. Síntese dos Encontros Preparatórios para o FMC 2013. Brasília-DF, 114 p.

_____. Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. **Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação 2016-2019.** 2016, 128 p.

_____. Ministério da Ciência e Tecnologia. **Livro Branco: Ciência, Tecnologia e Inovação.** Brasília: MCT, 2002.

_____. Ministério da Ciência e Tecnologia. **Livro Branco: Ciência, Tecnologia E Inovação.** Brasília: Ministério da Ciência e Tecnologia, 2002. 80 p.

_____. Ministério da Ciência e Tecnologia. Centro de Gestão e Estudos Estratégicos. **Livro Azul.** Brasília: MCT/CGEE, 2010.

_____. MCTI. **Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação 2012-2015 (ENCTI).** Brasília, 2011.

_____. Secretaria de Políticas para as Mulheres. **Pensando gênero e ciência.** Encontro Nacional de Núcleos e Grupos de Pesquisas. Brasília, 2006. 112 p.

_____. Secretaria de Políticas para as Mulheres. **Pensando gênero e ciência.** Encontro Nacional de Núcleos e Grupos de Pesquisas. Brasília, 2010. 196 p.

_____. Secretaria de Políticas para as Mulheres. **Ata da reunião ampliada sobre o Programa Mulher e Ciência.** Brasília, 2005.

_____. Secretaria de Políticas para as Mulheres. **1º Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero** – Redações e trabalhos científicos monográficos vencedores – 2005, 2006. 216p.

_____. Secretaria de Políticas para as Mulheres. **2º Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero** – Redações e trabalhos científicos monográficos vencedores – 2007. Brasília: 2006, 104 p.

_____. Secretaria de Políticas para as Mulheres. **3º Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero** – Redações e artigos científicos vencedores – 2008. Brasília: 2008, 244 p.

_____. Secretaria de Políticas para as Mulheres. **4º Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero** – Redações e artigos científicos vencedores – 2009. Brasília: 204 p.

_____. Secretaria de Políticas para as Mulheres. **5º Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero** – Redações, artigos científicos e projetos pedagógicos vencedores – 2010. Brasília: 200 p.

_____. Secretaria de Políticas para as Mulheres. **6º Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero** – Redações, artigos científicos e projetos pedagógicos vencedores – 2010. Brasília: 236 p.

_____. Secretaria de Políticas para as Mulheres. **7º Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero** – Redações, artigos científicos e projetos pedagógicos premiados – 2011. Brasília: 228 p.

_____. Secretaria de Políticas para as Mulheres. **8º Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero** – Redações, artigos científicos e projetos pedagógicos premiados – 2013. Brasília: 272 p.

_____. Secretaria de Políticas para as Mulheres. **9º Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero** – Redações, artigos científicos e projetos pedagógicos premiados – 2013. Brasília: 260 p.

BRITO, Carolina; PAVANI, Daniela; LIMA Jr., Paulo. Meninas na Ciência: atraindo mulheres para carreiras de ciência e tecnologia. **Revista Gênero**, Niterói, v. 16, n. 1, p. 33-50, 2015.

BRUSCHINI, Cristina; ARDAILLON, Danielle; UnBehaum, Sandra G. **Tesouro para Estudos de Gênero e sobre Mulheres**. , São Paulo: Fundação Carlos Chagas, Editora 34, 1998.

BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero: Feminismo e subversão de identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CABRAL, Carla. Pelas telas, pela janela: o conhecimento dialogicamente situado. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 27, p. 63-97, 2006.

_____. **O conhecimento dialogicamente situado: histórias de vida, valores humanistas e consciência crítica de professoras do Centro Tecnológico da UFSC**. 2006. Tese (Doutorado em Educação Científica e Tecnológica) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

_____. Mapeando e refletindo a construção do campo disciplinar. Estudos feministas da ciência e da tecnologia no Brasil nos percursos do Fazendo Gênero. In: **Seminário Internacional Fazendo Gênero 8**. Florianópolis, 2008.

_____. **O Campo dos Estudos Feministas da Ciência e da Tecnologia: um olhar histórico para três décadas da produção de pós-graduação das regiões Sul e Sudeste**. No prelo.

_____. Os Estudos Feministas da Ciência e da Tecnologia no Brasil: Reflexões sobre estilos e coletivos de pensamento. **Revista Ártemis**, v. XX, ago-dez 2015, p. 76-91.

CASAGRANDE, Lindamir S.; CARVALHO, Marília Gomes de. Por que silenciadas e invisibilizadas? Relações de gênero nas aulas de matemática. **Revista Tecnologia e Sociedade**, 2. ed., 2012. p. 103-114.

CHIANCONE, Adriana; LARRECHEA, M. Enrique. **La perspectiva de género en las políticas de CTI em Uruguay**: Una construcción em processo. XI Congreso Iberoamericano ciência, tecnologia y gênero. San Jose, 2016.

CHILE. Comisión Nacional de Investigación Científica y Tecnológica (CONICYT). **Política de Equidad de Género**. 2012. 18 p.

CITELI, Maria Teresa. Mulheres nas ciências: mapeando campos de estudo. **Cadernos Pagu** (UNICAMP), Campinas, n. 15, p. 39-75, 2000.

_____. Genética, Química e Anatomia na Atribuição de Diferenças Sexuais. In: SANTOS, Lucy Wollner; ICHIKAWA, Elisa Y.; CARGANO, Doralice F. (Org.). **Ciência, tecnologia e gênero**: desvelando o feminino na construção do conhecimento. 1. ed. Londrina: IAPAR, 2006. p. 233-270.

CORREA, Mariza. Do feminismo aos estudos de gênero no Brasil: um exemplo pessoal. **Cad. Pagu**, Campinas, n. 16, 2001. Disponível em: <<http://tinyurl.com/hvk3yuh>>. Acesso em: 18 jul. 2013.

_____. Antropólogas e Antropologia. 1. ed. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2003. v. 1, 278 p.

COSTA, Ana Alice; SARDENBERG, Cecília (eds.). **Feminismo, Ciência e Tecnologia**. Salvador: REDOR/NEIM/UFBA, 2002. (Coleções Bahianas).

CSIC. **II Plan de Igualdad entre mujeres y hombres en la AE CSIC**. Madri, Espanha, 2015. Disponível em: <www.csic.es/mujeres-y-ciencia/normativa>

_____. **Plan de Igualdad de Género en la carrera científica de la Agencia Estatal**. CSIC, 2007-2009.

_____. Acción Horizontal de Equidad de Género en el CSIC 2004.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Rev. Estud. Fem.**, v. 10, n. 1, p. 171-188, 2002. (ISSN 0104-026X). Disponível em: <<http://tinyurl.com/znt23rh>>.

DAGNINO, Renato; THOMAS, Hernán; GOMES, Erasmo. Elementos para un 'estado del arte' de los estudios en Ciencia, Tecnología y Sociedad en América Latina. **Redes**, Buenos Aires, v. 5, n. 11, p. 231-255, jun. 1998.

DINIZ, Débora; FOLTRAN, Paula. Gênero e feminismo no Brasil: uma análise da Revista Estudos Feministas. **Revista Estudos Feministas**, v. 12, n. especial, p. 245-253, 2004.

EUROPEAN COMMISSION. **The Helsinki Group on Women and Science National Policies on Women and Science in Europe**. 2002.

_____. European Research Area. **Structural change in research institutions**: Enhancing excellence, gender equality and efficiency in research and innovation. Luxemburgo: Publications Office of the European Union, 2012.

_____. European Research Area. **Progress Report 2014**. Bruxelas, 2014.

_____. **Gendered Innovations**: How Gender Analysis Contributes to Research. Luxemburgo: Publications Office of the European Union, 2013.

_____. **Science policies in the European Union**: Promoting excellence through mainstreaming gender equality – a report prepared for the European Commission by the independent ETAN Expert Working Group on women and science. Luxemburgo: Publications Office of the European Union, 2000.

_____. **She Figures 2015**: Gender in Research and Innovation. Luxemburgo: Publications Office of the European Union, 2016.

_____. **She Figures 2006**: Women and Science Statistics and Indicators. Luxemburgo: Office for Official Publications of the European Communities, 2006.

FAULKNER, Wendy. Nuts and Bolts and People: Gender-Troubled Engineering Identities. **Social Studies of Science**, v. 37, n. 3, p. 331-356, jun. 2007.

FERES Jr.; João; DAFLON, Verônica T; CAMPOS, Luiz Augusto. Ação afirmativa, raça e racismo: uma análise das ações de inclusão racial nos mandatos de Lula e Dilma. **Revista de Ciências Humanas**, Viçosa, v. 12, n. 2, p. 399-414, jul.-dez. 2012.

GALINDO, Martha Zapata. Género en la ciencia: el impacto de las políticas de igualdad en las instituciones y las prácticas científicas – el caso de Alemania. **Cad. Pagu**, Campinas, n. 47, e164719, 2016. Disponível em: <<http://tinyurl.com/hdnonwj>>. Acesso em: 24 dez. 2016. (Epub sep 15, 2016. <http://tinyurl.com/hdnonwj>).

GARCIA, Marta I. G; SEDEÑO, Eulália P. Ciência, Tecnologia e Gênero. Ciência, tecnologia e gênero – desvelando o feminino na construção do conhecimento. In: DOS SANTOS, Lucy W; ICHIKAWA, Elisa Y.; CARGANO, Doralice de F. Londrina. (Org.) IAPAR, 2006.

GOELLNER, Silvana V. Gênero e esporte na historiografia brasileira: balanços e potencialidades. **Revista Tempo**, v. 17, n. 34, 2012. (Dossiê Uma História do esporte para um país esportivo).

GUEDES, Moema de Castro; AZEVEDO, Nara; FERREIRA, Luiz Otávio. A produtividade científica tem sexo? Um estudo sobre bolsistas de produtividade do CNPq. **Cad. Pagu**, Campinas, v. 45, p. 367-399, dez. 2015. Disponível em: <<http://tinyurl.com/zv4o7dm>>. Acesso em: 5 set. 2016.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, v. 5, p. 7-42, 1995.

HARDING, Sandra. **Ciencia y feminismo**, Barcelona: Morata, 1996.

HEILBORN, Maria L.; SORJ, Bila. Estudos de Gênero no Brasil. In: MICELL, Sérgio (org.) **O que ler na ciência social brasileira (1970-1995)**, ANPOCS/CAPES. São Paulo: Sumaré, 1999. p. 183-221.

IAC. **Women for Science**: An advisory report. Interacademy Council, 2006.

IDRC. **Missing links**: gender equity in science and technology for development. Ottawa: IDRC, 1995. 376 p.

KELLER, Evelyn F. Reflexiones sobre Género y Ciencia. Valencia: Alfons el Magnànim, 1989.

_____. Qual foi o impacto do feminismo na ciência? In: **Cadernos Pagu**, Campinas, v. 27, 2006.

_____. Gender and Science. *Psychoanalysis and Contemporary Thought* 1, 1978, pp.409-33

KUHN, T. **A Estrutura das Revoluções Científicas**. São Paulo: Perspectiva, 1996.

LAGESSEN, Vivian A. The Strength of Numbers: Strategies to include into Computer Science. **Social Studies of Science**, v. 37, n. 1, p. 67-92, fev. 2007.

LETA, Jaqueline. As mulheres na ciência brasileira: crescimento, contrastes e um perfil de sucesso. **Revista de Estudos Avançados**, USP, São Paulo, v. 17, 2003.

LIMA, Betina S. Teto de vidro ou labirinto de cristal? As margens femininas das ciências. Dissertação (Mestrado em História). Universidade de Brasília, Brasília, 2008. Disponível em: <<http://repositorio.unb.br/handle/10482/3714?mode=full>>.

LIMA, Betina Stefanello. O labirinto de cristal: as trajetórias das cientistas na Física. **Rev. Estud. Fem.** [online], v. 21, n. 3, 2013a.

LIMA, Betina Stefanello. Quando o amor amarra: reflexões sobre as relações afetivas e a carreira científica. **Revista Gênero**, Niterói, v. 12, n. 1, 2013b.

LIMA, Betina S; BRAGA, S. Lúcia Maria; TAVARES, Maria Isabel. Participação das mulheres nas ciências e tecnologias: entre espaços ocupados e lacunas. **Revista Gênero**, Niterói, v. 16, nº1, p. 11-31, 2015.

LINCOLN, Anne E; PINCUS, Stephanie; KOSTER, Janet B; LEBOY, Phoebe S. The Mathilda Effect in science: awards and prizes i the US, 1990s and 2000s. **Social Studies of Science**, v. 42, n. 2, p. 307-320, 2012.

LOMBARDI, Rosa Maria. Engenheira & gerente: desafios enfrentados por mulheres em posições de comando na área tecnológica. **Revista Tecnologia e Sociedade**, v. 3, p. 63-86, 2006.

LOPES, Maria Margaret; COSTA, Maria Conceição. Problematizando ausências: mulheres, gênero e indicadores na história das ciências. In: MORAES, Maria L. Q. (Org.). **Gênero nas fronteiras do Sul**. São Paulo: Pagu/UNICAMP, 2005. p. 75-83.

LOPES, Maria Margaret. Proeminência na mídia, reputação em ciências: a construção de uma feminista paradigmática e cientista normal no Museu Nacional do Rio de Janeiro. **Hist. Ciênc. Saúde**, Manguinhos, v. 15, p. 73-95, 2008. (ISSN 0104-5970).

_____. Sobre convenções em torno de argumentos de autoridade. **Cad. Pagu**, Campinas, v. 27, p. 35-61, dez. 2006. Disponível em: <<http://tinyurl.com/gvwkt8f>>. Acesso em: 16 mar. 2016.

_____. “Aventureiras” nas ciências: Refletindo sobre Gênero e História das Ciências Naturais no Brasil. **Cadernos Pagu**, Núcleo de Estudos de Gênero – Pagu/UNICAMP, v. 10, 1998.

_____. A Ciência não é uma jovem de costumes fáceis: aspectos das relações de Gênero na História das Ciências no Brasil. **Cadernos do IG/UNICAMP**, v. 2, n. 1, p. 90-107, 1992.

LOPES, Maria Margaret; SOUSA, Lia. G. P.; SOMBRIO, Mariana. M. O. A construção da invisibilidade das mulheres nas ciências: a exemplaridade de Bertha Maria Julia Lutz (1894-1976). **Gênero**, Niterói, v. 5, n. 1, p. 97-109, 2004.

LOPES, Maria M.; FELTRIN, Rebeca B.; VASCONCELOS, Bruna M.; ALENCAR, Maria de Cléofas F. Intersecções e interações: gênero em ciências e tecnologias na América Latina. In: KREIMER, P.; VESSURI, H.; VELHO, L.; ARRELLANO, A. (Org.). **Perspectivas latinoamericanas en el estudio social de la ciencia, la tecnología y el conocimiento**. 1 ed. Ciudad de México: Siglo XXI, 2014. p. 233-243.

MACK, Kelly. A política das agências de fomento na promoção da participação das mulheres na pesquisa (Fundação Nacional de Ciência, dos Estados Unidos da América). In: BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. **Pensando gênero e ciência. Encontro Nacional de Núcleos e Grupos de Pesquisas – 2009, 2010**. Presidência da República. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2010.

MARTIN, Emily. **A mulher no corpo**: uma análise cultural da reprodução. Rio de Janeiro, Editora Garamond, 2006. 378 p.

MASSI, Luciana; QUEIROZ, Saete. Estudos sobre iniciação científica no Brasil: uma revisão. **Cadernos de Pesquisa** (Fundação Carlos Chagas. Impresso), v. 40, p. 173-197, 2010.

MATOS, Marlise. Teorias de gênero ou teorias e gênero? Se e como os Estudos de Gênero e Feministas se transformaram em um campo novo para as ciências. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 16, n. 2, ago. 2008. Disponível em: <<http://tinyurl.com/zctbfx2>>. Acesso em: 21 abr. 2013.

_____; PARADIS; GOULART, Clarisse. Desafios à despatriarcalização do Estado brasileiro. **Cad. Pagu**, Campinas, n. 43, p. 57-118, dez. 2014. Disponível em: <<http://tinyurl.com/z6t287h>>. Acesso em: 26 dez. 2015.

McCALL, Leslie. The Complexity of Intersectionality Signs. **Journal of Women in Culture and Society**, v. 30, n. 3, 2005.

MELO, Hildete P.; OLIVEIRA, André B. A produção científica brasileira no feminino. **Cadernos Pagu**, v. 27, p. 301-331, jul.-dez. 2006.

MELO, Hildete Pereira de; RODRIGUES, Lígia Maria C. S. **Pioneiras da ciência no Brasil**. Rio de Janeiro: SPBC, 2006. 47 p.

MERTON, Robert K. El estímulo puritano a la ciencia. In: MERTON R. K. **La Sociologia de la Ciencia 2**. Madrid: Alianza, 1977. cap. 11, p. 309-338.

_____. Os Imperativos Institucionais da Ciência. In: DEUS, J. D. (org.). **A Crítica da Ciência**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979. p. 37-52.

_____. La Ciencia y el Orden Social. In: MERTON, R. K. **La Sociologia de la Ciencia 2**. Madrid: Alianza, 1977. cap. 12, p. 339-354.

_____. El efecto Mateo en la ciencia. In: MERTON, R. K. **La Sociologia de la Ciencia 2**. Madrid: Alianza, 1977. cap. 20, p. 554-578.

MINELLA, Luzinete S. Temáticas prioritárias no campo de gênero e ciências no Brasil: raça/etnia, uma lacuna? **Cad. Pagu**, Campinas, n. 40, jun. 2013.

MIQUEO, Maria J. C.; BES, Concha G.; TURRADO-FERNANDEZ, Teresa; MORÁN, Barral. **Ellas también cuentan**. Científicas en los comités de revista biomédicas. Zaragoza: Prensas Universitarias de Zaragoza, 2011. 253 p.

MOTT, Maria Lucia. Madame Durocher, modista e parteira. **Estudos Feministas**, Rio de Janeiro, v. 2, n 1, p. 101-116, 1994.

MUNANGA, Kabengele. **Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia**. Disponível em: <<http://tinyurl.com/lny63jm>>.

MUZI, Joyce L. C.; LUZ, Nanci S. da. Contribuições dos Estudos CTS para a Educação Superior no Brasil: Uma Perspectiva de Gênero. **Cadernos de Gênero e Tecnologia** (CEFET/PR), v. 1, p. 11, 2011.

NEVES, Magda de A. Anotações sobre trabalho e gênero. **Cadernos de Pesquisa**, v. 43, n. 149, p. 404-421, mai.-ago. 2013.

NOGUEIRA, M. R. Azânia; PASSOS, C. Joana; CRUZ, Tânia M. A Participação das Pesquisadoras Negras na Produção do Conhecimento Científico. **Identidade!**, São Leopoldo, v. 18, n. 3, ed. esp., p. 291-302, dez. 2013. (ISSN 2178-0437X).

NUCCI, M. F. O sexo do cérebro: uma análise sobre gênero e ciência. In: Secretaria de Políticas para as Mulheres. (Org.). **6º Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero** – Redações, artigos científicos e projetos pedagógicos premiados. Brasília: Presidência da República, Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2010. p. 31-56

_____. Não chore, pesquise! Reflexões sobre sexo, gênero e ciência a partir do neurofeminismo. In: **V Reunião de Antropologia da Ciência e Tecnologia**. Anais da ReACT Reunião de Antropologia da Ciência e Tecnologia, Porto Alegre, 2015.

PAPA, Fernanda C. Transversalidade e políticas públicas para mulheres no Brasil – percursos de uma pré-política. 160 p. Dissertação (Mestrado em Administração de Empresas) – Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2012.

PINTO, Maria Regina J. **Uma História do feminismo no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003. (Coleção História do Povo Brasileiro).

PISCITELLI, Adriana; BELELI, Iara; LOPES, Maria Margaret. Cadernos Pagu: contribuindo para a consolidação de um campo de estudos. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v. 11, n. 1, p. 242-246, jun. 2003

RAPKIEWICZ, Clevi Elena. Informática: domínio masculino?. **Cad. Pagu.**, v. 10, p. 169-200, 1998.

REINACH, Sofia. Gestão transversal das políticas públicas no âmbito Federal Brasileiro: uma leitura inicial. 163 p. Dissertação (Mestrado em Administração de Empresas) – Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2013.

ROCHA, Cristina T. da C. Expressões do ciberfeminismo na contemporaneidade. **Revista Tecnologia e Sociedade**, v. 3, p. 193-210, 2006.

ROSA, Katemari; SILVA, Gomes Maria Ruthe. Feminismos e Ensino de Ciências: Análise de Imagens de Livros Didáticos de Física. **Gênero**, Niterói, v. 16, n. 1, p. 83-104, 2015.

ROSSI, Alice S. Women in science: Why so Few? **Science**, n. 148.3674, p. 1196-1202, 1965.

ROSSITER, Margaret. The Matthew Matilda effect in Science. **Social Studies of Science**, v. 23, n. 2, p. 325-341, mai. 1993.

_____. **Women Scientists in America. Struggles and Strategies to 1940**. Baltimore/London: The Johns Hopkins University Press, 1982.

RUBIN, Gayle. **O tráfico de mulheres**: notas sobre a “economia política” do sexo. Recife: SOS Corpo, 1993. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/1919>>.

SAITOVITCH, Elisa; LIMA, Betina S.; BARBOSA, M. C. Mulheres na Física: uma análise quantitativa. In: SAITOVITCH, Elisa Maria Baggio; FUNCHAL, Renata Zukanovich; BARBOSA, Marcia Cristina Bernardes; PINHO, Suani Tavares Rubim de; SANTANA, Ademir Eugenio de (Org.). **Mulheres na Física**. 1 ed. São Paulo: Editora da Física, 2015. p. 245-259

SCAVONE, Lucila. Perfil da REF dos anos 1999-2012. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v. 21, n. 2, p. 587-596, ago. 2013.

SCHIEBINGER, Londa. **O Feminismo mudou a ciência?** São Paulo: EDUSC, 2001.

_____. Mais mulheres na ciência: questões de conhecimento. Apresentação de Maria Margaret Lopes. **História, Ciências, Saúde**, Manguinhos, Rio de Janeiro, v. 15, supl., p. 269-281, jun. 2008.

_____. Expandindo o Kit de Ferramentas Agnotológicas: Métodos de Análise de Sexo e Gênero. **Revista Feminismos**, Salvador, v. 2, n. 3, set.-dez. 2014.

_____; SCHRAUDNER, Martina. Interdisciplinary Approaches to Achieving Gendered Innovations in Science, Medicine, and Engineering. **Interdisciplinary Science Reviews**, v. 36, n. 2, p. 154-67, jun. 2011.

SCHWARTZ, Juliana; CASAGRANDE, Lindamir S.; LESZCZYNSKI, Sonia Ana Charchut; CARVALHO, Marília Gomes de. Mulheres na informática: Quais foram as pioneiras? **Cadernos Pagu** (UNICAMP), v. 27, p. 255-278, 2006.

SILVA, Joselina. Mulheres negras na educação superior: performances de gênero e raça. In: **Simpósio Gênero e Indicadores da Educação Superior Brasileira 2008**. Brasília: INEP, 2008, p. 139-152.

SEGATO, Rita L. **Antropología y Psicoanálisis: posibilidades y límites de un diálogo**. Série Antropológica n. 332. Brasília: Universidade de Brasília, 2003. p. 1-20.

SOMBRIO, Mariana Moraes de Oliveira. Em busca pelo campo – Mulheres em Expedições Científicas no Brasil em meados do século XX. **Cad. Pagu**, Campinas, n. 48, e164809, 2016. Disponível em: <<http://tinyurl.com/hp5pwno>>. Acesso em: 20 dez. 2016. (Epub Oct 20, 2016. <http://dx.doi.org/10.1590/18094449201600480009>).

_____. Gender, Museums and Science: Wanda Hanke's Ethnological Collections (1933-1958). **HoST – Journal of History of Science and Technology**, v. 10, p. 33-69, 2016.

SOUSA, Lia. G. P.; SOMBRIO, Mariana M. O.; LOPES, Margaret. M. Para ler Bertha Lutz. **Cadernos Pagu** (UNICAMP), Campinas, v. 24, p. 315-325, 2005.

STRATHERN, Marilyn. **O gênero da dádiva: problemas com as mulheres e problemas com a sociedade na Melanésia**. Campinas, SP: Unicamp, 2006.

TAVARES, Isabel. A participação feminina na pesquisa: presença das mulheres nas áreas do conhecimento. In: **Simpósio Gênero e Indicadores da Educação Superior Brasileira 2008**. Brasília: INEP, 2008. p. 31-62.

TAVARES, Isabel; BRAGA, M. Lúcia; LIMA, Betina. Análise sobre a participação de negras e negros no sistema científico. Disponível em: <<http://tinyurl.com/hoqeshp>> Acesso em: 30 set. 2015.

UNESCO. **UNESCO Science Report: towards 2030 – Executive Summary**. Paris, 2015.

VARELA, Alex. Os textos da cientista Marta Vannucci sobre o plâncton no Instituto Oceanográfico da Universidade de São Paulo (1946-1969). **Cadernos Pagu** (UNICAMP), p. 1-24, 2016.

VELHO, Lea. Conceitos de Ciência e a Política Científica, Tecnológica e de Inovação. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 13, n. 26, p. 128-153, jan.-abr. 2011.

VELHO, Lea; LEÓN, Elena. A construção social da produção científica por mulheres. **Cadernos Pagu** (Núcleo de Estudos de Gênero – Pagu/UNICAMP), v. 10, 1998.

WELLER, Wivian. Redução das desigualdades de gênero e raça na Universidade de Brasília
In: **Simpósio Gênero e Indicadores da Educação Superior Brasileira 2008**. Brasília: INEP, 2008, p. 153 –179.

ANEXO A – Recortes do Relatório de Budapeste sobre a participação feminina na C&T

DECLARAÇÃO SOBRE A CIÊNCIA E O USO DO CONHECIMENTO CIENTÍFICO

Versão adotada pela Conferência Budapeste, 1º de julho de 1999

Preâmbulo

1. Ciência para o conhecimento; Conhecimento para o progresso
2. Ciência pela paz
3. Ciência para o desenvolvimento
4. Ciência na sociedade e ciência para a sociedade

Considerando:

[...]

10. Que o acesso ao conhecimento científico para fins pacíficos desde a mais tenra idade é parte do direito à educação de todo homem e de toda mulher, e que a educação científica é essencial para o desenvolvimento humano, para a criação de uma capacidade científica endógena e para ter-se cidadãos ativos e informados;

24. Que há um desequilíbrio histórico na participação de homens e de mulheres em todas as atividades relacionadas com a ciência;

25. Que há barreiras que têm impedido a participação plena de outros grupos, de ambos os sexos, incluindo deficientes, indígenas e minorias étnicas, a partir daqui denominados grupos em desvantagem;

34. A educação científica, no sentido amplo, sem discriminação e englobando todos os níveis e modalidades, é um pré-requisito fundamental para a democracia e para assegurar-se o desenvolvimento sustentável. Nos anos mais recentes, medidas mundiais têm sido tomadas para disponibilizar a educação básica para todos. É essencial que o papel fundamental desempenhado pelas mulheres na aplicação do desenvolvimento científico nas áreas de produção alimentar e de cuidados com a saúde sejam plenamente reconhecidos, e que haja um esforço para fortalecer o seu conhecimento sobre os avanços científicos nessas áreas. É sobre essa plataforma que a educação científica, a comunicação e a popularização devem ser construídas. Uma atenção especial é ainda devida aos grupos marginalizados. Mais do que nunca é necessário desenvolver e expandir a literatura científica em todas as culturas e setores da sociedade como também a habilidade de raciocinar e uma valorização dos valores éticos, visando a aumentar-se a participação pública nas tomadas de decisão ligadas à aplicação de novos conhecimentos. O progresso da ciência torna o papel das universidades particularmente importante na promoção e na modernização do ensino da ciência e na sua coordenação em todos

os níveis da educação. Em todos os países, principalmente nos países em desenvolvimento, há a necessidade de fortalecer-se a pesquisa científica em programas de ensino superior e de pós-graduação, tendo-se em consideração as prioridades nacionais.

42. Igualdade de acesso à ciência não é apenas um requisito social e ético para o desenvolvimento humano, como também uma necessidade para descobrir-se todo o potencial das comunidades científicas em todo o mundo e para orientar-se o progresso científico em direção à satisfação das necessidades da humanidade. As dificuldades encontradas pelas mulheres, que constituem mais da metade da população mundial, ao tentarem entrar, seguir e avançar na carreira científica, e participar das tomadas de decisão no que diz respeito à ciência e à tecnologia, devem ser tratadas com urgência. Há uma necessidade igualmente urgente de tratar-se as dificuldades enfrentadas pelos grupos em desvantagem, que previnem a sua participação plena e efetiva.

1.3 Compartilhando a informação científica e o conhecimento

17. Cientistas, instituições de pesquisa, sociedades científicas letradas e outras organizações não governamentais de renome devem comprometer-se com uma crescente colaboração internacional, incluindo um intercâmbio de conhecimentos e perícia. Um apoio e um incentivo especiais devem ser dados às iniciativas que visem a facilitar o acesso de cientistas e de instituições de países em desenvolvimento às fontes de informação científica. Deve-se implementar as iniciativas de incorporar-se as mulheres cientistas e os outros grupos em desvantagem do Sul e do Norte às redes científicas. Nesse contexto, deve haver um esforço para garantir-se que os resultados das pesquisas financiadas com verbas públicas tornem-se-lhes acessíveis.

56. Políticas de C&T que respeitem a relevância social, a paz, a diversidade cultural e as diferenças de sexo devem ser implementadas. Mecanismos participativos adequados devem ser instituídos para facilitar o debate sobre escolhas de políticas científicas. Mulheres devem participar ativamente na criação dessas políticas.

3.3 Ampliando a participação na ciência

78. Agências governamentais, organizações internacionais e universidades e instituições de pesquisa devem garantir a plena participação das mulheres no planejamento, na orientação, na condução e na avaliação de atividades de pesquisa. É necessário que as mulheres participem ativamente na definição da agenda dos futuros caminhos da pesquisa científica.

86. As organizações governamentais e não governamentais devem sustentar os sistemas de conhecimento tradicionais por meio de um apoio ativo às sociedades que são guardiãs desse conhecimento e que o desenvolvem, conservando os seus estilos de vida, a sua língua, a sua organização social e o meio ambiente em que vivem, e reconhecendo plenamente a contribuição das mulheres como repositórios de uma grande parte do conhecimento tradicional.

90. Considerando os resultados dos seis fóruns sobre a mulher e sobre a ciência, patrocinados pela UNESCO, a Conferência ressalta que esforços especiais devem ser dirigidos pelos governos, pelas instituições de educação, pelas comunidades científicas, pelas organizações não governamentais e pela sociedade civil, com o apoio das agências bilaterais e internacionais, para assegurar a plena participação das mulheres e meninas em todos os aspectos da ciência e tecnologia, e para isso:

- Promover dentro do sistema educacional o acesso de meninas e mulheres à educação científica em todos os níveis;
- Melhorar as condições de recrutamento, retenção e avanço em todos os campos de pesquisa;
- Lançar, em colaboração com a UNESCO e UNIFEM, campanhas nacionais, regionais e globais de conscientização quanto à contribuição das mulheres à ciência e tecnologia, a fim de vencer os atuais estereótipos de gênero entre cientistas, legisladores e a comunidade como um todo;
- Realizar pesquisas apoiadas pela coleta e análise de dados separados por sexo, documentando reprimendas e progressos na expansão do papel da mulher na ciência e tecnologia;
- Monitorar a implementação e documentar as melhores práticas e lições aprendidas por meio das avaliações de impacto;
- Garantir uma representação apropriada de mulheres nos fóruns e nos corpos legislativos e de tomada de decisão nacionais, regionais e internacionais;
- Estabelecer uma rede internacional de mulheres cientistas;
- Continuar a documentar as contribuições das mulheres para a ciência e a tecnologia.
- Para sustentar essas iniciativas, os governos devem criar mecanismos apropriados onde ainda não existam, a fim de propor e monitorar a introdução das necessárias mudanças políticas no apoio à obtenção desses objetivos.

91. Esforços especiais também são necessários para assegurar a plena participação dos grupos em desvantagem na ciência e na tecnologia. Tais esforços incluem:

- Remover as barreiras do sistema educacional;
- Remover as barreiras do sistema de pesquisa;
- Promover a conscientização da contribuição desses grupos à ciência e tecnologia a fim de vencer os estereótipos existentes;
- Realizar pesquisas, apoiadas pela coleta de dados, documentando reprimendas, monitorando a implementação e documentando as melhores práticas para esse fim;
- Assegurando a sua representação nos corpos legislativos e nos fóruns.

ANEXO B – Women in science

Facilitator: Dame Wendy Hall CBE (UK)

Rapporteur: Valeria Csépe (Hungary)

Speakers: Beatriz Barbuy (Brazil), Ana Maria Cetto (Mexico), Valéria Csépe (Hungary) Wendy Hall (UK), Julia King (UK), Teresa Lago (Portugal), Sudha Nair (India), Penny Sackett (Australia)

The 20th century has witnessed a remarkable shift in the type of jobs available and a decreasing need for manual labor has boosted female employment in every sectors. However, these changes have not been uniform across all sectors and the within sector changes were and are very different as well. Science and technology is based on knowledge and creativity, and this general feature is in contradiction with the equality of women slow in coming. The awareness raising efforts of scientists need to target those with influence in science, education research management, research funding and policy making. However, the changing role of achieving and well recognized women is more than just awareness. Women of high achievement in science have a particular responsibility when it comes to changing attitude, practice and policy. The role of women in science is not a simple gender issue, and especially not a minority question. The participants of the Women in Science Thematic Session of the Budapest World Science Forum 2009 reported on and discussed issues that need systematic efforts to readdress this issue. The session's participants have agreed on the importance of highly visible examples of good practice of countries and continents represented by the speakers. It is agreed that having equal roles in science and technology is based on achievement. This is the prerequisite of taking part in decisions and contributing to solving specific and general problems of the world facing sustainability at risk.

The main issues discussed and agreed to have in focus are as follows.

1. The leaky pipe

It is hard to believe, that even in the most developed countries having a leading role in science and technology the upper levels of the occupational ladder are lacking women. Women graduated science and technology count for only one fifth of full professors in public research institutions and the same is valid for the private sector. We even have a name for this phenomenon, the leaky pipeline. We have leaking pipes everywhere and "plumbing" is the secret to have progress. In many countries we are succeeding in attracting more young women to study science and engineering. However, we will loose them if they do not get support and they are not able climbing the career ladder. We need to find out the main reasons for this

common problem and work out strategies to try to stop the leaks! We need a common strategy in changing this landscape and one approach is relying on reports like the one from Australia. Although many EU projects gave a big impetus to reports showing how the career scissor of men and women in high positions opens (see figure below) and how slowly leaking of the pipe stops, there are no comparisons including a lot bigger number of countries. All the speakers of the thematic session encourage as many countries as possible to produce similar reports in order to compare data on for a larger scale comparison and put efforts into finding the right solutions. Source: Women and Science – Statistics and Indicators – She Figures 2006

2. Mentoring

Mentoring came out very strongly in all presentations of the session. Many of the sessions participants have mentioned that mentors made a big difference (could be male or female) at certain points of their career. It is important that we encourage more mentoring schemes (possibly internet based) – particularly for developing countries

3. Science education

One of the core issues of the 21st century is how do we meet the expectations we have about a knowledge based society and knowledge based governance. From this point of you science education is crucial. A bigger role of scientists in influencing the common practice of schools especially in science is crucial. The participant representing different disciplines (physics, astrophysics, engineering and neuroscience) encourage female scientists to be involved to a larger extent in convincing educationalists to readdress many issues of their recent practice used in science education. We encourage all scientists to be critical and proactive in getting back control when changing methods used in our schools is far from evidence-based.

4. Confidence building

Women do not have the confidence to ask for things that would help them in their career – confidence building is hugely important. But at the same time we must encourage the male-dominated institutions/academies to think more about inviting women to play key roles/speak at major events. Female researchers often have a different view on the same topics and they also may use different strategies in solving problems (local or global) and getting to consensus based decisions.

5. Recognition

Many speakers of the session reported on recent analysis of the publication habits of women as well as on the role taking differences in accepting nomination for high positions. From this point of you recognition, especially awards got much mention. There were many instances

when awards changed the participants' life and enabled them to progress to the next stage of their career associated with higher work load and bigger responsibility.

What should we do?

The general conclusion of the session is that we need more than ever integrated approach, international collaboration reporting on and discussing good examples, as well as to look for dissemination possibilities while taking into account cultural differences. We should consider the role and future of science in influencing decisions made about the world's most serious problems. These actions of course do not contradict to working on better solutions for promoting of equal pay, working conditions, and carrier opportunities and vocational training for women and men, as well as that of family friendly workplaces. It's time to involve more female scientists in having right questions and searching for sound answers.

**ANEXO C – Text adopted by the 5th Budapest World Science Forum
on 19 November 2011 (definitive version)**

5. Capacity building for science needs to be strengthened

Scientific discoveries are foundations for innovation and social and economic development. Investment in science provides a capacity for future development at a national level and an opportunity to face global challenges internationally.

It is primarily the responsibility of governments to increase support for science, and develop effective policies for technology and innovation.

Comprehensive actions should be taken to strengthen the role of women in science and innovation and to expand the participation of women in science and science policy making.

The socio-economic impacts of science and scientific capacity are well-documented. National parliaments and governments are urged to declare their commitment to seek scientific advice during the decision making process. An institutionalisation of such an advisory process is necessary; informed decisions result in great savings.

There is an urgent need to elaborate new, effective science policies at national, regional and global levels to better co-ordinate and monitor scientific research worldwide, to harmonise university education systems, and to facilitate global and regional scientific co-operation based on equity and participation.

Fonte: www.sciforum.hu/previous-fora/2011/declaration/index.html

ANEXO D – Organization for Women in Science for the Developing World (OWSD)

São seus objetivos:

- Increase the participation of women in developing countries in scientific and technological research, teaching and leadership;
- Promote the recognition of the scientific and technological achievements of women scientists and technologists in developing countries;
- Promote collaboration and communication among women scientists and technologists in developing countries and with the international scientific community as a whole;
- Increase access of women in developing countries to the socio-economic benefits of science and technology;
- Promote participation of women scientists and technologists in the development of their country; and
- Increase understanding of the role of science and technology in supporting women's development activities.

Conferências realizadas:

- OWSD Fourth General Assembly and International Conference, Beijing, 2008:
- *Women Scientists in a Changing World*
- TWOWS Third General Assembly and International Conference, India 2005:
- *Women's Impact on Science and Technology in the New Millennium*
- TWOWS Second General Assembly and International Conference, South Africa, 1999:
Women, Science and Technology for Sustainable Development

**ANEXO E – Report of the Fourth World Conference on Women Beijing,
4-15 September 1995**

Trechos do texto selecionados sobre mulheres na ciência e tecnologia

We are determined to:

35. Ensure women's equal access to economic resources, including land, credit, science and technology, vocational training, information, communication and markets, as a means to further the advancement and empowerment of women and girls, including through the enhancement of their capacities to enjoy the benefits of equal access to these resources, inter alia, by means of international cooperation;

75. Science curricula in particular are gender-biased. Science textbooks do not relate to women's and girls' daily experience and fail to give recognition to women scientists. Girls are often deprived of basic education in mathematics and science and technical training, which provide knowledge they could apply to improve their daily lives and enhance their employment opportunities. Advanced study in science and technology prepares women to take an active role in the technological and industrial development of their countries, thus necessitating a diverse approach to vocational and technical training. Technology is rapidly changing the world and has also affected the developing countries. It is essential that women not only benefit from technology, but also participate in the process from the design to the application, monitoring and evaluation stages.

76. Access for and retention of girls and women at all levels of education, including the higher level, and all academic areas is one of the factors of their continued progress in professional activities. Nevertheless, it can be noted that girls are still concentrated in a limited number of fields of study.

B. Education and training of women

Strategic objective B.3. Improve women's access to vocational training, science and technology, and continuing education Actions to be taken

By Governments, in cooperation with employers, workers and trade unions, international and non-governmental organizations, including women's and youth organizations, and educational institutions:

(a) Develop and implement education, training and retraining policies for women, especially young women and women re-entering the labour market, to provide skills to meet the needs of a changing socio-economic context for improving their employment opportunities;

- (b) Provide recognition to non-formal educational opportunities for girls and women in the educational system;
- (c) Provide information to women and girls on the availability and benefits of vocational training, training programmes in science and technology and programmes of continuing education;
- (d) Design educational and training programmes for women who are unemployed in order to provide them with new knowledge and skills that will enhance and broaden their employment opportunities, including self-employment, and development of their entrepreneurial skills;
- (e) Diversify vocational and technical training and improve access for and retention of girls and women in education and vocational training in such fields as science, mathematics, engineering, environmental sciences and technology, information technology and high technology, as well as management training;
- (f) Promote women's central role in food and agricultural research, extension and education programmes;
- (g) Encourage the adaptation of curricula and teaching materials, encourage a supportive training environment and take positive measures to promote training for the full range of occupational choices of non-traditional careers for women and men, including the development of multidisciplinary courses for science and mathematics teachers to sensitize them to the relevance of science and technology to women's lives;
- (h) Develop curricula and teaching materials and formulate and take positive measures to ensure women better access to and participation in technical and scientific areas, especially areas where they are not represented or are underrepresented;
- (i) Develop policies and programmes to encourage women to participate in all apprenticeship programmes;
- (j) Increase training in technical, managerial, agricultural extension and marketing areas for women in agriculture, fisheries, industry and business, arts and crafts, to increase income-generating opportunities, women's participation in economic decision-making, in particular through women's organizations at the grass-roots level, and their contribution to production, marketing, business, and science and technology;
- (k) Ensure access to quality education and training at all appropriate levels for adult women with little or no education, for women with disabilities and for documented migrant, refugee and displaced women to improve their work opportunities.

Strategic objective B.4. Develop non-discriminatory education and training.

Strategic objective B.5. Allocate sufficient resources for and monitor the implementation of educational reforms

(b) Provide funding for special programmes, such as programmes in mathematics, science and computer technology, to advance opportunities for all girls and women.

F. Women and the economy

Strategic objective F.5. Eliminate occupational segregation and all forms of employment discrimination

(g) Eliminate occupational segregation, especially by promoting the equal participation of women in highly skilled jobs and senior management positions, and through other measures, such as counselling and placement, that stimulate their on-the-job career development and upward mobility in the labour market, and by stimulating the diversification of occupational choices by both women and men; encourage women to take up non-traditional jobs, especially in science and technology, and encourage men to seek employment in the social sector;

K. Women and the environment

Strategic objective K.1. Involve women actively in environmental decision-making at all levels

(b) Facilitate and increase women's access to information and education, including in the areas of science, technology and economics, thus enhancing their knowledge, skills and opportunities for participation in environmental decisions;

Strategic objective K.2. Integrate gender concerns and perspectives in policies and programmes for sustainable development

(h) Promote the education of girls and women of all ages in science, technology, economics and other disciplines relating to the natural environment so that they can make informed choices and offer informed input in determining local economic, scientific and environmental priorities for the management and appropriate use of natural and local resources and ecosystems;

L. The girl child

Strategic objective L.2. Eliminate negative cultural attitudes and practices against girls

(c) Develop and adopt curricula, teaching materials and textbooks to improve the self-image, lives and work opportunities of girls, particularly in areas where women have traditionally been underrepresented, such as mathematics, science and technology.

ANEXO F – Trechos das Sessões do CSW – Mulheres na ciência e Tecnologia

41st session (10-21 March 1997)

Agreed conclusions 1997/4 Education and training of women

3. Governments should promote and support the elimination of biases in the educational system so as to counteract the gender segregation of the labour market, enhance the employability of women, and effectively improve women's skills and broaden women's access to career choices, in particular in science, new technologies and other potential and innovative areas of expansion in terms of employment.

6. Integrated policy-making must highlight the interlinkage between education and training policies, on the one hand, and labour market policies, on the other hand, with an emphasis on the employment and employability of women. In order to enhance the employability of women, basic education and vocational qualifications, in particular in the fields of science and technology, are of great importance. In view of the high presence of women in flexible work-time schemes and atypical work, it is particularly important to facilitate women's participation in "on-the-job training" so that they can secure their jobs and promote their careers.

13. Educational planners and policy makers should give renewed importance to education in mathematics, science and technology for girls and women. In order to develop the skills required, women need to have full access to education in science and technology at all levels, including the use of modern technologies such as information technology, to vocational training and to lifelong learning. Using a wide range of strategies and modalities, efforts should be made - for instance, through the development of information services and professional guidance for girls and women - to promote girls' and women's participation in fields where they are under-represented, such as science, engineering and technology, and to encourage them to participate actively in the development of new technologies, from design to application, monitoring and evaluation.

55th session (22 February-4 March and 14 March 2011)

Access and participation of women and girls in education, training and science and technology, including for the promotion of women's equal access to full employment and decent work.

Trechos das recomendações:

5. The Commission acknowledges the important role of national machineries for the advancement of women, which should be placed at the highest possible level of government, the relevant contribution of national human rights institutions where they exist, and the important role of civil society, especially women's organizations, in advancing the implementation of the Beijing Declaration and Platform for Action and in promoting the full and equal access and participation of women and girls in education, training and science and technology.

6. The Commission stresses that education is a human right, and that equal access to education, training and science and technology empowers women and girls in the context of global economic and technological changes and promotes development, all human rights, human rights education and learning at all levels, as well as gender equality, the elimination of all forms of discrimination and violence against women and girls and the eradication of poverty.

8. The Commission welcomes the progress made in increasing women's and girls' access to and participation in education and training, including science and technology education. The Commission recognizes the potential of education and training and science and technology, to contribute to the economic empowerment of women, which also leads to accelerating progress towards achieving the internationally agreed development goals, including the Millennium Development Goals, by 2015.

18. The Commission also expresses concern that inadequate educational opportunities and low quality education reduce the benefits of education and training for women and girls, men and boys, and that women's educational gains are yet to translate into equal access to full employment and decent work, with consequent long-term adverse effects on the development of any society. It remains deeply concerned by the persistence of high female illiteracy rates and gender stereotyped roles of women and men, which inhibit women's equal participation in employment, leading to occupational segregation, including the widespread underrepresentation of women and girls in many fields of science and technology, which represents a loss of talent and perspectives, hinders economic development and women's economic empowerment and can contribute to the gender pay gap.

20. The Commission expresses concern that the unequal sharing of responsibilities of daily life, including caregiving between women and men, girls and boys, has a disproportionate impact on women's and girls' access to education, training and science and technology, and on their economic empowerment and long-term economic security.

21. The Commission underlines that addressing the barriers to equal access of women and girls to education, training and science and technology requires a systematic, omprehensive, integrated, sustainable, multidisciplinary and multisectoral approach, including policy, legislative and programmatic interventions and, as appropriate, gender-responsive budgeting, at all levels.

Strengthening national legislation, policies and programmes

(a) Mainstream a gender perspective in legislation, policies and programmes within all governmental sectors, including education, training, science and technology, academia, research institutions and research funding agencies, in order to address unequal access and participation of women and girls in education, training and science and technology, including for the promotion of women's equal access to full employment and decent work;

(b) Strengthen capacities to ensure that science education policies and curricula are relevant to the needs of women and girls so that developments in science and technology can directly benefit them;

(c) Improve and systematize the collection, analysis and dissemination of sex-, age- and disability-disaggregated data; enhance capacity development in this regard; and develop relevant gender-sensitive indicators to support legislative development and policymaking on education, training and science and technology;

(d) Encourage the provision of institutional and financial support for academic studies that can produce gender-specific knowledge and feed into all policies and programmes on education, training and research and support research, including longitudinal policy research, to identify specific gaps in education and career pathways, so as to promote the retention of women and girls in different fields of science and technology and in other relevant disciplines;

(e) Strengthen the monitoring and evaluation and, where appropriate, the review of existing policies and programmes to promote gender equality and the empowerment of women in education, training, science and technology, and access to full employment and decent work, in order to assess their effectiveness and impact, ensure a gender perspective in all policies and programmes and strengthen accountability;

(g) Incorporate systematically a gender perspective into budgetary policies at all levels to ensure that public resources in education, training, science, technology and research equally benefit women and men, girls and boys, and contribute to the empowerment of women and girls in particular;

(i) Strengthen international cooperation in the area of access and participation of women and girls in education, training, science and technology, including for the promotion of women's

equal access to full employment and decent work and the promotion of women's participation in the exchange of scientific knowledge, and welcome and encourage in this regard South-South, North-South and triangular cooperation and recognize that the commitment to explore opportunities for further South-South cooperation entails not seeking a substitute for but rather a complement to North-South cooperation;

Expanding access and participation in education

(m) Ensure women's and girls' full and equal access to quality formal, informal and non-formal education and vocational training at all levels, including to free and compulsory primary education, and provide educational opportunities, including in science and technology, from early childhood and throughout the life cycle, including lifelong learning and retraining, human rights education and learning, and adult and distance education and e-learning, including in information and communications technology and entrepreneurial skills, in order to promote the empowerment of women, inter alia, through enhancing and facilitating women's access to full and productive employment, in particular to careers in science and technology;

Strengthening gender-sensitive quality education and training, including in the field of science and technology

(s) Improve the quality of education at all levels for both girls and boys, including in science and technology education, through improving learning conditions, continuous teacher training, teaching methodologies and curriculum development, implementing programmes to improve achievements for the most disadvantaged learners and expanding recruitment and support for teachers, in particular for women teachers in scientific and technological disciplines;

(v) Develop gender-sensitive curricula for educational programmes at all levels and take concrete measures to ensure that educational materials portray women and men, youth, girls and boys in positive and non-stereotypical roles, particularly in the teaching of scientific and technological subjects, in order to address the root causes of segregation in working life;

(aa) Improve hands-on experimentation and collaborative work in science and technology classes, highlight the broad societal applications of science and technology in curricula and educational material and expose girls and boys, women and men, to female role models in

science and technology, in order to make science and technology, including engineering and mathematics, more attractive for girls and women;

(bb) Promote a positive image of careers in science and technology for women and girls, including in the mass media and social media and through sensitizing parents, students, teachers, career counsellors and curriculum developers, and devising and scaling up other strategies to encourage and support their participation in these fields;

Supporting the transition from education to full employment

(hh) Develop or strengthen policies and programmes to support the multiple roles of women in society, including in the fields of science and technology, in order to increase women's and girls' access to education, training, science and technology, while acknowledging the social significance of maternity and motherhood, parenting and the role of parents and other guardians in the upbringing of the children and caring for other family members, and ensure that such policies and programmes also promote shared responsibility of parents, women and men and society as a whole;

Increasing retention and progression of women in science and technology employment

(mm) Develop career advisory, networking and mentoring programmes, including programmes that utilize information and communications technology; support role models and facilitate programmes that link women scientists around the world; and promote measures to improve female retention and progression in the fields of science and technology, with a special focus on women scientists in tertiary education and early-stage career and women re-entering science and technology careers;

(oo) Set concrete goals, targets and benchmarks, as appropriate, while supporting a merit-based approach, to achieve equal participation of women and men in decision-making at all levels, especially in science and technology institutions, such as science academies, research funding institutions, academia and the public and private sectors, as well as in the design of science and technology policies and research and development agenda setting;

Making science and technology responsive to women's needs

(pp) Utilize the full potential of science and technology, including in engineering and mathematics, and their innovations to deliver improvements in infrastructure and sectors such as energy, transportation, agriculture, nutrition, health, water and sanitation and information and communications technology, in order, inter alia, to eradicate poverty, promote social development and achieve women's economic empowerment;

(qq) Create awareness of the needs of women in science and technology, including by encouraging the media to sponsor popular science programming, and report on the differential impact of science and technology on women and men;

(rr) Encourage the integration of a gender perspective in the science and technology curricula throughout all stages of education and continuous learning, and the use of gender-based analysis and gender impact assessments in research and development in science and technology, and promote a user driven approach to technology development in order to increase the relevance and usefulness of advancements in science and technology for both women and men;

(ss) Respect, preserve and maintain women's traditional knowledge and innovation while recognizing the potential of rural and indigenous women to contribute to the production of science and technology and of new knowledge to improve their lives and those of their families and communities;

23. The Commission recognizes the need for the compilation and sharing of good practice examples and lessons learned in mainstreaming a gender perspective into science, technology and innovation policies and programmes, with a view to replicating and scaling up successes, and in this regard looks forward to any steps or actions that could be taken by the relevant United Nations bodies, especially the Commission on Science and Technology for Development.

Disponível em: <<http://tinyurl.com/zlzae42>>. Acesso em: 9 ago. 2013

ANEXO G – Programa de Cooperação Brasil e EUA em Mulheres e Ciências

Delegação de Cientistas Brasileiras

1. Anna Luiza Ilkiu Borges Benkendorff

Museu Paraense Emilio Goeldi

2. Flávia Regina Capellotto Costa

Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia (INPA)

3. Giovanna Machado

Centro de Tecnologias Estratégicas do Nordeste (CETENE)

4. Juliana Menegassi Leoni

Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá (AM-Tefé)

5. Magda Bittencourt Fontes

Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas (CBPF)

6. Suely Druck

Universidade Federal Fluminense (UFF) e Instituto Nacional de Matemática Pura e Aplicada (IMPA)

7. Maria Isabel Craveiro Tavares Pereira

Representante do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)

8. Maria Lucia de Santana Braga

Representante da Secretaria de Políticas para as Mulheres/Presidência da República

ANEXO H – Recomendações da Delegação Brasileira

A Delegação Brasileira de Cientistas recomenda o seguinte:

a) O debate sobre a possibilidade de adoção dos Programas de *Mentoring* no Brasil.

Praticamente, em todas as universidades e organizações americanas visitadas, houve o destaque aos programas de *mentoring* como um instrumento que pode viabilizar a inserção de um maior número de mulheres nas carreiras científicas, em especial nas áreas de engenharias, tecnologias e matemática, e a alcançar posições científicas de destaque.

O *mentoring* abrange atividades múltiplas como aconselhamento, suporte psicossocial e *coaching* para reposicionamento das carreiras profissionais e acadêmicas. Geralmente, essa assistência e orientação são realizadas por uma pessoa mais experiente, que ocupa cargos mais altos, seja no meio acadêmico ou na iniciativa privada, que se dispõe formal ou informalmente a acompanhar o mentorado/a durante um determinado período.

Ação a curto prazo:

Realização de palestra, mesa redonda ou fórum sobre os programas de *mentoring* durante a 63ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), na Universidade Federal de Goiás, em Goiânia (GO), de 10 a 15/07/2011.

Ação a médio prazo:

Incentivar debates sobre o significado dos programas de *mentoring* no Brasil e a possibilidade de adoção no meio acadêmico e profissional, com a organização de um seminário no segundo semestre de 2011, com representantes de organizações dos EUA, como da AAAS, NSF ou AWIS.

b) Sensibilização e inserção do debate sobre a presença das mulheres nas ciências, engenharias, tecnologias e matemática junto às Sociedades Científicas Brasileiras.

Ação a médio prazo:

Realização de mesas redondas ou palestras sobre sub-representação das mulheres nas áreas de ciências, engenharias, tecnologias e matemáticas e a necessidade de adoção de estratégias para o acesso e a promoção de mulheres nessas áreas.

c) Criação de uma *Campanha de Divulgação das Cientistas Brasileiras de Destaque*.

Recomendamos a instituição de uma Campanha Nacional para a divulgação de imagens de cientistas de destaque nas ciências brasileiras, como parte de um amplo processo de construção de imagens positivas das mulheres em várias áreas científicas e acadêmicas.

Várias peças publicitárias podem ser criadas como folder, cartazes e *spots*. Além disso, os canais institucionais dos parceiros (Ministério da Educação, Ministério de Ciência e Tecnologia, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) podem ser utilizados como a TV Escola para programas voltados para o debate e o papel das mulheres nas ciências: entrevistas com cientistas, o avanço da mulher nas ciências e contribuição das cientistas ao avanço das ciências. Para isso, podemos também instituir parcerias com sociedades científicas e profissionais e a Academia Brasileira de Ciências em prol do avanço das mulheres nas ciências, por meio da campanha e de outros instrumentos.

d) Recomendar a criação de Agenda Mulher & Ciência & Tecnologia, se possível na 63ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), na Universidade Federal de Goiás, em Goiânia (GO), de 10 a 15/07/2011, ou então nas próximas reuniões anuais.

e) Recomendar aos comitês do CNPq para que busquem na sua formação a paridade de gênero, numa proporção mínima de 40% – 60%.

f) Introduzir recomendação em todos os editais do CNPq, bem como nos grupos de pesquisa apoiados pelo CNPq, de que seja observada uma participação mais equânime de gênero e raça.

g) Recomendar aos comitês do CNPq que, em caso de empate, escolham as mulheres nos projetos de pesquisa que forem avaliar. Cabe destacar que os dois encontros nacionais – *Pensando Gênero e Ciências* – realizados em 2006 e 2009, no âmbito do Programa Mulher e Ciência, com a presença de aproximadamente 500 pesquisadoras/es de todo país, e publicação de dois livros com os resultados, elaboram diversas recomendações, como: i) produzir e divulgar indicadores de gênero, raça e etnia nas fases de formulação, implementação e avaliação de políticas públicas globais e setoriais; ii) promover a desconstrução dos estereótipos de gênero na formação educacional desde os primeiros anos, tendo como diretriz uma educação científica e tecnológica não sexista e não racista; iii) introdução da disciplina de gênero nos currículos universitários, na formação inicial e continuada, com a revisão dos parâmetros curriculares; iv) democratizar os mecanismos de decisão e controle social sobre os recursos e o acesso a cargos de direção nos órgãos de fomento e nas sociedades científicas; v) inclusão de publicações no campo de estudos de gênero, feminismo e diversidade sexual nos acervos das bibliotecas nacionais; e vi) transformação do Programa Mulher e Ciência em política permanente.

h) Incentivar a criação de associações de mulheres cientistas em todas as áreas de conhecimento.

- i) Lançar uma campanha para que as universidades, centros e institutos de pesquisa criem creches para atender primeiramente às/aos docentes e às/aos pós-graduandas/os, com apoio da Secretaria de Políticas para as Mulheres, em parceria com o Ministério da Educação, com o apoio da CAPES e do CNPq.
- j) Recomendar a criação de programas de visitas de professores/as e estudantes do Ensino Médio às universidades e centros, para um período de um mês, com o objetivo de conhecer as pesquisas, tecnologias e experiências, sob a orientação dos/as docentes dessas instituições.

ANEXO I – Objetivos e Estratégias do Livro Branco

Objetivos

1. Criar um ambiente favorável à inovação no País; 2. Ampliar a capacidade de inovação e expandir a base científica e tecnológica nacional; 3. Consolidar, aperfeiçoar e modernizar o aparato institucional de Ciência, Tecnologia e Inovação; 4. Integrar todas as regiões ao esforço nacional de capacitação para Ciência, Tecnologia e Inovação; 5. Desenvolver uma base ampla de apoio e envolvimento da sociedade na Política Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação; 6. Transformar CT&I em elemento estratégico da política de desenvolvimento nacional.

Diretrizes estratégicas

I. Implantar um Efetivo Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação; II. Promover a inovação para aumentar a competitividade e a inserção internacional das empresas brasileiras; III. Ampliar de forma sustentada os investimentos em Ciência, Tecnologia e Inovação; IV. Expandir e modernizar o sistema de formação de pessoal para Ciência, Tecnologia e Inovação; V. Ampliar, diversificar e consolidar a capacidade de pesquisa básica no País; VI. Modernizar e consolidar instituições e procedimentos de gestão da política de Ciência, Tecnologia e Inovação e os mecanismos de articulação com as demais políticas públicas; VII. Educar para a sociedade do conhecimento; VIII. Intensificar e explorar novas oportunidades da cooperação internacional em Ciência, Tecnologia e Inovação; IX. Ampliar a dimensão estratégica das atividades de Ciência, Tecnologia e Inovação.

ANEXO J – PAC da Ciência (2007:13)

Principais Linhas de Ação em 2007 – 2010

I – Expansão e Consolidação do Sistema Nacional de CT&I

1. Consolidação Institucional do Sistema Nacional de CT&I
2. Formação de Recursos Humanos para CT&I
3. Infraestrutura e Fomento da Pesquisa Científica e Tecnológica

II – Promoção da Inovação Tecnológica nas Empresas

4. Apoio à Inovação Tecnológica nas Empresas
5. Tecnologia para a Inovação nas Empresas
6. Incentivo à Criação e à Consolidação de Empresas Intensivas em Tecnologia

III – Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação em Áreas Estratégicas

7. Áreas Portadoras de Futuro: Biotecnologia e Nanotecnologia
8. Tecnologias da Informação e Comunicação
9. Insumos para a Saúde
10. Biocombustíveis
11. Energia Elétrica, Hidrogênio e Energias Renováveis
12. Petróleo, Gás e Carvão Mineral
13. Agronegócio
14. Biodiversidade e Recursos Naturais
15. Amazônia e Semiárido
16. Meteorologia e Mudanças Climáticas
17. Programa Espacial
18. Programa Nuclear
19. Defesa Nacional e Segurança Pública

IV – CT&I para o Desenvolvimento Social

20. Popularização da CT&I e Melhoria do Ensino de Ciências
21. Tecnologias para o Desenvolvimento Social

ANEXO K – Portaria Interministerial MCT/SPM nº 437, de 31/8/2004

Constitui Grupo de Trabalho Interministerial (GTI) para realizar estudos e elaborar propostas de estruturação e definição de temáticas com vistas à realização do Seminário Nacional com núcleos e grupos de pesquisa sobre a questão do gênero das Universidades Federais.

OS MINISTROS DE ESTADO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA E DA SECRETARIA ESPECIAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES, no uso de suas atribuições, resolvem:

Art. 1º – Constituir Grupo de Trabalho Interministerial (GTI) para realizar estudos e elaborar propostas de estruturação e definição de temáticas com vistas à realização do Seminário Nacional com núcleos e grupos de pesquisa sobre a questão do gênero das Universidades Federais.

Art. 2º – Designar os seguintes membros para compor o referido GTI:

I – Pelo Ministério da Ciência e Tecnologia – MCT, que coordenará;

- Mari Machado; (*Designada pela Portaria Interministerial MCT/SPM-PR nº 401, de 23/6/2005.*)

- Andrea Fontenele de Almeida; e

- Sibebe Calazans Pereira.

II – Pela Secretaria Especial de Políticas para Mulheres – SPM:

- Sonia Malheiros Miguel;

- Teresa Cristina Nascimento Sousa, e

- Márcia Maria Leporace.

III – Pela Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP:

- Maria Lúcia Horta de Almeida

IV – Pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq:

- Maria Isabel Craveiro Tavares Pereira; (*Designada pela Portaria MCT nº 156, de 17/3/2005*)

V – Pela Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições de Ensino Superior – ANDIFES:

- Ana Dayse Rezende Dorea

VI – Pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES:

- Lourdes Maria Bandeira (*Designada pela Portaria Interministerial MCT/SPM-PR nº 401, de 23/6/2005*)

VII – Pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO:

- Mary Castro

Art. 3º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EDUARDO CAMPOS

NILCEA FREIRE

ANEXO L – Programação do I Encontro “Pensando Gênero e Ciências”

Dia 29 de março de 2006 (quarta-feira)

18h00

Mesa de abertura

Presidência da República

Ministra Nilceia Freire – Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres

Ministro Sérgio Rezende – Ministério da Ciência e Tecnologia

Ministro Fernando Haddad – Ministério da Educação

Ana Falú – Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher

19h00

Solenidade de entrega do 1º Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero – concurso de redações para estudantes do ensino médio e de trabalhos científicos monográficos para estudantes do ensino superior e de pós-graduação; e divulgação dos resultados do Edital de Pesquisa CNPq n.º. 45/2005, de apoio a pesquisas no campo dos estudos das relações de gênero, mulheres e feminismos.

20h30 – Coquetel

Dia 30 de março de 2006 (quinta-feira)

Manhã – 8h30 às 10h00

Mesa 1 – Gênero e ciências no contexto nacional

Coordenadora: Hildete Pereira de Melo – NUTEG/UFF

Integrantes:

Elisa Baggio Saitovitch – CBPF

Estela Aquino – MUSA/ISC/UFBA e ABRASCO

Fanny Tabak – PUC/RJ

10h00 às 10h30 – Intervalo para o café

10h30 às 13h00

Mesa 2 – Núcleos de estudos das relações de gênero, mulheres e feminismos no Brasil: estratégias de institucionalização e produção de conhecimento.

Coordenadora: Margaret Lopes (Cadernos PAGU/UNICAMP)

Relatora: Vera Soares – UNIFEM

Integrantes:

Eva Blay – NEMGE/USP

Joana Pedro – REF

Marlise Matos – REDEFEM

13h00 às 15h00 – Intervalo para o almoço

TARDE – 15h00 às 18h00

Grupos de trabalho com o objetivo de definir sugestões de medidas e ações que contribuam para a promoção das mulheres no campo das ciências e nas carreiras acadêmicas e que fortaleçam as redes – temáticas, regionais e nacionais – de núcleos e grupos de pesquisa no campo de estudos das relações de gênero, mulheres e feminismos.

Grupo 1: Espaços de poder: participação das mulheres em conselhos e agências de fomento

Coordenadora: Antonia Angulo (DECIT/MS)

Reladoras: Lia Zanotta (CNDM e NEPeM/UnB) e Clara Solon (SPM)

Grupo 2: Mecanismos de exclusão e de inclusão das mulheres na consolidação das carreiras – como a questão de gênero perpassa a formação profissional

Coordenadora: Regina Lisboa (UFSC)

Relatora: Maria Rosa Lombardi (FCC)

Grupo 3: Institucionalização dos núcleos e grupos de pesquisa de gênero

Coordenadoras: Albertina de Oliveira Costa (CNDM e FCC)

Relatora: Silvia Lucia Ferreira (PPGEIMGF/NEIM/UFBA)

Grupo 4: Fortalecimento do ensino e da pesquisa de gênero e articulação com as redes de pesquisa e agências internacionais

Coordenadora: Lourdes Bandeira (CAPES e NEPeM/UnB)

Relatora: Wilza Villela (ABRASCO)

Grupo 5: Inclusão do tema gênero na formação do conhecimento – transversalidade, currículos

Coordenadora: Clara Araújo (PPCIS/UERJ)

Relatora: Greice Menezes (MUSA/ISC/UFBA)

Grupo 6: Ciência e tecnologia como reservas masculinas

Coordenadora: Maria Lúcia Horta de Almeida (FINEP)

Relatora: Vera Soares (UNIFEM) e Márcia Leporace (SPM)

Grupo 7: Os espaços de circulação da produção: publicações, GTs de associações científicas

Coordenador: Jorge Lyra (Instituto Papai)

Relatora: Ana Paula Portela (SOS Corpo)

Grupo 8: Processos de avaliação da excelência científica e políticas de indicadores de gênero

Coordenadora: Almira Rodrigues (CFEMEA)

Relatora: Suely de Oliveira (SPM)

Grupo 9: Fortalecimento do papel e da participação das mulheres cientistas

Coordenadora: Maria Luiza Heilborn (CLAM/UERJ)

Relatora: Mari Machado (MCT) e Betina Stefanello (CNPq)

Grupo 10: Mulheres negras: acesso às carreiras acadêmicas e os estudos sobre a questão racial

Coordenadora: Martha Rosa Queiroz (FCP)

Relatora: Eliane Cavalleiro (SECAD/MEC)

19h00

Assembleia-Geral da Rede Brasileira de Estudos e Pesquisas Feministas – REDEFEM

21h00 – Lançamento de livros

Dia 31 de março de 2006 (sexta-feira)

8h30 às 9h30

Apresentação da síntese geral das relatorias dos grupos de trabalho.

9h30 às 10h30

Espaço aberto para se definir sugestões de medidas e ações que contribuam para a promoção das mulheres no campo das ciências e nas carreiras acadêmicas e que fortaleçam as redes – temáticas, regionais e nacionais – de núcleos e grupos de pesquisa no campo de estudos das relações de gênero, mulheres e feminismos.

10h30 às 11h00: Intervalo para o café

11h30 às 13h30

Mesa de encerramento – Gênero e ciências no contexto internacional

Coordenadora: Nilcea Freire – ministra da SPM

Relatora: Miriam Grossi – ABA

Integrantes:

Alice Abreu – UFRJ

Shirley Malcom – American Association for the Advancement of Science – AAAS

14h00 – Almoço de encerramento

ANEXO M – Eventos do PMC de 2010 - 2013

Em 2013

Março

1ª Edição – Pioneiras da Ciência no Brasil

Como parte das comemorações do Dia Internacional da Mulher, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) convida para a palestra de lançamento dos verbetes das cientistas brasileiras pioneiras da ciência no Brasil, resultado das pesquisas de Hildete Pereira de Melo e Ligia M. C. S. Rodrigues. A Professora Hildete apresentará o percurso de sua pesquisa e a trajetória de vida de algumas das pioneiras da ciência.

Agosto

2ª Edição – Pioneiras da Ciência no Brasil

Em 2012

Esquina da Ciência/Science Corner (Parceria CNPq e Embaixada dos EUA):

Mesa redonda com cientistas americanas e brasileiras sobre mentoring, por ocasião da abertura da Esquina da Ciência/Science Corner, no CNPq.

Comemoração do Dia Internacional da Mulher (2012) com mesa redonda formada por três cientistas americanas e duas cientistas brasileiras sobre ações que possam contribuir para a maior participação das mulheres nas carreiras científicas.

Programa de cooperação sobre o Avanço Global das Mulheres no âmbito do Memorando de Entendimento Brasil-EUA (2010), com ações desenvolvidas no campo da ciência:

Reunião da Comissão Mista Brasil-EUA com participação da SPM e de integrantes do Programa Mulher e Ciência.

Visita do comitê de cientistas americanas ao sistema de ciência e tecnologia brasileiro.

Em 2011

Programa de cooperação sobre o Avanço Global das Mulheres no âmbito do Memorando de Entendimento Brasil-EUA (2010), com ações desenvolvidas no campo da ciência:

Visita do comitê de cientistas brasileira ao sistema de ciência e tecnologia americano.

Intercâmbio de estudantes medalhistas das Olimpíadas de Matemática das Escolas Públicas no Science Camp.

Em 2010

Café Científico sobre Mulheres e Ciências – Desafios e Soluções

Local: Reunião Anual da SBPC (Natal)

Data: 29 de julho

Coordenadora: Miriam Pillar Grossi (UFSC)

Participante: Carla Giovana Cabral (Universidade Federal do Rio Grande do Norte) e Maria Conceição da Costa (UNICAMP)

Parceiros: SPM, CNPq, BC

Encontro Brasil – Reino Unido sobre Mulheres e Ciências

Brasília, Brasil, 1º e 2 de fevereiro.

Local: Álvaro Alberto/Ed. Sede CNPq

Data: 1º e 2 de fevereiro

Programação Resumida:

Mesa de Abertura

Wrana Panizzi – Vice-Presidenta do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

Ronaldo Mota – Secretário de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação/MCT

Jim Scarth – Diretor do British Council Brasil

Nilcea Freire – Ministra da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres

Tópicos e Palestrantes:

Mulheres e Ciências: panorama da realidade europeia

Teresa Rees – Pró-Vice-Reitora de Pesquisa da Cardiff School of Social Sciences e

Coordenadora da pesquisa sobre mulheres e ciências realizada pelo Grupo de Helsinque

Mulheres e Ciências: panorama da realidade Brasileira

Alice Abreu – Diretora do Regional Office for Latin America and the Caribbean International Council for Science

Políticas públicas de gênero nas Ciências: sucessos e desafios na União Europeia

Teresa Rees: Pró-Vice-Reitora de Pesquisa da Cardiff School of Social Sciences e Coordenadora da pesquisa sobre mulheres e ciências realizada pelo Grupo de Helsinque.

A realidade vivida por pesquisadoras brasileiras: diálogo

Políticas para o Brasil – proposta de novas estratégias

ANEXO N – Painéis Pioneiras da Ciência

Primeira edição



Segunda edição



Terceira edição



Quarta edição



Quinta edição



Sexta edição



**ANEXO O – Lista de Participantes do Encontro Brasil – Reino Unido sobre Mulheres
nas Ciências**

Conferencistas convidadas

Teresa Rees, Cardiff School of Social Sciences

Alice Rangel de Paiva Abreu, International Council for Science

Participantes convidadas

Ana Lúcia Gabas	USP e MCT
Anabelle Carrilho	UnB
Andréia Cruz	UnB
Beatriz Leonor Silveira Barbuy	USP
Claudia Magalhães	MCT
Daniela Biaggioni Lopes	Embrapa
Elisa Maria Baggio Saitovitch	CBPF
Elisa Reis	UFRJ
Fernanda Antonia da Fonseca Sobral	CGEE/UnB
Iracly Vieira Santos Silvano	CONFEA
Ivonete M. A. Maciente	IPEA
Marcia Cristina Bernardes Barbosa	UFRGS
Maria Aparecida Fleury Costa Spanger	UTFPR
Maria Conceição da Costa	UNICAMP
Maria Elenita Menezes Nascimento	CGEE/UnB
Maria Rosa Lombardi	FCC
Marilia Gomes de Carvalho	UTFPR
Mayana Zatz	USP
Myrian Silvana Tigano	Embrapa
Patricia Wieland	CNEN
Regina Márcia Rocha Lidington	CNEN
Renata Marson	UCB
Rute Maria Gonçalves de Andrade	SBPC
Silvia Cristina Yannoulas	UnB
Suely Druck	UFF
Tania Fontenele	UnB
Tatiane Deane de Abreu Sá	Embrapa
Vanessa Carvalho de Andrade	UnB
Verônica Almeida	UnB

ANEXO P – Propostas do Encontro Brasil – Reino Unido sobre Mulheres nas Ciências

- *Produção de informações:* Com vistas a fundamentar e potencializar as intervenções no atual cenário, sugere-se consolidar o conhecimento já existente na área de gênero e ciências, bem como fomentar novas pesquisas para mulheres, sobre mulheres e desenvolvidas por mulheres, incluindo, quando possível, a recomendação do recorte de gênero nos objetivos dos Editais de Pesquisa (como por exemplo, na área de saúde, engenharias...). Apontou-se também a necessidade da produção de estatísticas que demonstrem o impacto do gênero nas ciências; estudos sobre as realidades das mulheres cientistas; levantamentos sobre sua participação nos principais editais de ciência e tecnologia. Também deverá ser estimulado a formulação de relatórios sobre boas práticas institucionais (por exemplo: na universidade) no tratamento equitativo de pesquisadores e pesquisadoras.
- *Articulação entre cientistas:* Propõe-se incentivar a criação de redes de mulheres e ciências, em especial, a constituição de uma rede brasileira de pesquisadoras sobre questões relativas às mulheres em áreas em que se constata a presença feminina muito reduzida como nas áreas de engenharias, exatas, entre outras. Sugere-se ainda o estabelecimento de uma “rede das redes”, de modo a potencializar as experiências desenvolvidas nesses fóruns.
- *Estímulo ao interesse das meninas pela ciência:* Com o objetivo de divulgar a ciência como uma possibilidade profissional e despertar a vocação científica entre meninas sugere-se aproveitar espaços como as reuniões da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência Jovem (SBPC-jovem). Assinalou-se também a importância de traçar estratégias que ampliem a participação e premiação das meninas a partir do segundo e terceiro nível da Olimpíada Brasileira de Matemática das Escolas Públicas – OBMEP (últimas séries do Ensino Fundamental e séries do Ensino Médio respectivamente), quando se observa uma acentuada redução no número de meninas premiadas.
- *Apoio às mulheres cientistas:* A partir do entendimento de que a responsabilidade pela reprodução da vida, na ampla maioria das vezes, recai desigualmente sobre as mulheres, foram elencadas propostas com vistas a garantir que o exercício do direito à maternidade e à família não interfira no trabalho das mulheres como cientistas. Esta foi uma preocupação recorrente ao longo do Encontro. Sugere-se, nesse sentido, a inclusão de informações sobre maternidade no currículo Lattes, maior clareza na divulgação de informações sobre licença-maternidade e manutenção de bolsas de mestrado e doutorado, e a concessão de subsídios para a reinserção de mulheres na carreira após a maternidade. Também se propõe que, no

juízo dos editais de ciência e tecnologia, haja uma recomendação aos comitês quanto à concessão mais paritária de recursos entre homens e mulheres.

- *Visibilidade*: Como forma de conferir maior visibilidade às mulheres cientistas sugere-se incentivar maior participação das mulheres cientistas na mídia, em eventos de divulgação e sociedades científicas como a SBPC e a Conferência Nacional de Ciência e Tecnologia, entre outros espaços. Também se recomenda a criação de mais prêmios de excelência científica para mulheres.
- *Incorporação da perspectiva de gênero*: Enfatiza-se a necessidade de desenvolver ações conjuntas entre os órgãos governamentais, e de criar assessorias institucionais para questões de gênero, fortalecendo-se, em especial, a área de gênero em agências de fomento à ciência (tais como o CNPq, CAPES, FINEP e as Fundações de Amparo à Pesquisa) bem como em diversas sociedades científicas.
- *Participação das Mulheres em todos os níveis da ciência*: estimular e garantir a participação das mulheres nos diversos cenários do sistema científico, como por exemplo, recomendar a composição mais paritária em comitês de assessoramento (com o mínimo de 40% e o máximo 60% de participação de ambos os sexos) como os que atuam no juízo da concessão de bolsas e auxílios à pesquisa.

ANEXO Q – Portaria de criação do Comitê de Gênero no MCTI**GABINETE DO MINISTRO****PORTARIA N 1.187, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2015**

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 87, parágrafo único, da Constituição Federal, e considerando:

I – a necessidade de articulação entre as diversas instâncias deste Ministério para propor e estudar ações para efetivação dos direitos das mulheres e igualdade no Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação – MCTI;

II – a relevância de elevar o MCTI às principais iniciativas internacionais de gestão de gênero e combate à discriminação na CT&I;

III – o ordenamento de novas práticas institucionais necessárias à promoção de ações de paridade e de combate à desigualdade, resolve:

Art. 1º – Criar o Comitê de Gênero do MCTI.

Art. 2º – Designar os seguintes membros para compor o referido Comitê:

I – Representantes da Secretaria-Executiva do MCTI:

a) CECÍLIA LEITE OLIVEIRA, Diretora do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), Titular;

b) HELOÍSA MARIA BERTOL DOMINGUES, Diretora do Museu de Astronomia e Ciências Afins (MAST), suplente.

II – Representantes da Secretaria de Ciência e Tecnologia para Inclusão Social – SECIS/MCTI:

a) ANA PAULA SAMPAIO VOLPE, titular;

b) OSÓRIO COELHO GUIMARÃES NETO, suplente

III – Representantes do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq:

a) MARIA LÚCIA SANTANA BRAGA, titular;

b) BETINA STEFANELLO LIMA, suplente.

IV – Representantes da Agência Espacial Brasileira – AEB: a) DHEBORA NUNES LUCENA FONSECA DE LIMA, titular;

b) ROSE MARIA DO NASCIMENTO, suplente

V – Representantes da Financiadora de Estudos e Projetos -FINEP:

a) VALÉRIA QUIROGA VINHAS, titular;

b) DIOGO GALINA, suplente.

VI – Representantes da Comissão Nacional de Energia Nuclear – CNEN:

a) LEILA MARTINS DOS SANTOS NUNES, titular;

b) MARIA DA CONCEIÇÃO DA ROCHA FERREIRA, suplente.

Art. 3º Designar a servidora LUDMILA MARIA BATISTA DE BRITO RIBEIRO, como Coordenadora-Executiva do Comitê.

Art. 4º – Compete ao Comitê de Gênero:

I. Desenvolver ações de promoção da igualdade no MCTI; II. Elaborar, coordenar e apoiar políticas de combate à discriminação de gênero no MCTI;

III. Propor ferramentas de prevenção necessárias e, garantir o bom funcionamento de dispositivos contra a discriminação;

IV. Acompanhar a coleta de dados de gênero, propor indicadores e realizar análises sobre paridade no MCTI;

V. Fomentar a transversalidade da abordagem de gênero em pesquisas nacionais e internacionais;

VI. Propor ações de sensibilização e capacitação de servidores acerca do tema;

VII. Elaborar e disponibilizar publicação anual "Gênero no MCTI";

VIII. Disponibilizar conteúdo para divulgar as ações do Comitê;

IX. Representar, quando couber, o MCTI em comissões e redes a nível nacional e internacional.

Art. 5º – Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

CELSO PANSERA